ANAIS DO II SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS DA UFPB

Linha de Pesquisa: Ética e Educação Contábil

SUMÁRIO

COD 3. FATORES RELEVANTES NA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COM DISCENTES DE CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Nadielli Maria dos Santos Galvão | Andreza Cristiane Silva de Lima | José Jonas Alves Correia | Luana Leite Pereira dos Santos | Priscila Karla Ferreira da Silva **3-20**

COD 5. PERCEPÇÃO DOS FISCAIS DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC) ACERCA DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Flávio Satoshi Okamura Filho | Edmery Tavares Barbosa **21-43**

COD 9. ESTILOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO APLICADO A DISCENTES E DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA IES DA PARAÍBA
Herbert Hugo Fernandes Isidro Gomes **44-65**

COD 10. PERCEPÇÃO DISCENTES QUANTO AO USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS: UM ESTUDO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
Nadielli Maria dos Santos Galvão | Andreza Cristiane Silva de Lima | Luana Leite Pereira dos Santos **66-83**

COD 14. ENSAIO SOBRE FILOSOFIA INTEGRADA À CONTABILIDADE: IMPLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE DECISÃO
Maria Lúcia Pagliusi Silva | Marcos Reinaldo Severino Peters **84-103**

COD 24. CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A PARTIR DOS CRITÉRIOS ADOTADOS: UM ESTUDO COMPARATIVO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E UMA UNIVERSIDADE PRIVADA
Marcos Aurélio Sales Filho | Daniela Cíntia de Carvalho Leite Menezes | Marcleide Maria Macêdo Pederneiras **104-122**

COD 32. SERVIÇOS CONTÁBEIS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE IES PARAIBANAS
Daniel Amaro da Rocha Coutinho | Vera Lúcia Cruz | Deysenara Ribeiro de Sousa | Sabrina Costa Silva | Ramon Rodrigues dos Santos **123-142**

COD 41. AS CONTRIBUIÇÕES DAS DISCIPLINAS NA ELABORAÇÃO DO TCC: UM ESTUDO COM OS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE JOÃO PESSOA/PB
Aline Romão da Silva | Ana Cláudia Pereira Pimenta Machado | Micheli Alessandra Barbalho Gondim | Vanessa de Menêses Silva | Wenner Glaucio Lopes Lucena **143-166**

COD 43. CONCEITOS ABORDADOS NA DISCIPLINA DE TEORIA DA CONTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA PARAÍBA/PB
Gilson Rodrigues da Silva | Jairo Henrique de Lima Ribeiro | Vanildo Pedro Cavalcante Wanderley | Jadson Rodrigues da Silva **167-187**

COD 50. ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: UM ESTUDO DE SUA REALIZAÇÃO NA VISÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ATUARIAIS E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Andreza Lindolfo da Silva | Vera Lúcia Cruz | Ramon Rodrigues dos Santos | Jennifer Alves dos Santos | Joelmyr Laymerson de Souza Alves **188-207**

COD 53. EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO UM MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO VALE DO MAMANGUAPE - PB
Glesciane Silva de Araújo | Josinaldo Ramos da Silva | Erico Máximo de Lima | Marcleide Maria Macêdo Pederneiras **208-227**

COD 60. UMA ANÁLISE SOBRE OS ASSUNTOS ESPECÍFICOS MAIS COBRADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA ÁREA CONTÁBIL
Maria Madalena Carneiro Rios | Thauan Felipe Medeiros de Carvalho **228-248**

COD 61. DESAFIOS PARA OS FUTUROS CONTADORES EM RELAÇÃO À ÁREA TRABALHISTA
Kaliana da Silva Borges | Maria Dalva Borges da Silva | Sonaly Duarte de Oliveira | Hugo da Silva Farias **249-262**

COD 67. A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS CONCEITOS DE ATIVO, PASSIVO, RECEITAS, GANHOS E PERDAS
Helen Alves Menezes | Carla Renata Silva Leitão | Rafaela Maria José Bertino **263-282**

COD 3. FATORES RELEVANTES NA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COM DISCENTES DE CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Nadielli Maria dos Santos Galvão
Professora da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (SOPECE)
E-mail: profa.nadielligalvao@gmail.com

Andreza Cristiane Silva de Lima
Mestranda em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: andrezacslima@gmail.com

José Jonas Alves Correia
Mestrando em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: jhonnasallves@hotmail.com

Luana Leite Pereira dos Santos
Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: luana_leite@outlook.com

Priscila Karla Ferreira da Silva
Mestranda em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: pri.kfs@gmail.com

Resumo: O presente estudo teve como objetivo investigar quais os fatores, daqueles apontados como mais significativos pela literatura, foram considerados importantes para que os estudantes de ciências contábeis viessem a escolher a instituição onde iriam cursar a graduação na referida área de conhecimento. Para tal, realizou-se uma pesquisa *survey* com estudantes de duas instituições privadas e uma instituição pública de ensino superior. Os dados foram analisados através da metodologia quantitativa, baseando-se na análise fatorial. Constatou-se que a ementa adotada pela instituição, sua reputação perante a sociedade, facilidade de transporte para acesso à faculdade e influência dos pais foram considerados fatores significativos no processo de escolha da instituição de ensino superior. Averiguou-se que a aprovação no exame de suficiência não se apresentou como tão relevante, quando comparado com os demais fatores, visto que o Conselho Federal de Contabilidade não divulga os resultados por organização educacional, o que não permite que os discentes utilizem esse parâmetro no processo de decisão.

Palavras-chave: Discentes. Graduação. Instituições de ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

"Qual caminho devo seguir (...)?" este é o célebre questionamento feito por Alice, o qual teve como resposta "isso depende muito do lugar onde você quer ir". (CARROLL; 1980). Escolher é inerente à vida humana, sendo que uma das decisões mais importantes a serem feitas relaciona-se com a escolha profissional, que no Brasil, normalmente acontece entre o fim da adolescência e o início da juventude quando o cidadão é instigado a decidir qual curso universitário irá realizar (JORDANI et al., 2014).

Mas, além de escolher o curso, é necessário decidir em qual instituição será realizada a graduação. O último censo da educação superior constatou no ano de 2013, a existência de 2.391 instituições de ensino superior no Brasil, sendo que 2.090 são instituições privadas e 301 públicas. A região nordeste é a segunda no Brasil em número de matrículas no ensino superior presencial, sendo o estado de Pernambuco o segundo mais expressivo na região (CAPELATO, 2015).

No estado de Pernambuco, o curso de ciências contábeis é ofertado por 44 instituições de forma presencial e 19 oferecem na modalidade a distância, conforme consulta realizada no *site* do Ministério de Educação (MEC) no mês de maio de 2016. Descortina-se dessa forma, um leque de opções para aqueles que desejam ingressar nessa área. Assim sendo, torna-se necessário escolher entre diversas instituições o que faz com que determinados fatores sejam levados em consideração. Diante disso, o questionamento proposto para a presente pesquisa apresenta-se como: "Quais os fatores foram considerados relevantes na escolha da instituição de ensino superior para discentes do curso de ciências contábeis?".

O objetivo do trabalho é investigar quais os fatores, daqueles apontados como mais significativos pela literatura, foram considerados importantes para que os estudantes de ciências contábeis viessem a escolher a instituição onde iriam cursar a graduação na referida área de conhecimento.

Este estudo torna-se relevante por apontar para as instituições de ensino quais os critérios adotados por candidatos no processo de escolha da faculdade/universidade onde pretendem

estudar, para que assim, essas organizações possam se preparar de forma a atender de forma mais adequada às expectativas do seu público alvo.

O trabalho subdivide-se em cinco seções, sendo esta uma seção introdutória apresentando o objetivo da pesquisa, seu contexto e problema proposto. A próxima seção destaca a revisão de literatura e os estudos anteriores que abriram o caminho para a realização desta pesquisa. Na terceira seção foi apontada a metodologia adotada para o alcance do objetivo do trabalho. A seção intitulada "resultados da pesquisa" discute as principais descobertas obtidas realizando um paralelo entre o que é encontrado no estudo e o que já vem sendo apontado em pesquisas anteriores. Por fim, a última seção traz as considerações finais do trabalho, sumariza seus resultados, aponta suas limitações e traça caminhos para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

O ato de escolher apresenta dois importantes momentos: o primeiro é caracterizado por descobrir quais são os objetivos a serem perseguidos e o segundo momento trata da análise das formas, ou meios que permitirão atingir tais metas (SCHEEFFER, 2013).

No entanto, para que seja feita determinada escolha, torna-se necessário agrupar, dentro do possível, informações que permitam solidificar as decisões feitas (BAERT, 1997), a isto convencionou-se chamar de ação racional, que se refere a um ato de escolha dentre as melhores opções disponíveis para determinado agente (FEREJOHN; PASQUINO, 2001).

Na segunda metade do século XX, a perspectiva teórica sobre a escolha racional ganhou força. Para ela, o comportamento humano pode ser estudado com base na racionalidade, explicando assim os diversos fenômenos sociais (MEIRELES; 2012). Os principais pressupostos desta teoria, conforme aponta Zey (2015) são:

- Maximização da utilidade pessoal, sem pesar as restrições impostas por outros ou por normas sociais;
- Os agentes (tomadores de decisão) possuem total conhecimento dos seus interesses e dos recursos existentes no mercado para satisfação dessas necessidades;

- Os agentes calculam e recalculam as possibilidades de mudança e procuram agir de forma racional;
- Preferências não mudam, são estáveis e podem predizer determinados comportamentos;
- Os agentes não colocam emoções, impulsos, hábitos e outros elementos 'irracionais' nas suas escolhas e;
- O equilíbrio é encontrado quando existe uma harmoniosa relação entre oferta e demanda, utilidade e custo.

No entanto, apesar de seu amplo uso em diversas ciências, principalmente na economia (BUSKENS, 2015), a teoria da escolha racional é alvo de críticas. Salienta-se que, para a corrente teórica supracitada, o indivíduo sempre sabe tomar decisões ótimas o que, para alguns críticos fica subtendido que a sociedade sob as lentes dessa teoria possa ser matematicamente calculável. A crítica também paira no pressuposto de que os agentes possuem todas as informações que necessitam para tomar decisões, sendo que na maioria dos contextos o acesso a informações ocorre de forma assimétrica (MORAES, 2014)

No entanto, apesar de suas limitações a teoria ainda pode ser considerada útil como um norte para melhor compreender o processo decisório. Vale ressaltar que, das muitas decisões realizadas pelo ser humano, tem-se aquelas relacionadas com o sucesso profissional. Dentro dessa decisão tem-se a opção pela instituição de ensino onde cursar uma graduação. Apesar da teoria da escolha racional comparar as opções e os custos para determinadas escolhas, a questão do ensino também pode ser relacionada com esta teoria, visto que, conforme apontado por Bergamo *et al*. (2008), com o passar dos anos o ensino superior do Brasil passou a ser visto como mais um setor econômico, mercadológico e recheado de marketing a fim de atrair novos 'clientes'.

Diante disso, o próximo tópico abordará estudos que averiguaram quais aspectos são levados em consideração no processo de escolha da instituição de ensino onde realizar um curso superior.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Os estudos anteriores, tanto nacionais como internacionais, apontam diversos critérios que são levados em consideração no processo de escolha da instituição de ensino. Esses fatores podem ser agrupados em quatro categorias principais: (1) aspectos financeiros; (2) infraestrutura e localização; (3) família e relacionamentos e (4) imagem da instituição e qualidade no ensino, conforme resumido no quadro1.

Quadro 1 – Categorias de critérios para a escolha da instituição de ensino superior.

Financeiro	**Infraestrutura e Localização**	**Família e relacionamentos**	**Imagem da instituição e qualidade do ensino**
• Mensalidade/Custos • Empregabilidade	• Proximidade da residência; • Facilidade de acesso; • Infraestrutura de tecnologia da informação; • Instalações do prédio; • Segurança do campus	• Influência dos pais; • Vida social; • Amizades e relacionamentos	• Disciplinas; • Programa de ensino; • Tradição da instituição; • Reputação e reconhecimento perante a sociedade.

Fonte: Elaborado com base nos estudos anteriores.

Quando comentado acerca dos aspectos financeiros, emergem critérios como custos para realização do curso, valor da mensalidade (CHAPMAN, 1981; BERGAMO et al., 2008; RAMOS; SANDER; PRADO, 2013). Um outro fator é a expectativa de empregabilidade analisada principalmente pela taxa de colocação no mercado de trabalho dos recém-formados da instituição pretendida (SOUTAR; TUNER; RAMOS, 2002; SANDER; PRADO, 2013; ALÉSSIO; DOMINGUES; SCARPIN, 2010; MAINARDES; DOMINGUES, 2010).

A literatura também aponta para uma relevância dada aos aspectos relacionados com a infraestrutura e localização da instituição de ensino. Pontos como proximidade da residência, facilidade de acesso, instalações do prédio, infraestrutura tecnológica e segurança dentro do *campus* são significativos na escolha da faculdade (CHAPMAN; 1981; SOUTAR; TUNER, 2002; BERGAMO et al., 2008; RAMOS; SANDER; PRADO, 2013; ALÉSSIO; DOMINGUES; SCARPIN, 2010).

Cruciais também são os fatores ligados à família e relacionamentos. Chapman (1981), Yamoto (2006) e Soutar e Turner (2002) são unânimes em afirmar que a opinião dos pais é relevante neste processo de escolha. Elementos que venham a permitir uma vida social e a ampliação de redes de amizades e relacionamentos também são considerados importantes (BERGAMO et al.; VELOUTSOU; LEWIS; PATON, 2004).

Por fim, são fulcrais os critérios relacionados com a imagem da faculdade e sua qualidade de ensino, visto que esses elementos foram citados como significativos em todos os estudos verificados e já abordados nesta seção. Elementos como programa de ensino, disciplinas ofertadas, reputação perante a sociedade, tradição e reconhecimento são apontados como muito significativos.

E é justamente neste aspecto que as instituições precisam ficar atentas. No contexto nacional, uma das formas de avaliar as organizações educacionais é por meio do Exame Nacional de Desempenho de estudantes (ENADE), instituído pela da Lei nº. 10.861 de 2004 com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes com relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do curso de graduação.

O MEC ainda realiza avaliações periódicas em instituições a fim de verificar a possibilidade de credenciamento ou de renovação de credenciamento das mesmas como ofertantes de cursos, avaliando determinados critérios de qualidade, conforme preza o Decreto Lei n. 5773 de 2006.

Ainda no contexto nacional, refinando para a área contábil, temos o exame de suficiência realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Instituído através da Lei 12.249 de 2010 e da Resolução CFC n. 1.373 de 2011. A avaliação tem como objetivo comprovar a obtenção de conhecimentos médios consoante ao conteúdo abordado nos cursos de bacharelado em ciências contábeis. Galvão (2015) verificou que na percepção dos contabilistas este exame traz uma maior valorização para os profissionais da área, mas na opinião dos respondentes a prova não ajuda na avaliação das faculdades/universidades. Isso se dá pelo fato do Conselho Federal de Contabilidade não divulgar os resultados por instituição, o que conforme Leite e

Guimarães (2004) não permite que os candidatos a bacharel escolham a organização cujos alunos possuem melhor desempenho na avaliação.

Dessa forma, o diferencial do presente estudo refere-se a verificar como os discentes encaram a possibilidade de serem aprovados no exame de suficiência na escolha da instituição de ensino superior mesmo sem haver a divulgação dos resultados por faculdade. No caso, se este fator vier a ser significativo poderá denotar que os discentes associam a instituição à maior chance de aprovação no exame utilizando-se de determinados critérios que, quando atingidos pela organização educacional, refletem para o estudante que esta possui qualidade.

A seguir, detalha-se a metodologia do estudo adotada a fim de que o trabalho alcance o objetivo proposto, responda à questão de pesquisa e assim traga contribuição para a literatura já existente.

3. METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto e de resposta ao problema de pesquisa utilizou-se uma metodologia de pesquisa descritiva, realizada por meio de pesquisa *survey*, com uma abordagem quantitativa.

Com base nos estudos anteriores foi elaborado um instrumento de coleta de dados divido em duas seções principais. A primeira tratava do perfil dos respondentes, enquanto a segunda seção apontou fatores relevantes no processo de decisão da instituição de ensino superior, descritos na literatura e adaptados conforme a realidade da educação contábil brasileira.Estes foram subdivididos conforme denominação já anteriormente discutida. O quadro 2 sintetiza o questionário elaborado.

Quadro 2 – Resumo do questionário aplicado.

Bloco 1 - Perfil do Respondente			
Gênero; faixa etária; Período do curso; Estuda em instituição pública ou privada; turno de estudo; é bolsista de instituição privada; entrou como cotista em instituição pública; Como conheceu a instituição de ensino; situação profissional.			
Bloco 2 - Fatores para a escolha da instituição			
Financeiros	**Infraestrutura e localização**	**Família e relacionamentos**	**Imagem da instituição e qualidade do ensino**
Empregabilidade dos recém-formados; Mensalidade / Gratuidade Facilidade para conseguir estágio.	Qualidade do laboratório de informática; Segurança no campus; Proximidade da instituição da minha residência; Facilidade de transporte para chegar na instituição; Instalações da biblioteca.	Influência dos pais; Proximidade da Instituição de áreas de lazer; Maior oportunidade para amizades e relacionamentos afetivos;	Ementa da instituição para o curso; A reputação da universidade; Aulas voltadas para o mercado de trabalho; Oportunidades para estudar no exterior; A instituição possui empresa júnior; A instituição oferece palestras e congressos relevantes; Idade da instituição; Conceito da Instituição no ENADE; Maior garantia de aprovação no exame de suficiência.

Fonte: elaboração própria.

Assim como recomendado no estudo de Medeiros *et al*. (2016), os fatores foram dispostos de forma desordenada, sem indicar para os respondentes o agrupamento ao qual pertenciam para evitar assim algum viés na resposta.

Ressalta-se que a segunda seção é apresentada por meio da escala likert de 5 pontos, onde 5 significa total relevância, 4 alguma relevância, 3 denota indiferença, 2 destaca que o elemento possui pouca relevância para o respondente e 1 caracteriza nenhuma relevância. O questionário, após sua elaboração, foi testado com quinze alunos do curso de ciências contábeis de uma instituição de ensino privada a fim de averiguar possíveis dúvidas, melhorando assim a eficiência do questionário.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado em três instituições de ensino situadas na região metropolitana do Recife, sendo uma pública e duas privadas. A escolha das instituições se

deu por conveniência de acesso. No total, foram entrevistados 295 estudantes, no entanto, 228 questionários foram considerados válidos, visto que alguns discentes não completaram o formulário, esquecendo de responder algumas questões.

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa. Inicialmente foi realizada uma análise descritiva a fim de conhecer os traços da amostra estudada.Em seguida, realizou-se o Alfa de Cronbach a fim de verificar a confiabilidade do questionário. Adotou-se como critério o apresentado por Kline (1999), onde valores acima de 0,7 são considerados aceitáveis.

Em seguida, realizou-se a análise fatorial a fim de verificar quais os elementos apresentados no questionário são realmente significativos, ou seja, constituem fatores relevantes, no processo de escolha da instituição de ensino. Esse tipo de análise permite agrupar diversos pontos em determinadas categorias de variáveis, possibilitando um melhor entendimento dos dados, sendo amplamente utilizada nas ciências sociais (LATIF, 1994; FIELD, 2009).

A seguir serão apresentados os resultados alcançados no presente estudo após aplicação das técnicas metodológicas discutidas na presente seção.

4RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

4.1 Análise descritiva do perfil dos respondentes

Inicialmente torna-se necessário conhecer o perfil dos participantes da amostra pesquisada. Verificou-se que 49,1% dos respondentes foram do gênero masculino, enquanto 50,9% do gênero feminino. Apesar da diferença ser sutil, o estudo ratifica o que já vem sendo apontado em pesquisas anteriores quanto ao aumento da participação feminina na área contábil (MOTA; SOUZA, 2013; MORENO, SANTOS; SANTOS, 2015).

Quanto à faixa etária dos discentes, tem-se que 23,7% possuem menos de 20 anos, 36,8% estão entre 20 e 25 anos, 20,6% entre 25 e 30 anos, 9,2% entre 30 e 40 e por fim, 9,6% mais de 40 anos. Tem-se então, que o curso de ciências contábeis tem atraído os jovens para ingresso nesse mercado. (OLIVEIRA; NASCIMENTO NETO; DANTAS, 2008).

Quanto à instituição, 53,9% dos respondentes eram de instituição pública de ensino, enquanto 46,1% de faculdade privada. Os discentes também foram questionados quanto ao turno

em que estudavam e verificou-se que 10,1% frequentavam as aulas no turno da manhã, 32,5% no turno da tarde e 57,5% no turno noturno.

Entre os alunos de instituição privada averiguou-se que 33,65% deles eram bolsistas de algum programa do governo federal, 7,7% recebiam bolsa ofertada pela própria organização educacional e 58,65% não eram bolsistas. Por outro lado, na instituição pública os discentes foram questionados quanto a forma de ingresso, ou seja, se estes eram ou não cotistas. Dessa forma constatou-se que 45,96% dos respondentes eram cotistas, enquanto 54,04% eram não cotistas.

Quanto a forma que conheceram a instituição de ensino a qual estavam vinculados, verificou-se que os amigos constituem a maior forma de propagação, visto que 44,7% conheceram através da recomendação de amizades. A internet constitui forma significativa em detrimento das demais, visto que 20,2% dos discentes afirmaram terem conhecido através deste meio, 6,1% conheceram através de anúncios na televisão, 16,2% através de familiares e 12,7% conheceram de outras formas.

Quanto a situação de trabalho dos discentes verificou-se que 37,4% dos respondentes trabalham, 28,9% não trabalham e são sustentados pela família, 3,9% trabalham mas contam com o apoio financeiro de familiares, 19,3% são estagiários e 10,5% estavam desempregados no período da pesquisa. O fato da maior parte dos estudantes já exercer alguma atividade remunerada explica um maior percentual de estudantes no horário noturno.

A seguir serão apresentados os resultados descritivos da segunda seção do estudo que averiguou os fatores relevantes no processo de escolha da instituição de ensino superior.

4.1.2 Análise descritiva dos fatores

No que se refere aos aspectos que foram levados em consideração no processo de escolha da instituição de ensino superior, comenta-se os principais resultados.

Tem-se que a reputação da instituição foi considerada muito relevante para a maioria dos discentes (70,6%), resultado semelhante foi apresentado com os aspectos financeiros de mensalidade ou gratuidade (71,5%).

O conceito da instituição no ENADE e a possibilidade de maior garantia de aprovação no exame de suficiência também foram considerados muito relevantes para a maioria dos estudantes (51,8% e 49,6% respectivamente).

Por outro lado, aspectos como proximidade de áreas de lazer e maior oportunidade para amizades e relacionamentos afetivos apresentaram um maior percentual de nenhuma relevância (43,4% e 46,9% respectivamente), ou seja, a maioria os estudantes não observam estes critérios no processo de escolha da instituição de ensino superior.

Os demais resultados são sumarizados na tabela 1 destacando o percentual de concordância e discordância para cada item apresentado no instrumento de pesquisa.

Tabela 1 – Resumo da estatística descritiva para os fatores relevantes no processo de escolha da IES.

Item	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Indiferente	Alguma relevância	Muita relevância	Total
Ementa da instituição para o curso	6,60%	6,10%	20,20%	32,90%	34,20%	100,00%
A reputação da universidade	0,90%	3,10%	7,90%	17,50%	70,60%	100,00%
Proximidade da Instituição de áreas de lazer	43,40%	20,60%	20,20%	8,30%	7,50%	100,00%
Aulas voltadas para o mercado de trabalho	6,60%	9,20%	21,90%	30,70%	31,60%	100,00%
Empregabilidade dos recém-formados	12,70%	6,60%	16,70%	22,80%	41,20%	100,00%
Oportunidades para estudar no exterior	29,80%	15,80%	18,00%	16,20%	20,20%	100,00%
Qualidade do laboratório de informática	29,40%	17,10%	26,30%	15,40%	11,80%	100,00%
Segurança no campus	27,20%	14,00%	21,90%	18,90%	18,00%	100,00%
A instituição possui empresa júnior	28,90%	11,40%	19,30%	19,70%	20,70%	100,00%
A instituição oferece palestras e congressos relevantes	6,10%	6,10%	18,90%	31,60%	37,30%	100,00%
Proximidade da instituição da minha residência	25,40%	11,40%	20,20%	15,40%	27,60%	100,00%
Facilidade de transporte para chegar na instituição	16,20%	13,60%	24,10%	15,80%	30,30%	100,00%
Idade da instituição	14,10%	11,80%	21,10%	24,10%	28,90%	100,00%
Maior oportunidade para amizades e relacionamentos afetivos	46,90%	11,89%	19,70%	10,10%	11,41%	100,00%
Facilidade para conseguir estágio	13,20%	6,10%	19,70%	25,90%	35,10%	100,00%
Instalações da biblioteca	6,60%	9,60%	18,90%	33,80%	31,10%	100,00%
Influência dos pais	27,20%	7,80%	22,40%	18,90%	23,70%	100,00%
Conceito da Instituição no ENADE	6,50%	4,80%	15,80%	21,10%	51,80%	100,00%
Maior garantia de aprovação no exame de suficiência	7,90%	4,80%	14,90%	22,80%	49,60%	100,00%
Aspectos financeiros (mensalidade, gratuidade)	5,70%	4,40%	5,70%	12,70%	71,50%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida foi realizada a análise fatorial com a finalidade de verificar os fatores considerados significativos no processo de escolha da instituição de ensino. A análise e seus resultados são apresentados na seção a seguir.

4.2 ANÁLISE FATORIAL

O Alfa de Cronbach para a seção do estudo que abordou os fatores relevantes no processo de escolha da instituição de ensino superior foi de 0,862 o que denota uma boa confiabilidade para o instrumento de pesquisa. O teste KMO foi de 0,840 o que de acordo com Field (2009) pode ser considerado um valor ótimo, destacando que os dados da pesquisa se adequam bem à análise fatorial.

Verificou-se que foram considerados significativos quatro grupos de fatores. A tabela 2 apresenta os grupos e os pontos que compuseram cada um dos agrupamentos. Ressalta-se que conforme recomenda Field (2009) apenas as cargas fatoriais acima de 0,40 foram consideradas significativas.

Tabela 2 – Carga fatorial.

Item	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Ementa da instituição para ocurso	0,667			
A reputação da universidade				0,668
Proximidade da Instituição de áreas de lazer			0,583	
Aulas voltadas para o mercado de trabalho	0,574			
Empregabilidade dos recém-formados		0,584		
Oportunidades para estudar no exterior		0,709		
Qualidade do laboratório de informática	0,622			
Segurança no campus	0,664			
A instituição possui empresa júnior	0,662			
A instituição oferece palestras e congressos relevantes	0,585			
Proximidade da instituição da minha residência			0,771	
Facilidade de transporte para chegar na instituição			0,792	
Idade da instituição			0,539	
Maior oportunidade para amizades e relacionamentos afetivos			0,566	
Facilidade para conseguir estágio		0,665		
Instalações da biblioteca				0,463
Influência dos pais		0,723		
Conceito da Instituição no ENADE				0,504
Maior garantia de aprovação no exame de suficiência	0,573			
Aspectos financeiros (mensalidade, gratuidade)				0,551

Fonte: Dados da pesquisa.

Tem-se então que o fator 1 agrupou questões como ementa da instituição de ensino, aulas voltadas para o mercado de trabalho, qualidade do laboratório de informática, segurança no campus, o fato da faculdade possuir empresa júnior, se esta oferece cursos e palestras relevantes e maior garantia de aprovação no exame de suficiência, ou seja, fatores ligados à imagem e qualidade de ensino, bem como infraestrutura organizacional.

Já o fator 2 agrupou aspectos como a empregabilidade dos recém-formados, oportunidades para estudar no exterior, facilidade para conseguir estágio e influência dos pais, apresentando aspectos financeiros, de imagem e qualidade do ensino, bem como relacionados com a família e relacionamentos. Por outro lado, o fator 3 apresentou itens como proximidade da instituição de áreas de lazer, proximidade da residência, facilidade de transporte, idade da instituição e maior oportunidade para amizades e relacionamentos afetivos, destacando os mesmos grupos apontados na literatura, tal como o fator 2.

Por fim, o fator 4 foi composto por aspectos como reputação da universidade, facilidade para conseguir estágio, conceito da instituição no ENADE e aspectos financeiros como mensalidade e gratuidade, agrupando os pontos da literatura ligados à situação financeira do discente e a imagem e qualidade de ensino da instituição.

Dentro de cada grupo alguns fatores apresentaram maior relevância que outros, conforme destacado na tabela 3.

Tabela 3 – Aspectos mais significativos.

Item	Fator	Carga fatorial
Ementa da instituição para o curso	1	0,667
Influência dos pais	2	0,723
Facilidade de transporte para chegar na instituição	3	0,792
A reputação da universidade	4	0,668

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, pode-se concluir que os aspectos mais importantes no processo de escolha da instituição de ensino superior estão ligados à imagem da instituição e sua qualidade de ensino (Ementa e reputação), à infraestrutura e localização (facilidade de transporte) e família e relacionamentos (influência dos pais). A questão financeira não se apresentou tal significativa, o que pode ser explicado pelo fato da maioria dos respondentes já trabalharem durante a graduação com certa independência financeira.

Verifica-se também, realizando um paralelo com a teoria da escolha racional, que os discentes procuram fundamentar suas decisões de forma mais embasada, fugindo dos aspectos emocionais, visto que procuram analisar a ementa da instituição, sua reputação perante a sociedade e a facilidade de chegar na mesma.

Ainda assim, a influência dos pais foi considerada significativa, o que já era esperado visto ser este um aspecto considerado relevante em praticamente todos os estudos anteriores relacionados à escolha não apenas da instituição de ensino como também do curso superior.

Destaca-se ainda o fato de que o fato de ser aprovado ou não no exame de suficiência não apresentou tanta relevância quando comparado com os demais, o que pode ser explicado pelo fato do resultado não ser divulgado por instituição de ensino.

Diante desses aspectos, segue-se para o capítulo conclusivo do presente trabalho.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi investigar quais os fatores, daqueles apontados como mais significativos pela literatura, foram considerados importantes para que os estudantes de ciências contábeis viessem a escolher a instituição onde iriam cursar a graduação na referida área de conhecimento.

Verificou-se que aspectos como a ementa da instituição, a reputação da mesma na sociedade, facilidade de transporte para chegar na faculdade e a influência dos pais destacam-se como fatores significativos no processo de escolha da instituição corroborando assim com os estudos anteriores. Averiguou-se também que o exame de suficiência não é apontado como muito significativo o que pode ser explicado pelo fato do Conselho Federal de Contabilidade não divulgar os resultados por instituição.

No entanto, no processo de escrita de trabalhos acadêmicos, o pesquisador precisa estar cônscio das possíveis limitações do estudo. Diante disso, tem-se que a amostra do presente artigo deveria ser ampliada a fim de apresentar resultados ainda mais consistentes.

Mas, apesar de suas limitações o estudo não deve ser descartado, pois ele abre caminhos para pesquisas futuras. Recomenda-se então ampliar a amostra do presente trabalho; averiguar se existe diferença entre o critério adotado por estudantes de instituições públicas e privadas; bem

como comparar os critérios dos estudantes de ciências contábeis com os de outras áreas tais como administração e economia, visto que também estão inseridas nas ciências sociais.

Dessa forma, conclui-se que o trabalho atingiu o objetivo proposto e pôde auxiliar as instituições de ensino a refletir nos aspectos relacionados à suas atitudes como forma de atração de estudantes. Recomenda-se então que as faculdades e universidades mantenham sempre suas ementas atualizadas e divulguem nos respectivos sítios eletrônicos, pois conforme apontado, esta pode ser uma porta de entrada do candidato para a instituição.

A reputação da mesma perante a sociedade também deve ser trabalhada cada dia, vinculando a mesma à imagem de qualidade e tradição para atrair os candidatos. É claro que estes aspectos não devem ser apenas estratégias de marketing, mas devem ser de fato perseguidos a fim de que os estudantes sintam-se satisfeitos com a escolha que fizeram, até por que, conforme apontado, a principal forma de conhecimento da instituição foi através de amigos, o que permite concluir que discentes satisfeitos atraem outros discentes e sem dúvida a finalidade de qualquer instituição deve se prezar pelo bom desempenho acadêmico visando uma formação teórico-prática consistente, preparando seus estudantes para os ferozes desafios do mercado de trabalho atual.

REFERÊNCIAS

ALÉSSIO, Simone Cristina; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Fatores determinantes na escolha por uma instituição de ensino superior do Sul do Brasil.** In.: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende – RJ, 31 de outubro e 01 de novembro de 2010.

BAERT; P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e sociologia. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v.12, n. 35, fevereiro de 1997.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BERGAMO; F.V.M.; PONCHIO; M.C.; ZAMBALDI; F.; GIULIANI; A.C.; SPERS; E.E. De *Prospect* a Aluno: Fatores Influenciadores da Escolha de uma Instituição de Ensino Superior. **Anais**. III Encontro de Marketing da ANPAD, Curitiba, 14 a 16 de maio de 2008.

BRASIL. **Censo da educação superior 2013: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

BRASIL. **Lei 10.861 de 14 de abril de 2004** - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm> Acesso em junho de 2016.

BRASIL. **Lei 5.773 de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm> Acesso em junho de 2016.

BUSKENS; V. Rational Choice Theory in Sociology. . **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2 ed. Pages 901–906, 2015.

CAPELATO, R. (Organizador). **Mapa do ensino superior no Brasil**. São Paulo: Sindicato das mantenedoras de ensino superior, 2015.

CARROL; L. **Aventuras de Alice**. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite. 3 ed. São Paulo: Summus, 1980.

CHAPMAN; D.W. A Model of Student College Choice, **The Journal of Higher Education**, Vol. 52, No. 5, pp. 490 – 505; set-oct, 1981.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Lei n. 12.249 de 11 de junho de 2010**- altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparq/lei12249.pdf> Acesso em: 07/01/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1.373 de 8 de dezembro de 2011** - Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1373.doc> Acesso em: 07/01/2015.

FEREJOHN; J. PASQUINO; P. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.16, n. 45, fevereiro de 2011.

FIELD, A. **Descobrindo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALVÃO; N.M.S. Percepção dos Contadores sobre o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. **In: 12º Encontro Nordestino de Contabilidade**, Recife – Pernambuco, 2015.

JORDANI; P.S.; BARICHELO; R.; ARTMANN; C.R.; ECKER; J.S. Fatores determinantes na escolha profissional: um estudo com alunos concluintes do ensino médio da região Oeste de Santa Catarina. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 25-32, 2014.

KLINE; P. **The handbook of psychological testing**. 2nd ed. Routledge. 1999.

LATIF, S.A. A análise fatorial auxiliando a resolução de um problema real de pesquisa em marketing. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.00, n.0, 2 semestre de 1994.

LEITE, C.E.B.; GUIMARÃES, G. Qualidade nos Cursos de Ciências Contábeis**. Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte, v. 15, n.1, p.35-51, 2004.

MAINARDES, Emerson Wagner; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza**. Atração de alunos para a graduação em administração em Joinville – SC: estudo multicaso sobre os fatores relacionados ao mercado de trabalho.** FACEF Pesquisa, v. 13, n. 1, p. 32-47, 2010.

MARINGE; F. University and course choice. **International Journal of Educational Management**, Vol. 20 Iss 6 pp. 466 – 479, 2006.

MEDEIROS; P.M., GALVÃO; N.M.S.; ARAÚJO; J.G.N.; LAGIOIA; U.C.T.; FERREIRA; A.P.S. Percepção dos discentes de ciências contábeis quanto ao comportamento no ambiente de trabalho: um estudo baseado na teoria X e Y**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 152-172, jan./abr., 2016.

MEIRELES; F. Teoria da escolha racional: limites e alcances explicativos. **Revista eletrônica de ciências sociais**, João Pessoa, n. 22, p. 52-61, dezembro de 2012.

MIRANDA, Cristina M. Schmitt; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **Razões para escolha de uma IES: uma abordagem sobre o perfil socioeconômico de alunos interessados em cursar administração.** In.: XVII ENANGRAD – Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, São Luiz, Maranhão, 27 a 30 de agosto de 2006.

MORAES, T. P. B.. Os sete pilares da natureza humana. Uma crítica à teoria da escolha racional por meio da análise dos grandes desafios evolutivos. **Sol Nascente**, v. 5, p. 44-66, 2014.

MORENO; M.M.; SANTOS; F.V.; SANTOS, C.B. O fortalecimento da mulher na área contábil – crescimento e valorização profissional. **Estudos**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 201-210, abr./jun. 2015.

MOTA; E.R.C.F..; SOUZA; M.A. A evolução da mulher na contabilidade: os desafios da profissão. **Anais eletrônicos...** In: Congresso Virtual brasileiro – Administração (COVIBRA), 2013. Disponível em: <https://unibhcienciascontabeis.files.wordpress.com/2013/11/artigo_mulher_contabilista_completo.pdf > Acesso em junho de 2016.

OLIVEIRA; J.G.; NASCIMENTO NETO; A.G.; DANTAS, J.M. Avaliação do ensino no curso de ciências contábeis: o olhar dos discentes da Universidade Federal da Paraíba. **In:** XI Encontro de iniciação a docência. João Pessoa: Ed. Universitária, 2008.

RAMOS, Simone Cristina; SANDER, Josué Alexandre; PRADO, Paulo Henrique Muller. **Processo decisório para escolha de uma instituição de ensino superior: dimensões da decisão e fatores relevantes.** In.: XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013.

SCHEEFER, F. Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus? **Em Tese**, Florianópolis, v.10, n.1, janeiro a junho de 2013.

SOUTAR; G.N.; TURNER; J.P.Students' preferences for university: a conjointanalysis. **International Journal of Educational Management**, Vol. 16 Iss 1 pp. 40 – 45, 2002.

VELOUTSOU; C.; LEWIS; J.W.; PATON, R.A. University selection: information requirements and importance. **International Journal of Educational Management**, Vol. 18 Iss 3 pp. 160 – 171, 2004.

YAMAMOTO; G.T. University evaluation-selection: a Turkish case. **International Journal of Educational Management**, Vol. 20 Iss 7 pp. 559 – 569, 2006.

ZEY; M.A. Rational Choice and Organization Theory. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**.2 ed. P. 892-895, 2015.

COD 5. PERCEPÇÃO DOS FISCAIS DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC) ACERCA DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Flávio Satoshi Okamura Filho
Bacharel em Ciências Contábeis -UFPB

Edmery Tavares Barbosa
Professora do Departamento de Finanças e Contabilidade - UFPB

RESUMO

A contabilidade está presente em vários setores da sociedade, com isso o profissional contábil adquire uma grande responsabilidade de forma a exercer suas atividades corretamente. Diante dessa realidade o comportamento ético deve prevalecer para que o profissional contábil realize seu trabalho de acordo com o que normatiza o Código de Ética Profissional do Contador. A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar a percepção dos fiscais do setor de fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe acerca da aplicação do Código de Ética Profissional do Contador nas práticas contábeis dos profissionais da contabilidade, apontando os tipos de fraudes, irregularidades e punições registradas, assim como, descrever as ações realizadas pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a fim de coibir as práticas irregulares no período de 2010 a 2014. O estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica com análise qualitativa. Para que o resultado fosse alcançado utilizou-se de um questionário aplicado aos fiscais dos respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade. Após a análise dos dados coletados foi constatado que, na percepção dos fiscais, há necessidade de maior adesão do Código de Ética Profissional do Contador por meio dos profissionais contábeis dos estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe, tendo em vista que práticas contábeis irregulares estão ocorrendo apesar do trabalho de conscientização e fiscalização exercido pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Palavras-chave: Código de Ética Profissional do Contador. Profissão Contábil. Fiscalização. Conselho Regional de Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A palavra ética vem do grego *ethos* e moral vem do latim *mores*, ambos os termos significam conduta, costume e modo de agir. Apesar de terem os mesmos significados possuem

valores diferentes, moral corresponde às situações particulares que colocam em prática os valores adquiridos com a experiência de vida de cada individuo onde há o conhecimento do certo e errado, a ética tem papel normatizador, propondo as obrigações e deveres necessários para uma convivência saudável, dando suporte a moral (PASSOS, 2008, p. 22).

A ética estuda os valores morais durante a história, formulando condutas que visam a harmonia social. Por esse motivo a ética está presente nas relações de cunho profissional, onde a confiança e credibilidade somam pontos positivos. Mais especificamente, a ética profissional corresponde, então, a um conjunto de condutas, normas e princípios que tem como objetivo conduzir de forma correta as relações dos profissionais com sua equipe de trabalho, clientes e instituições (PASSOS, 2008, p.108).

Nesse contexto, é patente o exercício da profissão do Contador com zelo, ética e transparência. Responsável por fornecer informações financeiras, assessorar e fiscalizar as organizações por meio de seus relatórios contábeis e práticas contábeis no que tange também o relacionamento com clientes e demais usuários das informações contábeis. Tais funções necessitam de prática da ética profissional que segue aspectos como a confiabilidade, clareza, legalidade e sigilo.

Essa responsabilidade exige uma fiscalização sobre esses profissionais, assim o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), munidos das leis vigentes no Brasil e Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), exercem o papel fiscalizador do exercício da profissão contábil.

Fraudes contábeis e condutas profissionais que burlam as leis e preceitos éticos devem ser combatidas por meio da fiscalização exercida pelo CFC e CRC. A atuação dos fiscais, constatando fraudes, punindo e orientando, desenvolve o mercado contábil, buscando melhorar a reputação dos profissionais da área e elevar a credibilidade do contador perante a sociedade.

Dentre casos de fraudes contábeis pode-se citar os internacionalmente conhecidos como o da WorldCom e Enron, em âmbito nacional existem casos como o do Carrefour e do Banco PanAmericano, os quais aumentam a responsabilidade do contador, das empresas de auditoria

independente e órgãos fiscalizadores. Segundo Ely (2010), após esses escândalos empresas passaram a se preocupar mais com a prestação de contas e padrão das informações contábeis.

Nesse contexto, valoriza-se o papel da fiscalização promovido pelo setor de fiscalização dos CRC cujo objetivo é manter a ordem e legalidade no exercício da profissão, investigando casos em que o contador não atende as conformidades da lei nem os preceitos éticos, conferindo punições e também realizando o papel preventivo por meio de orientações. Considerando a questão em pauta, surgiu então o seguinte problema de pesquisa: **Qual a percepção do setor de fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) acerca da aplicação do Código de Ética Profissional nas práticas contábeis dos profissionais dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe?** O objetivo geral desse estudo é apresentar a percepção dos fiscais do Conselho Regional de Contabilidade acerca da aplicação do Código de Ética Profissional do Contador, infrações e penalidades relacionadas aos profissionais de contabilidade da Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

A pesquisa surgiu em virtude da leitura da monografia "Aplicação de penalidades aos contabilistas do Espírito Santo: análise dos casos que ferem o código de ética profissional" de Silva 2008, na qual o autor evidencia os tipos de irregularidades praticadas e punições, assim como a importância do CEPC. A partir de uma reflexão e discussão surgiu o questionamento em relação à fiscalização exercida pelos CRCPB, CRCPE e CRCSE, visando expor as irregularidades praticadas pelos Contadores nos estados de Paraíba, Pernambuco e Sergipe, as penalidades aplicadas, métodos e ações preventivas exercidas pelos órgãos.

2 ÉTICA PROFISSIONAL CONTÁBIL

Sá (2009, p. 17) considera ética, em seu sentido amplo, como a ciência que estuda a conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Compartilhando da mesma ideia Vázquez (1915, p. 23) define ética como: "teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano". De acordo com os autores citados anteriormente, ética corresponde aos parâmetros considerados corretos a

serem seguidos em uma sociedade, equivalentes aos bons costumes que tem como finalidade garantir uma convivência harmônica entre os cidadãos.

Diante do exposto Ashley (2005, p.5) enfatiza que: "responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados ou proibidos por membros da sociedade". Entretanto o convívio humano acaba nos colocando em dilemas éticos, em consequência da variedade de pensamentos, crenças e virtudes únicas de cada ser humano, tornando necessária a adoção de uma postura ética de forma a preservar os valores sociais. Dentre as relações humanas que necessitam da ética para se firmar, uma das mais comuns é a profissional, onde a moral e a ética devem trabalhar em harmonia para que haja ordem e obediência às leis.

Prezando a boa atuação dos profissionais da contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou o Código de Ética Profissional da Contabilidade em 1970 por meio da Resolução CFC n° 290/70. Com o avanço da classe contábil aliada a necessidade de atualização dos conceitos éticos, o CFC, com a Resolução CFC n° 803/96, publicada em 10 de outubro de 1996, reformulou o Código de Ética Profissional da Contabilidade, revogando a antiga resolução e aprovando o agora Código de Ética Profissional do Contador (CEPC). Em 9 de dezembro de 2010 o CFC publicou a Resolução CFC n° 1.307/10, alterando a Resolução CFC n° 803/96 em alguns pontos.

O objetivo do CEPC é fazer com que o profissional contábil adote uma postura pessoal e profissional que entrem em concordância com os princípios éticos aceitos pela sociedade (MARTINS; LISBOA, 1997, p. 61). Não basta o contador ter apenas a capacidade técnica e intelectual para o exercício da função, necessita também de uma boa formação ética e moral, para que assim cumpra suas atribuições de maneira clara e honesta. De acordo com o CEPC o profissional contábil deve adotar um comportamento ético exemplar, corroborando para que a classe seja bem conceituada na sociedade. Nesse sentindo, Silva (2008 *apud* SANZ, 2008) explica que a regulamentação das profissões deu-se em virtude da necessidade de proteger bens e valores do homem. As atividades que devem ser regulamentadas são aquelas em que o

profissional tem que dispor de conhecimento técnico e científico para o desenvolvimento de suas atividades.

Na área contábil, por determinação do Decreto-Lei n° 9.295/46, existem duas categorias profissionais, a de Contador, na qual é exigido o nível superior em Ciências Contábeis, e o Técnico em Contabilidade, que tem como requisito a conclusão do ensino do nível médio e a formação de Técnico em Contabilidade (MONTEIRO E CHACON, 2005, p. 12). Além da formação acadêmica mínima as duas profissões, para que possam ser exercidas, exigem que o Contador ou Técnico em Contabilidade sejam aprovados no Exame de Suficiência e registrados no CRC de sua região.

O Técnico em Contabilidade corresponde ao profissional contábil que tem certificado de formação acadêmica de nível médio e curso técnico em contabilidade. De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP, 2015) o técnico em contabilidade é responsável por fornecer informações úteis a fim de garantir o desenvolvimento e crescimento da empresa, porém sua formação não o habilita a realizar perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços nem auditorias.

Com o advento da Lei nº 12.249/10 os profissionais que possuem formação em Técnico em Contabilidade garantiram o direito de registro profissional junto ao CRC até 1 de junho de 2015, a lei resguarda os direitos de todos os profissionais já registrados, bem como aqueles que vierem a requerer o registro até a data determinada.

O bacharel em ciências contábeis é um profissional versátil, pois possui conhecimento sobre assuntos econômicos, financeiros, tributários, organizacionais e comportamentais tendo um mercado de trabalho amplo oferecendo as mais diversas oportunidades, como a de autônomo, auditor, consultor tributário, perito contábil, dentre outras profissões relacionadas à classe contábil (CRCSP, 2015).

Silva (2008, p. 5) define o profissional da contabilidade como:

> Profissionais com formação Superior em Ciências Contábeis, portadores do diploma de Bacharel em Ciências Contábeis em instituições regulamentadas no Ministério da Educação, ou seja, aptos a exercer a profissão, que deverão registrar-se perante o

> Conselho Regional de Contabilidade, de forma a tornar autorizado a desenvolver as atividades de forma legal.

Conforme os autores o profissional contábil trabalha com a área financeira e econômica patrimonial, sendo responsável pela construção das demonstrações contábeis e seus estudos, auxiliando os gestores nas tomadas de decisões. De acordo com Barzotto (2011, p.4) o contador deve seguir o Código de Ética Profissional do Contador, os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC), as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), assim como as obrigações impostas pelo Código Penal e Código Civil. Nesse sentido, na área contábil, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade juntamente com os Conselhos Regionais de Contabilidade fiscalizar, habilitar e aplicar as leis que regem os profissionais contábeis. Esse dever fica claro no Artigo 2° do Decreto-Lei n° 9.295/46, que diz:

> A fiscalização do exercício da profissão de contabilista, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e guarda-livros, de acordo com as disposições constantes do Decreto n° 20.158, de 30 de junho de 1931, Decreto n° 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, Decreto-Lei n° 6.141, de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-Lei n° 7.988, de 22 de setembro de 1945, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o artigo anterior.

Conforme Silva e Figueiredo (2007, p.31) os Conselhos Regionais de Contabilidade possuem Câmaras de Ética que periodicamente julgam processos provenientes das fiscalizações realizadas *in loco* ou que surgem a partir de denúncias.

Buscando maior eficiência do setor fiscal dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o CFC iniciou o processo para implementação da fiscalização eletrônica. Segundo o site do CFC (2015) o novo sistema será executado gradativamente durante o ano de 2015, de forma que possa trazer benefícios à fiscalização, porém a presença *in loco* dos fiscais poderá ocorrer quando necessário.

Dentre os benefícios que a fiscalização eletrônica poderá trazer pode-se citar o aumento do número de profissionais fiscalizados, eliminação do tempo gasto com deslocamento do fiscal e também do tempo gasto do profissional contábil para atendimento do fiscal, agilidade nas

informações e a análise mais criteriosa dos dados disponibilizados (Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, 2015).

Além do CFC e CRC o profissional contábil também deve colaborar nos trabalhos de fiscalização. Exigir dos órgãos fiscalizadores uma postura mais ativa e denunciar os profissionais que exercem funções contábeis sem a devida formação acadêmica ou que estejam com o registro irregular, são formas de contribuir a aplicabilidade da lei (CFC, 2015).

Existem dois tipos de fiscalização a preventiva e a punitiva. A fiscalização preventiva busca orientar antes da aplicação de qualquer punição, esperando que o profissional regularize a situação que ocasionou o delito, não sendo atendidas as exigências feitas pelo órgão fiscalizador dentro do prazo estipulado, é aplicada a punição de acordo com a natureza da infração cometida (Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2009).

Os dois tipos de fiscalizações exercidas refletem na reeducação dos profissionais, uma vez que é dada a chance do profissional contábil corrigir seu erro a partir da constatação da infração pelo fiscal, caso persista a penalidade será aplicada, o que indica que o profissional não agiu errado por falta de conhecimento quando na verdade foi omisso e desonesto.

Encerrada a fiscalização e sendo encontrado algum tipo de irregularidade o fiscal, de acordo com os critérios de avaliação da infração apresentada, irá orientar ou autuar o profissional contábil. Os diversos tipos de práticas que geram uma infração advêm de comportamentos adotados pelos profissionais contábeis que vão de encontro ao CEPC. De acordo com Calegaro (2010) os tipos de infrações podem ser classificados como atos de imperícia, imprudência e negligência. Imperícia corresponde a falta de conhecimento ou não habilitação para exercer determinadas funções, imprudência é relacionada ao fato do profissional não considerar as consequências que seus atos irregulares possam causar e negligência é pertinente a falta de atenção no exercício de sua atividade. A Resolução CFC 1.370/11 em seu Art. 24 constitui as infrações praticadas por profissionais contábeis.

Se após a orientação do fiscal o profissional contábil continuar a praticar ações em desconformidade com as apresentadas pelo CFC este será penalizado. Para a aplicação da pena o

CFC e CRC irão classificar a infração de acordo com a sua frequência, gravidade e os prejuízos acarretados à sociedade (UGGIONI, 2014).

Em seu Art. 25 a Resolução CFC 1.370/11 determina os tipos de penas aplicáveis, tais como multas; advertência reservada; censura reservada; censura pública; suspensão do exercício profissional; cassação do exercício profissional. O CFC em trabalho conjunto com os CRC buscam preservar a imagem do contador perante a sociedade, diminuindo o número de profissionais que burlam as regras por meio das fiscalizações. Conforme Corrêa (2000) além da fiscalização, orientação e aplicação de pena também é preciso que o profissional tenha uma boa formação ética e moral, fazendo com que seus pensamentos e atitudes não vão de encontro com o bem estar coletivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com aplicação de questionário e análise qualitativa. Segundo Almeida (2011) a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever de maneira clara o objeto de estudo, apresentando suas características juntamente com seus problemas, já a abordagem qualitativa adota o enfoque indutivo para a análise dos dados dando maior importância aos significados conferidos. Quanto às fontes de informação, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que para Lakatos (2010, p. 166) tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com todo material produzido em relação ao tema abordado para que assim promova o estudo sob uma nova ótica, podendo assim chegar a soluções inovadoras para um problema que já foi estudado.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e perguntas de estimação ou avaliação. Segundo Lakatos (2010, p. 184) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário teve como referência a monografia apresentada por Silva (2008). Dividido em três partes, o questionário primeiramente aborda o perfil do respondente, no que tange seu

gênero, faixa etária, formação acadêmica, formação profissional e o CRC em que atua. A segunda parte traz perguntas abertas que tratam da percepção acerca da aplicação do CEPC, infrações e penalidades relacionadas aos profissionais da contabilidade. Por fim, a terceira parte do questionário traz uma questão onde o respondente avalia as atividades realizadas pelo CRC em que atua.

A aplicação do questionário se deu *in loco* no CRCPB com a presença e participação de todos os fiscais da entidade, nos CRCPE e CRCSE o questionário foi aplicado por meio da ferramenta Google Drive, onde, após contato telefônico, foi enviado um e-mail para o CRCPE e CRCSE solicitando que os fiscais participassem da pesquisa respondendo o questionário, onde foram obtidas três repostas do CRCSE e uma resposta do CRCPE. Segundo o site do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 09/11/2015 encontravam-se, conforme Tabela 1, registrados o total de 332.441 mil contadores e 198.729 mil técnicos. Entre eles, o Nordeste é o que apresenta o 3º maior número de contadores e técnicos registrados. Essa representatividade justifica o corte amostral ao escolher CRC da região Nordeste.

Tabela 1 - Profissionais ativos no Brasil

Região	Contador	%	Técnico	%
Centro Oeste	31.338	9	15.063	8
Nordeste	54.311	16	29.551	15
Norte	23.019	7	7.747	4
Sudeste	159.950	48	114.592	58
Sul	63.823	19	31.776	16
Total	**332.441**	**100**	**198.729**	**100**

Fonte: CFC, 2015.

Considerando apenas os CRC da Região Nordeste, a Tabela 2, apresenta que o Estado com maior concentração de contador (27%) e de técnico (26%) é o Estado da Bahia. Considerando a acessibilidade aos respondentes, considerou-se o segundo maior estado em

numero de contadores e técnicos com 17,91% (Pernambuco 2º), o de nível intermédio com 7,65% (Paraíba 5º) e o de menor representatividade, com apenas 4,45% de profissional (Sergipe 9º).

Tabela 2 - Quantidade de profissionais por Estado (Região Nordeste)

Estados	Contador	%	Técnico	%
Alagoas	2.625	5	1.335	5
Bahia	14.747	27	7.685	26
Ceará	8.316	15	4.913	17
Maranhão	4.542	8	2.427	8
Paraíba	4.321	8	2.102	7
Pernambuco	8.138	15	6.885	23
Piauí	4.317	8	1.447	5
Rio Grande do Norte	4.957	9	1.370	5
Sergipe	2.348	4	1.387	5
Total	**54.311**	**100**	**29.551**	**100**

Fonte: CFC, 2015.

Conforme Andrade (2010, p. 130) o universo da pesquisa é constituído por elementos de uma determinada classe ou toda uma população, sendo praticamente impossível se estudar uma população por inteiro, a quantidade de elementos escolhidas daquela população ou universo vão compor uma amostra, assim, os resultados obtidos a partir do estudo dessa amostra podem ser generalizados para todo o universo.

O universo relacionado a esta pesquisa corresponde a doze profissionais que atuam no setor de fiscalização dos CRCPB, CRCPE e CRCSE. A amostra foi constituída por um total de sete fiscais, correspondendo a 58,33% do total do universo estudado.

Tabela 3 - Universo e amostra da pesquisa

CRC	Universo	Amostra	%
PB	3	3	100
PE	6	1	16,67
SE	3	3	100

Fonte: Elaboração própria, 2015.

O tipo de amostragem da pesquisa é não probabilística por acessibilidade, que de acordo com Batista (2013, p. 28) é quando: "independentemente da vontade do pesquisador, somente os indivíduos aos quais ele teve acesso, durante o prazo da pesquisa, são considerados na amostra". Fica evidente quando se nota o número da amostra fornecida pelo CRCPE onde dos seis fiscais compõe a população, apenas um respondeu o questionário em tempo hábil para realização do estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Na presente seção são evidenciadas as informações obtidas por meio do questionário aplicado aos fiscais dos CRCPB, CRCPE e CRCSE. Dentre o total de sete respondentes três fazem parte do CRCPB, um do CRCPE e três do CRCSE. Visando a preservação da identidade dos fiscais, os mesmos, foram classificados aleatoriamente como Fiscal 1, Fiscal 2, Fiscal 3, Fiscal 4, Fiscal 5, Fiscal 6 e Fiscal 7.

Tabela 4 - Distribuição por gênero

Gênero	Faixa Etária		
	Até 25 anos	De 26 aos 30 anos	Acima de 31 anos
Feminino	0	0	5
Masculino	0	1	1

Fonte: Elaboração própria, 2015.

De acordo com a Tabela 4 dentre os sete respondentes cinco são mulheres com faixa etária de 31 anos ou mais que correspondem a 71,43% do total, enquanto apenas dois respondentes são do sexo masculino, um deles tem de 26 a 30 anos e o outro tem 31 anos ou mais, onde juntos somam 28,57% do total de fiscais. Fica visível o domínio das mulheres no setor de fiscalização dos CRCPB, CRCPE e CRCSE.

A formação acadêmica dos respondentes foi perguntada na questão 1.3 do questionário, 100% dos fiscais tem graduação em Ciências Contábeis, destes, seis possuem pós-graduação enquanto que apenas um não possui. Dentre os que possuem pós-graduação cinco são na área de Controladoria e um em Auditoria Contábil. É perceptível que a qualificação e o preparo são necessários para a atuação como fiscal do CRC.

Tabela 5 - Tempo de profissão e capacitação profissional

Tempo em que atua na função de fiscal do CRC	Com que frequência participa de capacitação profissional ofertada pelo CRC		
	Nunca	Eventualmente	Sempre
Até 5 anos	0	0	1
De 6 a 10 anos	0	4	0
Acima de 11 anos	0	0	2

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Em relação à capacitação profissional, pode-se ver que de acordo com a Tabela 5 os fiscais que tem de 6 a 10 anos de profissão, representando 57,14% do total, participam de cursos de capacitação eventualmente, enquanto os fiscais com até 5 anos de profissão, 14,29% do total, e os que têm acima de 11 anos de profissão, correspondente a 28,57% do total, participam de curso sempre que ofertado pelo seu respectivo CRC. Constata-se que os fiscais procuram participar dos cursos ofertados como meio de se manterem atualizados e preparados para exercerem a função.

Dentre os cursos citados no questionário pelos respondentes pode-se destacar o de Fiscalização Eletrônica, a qual se encontra em fase de implantação pelo CFC nos Conselhos Regionais de Contabilidade do Brasil, visando facilitar a fiscalização das empresas, agilizando o processo de fiscalização e o tornando mais cômodo para o fiscal e para a entidade fiscalizada.

Seguindo a análise, todos os fiscais relataram que utilizam o CEPC para exercer suas funções. Em conformidade com a Legislação da Profissão Contábil (2006, p.5) a qual menciona em sua apresentação que "a obediência à legislação profissional pelo contabilista é permissa básica a ser respeitada, pelo fato de os resultados apresentados terem repercussão imediata na sociedade", o Fiscal 1 definiu de forma clara a utilização do CEPC em seu ofício: "O Código de Ética Profissional Contábil é utilizado em todas as tarefas executadas pela fiscalização, vai desde o atendimento e agendamento até a lavratura do auto de infração".

Quando perguntados na questão 2.2 do questionário se houve registro de fraudes e irregularidades praticadas por profissionais contábeis entre os anos de 2010 e 2014 em suas respectivas regiões, quatro fiscais responderam que não existiram tais atos, contudo três fiscais responderam que já houve casos dessa natureza em sua região e que dentre as fraudes e irregularidades se encontram a ausência de escrituração contábil, falta de contrato de prestação de serviços, fraude nas demonstrações contábeis e a emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE) sem respaldo legal, infração que foi mencionada por três fiscais entrevistados na questão 2.4 do questionário, evidenciando que tal ato é recorrente entre os profissionais contábeis que não respeitam as normas legais vigentes.

Tabela 6 - Processos Condenados, Arquivados e Julgados

Ano	CRC			CRC			CRC		
	PB	PE	SE	PB	PE	SE	PB	PE	SE
	Condenados			Arquivados			Julgados		
2010	122	38	142	133	48	55	255	86	197
2011	82	32	74	154	73	60	236	105	134
2012	202	64	97	136	23	27	338	87	124
2013	107	190	93	95	60	63	202	250	156
2014	308	177	124	62	123	28	370	300	152

Fonte: Elaboração própria, 2015.

A Tabela 6 apresenta o total de processos condenados, arquivados e julgados de 2010 a 2014 divididos entre seus respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade. É notável que entre os anos de 2010 a 2012 a quantidade de processos julgados pelo CRCPB é maior relacionado aos CRCPE e CRCSE, porém a partir do ano de 2013 a discrepância começa a diminuir em relação ao CRCPE, entretanto continua se comparado ao CRCSE. Analisando os processos por CRC percebe-se que no CRCPB o número de processos condenados oscila entre os anos diminuindo e aumentando, já os processos arquivados diminuíram com o passar dos anos, contudo o número de processos julgados aumentou evidenciando um aumento considerável nos processos condenados e uma diminuição razoável nos processos arquivados. No CRCPE, o número de processos condenados e arquivados aumentou durante os anos resultando no aumento de processos julgados. Já no CRCSE, em primeiro momento, ocorreu uma diminuição de processos condenados e arquivados resultando na diminuição de processos julgados, depois dessa queda houve um aumento gradativo no número de processos.

Quando perguntados na questão 2.5 do questionário sobre as penalidades aplicadas na maior parte dos processos condenados em cada um dos anos, o CRCPB informou que entre os anos de 2010 e 2014 na maior parte dos processos condenados foram aplicadas as penas de Multa e Advertência Reservada, o CRCPE comunicou que entre os exercícios de 2010 e 2014 a maior parte das penas aplicadas foi de Multa, já no CRCSE em 2010 a maior parte das penas aplicadas foi de Advertência Reservada, em 2011 foi a de multa e entre o período de 2012 a 2014 a pena mais aplicada foi a de Censura Reservada. Considerando o total de penalidades aplicadas a que mais foi empregada foi a pena de multa.

Percebe-se que nos CRCPB e CRCPE, não há variação de pena aplicada ao decorrer dos anos, contudo no CRCSE há uma variação de penas aplicadas, o que pode ser ocasionado pela variação nos tipos de infrações cometidas pelos profissionais, pois a pena é aplicada de acordo com a avaliação da infração cometida.

O questionário também abordou o relacionamento dos fiscais do CRC com a própria entidade, indagando as dificuldades enfrentadas pelo setor, a forma como o CRC da assistência ao setor, dentre outras perguntas que são relacionadas a seguir.

Foi questionado no quesito 2.6, se os Conselhos Regionais de Contabilidade onde os fiscais atuam tem praticado ações de divulgação do CEPC visando à conscientização da classe contábil. Dos sete entrevistados, três disseram que não há ações de divulgação do CEPC em seu estado, enquanto quatro afirmaram que o CRC de sua região realiza ações para divulgação do CEPC, como distribuição do CEPC para os profissionais contábeis, palestras em universidades, além de cursos para atualização profissional. Corroborando com a ideia Machado (2011, p. 7) afirma que "o Código de ética deve servir como norteador da conduta ética do profissional contábil, levando-o a conhecer algumas posturas em relação ao exercício profissional".

Com isso a realização de ações desse modelo ajudam a combater fraudes e irregularidades, pois além de conscientizar os profissionais abre portas para que eles se também se tornem agentes fiscalizadores. O quesito 2.7 indagou quais dificuldades são enfrentadas pelo setor de fiscalização durante os últimos cinco anos. Três fiscais responderam que a falta de apoio por parte do CRC surge como o maior desafio enfrentado durante os últimos cinco anos, outros três responderam que a falta de conscientização dos profissionais contábeis tem sido a maior dificuldade enfrentada e um afirmou que falta integração entre o CRC e CFC.

Apesar das dificuldades enfrentadas serem distintas nota-se que há uma falta de interação entre o fiscal com seu próprio CRC, o que pode acarretar na ineficiência da fiscalização, contudo cabem aos fiscais cobrarem dos seus respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade medidas que facilitem e enalteçam o trabalho do setor fiscal. Dando prosseguimento ao questionário perguntou-se na questão 2.8 sobre as expectativas que os fiscais têm em relação à implantação da fiscalização eletrônica pelo CFC. Quatro dos respondentes esperam que com a chegada da fiscalização eletrônica o trabalho da fiscalização ganhe mais espaço, possibilitando maior rapidez e eficiência na fiscalização e três dos respondentes afirmam que a fiscalização eletrônica deveria ser vista de forma mais importante, pois o processo de implantação está lento e falho. Segundo o Fiscal 1 "atualmente estamos passando por problemas técnicos no CFC que encaramos de forma desanimadora a fiscalização eletrônica".

O processo de implantação da fiscalização eletrônica é cercado de dificuldades, leva tempo e dedicação dos envolvidos no processo, tanto o CFC quanto os fiscais dos Conselhos

Regionais de Contabilidade. A cooperação entre as partes é necessária para a introdução do sistema, após consolidada a fiscalização eletrônica beneficiará os usuários da contabilidade como um todo. Por fim foi indagado na questão 2.9 sobre qual a importância da fiscalização para a classe contábil. Todos os fiscais responderam que a fiscalização tem grande importância para a classe contábil, o Fiscal 4 definiu como "vital", já o Fiscal 2 disse que a fiscalização é um "importante mecanismo de proteção" e de "compreensão e proteção a classe".

Segundo Weber e Krampe (2012, p. 42): "Nos dias atuais, a profissão contábil enfrenta vários desafios, sendo um deles a distinção dos limites da honestidade e a dignidade de suas atitudes". Preservar a classe contábil é um dos objetivos da fiscalização, segundo o Fiscal 3, a importância da fiscalização está em "orientar os profissionais para trabalharem com ética, obedecendo a legislação e evitando que a classe contábil tenha uma imagem negativa perante a sociedade".

Zelar pelos bons costumes e diretrizes defendendo a classe banindo os maus profissionais da sociedade são alguns dos objetivos da fiscalização o que a torna uma importante ferramenta para a manutenção do equilíbrio ético social. No final do questionário aplicado, os fiscais classificaram diversas asserções relacionadas às atividades exercidas pela fiscalização no CRC e suas resoluções, onde em cada afirmativa o respondente deveria optar pelas seguintes alternativas: Discordo totalmente (DT), Discordo Parcialmente (DP), Indiferente (I), Concordo Parcialmente (CP) e Concordo Totalmente (CT).

As afirmativas que os fiscais classificaram de acordo com os critérios estabelecidos no questionário utilizando-se de seu entendimento e experiência profissional, foram as seguintes: A) Os CRC tem exercido seu papel de forma competente e clara perante a sociedade; B) Os contadores de seu estado tem conhecimento do CEPC e de suas atribuições; C) Os processos derivados de infrações praticadas pelos contadores são solucionados de forma rápida e direta; D) É respeitada a autonomia dos CRC em suas regiões; E) A emissão irregular de documentos comprobatórios de renda, como o DECORE, é uma das infrações mais comuns praticadas pelos contadores; F) O CEPC ajuda na prevenção e combate a fraudes pelos contadores; G) É comum a prática de atos antiéticos dentro das empresas por meio dos profissionais contábeis em virtude do

temor de perder seu emprego; H) É comum a participação de profissionais sem registro atuando na área; I) O setor de fiscalização é procurado por profissionais da contabilidade para sanar dúvidas e receber orientações.

Tabela 7 - Atividades de fiscalização exercidas pelo CRC e suas resoluções

Pergunta	DT	%	DP	%	I	%	CP	%	CT	%	Total
A	0	0,00	0	0,00	2	28,57	3	42,86	2	28,57	100%
B	2	28,57	2	28,57	0	0,00	3	42,86	0	0,00	100%
C	0	0,00	4	57,14	0	0,00	3	42,86	0	0,00	100%
D	3	42,86	1	14,29	0	0,00	2	28,57	1	14,29	100%
E	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	14,29	6	85,71	100%
F	2	28,57	1	14,29	0	0,00	2	28,57	2	28,57	100%
G	1	14,29	0	0,00	0	0,00	4	57,14	2	28,57	100%
H	0	0,00	2	28,57	0	0,00	4	57,14	1	14,29	100%
I	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	42,86	4	57,14	100%

Fonte: Elaboração própria, 2015.

Conforme a Tabela 7, os CRC têm exercido seu papel de forma competente e clara perante a sociedade, onde 42,86% concordam parcialmente e 28,57% que concordam totalmente. O que é um bom indício, pois aponta o bom desempenho do papel fiscalizador e coordenador do CRC. Em relação ao conhecimento do CEPC e de suas atribuições por parte dos profissionais os respondentes encontram-se meio divididos, 42,86% concordam parcialmente enquanto 28,57% discordam totalmente e 28,57% discordam parcialmente. Fato preocupante já que o profissional contábil necessita da ética profissional para realizar de seu trabalho de forma correta.

É preciso que o profissional contábil tenha familiaridade com o CEPC, para Monteiro e Chacon (2005, p.12) "é importante criar uma consciência na classe que este seja observado, seguido e obedecido, garantindo assim uma maior credibilidade e qualidade dos serviços contábeis prestados". Quanto aos processos derivados de infrações praticadas pelos contadores

serem solucionados de forma rápida, 57,14% discordaram parcialmente. Essa lentidão se dá em virtude da grande burocracia que ocorre durante o curso do processo. De acordo com 42,86% dos fiscais, a autonomia dos CRC não é respeitada em sua região, o que vai de encontro com a Resolução CFC 1.370/11, que em seu Art. 3º define que:

> Art. 3º Os Conselhos de Contabilidade são organizados e dirigidos pelos próprios contadores e técnicos em contabilidade e mantidos por estes e pelas organizações contábeis, com independência e autonomia, sem qualquer vínculo funcional, técnico, administrativo ou hierárquico com qualquer órgão da administração pública direta ou indireta.

O desrespeito à autonomia dos CRC inibe a perspectiva de fortalecimento da classe perante o Conselho, fator que é importante para seu bom funcionamento e consequentemente alcance dos objetivos. Dentre as irregularidades praticadas, a emissão de documentos comprobatórios de renda como o DECORE é uma das infrações mais cometidas pelos profissionais contábeis. Dos respondentes, 85,71% concordam com essa afirmativa. Segundo a Resolução CFC 1.403/12 em seu Art. 4º § 3º define que:

> § 3º A prestação de contas da DECORE poderá ser efetuada eletronicamente, cabendo ao Setor de Fiscalização do Conselho Regional de Contabilidade fazer as verificações cabíveis quanto à sua correta aplicação.

Cabe aos fiscais, em conjunto com o CRC, censurar esse tipo de fraude, exercendo uma fiscalização mais minuciosa e aplicando as penalidades necessárias ao profissional infrator. Quando dito que o CEPC ajuda na prevenção e combate a fraudes praticadas pelos contadores, os respondentes divergiram em suas opiniões, 28,57% disseram que discordam totalmente, outros 28,57% concordam parcialmente e mais 28,57% concordam totalmente. Como pode ser observado para a maior parte dos fiscais o CEPC é ferramenta importante no enfrentamento aos maus profissionais, contudo essa divergência de opiniões existente entre os fiscais deixa claro que é necessária uma forma de conscientização e maior exploração do CEPC por parte dos profissionais contábeis.

No que tange a prática antiética dos profissionais contábeis dentro das empresas em virtude do temor em perder seu emprego, 57,14% afirmam que existem profissionais que adotam tal postura. A atuação de profissionais sem registro atuando na área também é comum, segundo 57,14% dos fiscais. Conforme 57,14% dos fiscais, o setor de fiscalização dos CRC é procurado pelos profissionais contábeis para sanar duvidas e orientações. Dado animador que revela a procura de aprimoramento profissional aliado ao exercício da ética profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo evidenciar a percepção dos fiscais dos Conselhos Regionais de Contabilidade acerca da aplicação do Código de Ética Profissional do Contador, infrações e penalidades relacionadas aos profissionais de contabilidade da Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Com o intuito de que o objetivo fosse alcançado foi aplicado um questionário com os fiscais dos CRC relacionados, sendo obtida a contribuição de sete respondentes para que a análise dos dados fosse realizada. O questionário aplicado considerava o período de 2010 a 2014.

Após análise e intepretação dos dados constatou-se que dentre as fraudes e irregularidades apresentadas, a mais mencionada pelos fiscais foi a emissão de DECORE sem respaldo legal e a punição mais aplicada foi a de multa. Constatou-se que dentre os Conselhos Regionais de Contabilidade o CRCPB é o que tem detectado mais irregularidades com um total de 1401 processos julgados no período estudado, seguido pelo CRCPE com 828 processos julgados e por fim o CRCSE com 763 processos julgados.

Acerca da percepção dos fiscais sobre a aplicabilidade do CEPC por parte dos profissionais contábeis de sua região, de acordo com as respostas dos fiscais verificou-se que, apesar das ações praticadas pelos CRC, o apoio disponibilizado pelo setor de fiscalização, aliado ao conhecimento dos profissionais a respeito do CEPC, o maior problema é a falta de conscientização do profissional de que a ética deve ser aplicada em seu trabalho. O discernimento entre certo e errado é algo que se constrói juntamente com a formação ética e moral do indivíduo, entretanto cada pessoa escolhe o caminho que se considera justo. Ainda falta compreensão por

parte de alguns profissionais contábeis de que o CEPC deve ser seguido para que a classe seja fortalecida e valorizada perante a sociedade.

Outro fato que contribui com a falta de ética por meio dos profissionais contábeis é o receio de perder seu emprego em empresas que os obrigam a adotar condutas ilegais com a ameaça de que se não assumirem tais práticas serão demitidos. Além disso, também existem profissionais que exercem as atividades sem registro ou com registro vencido, o que acaba denigrindo a imagem do contador, pois a formação acadêmica é indispensável para o exercício da profissão. Por sua vez, CEPC aliado à fiscalização são considerados ferramentas importantes para a classe contábil, no âmbito de proteção e compreensão da classe. Suas ações contribuem para preservação da classe, inibindo os profissionais que agem na irregularidade. Com o advento da fiscalização eletrônica é esperado que o a fiscalização ganhe mais notoriedade, pois o controle terá maior abrangência devido à agilidade dos processos fiscalizatórios e maior detalhamento nas informações contábeis prestadas. Por fim os fiscais definiram que os CRC tem exercido seu papel de forma competente, porém existe a falta de autonomia entre eles e o CFC, o que pode prejudicar em determinadas atribuições que necessitem de prazos curtos para serem solucionadas.

Considerando a análise de dados o objetivo da pesquisa foi alcançado de forma satisfatória, evidenciando a percepção dos fiscais do Conselho Regional de Contabilidade acerca da aplicação do CEPC, infrações e penalidades relacionadas aos profissionais de contabilidade da Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Por fim conclui-se que é necessária a adesão do CEPC por todos os profissionais contábeis, pois ao aderir o código de ética o profissional estará ciente dos deveres relacionados à sua profissão. O CEPC deve ser visto como um manual de conduta ética a ser seguido, não sendo considerado apenas como uma ferramenta de caráter punitivo.

O profissional contábil tem que adotar o CEPC de forma que ele se torne prática habitual em sua profissão, para que assim o tradicionalismo da conduta ética manifeste-se e envolva a mente do indivíduo, tornando-o eticamente competente para exercer a sua atividade. Considerando a dificuldade de acesso aos regionais, sugere-se ampliar o estudo com o setor de fiscalização dos CRC do Nordeste e demais regiões do Brasil, além disso, propõe-se que, como

complemento de estudo verifique-se qual motivo da instabilidade no número de processos julgados, condenados e arquivados pelos CRC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:** uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo : Atlas, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 1. ed. São Paulo : Saraiva, 2005.

BARZOTTO, Isielli Mayara; WENCEL, Maykon Alberto; JUNIOR, Osvaldir Aparecido de Oliveira. **A responsabilidade do contador frente ao empresário conforme o Código Civil de 2002 (Lei 10.406/2002).** VII ENPPEX – Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas, 2011, Campo Mourão. Anais : VII ENPPEX, 2011.

BATISTA, Eduardo Ubirajara Rodrigues. **Guia de orientação para trabalhos de conclusão de curso:** relatórios, artigos e monografias. Aracaju : FANESE, 2013.

BRASIL. Decreto Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições de do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.** Rio de Janeiro : Brasil, 1946.

_____. Resolução CFC n. 803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC. **Código de Ética Profissional do Contador.** Brasília : CFC, 1996.

_____. Resolução CFC n. 1.370, de 8 de dezembro de 2011. **Altera a Resolução CFC n° 1.364/11 que dispõe sobre a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos – DECORE Eletrônica – e dá outras providências.** Brasília : CFC, 2011.

_____. Resolução CFC n. 1.403, de 10 de agosto de 2012. **Altera a Resolução CFC n°. 1.364/11 que dispõe sobre a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos – DECORE Eletrônica – e dá outras providências.** Brasília : CFC, 2012.

_____. Resolução CFC n. 1.403, de 27 de julho de 2012. **Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.** Brasília : CFC, 2012.

CALLEGARO, Jéfferson Marques. **Profissionais da Contabilidade:** infrações éticas cometidas, punições aplicadas, e percepções acerca da importância do ensino da disciplina sobre ética e legislação profissional. 2010. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **CFC inicia fiscalização eletrônica de profissionais e organizações contábeis.** Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=19014>. Acesso em: out. 2015.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por gênero.** Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=0>. Acesso em: nov. 2015.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. **Sistema CFC/CRC.** Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/fiscalizacao/faq/faq.php?id=6384>. Acesso em: mai. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação da profissão contábil.** 2. ed. Brasília : CFC, 2006.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **O CRCRS e a legislação da profissão contábil.** Rio Grande do Sul : Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2009.

CORRÊA, Denise Maria Moreira Chagas. **Imperícia, negligência, fraude e corrupção:** punição já! XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia: XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

CRCMG. Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais. **Fiscalização Eletrônica.** Disponível em: <http://www.crcmg.org.br/conteudo/ver/id/44>. Acesso em: out. 2015.

CRCSP. Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo. **Profissão Contábil.** Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/>. Acesso em: jun. 2015.

ELY, Lara. **Escândalos contábeis são alvo de investigação.** 2010. Disponível em: <http://www.jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=49352>. Acesso em: abr. 2015.
LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo : Atlas 2010.

MACHADO, Lucinéia de Brito. **Aplicabilidade do código de ética entre os profissionais contábeis Guaçuí – ES.** 2011, 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó, Guaçuí, 2011.

MARTINS, Eliseu; LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade.** 2. ed. São Paulo : Atlas, 1997.

MONTEIRO, Teresa Murcia Leite; CHACON, Márcia Josienne Monteiro. **Um caso de ética profissional:** a relação das empresas com o conselho de contabilidade. X SEACON - Seminário Acadêmico de Contabilidade, 2005.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações.** São Paulo : Atlas, 2008.

SILVA, Ricardo Cabral da. **Aplicação de penalidades aos contabilistas do Espírito Santo:** análise dos casos que ferem o código de ética profissional. 2008. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Antônia Rosane Nascimento da; FIGUEIREDO, Sandra Maria Aguiar de. Desenvolvimento da percepção sobre Ética Profissional entre estudantes de Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 1, n. 165, p. 27-39, mai./jun. 2007.

UGGIONI, Sarita Gonçalves. **As ações de fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade do sul do Brasil no ano de 2012.** 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** 32. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, Elizete; KRAMPE, Marilei Aparecida. **A importância da ética para os profissionais de contabilidade:** uma pesquisa aplicada com análise de multicascos. 2012. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdades Alternativas de Santo Augusto, Santo Augusto, 2012.

COD 9. ESTILOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO APLICADO A DISCENTES E DOCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA IES DA PARAÍBA

Herbert Hugo Fernandes Isidro Gomes
Graduando em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba.
herbert_isidro@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo identificar o estilo de aprendizagem predominante dos alunos da graduação de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa se caracterizou como descritiva e utilizou-se do survey para sua realização, com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada através de dois questionários aplicados aos discentes e docentes. Para identificação dos estilos de aprendizagem foi utilizado o inventário de Kolb (1984). A amostra obtida foi composta por 70 alunos. Os resultados obtidos evidenciaram que o estilo de aprendizagem predominante do discente é o Assimilador com 44% e os demais estilos identificados foram o Convergente (26%), o Divergente (20%) e Acomodador (10%). Conclui-se que a identificação dos estilos de aprendizagem pode auxiliar os docentes na aplicação de melhores estratégias de ensino, e consequentemente, melhorar a aprendizagem do aluno.

Palavras - chave: Estilos de Aprendizagem. Métodos de ensino. Inventário de Kolb.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a educação é permeada por diversos obstáculos econômicos, políticos e institucionais que acarretam um processo dificultoso na política educacional. De acordo com Romanelli (2008), a educação é um fator de mudança social, promovendo o crescimento político e econômico, buscando criar e orientar demandas sociais, todavia, a política educacional é exercida por gestores que administram e se beneficiam da baixa cobertura da educação, sem a preocupação com o desenvolvimento científico e econômico do país.

É nesta política educacional exercida no país que está inserida o processo de ensino e aprendizagem. No qual, o ensino é um método de explanação de conhecimentos, ideias e informações que é exercida em escolas, universidades, e se caracteriza pela relação entre docentes, discentes e instituição (SILVA, 2006).

É neste processo de interação do ensino que é evidenciado as distintas características e técnicas de aprendizagem dos alunos, da mesma forma que é caracterizado os diversos métodos

de ensino aplicado pelos professores, como também é apresentando os problemas provocados pela política de ensino.

Desta forma, faz-se necessário explorar e identificar quais são os estilos de aprendizagem para medir e contribuir com novas percepções, na busca da melhoria da política educacional e da inter-relação ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **qual o estilo de aprendizagem é predominante nos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba?** Com base nisso, o objetivo do trabalho é evidenciar qual é o estilo de aprendizagem predominante nos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

A contabilidade evolui a cada período ao mesmo tempo em que a tecnologia da informação também se expande, e o ensino desta Ciência Social desenvolve-se promovendo mudanças e tornando-se mais rigorosa e complexa. Na busca pelo aprimoramento do ensino, a necessidade de identificar os estilos de aprendizagem e as metodologias de ensino são imprescindíveis para alcançar resultados satisfatórios. Segundo Cerqueira (2000, p. 21), o desenvolvimento de novas tecnologias de informação é significativamente promissor para o desenvolvimento humano, promovendo respostas para as necessidades de educação e treinamento da sociedade.

O reconhecimento dos estilos de aprendizagem auxilia os docentes na tomada de decisões e na identificação do perfil do discente, promovendo melhorias na metodologia de ensino. De fato, são relevantes as pesquisas e estudos à respeito dos estilos de aprendizagem, pois, ao longo dos últimos anos tornou-se necessário a preocupação de como o estudante aprende e se desenvolve, levando em consideração a personalidade, as informações, a interação social e suas preferências (MCCARTHY 2010). Este trabalho se justifica pois visa identicar os estilos de aprendizagem dos alunos do curso de graduação de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba e a sua importância para o processo de Ensino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem corresponde a um processo cognitivo onde o indivíduo obtém conhecimentos e adquire a capacidade de interagir com a sociedade (SILVA, 2006). Na concepção de Skinner (2003) a aprendizagem está relacionada com a aquisição de um novo comportamento ligada a um processo positivo e negativo. Os processos positivos acrescentam informações ao indivíduo, enquanto, os processos negativos permitem eliminar informações indesejáveis.

É importante destacar que não existe aprendizagem se não possuir informações a serem compreendidas e assimiladas, como informa Cerqueira (2000). De acordo com Pfromm Neto (1987) é possível existir informações sem aprendizagem, todavia, o inverso não é admitido.

Smith (1988 *apud* CERQUEIRA, 2000, p. 27) retrata a existência de seis proposições que auxiliam o aprendizado:

1. A aprendizagem dura toda a vida, podendo ocorrer de forma intencional ou não, por meio de processos de socialização, jogos e comunicação; 2. Aprender é um processo pessoal e natural; 3. Aprender implica em mudanças, informações serão acrescentadas ou retiradas do indivíduo; 4. Aprender está ligado ao desenvolvimento humano, a mudanças físicas, psicológicas, biológicas que afetam o indivíduo; 5. A aprendizagem está ligado ao desenvolvimento evolutivo com períodos alternantes de estabilidade e transição; 6. A aprendizagem está estritamente interligada com as experiências vividas no ambiente que está inserido.

Segundo Silva (2006) o processo de ensino aprendizagem ocorre pela inter-relação entre os professores(especialistas), alunos(aprendizes), instituição e conteúdo. No ensino, as atividades estão focados nos docentes, na capacidade de transmissão e habilidades, enquanto a aprendizagem, está centralizada nas atividades dos discentes, relacionados com as possibilidades e capacidades de se aprender (SILVA ,2006).

É necessário que todos os envolvidos neste processo se esforcem para obtenção da eficiência e eficácia do ensino- aprendizagem, onde o aluno deve buscar ampliar seus conhecimentos, ter a vontade de aprender, o professor possuir habilidades e competências para

repassar conhecimentos e estimular a aprendizagem do discente, e a instituição fornecer condições de infraestrutura e suporte às atividades acadêmicas para os aprendizes e especialistas (OLIVEIRA ,2012).

Bravos (2011) informa que cada discente ou aprendiz têm uma forma individual de receber, processar e compreender as informações, e lidar com as circunstâncias do ambiente em que está inserido. Alguns tem a preferência pela leitura, outros necessitam de estímulos visuais, outros têm maior compreensão com modelos matemáticos e abstrações, e alguns gosta de ouvir.

Na visão de Cerqueira (2000) são vários os propósitos para se identificar e medir as diferenças entre os indivíduos, podendo proporcionar no âmbito da educação a compreensão dos perfis e características, situar os indivíduos corretamente nas tarefas, ou diagnosticar as dificuldades que cada pessoa apresenta, a fim de aplicar o tratamento mais adequado.

Shuell (1980 apud CERQUEIRA, 2000) propõe classificações das diferenças individuais e discrimina três fontes que potencializam estas diferenças:1. Conhecimento prévio que a pessoa possui antes de iniciar um novo processo ou obter novos conteúdos; 2. Diferenças relacionadas as estratégias utilizadas para processar, organizar e operas as informações adquiridas; 3. Processos cognitivos básicos, como a memória e o tempo de reação do indivíduo para compreender o assunto.

2.2 ESTILOS COGNITIVOS E ESTILOS DE APRENDIZAGEM

Cerqueira (2000) informa que a partir do interesse nas diferenças individuais de cada discente para aprender, surgiram os estudos a respeito dos estilos cognitivos e estilos de aprendizagem, tendo como base diversos referenciais teóricos, gerando definições distintas e conceitos variados, tornando-se imprescindível evidenciar as abordagens ligadas as definições dos dois estilos. O estudo dos estilos cognitivos e de aprendizagem oferece indicadores que auxiliam o indivíduo na interação com a realidade vivenciada, facilitando e promovendo o conhecimento (CERQUEIRA, 2000)

Lopes (2002, p. 42) destaca que os estilos de aprendizagem fornecem uma base estável para planejar estratégias mais adequadas em relação as necessidades dos discentes, podendo oferecer melhores oportunidades de aprendizado.

De acordo com Cerqueira (2000) ambos os estilos, cognitivos e aprendizagem, têm sido utilizados normalmente pelos pesquisadores e estudiosos como um termo comum sem distinção definida. Gallego e Garcia (2008) identificaram duas tendências que diferencia as investigações entre os estilos: 1. Os autores que enfocam nos aspectos cognitivos, utilizam o termo estilo cognitivo; 2. Autores que destacam o processo de aprendizagem, utilizam os estilos de aprendizagem.

Segundo Lopes (2002) os estilos cognitivos não tratam de uma habilidade, mas da forma preferencial de utilizar as habilidades, ou uma preferência no processamento da informação, descrevendo de fato o modo como a pessoa pensa e resolve um problema utilizando suas habilidades.

Conforme Hays e Alisson (1994 *apud* LOPES, 2002) a cognição está relacionada com a forma pela qual os indivíduos adquirem, guardam e utilizam o conhecimento.

São várias as definições à respeito do termo Estilos de Aprendizagem, no qual diversos autores em suas pesquisas se propõem a explicar este termo. Kolb (1984) ressalta que o estilo de aprendizagem está relacionado com a interação do indivíduo com o ambiente em que vive.

Na concepção de Conceição et.al (2013) os estilos de aprendizagem são os métodos que os indivíduos utilizam para obter conhecimentos, evidenciando o modo como se comporta durante o processo de aprendizado.

Lopes (2002) explana as diferenças entre os estilos cognitivos e estilos de aprendizagem: os estilos cognitivos estão relacionados com as preferências de estratégias de um indivíduo para solucionar problemas, enquanto os estilos de aprendizagem estão ligadas a características de aprendizado, na forma como se processa a informações.

Segundo Silva (2012) cada conceito de estilo de aprendizagem está interligado a um modelo explicativo, onde cada aluno é definido e suas características de aprender são descritas e que cada modelo apresenta um instrumento de mensuração.

Os inventários de estilos de aprendizagem ou learning styles inventories (LSI), surgiram como instrumentos de avaliação que podem oferecer melhorias estruturais no planejamento do ensino e que os modelos existentes na literatura se fundamentam nos inventários para realizar a

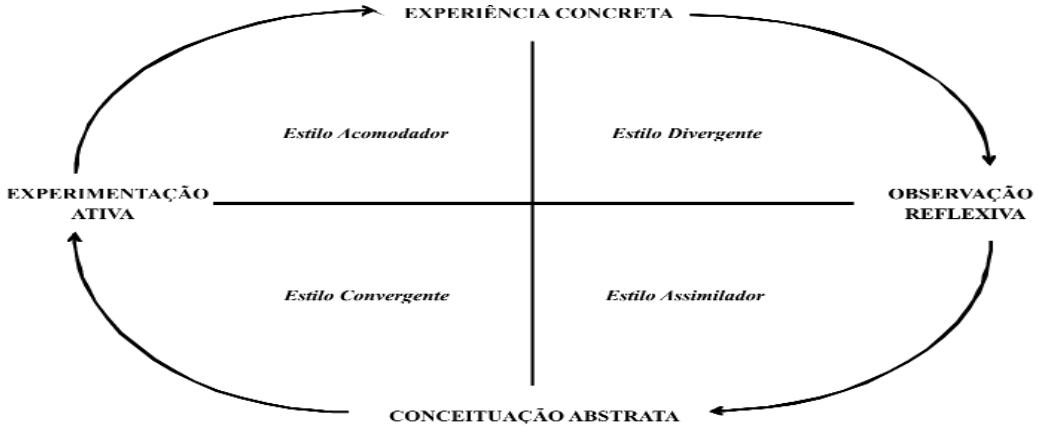
identificação dos estilos de aprendizagem (SILVA, 2006). Hutto (2009 *apud* Cordeiro e Silva, 2012) esclarece que o inventário é utilizado em diversos ambientes educacionais buscando o desenvolvimento de relações interpessoais, habilidades e abordagens para solucionar problemas.

De acordo com Almeida (2010) há diversos modelos disponíveis na literatura, nos quais destacam-se o Modelo de Kolb, que utiliza-se do LSI de Kolb para identificação dos estilos de aprendizagem, o Modelo de Felder-Silverman e seu respectivo inventário, o questionário Index of Learning Styles (ILS) e o Modelo de Myers-Briggs onde é utilizado o Myers-Briggs Typer Indicator (MBTI). No presente trabalho será abordado o modelo de Kolb e seu específico inventário.

2.3 MODELO DE KOLB

Para Kolb (1984 *apud* ALMEIDA, 2010, p. 41) o estilo de aprendizagem deriva da relação de um indivíduo com o meio ambiente. Almeida (2010) retrata que essa relação ocorre através de uma experiência vivida pelo indivíduo, quando uma informação é percebida e processada. Neste caso, a teoria de aprendizagem de Kolb sintetiza duas dimensões: a percepção e o processamento da informação. A percepção pode acontecer através de experiências concretas (ouvir; falar; ver) ou abstratas, e o processamento da informação realizar-se por meio de experimentação ativa (fazer) ou por intermédio de observação reflexiva (observar), formando um círculo de aprendizagem de 4 estágios (KOLB, 1984 *apud* ALMEIDA, 2010).

Figura 1 – Círculo de Aprendizagem Experiencial de Kolb



Fonte: Adaptado de Kolb (1984 apud VALENTE, ABIB, KUSNICK, 2007, p. 60).

Através da união dessas duas dimensões, surgem 4 estilos distintos de aprendizagem: 1. Divergente - percebe as informações através da experiência concreta e processa por meio da observação reflexiva; 2. Assimilador – percebe as informações pela experiência abstrata e processa pela observação reflexiva; 3. Convergente – percebe as informações através da experiência abstrata e a processa por meio da experimentação ativa; 4. Acomodador – percebe a informação através da experiência concreta e processa por experimentação ativa.

Kolb ressalta que uma aprendizagem é eficaz quando o indivíduo relaciona-se com todo o círculo experimental, todavia, cada pessoa prefere um estilo singular de aprendizagem (KOLB, 1984 *apud* ALMEIDA, 2010).

Segundo Silva (2006, p. 51), os estudantes divergentes são observadores e possuem habilidades imaginativas, inovadoras e criativas, relacionando suas experiências com os conteúdos expostos em sala, e são capazes de analisar as situações sob óticas diferentes correlacionando com um ambiente. Os docentes que interagem com este tipo de aluno devem exercer uma função de motivador. Almeida (2010) informa que existe uma pergunta característica para esse estilo, o "Por quê?", pois este tipo de aluno gosta de obter informações através de interação com outras pessoas, podendo preferir trabalhos em grupos para solucionar suas questões.

Já os estudantes que apresentam o estilo assimilador detêm habilidades para criar modelos abstratos e teóricos, e não se preocupam com a utilização desses modelos na prática, ou seja, preferem a teoria à prática, e aprendem ouvindo, observando e criando teorias. Os professores têm o papel de especialistas quando relacionam-se com este tipo de discente, como informa Silva (2006, p. 51). Esse estilo é mais focado em ideias abstratas e conceitos lógicos, e os alunos podem preferir leituras, palestras, exploração de modelos e ter tempo para assimilar o assunto.

Os alunos com o estilo convergente aprendem por ensaio e erro através de modelos já definidos e pela aplicação prática das teorias e ideias, e utilizam-se do raciocínio lógico dedutivo, além de apresentarem habilidades para definir problemas e tomar decisões para solucionar questões (SILVA, 2006, p. 51). A pergunta característica deste estilo é, "Como?", em que os alunos podem preferir simulações, aplicações práticas e experimentação de novas idéias.

Para identificar os quatro estilos de aprendizagem, Kolb (1984) criou um instrumento de avalição que objetiva auxiliar as pessoas na identificação de um estilo a partir de experiências vividas, denominado de Learning Style Inventory (LSI).

2.4 METODOLOGIAS DE ENSINO

A qualificação do ensino está diretamente interligada com a capacidade de transmissão de conhecimentos dos docentes, com a forma que remete as informações para os discentes, possibilitando a aprendizagem do educando.

De acordo com Padoan et al. (2007), o bom desempenho do professor é fator determinante para conduzir a aprendizagem dos alunos, todavia, não basta apenas transmitir os conteúdos, é necessário que o corpo docente esteja comprometido com a Educação, proporcionando aos alunos a compreensão e assimilação das informações.

No processo de ensino aprendizagem, as metodologias de ensino aplicadas pelos docentes estão relacionados com um método de ensino, como destaca Krüger e Ensslin (2013). Há diversas metodologias que podem ser utilizadas pelos professores, uma das mais utilizadas no Ensino Superior a metodologia tradicional, onde os alunos são os sujeitos passivos e os professores são os sujeitos ativos (KRÜGER; ENSSLIN ,2013). O docente é o centro do aprendizado, utilizando-se normalmente de aulas teóricas para repassar os conhecimentos para os discentes. Pinho et al. (2010) destacam a vantagem da metodologia tradicional, o professor possui o controle da sala de aula.

Outra metodologia é evidenciada por Krüger e Ensslin (2013) é a construtivista, onde os alunos são considerados os sujeitos ativos no processo de aprendizagem, diferindo da metodologia tradicional, e o papel dos professores é orientar os discentes a buscar o conhecimento. Marion (2001 *apud* SILVA, 2006) informa que alunos como agentes ativos no processo de ensino aprendizagem proporcionam aos mesmos a capacidade de se desenvolver.

Estas metodologias de ensino correspondem a um aglomerado de procedimentos e abordagens que o educador utiliza para instruir o discente a obter conhecimentos (NEVES JÚNIOR; ROCHA, 2010).

É importante ressaltar que cada professor atua de forma específica em sala de aula, utilizando métodos e meios didáticos para alcançar os objetivos propostos em cada disciplina. Conforme Silva (2006), os meios didáticos são recursos tangíveis utilizados para auxiliar o processo de aprendizagem e tornar mais eficiente a captação de informações entre os indivíduos. Existem alguns exemplos de recursos tecnológicos e audiovisual utilizados em sala, como: retro projetor; projetor multimídia; e-mail e internet (SILVA ,2006).

Existem várias técnicas de ensino utilizados pelo docente para aprimorar a aprendizagem dos alunos. Em conformidade com Nérice (1997), as técnicas de ensino são os recursos existentes e a forma de utilização destes, de maneira a efetivar a aprendizagem do aluno, ou seja, à apresentação imediata da matéria. No qual, as diversas técnicas não se sobrepõem entre si, todas são válidas se aplicadas de forma correta (NÉRICE, 1997).

Não há a necessidade de diferenciar método e técnica, visto que ambos se auxiliam para atingir um objetivo em comum, a eficiência da aprendizagem (NÉRICE,1981 *apud* SILVA, 2006).

De acordo com Marion (2001 *apud* MIRANDA; MIRANDA; MARIANO, 2008) as principais técnicas de ensino aplicadas em contabilidade são:

1. As aulas expositivas, que é a mais usual e simples, utilizando-se de recursos visuais e auditivos, no qual, o docente é o sujeito ativo no processo de ensino- aprendizagem;
2. Os seminários são apresentações a grupos de pessoas, que leva o aluno a ser o agente ativo no processo de aprendizagem, levando-o a pesquisar temas, identificar problemas e mostrar os resultados;
3. Estudos de Caso Desenvolvido em Grupo são análises de casos reais, em que o aluno utiliza-se de estratégias e do suporte do docente para solucionar os casos;
4. Resumos e Redações auxiliam na memorização, no raciocínio e a na exposição de assuntos já abordados. Já as Resoluções de Exercícios, proporciona o aluno praticar os assuntos já vistos, ajudando na fixação e na compreensão do ensino;

5. As Palestras evidenciam os assuntos relevantes relacionados ao curso, tornando-se importante para os alunos do curso conhecerem e interagirem com os profissionais e professores;
6. Os Debates são trocas de informações, opiniões e ideias entre os alunos e professores, sendo um técnica bastante tradicional no ensino superior.

Outras técnicas também são utilizadas pelos docentes para auxiliar no desempenho de sua função, como: jogos de empresas, aula prática e simulações. De acordo com Santos (2003), os jogos de empresas realizam experimentos em laboratório relacionados com o mundo dos negócios que proporcionam ao aluno novas experiência e aprendizados.

3 METODOLOGIA

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa correspondou a Universidade Federal da Paraíba – Campus I, na cidade de João Pessoa. No que se refere a população, o trabalho buscou realizar um levantamento junto aos alunos da graduação de Ciências Contábeis do 1º ao 10º período dos turnos da manhã e noite, e com os professores do Departamento de Finanças e Contabilidade, no período de Abril de 2016.

A amostra da pesquisa correspondeu a 70 graduandos em contabilidade, sendo destes, 41 do gênero masculino e 29 do gênero feminino. No qual, a amostra representou 7,55% do total de alunos matriculados no curso, que é de 927 discentes. Em relação aos docentes do DFC, a pesquisa foi delimitada a 16 professores do total de 47, no qual representou a 34,04% do corpo docente do Departamento.

3.2 COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, utilizou-se de dois questionários aplicados aos discentes e docentes com questões abertas e fechadas, no período de 8 a 21 de abril de 2016.

O primeiro questionário empregado foi online, utilizando-se da ferramenta google formulário, para elaboração e coleta das informações dos alunos de contabilidade, e sua divulgação ocorreu através dos e-mails das turmas matriculadas no curso de Ciências contábeis, e por meio das redes sociais. O questionário dividiu-se em duas partes, a primeira constando 12

questões, sendo 11 fechadas do tipo múltipla escolha, e uma aberta de resposta curta, onde buscava-se conhecer as informações básicas do aluno (idade; gênero; método de inserção na Universidade; período do curso; turno do curso; tipo de escola que cursou o ensino médio) ,constatar a importância dos estilos de aprendizagem e métodos de ensino para o processo de aprendizagem, além de identificar se o currículo e instalações do curso(salas; laboratórios; bibliotecas) influenciam no processo de ensino.

Em seguida, utilizou-se o inventário de Kolb(1984) para identificar os estilos de aprendizagem dos discentes, conforme é possível verificar no "ANEXO I" do respectivo trabalho. O inventário é constituído por 12 questões do tipo associação, onde em cada questão o aluno associa 4 números, no qual 4 (representa o que é mais parecido com o discente) até 1 (menos parecido com o discente), a 4 situações que descrevem as formas e modos de agir durante a aprendizagem.

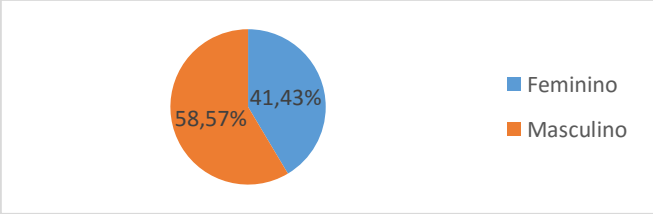
Com os docentes do Departamento de Finanças e Contabilidade(DFC) aplicou-se um questionário semiaberto, aplicado de forma presencial, composto de 11 questões, que buscou identificar os métodos de ensino mais utilizados em sala e verificar a importância dos estilos de aprendizagem e de possíveis fatores que influenciam o processo de ensino.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DOS DISCENTES

A amostra da pesquisa correspondeu a 70 alunos, e conforme exposto no gráfico 1, a maioria é do gênero masculino com 58,57% e 41,43% corresponde ao do gênero feminino.

Gráfico 1 – Gênero dos Discentes

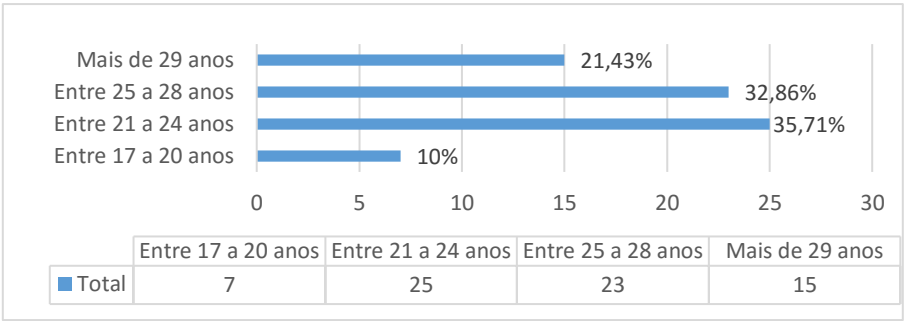


Fonte: Elaboração própria (2016).

No gráfico 2, pode - se verificar a utilização de 4 faixa etárias para os discentes. Constatou-se que 35,71% da amostra pesquisada apresenta idade entre 21 a 24 anos, seguindo-se com os alunos de idade entre 25 a 28 anos que representa 32,86%, os alunos com mais de 29 anos

equivale a 21,43%, enquanto os alunos entre 17 a 20 anos constitui 10% da amostra. Observou-se que a idade média dos alunos do Curso de Ciências Contábeis é alta.

Gráfico 2 – Idade dos Discentes

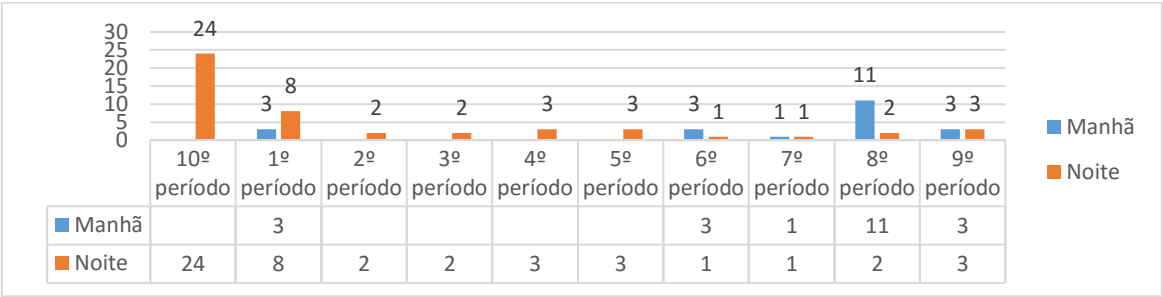


	Entre 17 a 20 anos	Entre 21 a 24 anos	Entre 25 a 28 anos	Mais de 29 anos
Total	7	25	23	15

Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com o gráfico 3, participaram da pesquisa alunos do 1º ao 10 º período do curso de contabilidade, destes ,49 estão matriculados no turno da noite e 21 no turno da manhã, representando respectivamente 70% e 30% da amostra. A maior parte da amostra encontra-se no 10º período com 24 alunos, logo após, a turma do 8º período com 13 alunos, seguindo - se dos alunos do 1° período, com 11 discentes avaliados.

Gráfico 3 – Período e Turno do curso



	10º período	1º período	2º período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9º período
Manhã		3					3	1	11	3
Noite	24	8	2	2	3	3	1	1	2	3

Fonte: Elaboração própria (2016).

Em seguida, averiguou-se a forma de ingresso na Universidade e o tipo de escola em que o discente cursou o ensino médio. Estas informações estão demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Forma de Ingresso e Tipo de Escola

A maior parte em escola Pública	**5,71%**
PSS	5,71%
Apenas em escola Privada (particular)	**38,57%**
PSS	27,14%
Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - vagas	10,00%

regulares Transferência	1,43%
Apenas em escola Pública	**51,43%**
PSS	22,86%
Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - vagas por cotas	15,71%
Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - vagas regulares	11,43%
Transferência	1,43%
Metade em escola Pública e metade em escola Privada	**4,29%**
PSS	2,86%
Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - vagas regulares	1,43%
Total Geral	**100,00%**

Fonte: Elaboração própria (2016).

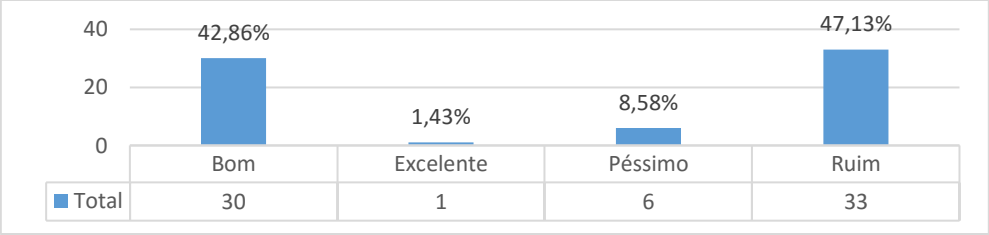
De acordo com o quadro 1, existe a predominância de alunos provenientes de escola pública que representa 51,43% do estudo. Deste total, 22,86% foram inseridos na Universidade através do antigo Processo Seletivo Seriado (PSS), 15,71% por meio do Sistema de Seleção Unificada(SISU)- vagas por cotas, 11,43% por intermédio do Sisu – vagas regulares e 1,43% por transferência.

Os alunos oriundos de escola privada corresponderam a 38,57%, no qual 27,14% ingressaram na Instituição de Ensino Superior através do PSS, 10% pelo Sisu- vagas regulares e 1,43% pela transferência. Discentes que estudaram a maior parte em escola pública representaram 5,71%, onde todos ingressaram por meio do PSS. Por fim, representam 4,29%, os alunos que estudaram metade em escola pública e metade em escolar privada, onde foram inseridos na IES pelo PSS (2,86%) e Sisu (1,43%).

Após a análise descritiva do perfil dos discentes, iniciou-se a avaliação das instalações (salas, laboratórios, bibliotecas) da universidade, do currículo do curso e dos métodos de ensino dos docentes.

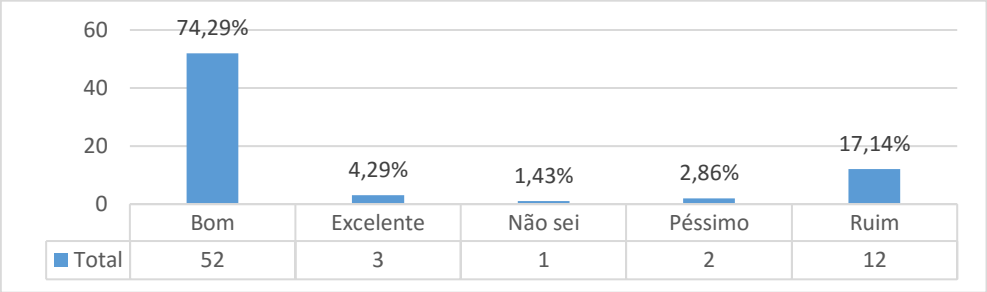
Segundo o gráfico 4, 47,13% dos discentes consideram que as instalações da universidade são ruins, 42,86% declaram que são boas, 8,58% julgam como péssimas, e apenas 1,43% reputam como excelente.

Gráfico 4 – Avaliação das Instalações da Universidade



Fonte: Elaboração própria (2016).

Gráfico 5 – Avaliação do Currículo e Conteúdo do Curso

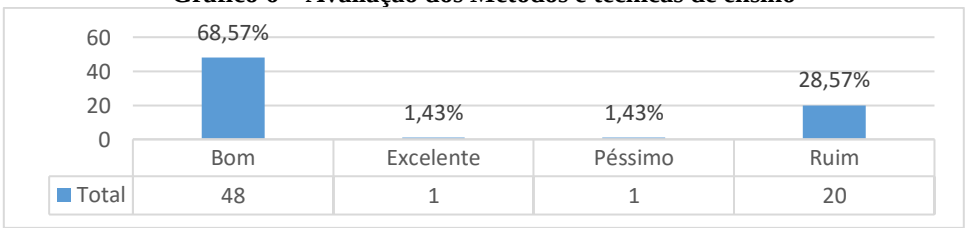


Fonte: Elaboração própria (2016).

Na concepção dos discentes, conforme expresso no gráfico 5, 74,29% consideram bom o currículo do curso de ciências contábeis, 17,14% avaliam que o currículo é ruim, 4,29% explanam que é excelente, para 2,86% o conteúdo e currículo é péssimo e 1,43% não souberam avaliar.

Observa-se no gráfico 6 que 68,57% dos alunos consideram os métodos de ensino aplicados em sala como bons, ressalta-se também, uma margem considerável de discentes que julgam como ruins, (28,57%), e uma margem pequena de 1,43% que avaliam como excelente e péssimo.

Gráfico 6 – Avaliação dos Métodos e técnicas de ensino



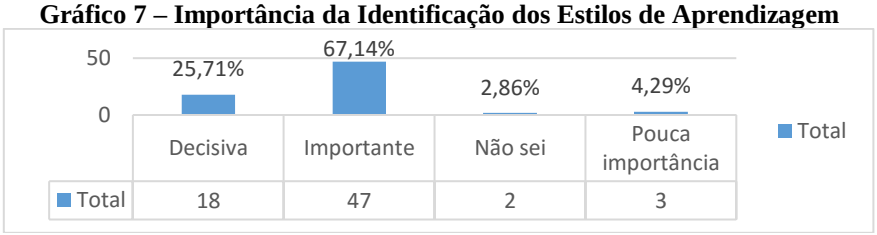
Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com análise das avaliações dos discentes, pode-se observar que de modo geral, os métodos de ensino, juntamente com o conteúdo e currículo podem proporcionar boas condições para aprendizagem. Todavia, um dos fatores do processo de ensino-aprendizagem, a

Instituição, neste caso a Universidade Federal da Paraíba, no que se refere as suas instalações (sala; bibliotecas; laboratórios) apresenta uma situação adversa, com condições ruins, podendo impactar este processo.

Depois de analisada as avaliações dos discentes, buscou-se constatar a importância da identificação do estilos de aprendizagem e, por fim, identificar os estilos de aprendizagem dos alunos.

Gráfico 7 – Importância da Identificação dos Estilos de Aprendizagem

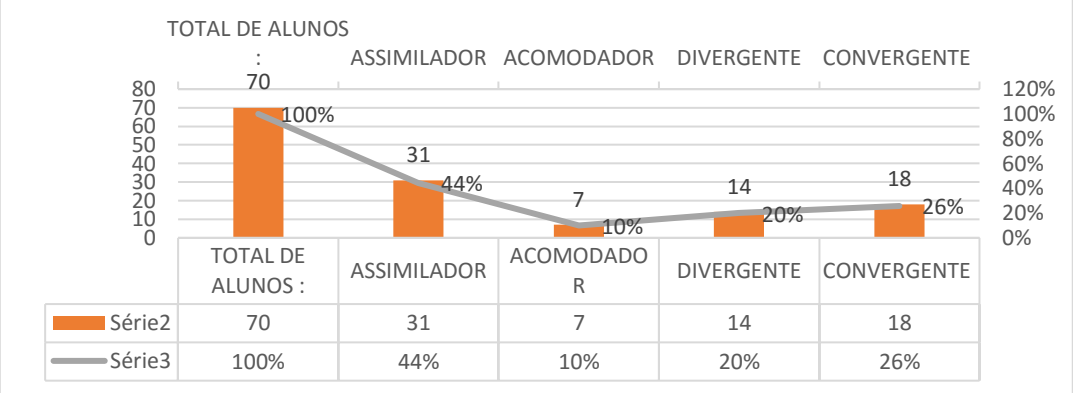


Fonte: Elaboração própria (2016).

Como é evidenciado no gráfico 7, 67,14% dos discentes analisados corroboram que a identificação dos estilos de aprendizagem é importante, 25,71% consideram decisiva, 4,29% acreditam que há pouca importância e 2,86% não souberam responder.

Para identificação dos estilos de aprendizagem utilizou-se do inventário de Kolb(1984), e os resultados obtidos estão expressos no gráfico 8. Identificou-se que o estilo predominante do aluno de ciências contábeis da Universidade Federal da Paraíba é o Assimilador com 44%, seguindo pelo Convergente com 26%, Divergente com 20% e o estilo Acomodador com 10%. O discente com estilo assimilador possui a capacidade de compreender muitas informações através modelos teóricos e lógicos de fácil interpretação, ao invés de absorver essas informações de forma prática.

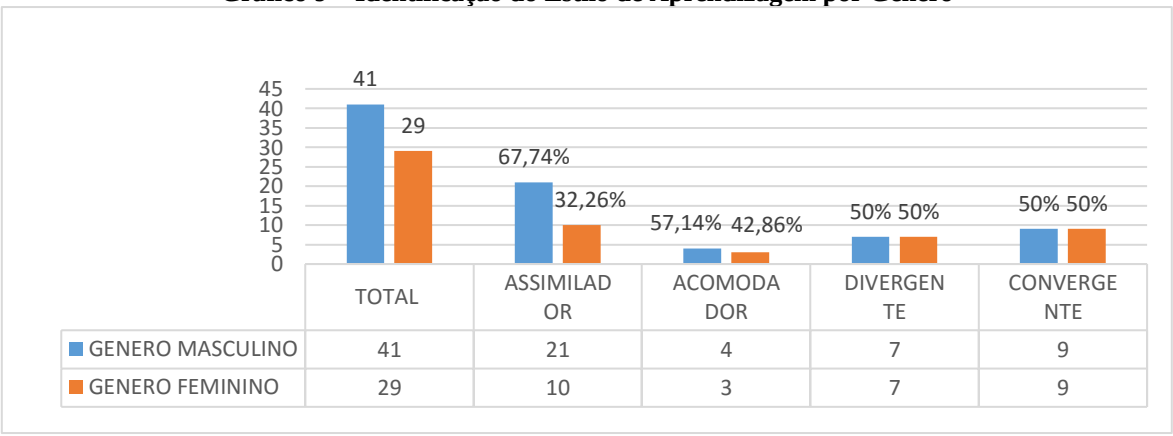
Gráfico 8 – Identificação dos Estilos de Aprendizagem



Fonte: Elaboração própria (2016).

Em um segundo momento, buscou - se identificar o estilo de aprendizagem dos alunos por gênero, como mostra o gráfico 9:

Gráfico 9 – Identificação do Estilo de Aprendizagem por Gênero



Fonte: Elaboração própria (2016).

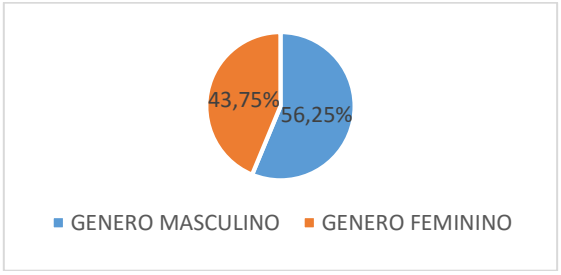
Ressalta - se a maior parcela de estudantes com estilo assimilador tanto do gênero masculino como feminino, representados respectivamente por 21 (67,74%) e 10 (32,26%). Logo após, apresenta –se os estilos convergentes, seguido pelos divergentes, onde ambos apresentam valores idênticos para o gênero masculino e feminino, enquanto o estilo acomodador apresenta uma parcela menor, com 4 e 3 alunos.

4.2 ANÁLISE DOS DOCENTES

Após efetuada a análise dos discentes, procurou-se identificar os principais métodos de ensino utilizados pelos docentes do Departamento de Finanças e Contabilidade. Além disto,

averiguar a importância dos estilos de aprendizagem e apontar possíveis fatores que afetam a aprendizagem dos discentes.

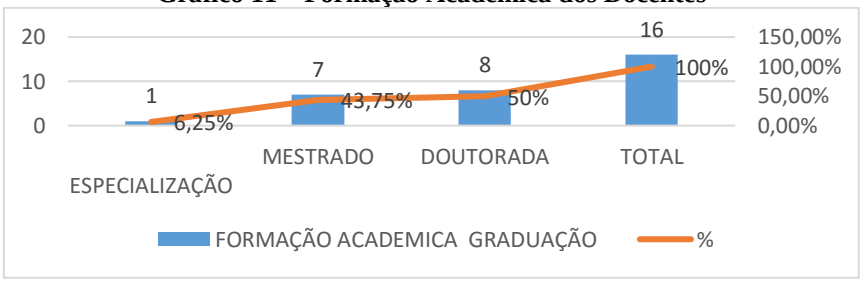
Gráfico 10 – Gênero dos Docentes



Fonte: Elaboração própria (2016).

A amostra foi representada por 16 docentes, e de acordo com o gráfico 10, 56,25% corresponderam a professores do gênero masculino e 43,75% ao gênero feminino.

Gráfico 11 – Formação Acadêmica dos Docentes

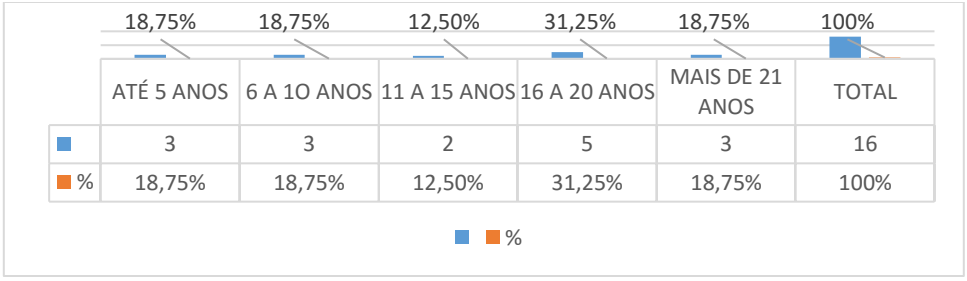


Fonte: Elaboração própria (2016).

De acordo com o gráfico 11, verificou-se que 50 % dos professores possuem título de doutor, 43,75% apresentam mestrado e 6,25% especialização.

Em seguida, buscou - se identificar o tempo que os docentes do curso lecionam no ensino superior. Estas informações estão evidenciadas no gráfico abaixo. Observa-se no gráfico 12, que existe uma heterogeneidade de experiência entre os docentes do DFC, constatando-se uma pequena superioridade para os professores que lecionam entre 16 a 20 anos no ensino superior.

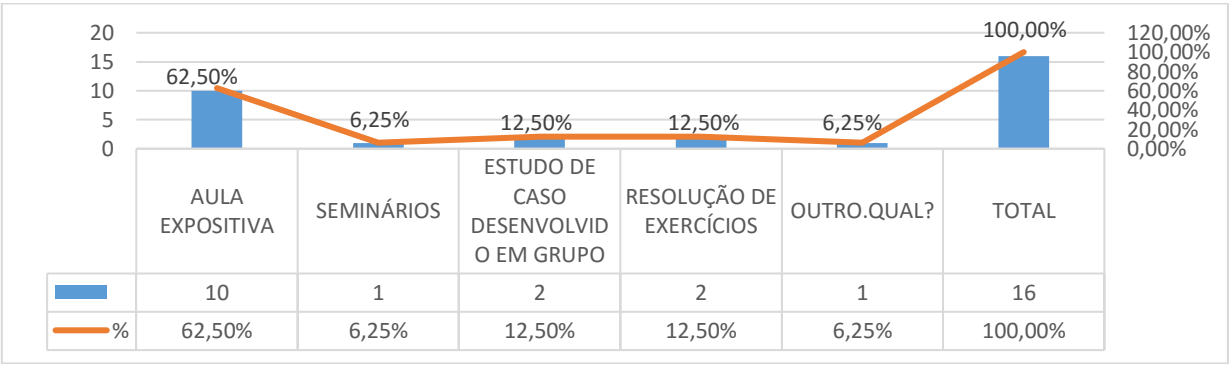
Gráfico 12 – Tempo Lecionado no Ensino Superior



Fonte: Elaboração própria (2016).

Através do Gráfico 13, pode-se identificar que o método mais utilizado em sala pelos docentes é a Aula Expositiva com 62,50%, o Estudo de Caso e as Resoluções de Exercícios aparecem em seguida com 12,50% cada, os Seminários e um outro tipo de método (métodos reais de caso) representam 6,25% respectivamente.

Gráfico 13 – Métodos de ensino



Fonte: Elaboração própria (2016).

Como pode ser observado no questionário aplicado aos docentes, os métodos de ensino dos professores sofreram alterações durante sua trajetória acadêmica para se adaptar aos estilos de aprendizagem dos discentes. Todos os analisados constataram que a identificação dos estilos de aprendizagem proporcionaram identificar carências e melhores estratégias de ensino, promovendo o desenvolvimento do aluno. Destaca-se, que na visão dos docentes a infraestrutura da Instituição de Ensino Superior afeta o processo de aprendizagem dos alunos do curso de ciências Contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estilo de aprendizagem corresponde ao modo como um indivíduo absorve o conhecimento em um ambiente, ou seja, a forma de processar as informações na busca da

aprendizagem. Este trabalho buscou identificar o estilo predominante dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Verificou-se que o estilo de aprendizagem predominante do discente de contabilidade é o assimilador, com 44% da amostra, onde os alunos buscam aprender através da assimilação das informações por meio de métodos teóricos e lógicos. Identificou-se também, através do Inventário de Kolb, os demais estilos dos alunos de contabilidade: o Convergente que representou 26%, seguido pelo Divergente com 20% e os Acomodadores com 10%.

Constatou-se na pesquisa que os alunos e professores consideram importante a identificação dos estilos de aprendizagem para o processo de ensino. Percebeu-se por meio do questionário que os discentes consideram que os métodos e conteúdos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba apresentam condições satisfatórias para aprendizagem, e que os docentes ao longo de sua trajetória acadêmica alteraram seus métodos de ensino para adaptar aos estilo dos estudantes, destacando-se o fato, que todos os professores avaliados informaram que as mudanças nos métodos forneceram melhores estratégias de ensino e como resultado, proporcionaram uma melhor aprendizagem. Todavia, tanto os alunos como professores explanaram que a situação das instalações da Universidade são ruins, influenciando este processo.

Conclui-se que a identificação dos estilos de aprendizagem é relevante para os discentes e docentes, podendo proporcionar melhores estratégias de ensino, promovendo consequentemente a melhor aprendizagem do discente, porém, é imprescindível que todos os fatores do processo de ensino – aprendizagem (alunos, professores, conteúdo, instituição) exerçam suas funções da melhor maneira possível, para que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva.

A pesquisa apresentou limitações à respeito dos respondentes dos questionários, tanto de discentes como dos docentes. Aos alunos destaca-se o fato de que muitos não responderam o questionário online, pois não acessaram o e-mail das respectivas turmas no período da análise ou não possuíam acesso aos e-mails ou não tiveram o interesse de responder. Quantos aos professores, destaca-se que alguns estão afastados e outros não foram encontrados no departamento e/ou nas suas respectivas salas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K.R. de. Descrição e análise de diferentes estilos de aprendizagem. **Revista Interlocução**, v. 3, n. 3, 2010.

BRAVOS BATIVA, G. **Ferramenta de Identificação dos Perfis de Aprendizes-FIPA.** 2011. 142 p. Dissertação de Mestrado em Engenharia da Informação. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2011.

BARIANI, I. C. D. **Estilos cognitivos de universitários e iniciação científica**. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CERQUEIRA, T. C. S. **Estilos de aprendizagem em universitários**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

CONCEIÇÃO, M. G.; Castro, Miguel R.; GUIMARÃES, I. P.; AZEVEDO, T. C. Estilos de Aprendizagem sob a ótica do Inventário de David Kolb: um Estudo de Caso com os Alunos de Graduação do Curso de Ciências Contábeis da UFBA. RCB: **Revista de Contabilidade da Bahia**, v. 1, p. 61-72, 2013.

CORDEIRO, R. A.; Silva, A. B. da. Os Estilos de Aprendizagem Influenciam o Desempenho Acadêmico dos Alunos de Finanças? **Revista de Administração da UFSM,** v. 5, p. 243-261, 2012.

GALEGO, D. J.; GARCIA, C. M. A. Estilos de aprender em el siglo XXI. **Revista Estilos de Aprendizaje**, v.2, n.2, p.23-24, 2008.

GIL, A.(1987). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOLB, D. **Experiential Learning**: Experience as the source of learning and development. New Jersey: Prentice Hall. 1984.

KOLB, D., Osland, S.; Rubin, M. **An experiential approach.** Organizational Behavior 6. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

KRÜGER, L. M.; ENSSLIN, S. R. Método Tradicional e Método Construtivista de Ensino no Processo de Aprendizagem: uma investigação com os acadêmicos da disciplina Contabilidade III do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Organizações em contexto,** São Bernardo do Campo, v. 9, n. 18, jul./dez. 2013.

LINDEMANN, V. **Estilos de aprendizagem**: buscando a sinergia. 2008.162f. Tese(Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LOPES, W. M. G. **Ils – Inventário de Estilos de Aprendizagem de Felder- Saloman:** Investigação de Sua Validade em Estudantes Universitários de Belo Horizonte. 2002. Dissertação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis,2002.

MIRANDA, C. S.; MIRANDA, R. A. M.; MARIANO, A.S. **Estilos de Aprendizagem e sua Inter-relação com as Técnicas de Ensino**: uma Avaliação com o Modelo Vark no Curso de Ciências Contábeis de uma IES no Interior Paulista. In: CONGRESSO ANPCONT, 1, 2008. Gramado. **Anais…**, Gramado, 2008.

MCCARTHY, Mary. Experiential learning theory: from theory to practice Journal of Business & Economics Research, v. 8, n. 5, 2010.

NÉRICI, I. G. **Introdução à didática geral**. Rio de Janeiro - RJ: Científica, 1997.

NEVES JÚNIOR, I. J. das; ROCHA, H. M. Metodologias de Ensino em Contabilidade: uma análise sob a ótica dos estilos de aprendizagem. In: ENCONTRO ANPAD, 34, 2010. Rio de Janeiro. **Anais…**, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, D. E. **Impacto dos estilos de aprendizagem no desempenho acadêmico do ensino de Contabilidade:** uma análise dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília,2012.

PADOAN, F. A. C**.** et al. Métodos e técnicas utilizados no ensino da contabilidade de custos em cursos de ciências contábeis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 14, João Pessoa, 2007. **Anais…**, João Pessoa, 2007.

PFROMM NETO, S. **Psicologia da aprendizagem e do ensino.** São Paulo: E.P.U/Edusp, 1987.

PINHO, S. T.; ALVES, D. M.; GRECO, P. J.; SCHILD, J. F. G**.** Método situacional e sua influência no conhecimento tático processual de escolares. **Motriz:** Revista de Educação Física. Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 580-590, jul./set. 2010.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil.** 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SÁ, Antônio L. de. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, C. et al. Estilos de aprendizagem: um estudo empírico com alunos do curso de ciências contábeis da universidade federal de mato grosso do sul. **Revista Razão Contábil & Finanças,** Fortaleza, v.4, n.2, Jul./Dez. 2013.

SANTOS, R. V. dos. "Jogos de Empresas" Aplicados ao Processo de Ensino e Aprendizagem de Contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n. 31, p. 78 - 95, janeiro/abril 2003.

SILVA, D. **O impacto dos estilos de aprendizagem no ensino da contabilidade na FEA-RP/USP**.2006.169p. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controladoria. FEA- RP/USP, Ribeirão Preto, 2006.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SILVA, L. L. V. **Estilos e estratégias de aprendizagem de estudantes universitários**. 2012.125f. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VALENTE, N. T. Z.; ABIB, D. B; KUSNIK, L. F. Análise dos Estilos de Aprendizagem dos Alunos e Professores do Curso de Graduação em Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado do Paraná com a Aplicação do Inventário de David Kolb**. Revista Contabilidade Vista & Revista** - UFMG v. 18, n. 1, p. 51-74, jan./mar. 2007.

COD 10. PERCEPÇÃO DISCENTES QUANTO AO USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS: UM ESTUDO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO

Nadielli Maria dos Santos Galvão
Professora da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco
profa.nadielligalvao@gmail.com

Andreza Cristiane Silva de Lima
Mestranda em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
ancrezacslima@gmail.com

Luana Leite Pereira dos Santos
Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: luana_leite@outlook.com

Resumo

O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção de discentes do curso de graduação em contabilidade e administração quanto à inserção dos sistemas de informação em classe e nas atividades acadêmicas. A fim de alcançar o objetivo proposto, aplicou-se um questionário com discentes de uma instituição pública e uma instituição privada, dos cursos de ciências contábeis e administração. O questionário foi analisado de forma quantitativa, utilizando-se das técnicas descritivas e do teste qui-quadrado. Como principais resultados, tem-se que os estudantes participantes da amostra apresentam uma opinião favorável ao uso dessas ferramentas durante as aulas. Ao mesmo tempo, constatou-se que a percepção dos respondentes é influenciada por algumas características do perfil dos mesmos, tais como: gênero, curso, instituição, conhecimento acerca do laboratório, se este já teve a oportunidade de assistir uma aula no laboratório e se este já fez uso de algum sistema de informação gerencial.

Palavras-chaves: Administração. Contabilidade. Sistemas de Informações Gerenciais.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é verificar a percepção de discentes do curso de ciências contábeis e administração quanto à inserção das tecnologias de informação como parte da didática de ensino e das atividades acadêmicas realizadas durante as disciplinas específicas da

área. A motivação desta pesquisa surge da necessidade das instituições de ensino embasarem os estudantes para encarar os desafios provenientes das práticas do cotidiano das organizações (SOUZA et al., 2008).

Sendo assim, diante das mudanças significativas recorrentes da informatização, tornam-se necessárias mudanças em determinados aspectos dos currículos dos cursos de ciências contábeis e administração, principalmente sob o ponto de vista do uso de sistemas de informações (OLIVEIRA NETO, MARIANO JÚNIOR; MORAIS, 2001). Liyan (2013) destaca que o rápido avanço da internet e do comércio on-line, exige que os contadores, por exemplo, não apresentem apenas um conhecimento dos conceitos contábeis e das normas vigentes, mas também devem ter domínio e apresentar habilidade quanto ao uso de tecnologias da informação, sendo que, para isso as mudanças devem acontecer inicialmente por parte do sistema de ensino adotado pelas Universidades.

Apesar da abordagem ainda manual na realização das atividades das disciplinas do curso de ciências contábeis, alguns estudos evidenciam que o uso de sistemas de informação e outras tecnologias podem facilitar e melhorar o processo de aprendizagem. Em seu estudo seminal Smith e McDuffie (1996) realizaram uma pesquisa com estudantes da graduação em ciências contábeis onde estes deveriam solucionar 12 casos referentes à combinação de negócios. Foi constatado que os discentes que tiveram acesso a um sistema especialista obtiveram um melhor desempenho na resolução dos problemas propostos em comparação com aqueles que não tiveram. Os autores ainda recomendam que as novas tecnologias sejam utilizadas nas aulas, visando o aprendizado para uma melhor realização das atividades propostas pelo mercado nas futuras carreiras dos estudantes. Acredita-se que, semelhante resultado, seria alcançado em um estudo com estudantes de administração visto que docentes da área acreditam que o uso dessas ferramentas favorece o aprendizado.

Togo e McNamee (1995) afirmam que, para os educadores existem benefícios e malefícios com o uso da informática e tecnologias nas atividades em sala de aula sustentando estas características na literatura existente. Diante desse contexto, nasce a pergunta que norteia esta pesquisa: "**Quais os benefícios e malefícios do uso de sistemas de informação no curso de**

Ciências Contábeis e Administração?". Como destacado anteriormente o objetivo do trabalho é verificar a percepção de discentes do curso de graduação em contabilidade e administração quanto à inserção dos sistemas de informação em classe e nas atividades acadêmicas. Percepção esta, referente aos benefícios e malefícios que esta ferramenta pode trazer para a educação na área contábil.

Os benefícios e malefícios abordados neste trabalho terão como base os levantados por Togo e McNamee (1995). A justificativa para a realização desta pesquisa é o fato de, tanto o administrador como o contador, no mercado atual, interagir frequentemente com tecnologias da informação para a realização das atividades e a necessidade de um melhor preparo dos discentes da graduação visando uma formação mais consistente com as exigências do mercado.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para uma discussão mais ampla quanto à atual didática do ensino da ciência contábil e da administração, identificando a opinião de discentes quanto ao uso das tecnologias na sala de aula contribuindo assim com uma evidência empírica para um melhor embasamento do debate acerca deste assunto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Uso de tecnologias como ferramenta pedagógica no ensino superior

A tecnologia da informação surgiu da necessidade de estabelecer estratégias e instrumentos de captação, organização, interpretação e uso das informações. (PEREIRA, 1997). O valor estratégico da tecnologia da informação é proporcionar melhorias importantes nos processos, estruturas e estratégias. (O'BRIEN, 2002). Sendo assim, o uso adequado dos recursos da TI garante a qualidade e pontualidade das informações.

As transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico nas áreas de informação e comunicação afetaram significativamente a sociedade. Diante desse contexto, usar tecnologia tem como objetivo o aumento da eficiência da atividade humana em todas as esferas. Na esfera da educação o componente tecnológico não está passando despercebido, pois inúmeras são as discussões sobre as tecnologias educacionais, permeadas em torno dos prós e contras do seu uso.

Diante disso, um novo paradigma surge na educação e a postura do docente frente às novas tecnologias será diferente. O professor, neste novo contexto, pode desenvolver um conjunto de atividades com interesse didático-pedagógico, porém, a formação desses profissionais não tem sido privilegiada nem pelas políticas públicas em educação e nem pelas universidades. (MERCADO, 2002)

O impacto sobre o papel dos docentes, em termo de uso da tecnologia, pressupõe que os discentes sejam participantes ativos do processo de aprendizagem de forma que as ferramentas tecnológicas sejam utilizadas para estimular a capacidade de desenvolvimento de habilidades sociais assim como desenvolver a autonomia e a criatividade.

No âmbito da contabilidade também é necessária uma avaliação do uso de ferramentas tecnológicas na educação, pois, estas têm sido adotadas no mercado visando o gerenciamento das informações da empresa (LEITE; SANTORRO, 2003, REGINATO; NASCIMENTO, 2007; ZWIRTES; ALVES, 2014). Visto que o desafio das instituições é preparar os estudantes para o mercado de trabalho, torna-se relevante identificar se as universidades utilizam a ferramenta tecnológica como apoio ao processo de ensino nos cursos de ciências contábeis e administração e a percepção de docentes e discentes quanto a esta utilização. O próximo tópico abordará estudos anteriores que procuravam investigar esse tema sob o ponto de vista da educação contábil.

2.2 Uso de Tecnologias como Ferramenta Pedagógica no Ensino

Estudos seminais procuraram verificar quais os pontos positivos e negativos oriundos do uso de ferramentas da tecnologia da informação nas áreas de negócios (THOMAS, 1983; KALBERS, 1984; BORTHICK; CLARK, 1986; DICKENS; HARPER, 1986; IZARD; REEVE, 1986). Togo e McNamee (1995) realizaram um levantamento destes e de outros estudos a fim de elencar o que é considerado benéfico e maléfico no que tange à introdução de ferramentas da tecnologia da informação no processo de ensino contábil. As características evidenciadas por estes autores podem ser visualizadas no quadro 1.

Quadro 1 - Características Positivas e Negativas no uso de Tecnologias no Ensino.

Benefícios	Malefícios
- Acaba com o medo de usar o computador; - Melhora as habilidades analíticas; - Promove uma melhor compreensão da contabilidade; - Aumenta o interesse pela contabilidade; - Aumenta a criatividade; - Aumenta o nível de atenção em classe; - Aumenta o nível de produção em classe; - Apoia o ensino ilustrando o conteúdo; - Traz uma visão abrangente da contabilidade; - Evidencia a natureza de integração da contabilidade.	- Requer maior nível de habilidades analíticas; - Tira a ênfase do processo de aprendizagem - Traz atribuições erradas para o sistema; - Reduz a motivação para aprender conceitos; - Diminui o tempo disponível para instruir o aluno.

Fonte: Adaptado de Togo e McNamee (1995).

Dessa forma, torna-se relevante verificar no contexto nacional, se na opinião de discentes da área de ciências contábeis e administração os pontos apresentados por Togo e McNamee (1995) de fato são inerentes ao uso da tecnologia da informação durante as disciplinas da graduação.

Sendo este o objetivo do trabalho, conforme citado anteriormente, discute-se a seguir a metodologia empregada para que o trabalho viesse a alcançar os resultados que permitiriam responder ao problema de pesquisa e o alcance do foco de estudo delineado.

3 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos da pesquisa foi utilizado o método *survey*, onde a coleta dos dados acontece através do envio de questionários aos participantes da amostra escolhida. A amostra inicial foi composta por docentes vinculados ao curso de ciências contábeis e administração, ofertados por instituições de ensino superior públicas e privadas do estado de Pernambuco, cuja escolha aconteceu por conveniência de acesso. O questionário foi divido em duas partes distintas. Na primeira dela, os entrevistados foram convidados a realizar uma caracterização de seus perfis.

Na segunda parte do questionário, os entrevistados apontaram suas percepções a respeito da utilização de ferramentas de tecnologia da informação nas atividades dos cursos de ciências

contábeis e administração. Os questionamentos presentes na segunda parte foram elaborados conforme os pressupostos levantados por Togo e McNamee (1995) e estavam pontuados através de uma escala Likert de 05 pontos, onde (1) significa discordo totalmente e (5) concordo totalmente. Um resumo do questionário é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Resumo do questionário.

Bloco	Principais questionamentos
Perfil	Gênero, Curso, Faixa etária, Estuda em instituição pública ou privada, Situação profissional, a instituição possui disciplinas de tecnologia da informação, a instituição possui laboratório de informática, já utilizou sistema de informação e etc.
Percepção quanto ao uso de tecnologias no ensino	○ Proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes; ○ Permite que os estudantes percam o medo de trabalhar com os sistemas; ○ Promove uma melhor compreensão dos conceitos abordados em classe; ○ Aumenta o interesse por parte dos alunos; ○ Aumenta a criatividade dos alunos na resolução de problemas; ○ Aumenta o nível de atenção da classe; ○ Facilita o ensino em classe tornando a aula mais produtiva; ○ Apoia o ensino ilustrando o conteúdo abordado; ○ Proporciona uma visão abrangente da contabilidade/administração para os estudantes; ○ Evidencia a natureza de integração da área contábil/administração com os outros setores da empresa; ○ Evidencia a natureza de integração da área contábil/administração com os outros setores da empresa; ○ Permite uma melhor preparação do estudante para o mercado de trabalho; ○ Requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas; ○ Tira a ênfase do professor; ○ Traz atribuições erradas para a tecnologia; ○ Reduz a motivação para o aprendizado de conceitos e teorias; ○ Diminui o tempo disponível da aula para a aula teórica; ○ É útil apenas para realização de atividades

	extraclasse.

Fonte: Elaboração própria.

A coleta de dados foi realizada *in loco* por meio de uma versão impressa do instrumento elaborado. Antes da coleta definitiva, o estudo foi analisado por um doutor da área de tecnologia da informação e em seguida foi testado com 15 discentes de graduação das áreas de contábeis e administração a fim de solucionar possíveis dúvidas, permitindo que o instrumento de coleta viesse a ser apresentado de forma mais clara e acessível aos componentes da amostra.

Após a validação, os pesquisadores dirigiram-se à uma instituição de ensino pública e outra privada, por conveniência de acesso. Foi possível recolher 153 questionários, no entanto, 117 foram considerados válidos, visto que alguns respondentes não marcaram todas as assertivas disponíveis no instrumento de coleta de dados.

Inicialmente foi realizada uma análise descritiva dos dados. Em seguida, para a segunda parte do questionário foram realizados os testes de confiabilidade do instrumento de pesquisa: o Alfa de Cronbach para verificar a consistência interna do questionário e o teste de fator único de Harman que verificou a existência de um possível viés comum ao método do estudo. Por fim, realizou-se os testes para comparação entre os grupos da amostra. A tabulação dos dados será realizada na planilha MS-Excel 2010 e o software *Statistical Package for Social Scienses* – SPSS será utilizado para a análise dos dados e para a realização dos testes apresentados.

4 RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA – PERFIL DOS RESPONDENTES

Quanto ao perfil, os respondentes foram questionados quanto ao gênero, curso, faixa etária, situação profissional, se estavam vinculados a uma instituição pública ou privada, se a instituição possui disciplina na área de tecnologia de informação, se os respondentes já haviam utilizado o laboratório de informática, se já haviam feito uso de algum sistema de informação gerencial.

Quanto ao gênero, 44,45% dos respondentes foram do gênero feminino enquanto 55,56% do gênero masculino, sendo 55,56% dos entrevistados eram estudantes de administração e 44,45% de ciências contábeis.

A maioria dos respondentes (57,26%) tinham entre 18 e 24 anos no momento de coleta de dados. Ainda no que se refere ao perfil, o maior percentual de entrevistados foi de instituição pública (76,07%) devido à maior facilidade de acesso aos discentes.

No que tange à situação profissional, 52,14% afirmaram trabalhar na área do curso, 15,38% disseram trabalhar em área diferente da que estavam realizando a graduação e 32,48% estavam sem trabalhar no período de realização da pesquisa.

Quando questionados se a instituição onde estudavam possuía disciplina da área de tecnologia ou sistemas de informação 83,32% afirmaram que a faculdade apresentava esta matéria no currículo acadêmico, 5,13% disseram que não era oferecida essa disciplina e 8,55% afirmaram não saber se era ofertada cadeira correlata.

No que se refere ao laboratório de informática, 85,47% afirmaram que sua instituição oferecia o recurso citado, enquanto 14,53% afirmaram não saber. Nesta perspectiva, 44,44% disseram que já haviam participado de aula no laboratório, 49,57% afirmaram não terem tido aula no ambiente comentado enquanto 5,98% não se lembravam de momento como este até o momento da coleta dos dados.

Quanto ao uso de sistema de informação gerencial 50,43% disseram que já haviam utilizado, mas apenas na empresa onde trabalhavam ou que já tinham trabalhado. 11,11% afirmaram que utilizaram um sistema apenas no ambiente acadêmico. Por outro lado, 10,53% informaram que tiveram a oportunidade de utilizar um sistema de informação gerencial tanto no ambiente acadêmico como profissional. Ao mesmo tempo, 28,20% destacaram que nunca haviam utilizado um sistema de informação.

Em seguida, os respondentes foram questionados sobre a percepção dos mesmos sobre o uso de tecnologias da informação durante as aulas da graduação. A análise descritiva desta seção do questionário é apresentada na seção a seguir.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA - PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

Nesta seção do questionário, foram apresentados possíveis benefícios e malefícios que o uso de sistemas de informação poderia promover nas aulas da graduação em ciências contábeis e

administração. O alfa de Cronbach auferido para esta parte do instrumento de pesquisa foi de 0,854, o que denota uma boa confiabilidade (FIELD, 2009).

Através da escala likert de cinco pontos, foi possível constatar que os respondentes apresentavam uma maior concordância com os benefícios que o uso de sistemas de informação pode trazer para a sala de aula.

Destaca-se que, 47,01% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmação de que o uso de sistemas de informação proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes, enquanto 3,42% discordaram totalmente com a afirmação.

Em relação ao uso de SIG durante as aulas, permitir que os estudantes percam o medo de trabalhar com sistemas, foi acordado por 70,08% dos discentes (38,46% concordaram totalmente e 31,62% concordaram em parte). O mesmo resultado foi apresentado para as assertivas de que o uso de SIG pode promover uma melhor compreensão dos conceitos abordados em classe; apoia o ensino ilustrando o conteúdo abordado; e requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas.

Quanto ao interesse pela área, 47,87% dos respondentes concordaram com a afirmação de que o uso do SIG pode aumentar o interesse dos alunos pela contabilidade ou administração (28,21% concordam totalmente e 19,66% concordam em parte).

Quando questionados se o uso de SIG aumenta a criatividade dos alunos na resolução de problemas, obteve-se que 33,33% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmação e 28,21% concordaram em parte, sendo que, 47,01% concordaram que o uso de SIG aumenta o nível de atenção da classe (23,08% concordaram totalmente e 23,93 concordaram em parte), enquanto 25,65% discordaram da afirmação (11,97% discordaram totalmente e 13,68% discordaram em parte) e 27,35% foram indiferentes quanto à afirmação.

Destaca-se ainda que 61,54% concordaram que o uso de SIG na graduação pode tornar a aula mais produtiva (32,48% concordaram totalmente e 29,06% concordaram em parte). 64,61% ainda concordaram que o uso de SIG evidencia a natureza de integração da área contábil e administrativa com os diversos setores da empresa (30,77% concordaram totalmente e 33,33% concordaram em parte).

Como último benefício apontado para o uso de SIG nas aulas, foi apresentado que essa ferramenta permite uma melhor preparação do estudante para mercado de trabalho. Para esta assertiva, 47,01% dos respondentes concordaram totalmente, 29,91% concordaram em parte, 16,24% foram indiferentes, 5,98% discordaram em parte e apenas 0,85% discordaram totalmente.

Por outro lado, 58,12% dos respondentes discordam totalmente com a assertiva de que o uso de SIG durante a aula tira a ênfase do professor no processo de aprendizagem (36,75% discordam totalmente e 21,37% discordam em parte).

Tem-se ainda que 51,28% dos respondentes discordam totalmente com a assertiva de que o uso de SIG durante a aula traz atribuições erradas para a tecnologia, 46,15% apresentam a mesma opinião no que se refere a discordar de que o uso de SIG pode reduzir a motivação para o aprendizado de conceitos e teorias.

No que tange à percepção de que o uso de SIG pode reduzir o tempo disponível para aula teórica, 54,70% dos respondentes discordam da assertiva (39,32% discordam totalmente e 15,38% discordam em parte). Ressalta-se por fim que, 50,43% dos respondentes discordam totalmente com a sentença apresentada de que os SIGs são úteis apenas para a realização de atividades extraclasse. A tabela 1 resume os resultados alcançados no bloco analisado.

Tabela 1 – Resumo da percepção quanto ao uso de SIG em sala de aula.

Assertiva	Discordo totalmente	Concordo totalmente	Indiferente	Concordo em parte	Concordo totalmente
Proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes	3,42%	6,84%	11,11%	31,62%	47,01%
Permite que os estudantes percam o medo de trabalhar com os sistemas	8,55%	11,11%	10,26%	31,62%	38,46%
Promove uma melhor compreensão dos conceitos abordados em classe	5,98%	5,98%	17,95%	31,62%	38,46%
Aumenta o interesse por parte dos alunos pela contabilidade/administração	13,68%	12,82%	25,64%	19,66%	28,21%
Aumenta a criatividade dos alunos na resolução de problemas	6,84%	7,69%	23,93%	28,21%	33,33%
Aumenta o nível de atenção da classe	11,97%	13,68%	27,35%	23,93%	23,08%
Facilita o ensino em classe tornando a aula mais produtiva	8,55%	8,55%	21,37%	29,06%	32,48%
Apoia o ensino ilustrando o conteúdo abordado	4,27%	3,42%	22,22%	31,62%	38,46%
Proporciona uma visão abrangente da contabilidade/administração para os estudantes	9,40%	10,26%	22,22%	27,35%	30,77%
Evidencia a natureza de integração da área contábil/administração com os outros setores da empresa	3,42%	6,84%	25,64%	33,33%	30,77%
Permite uma melhor preparação do estudante para o mercado de trabalho	0,85%	5,98%	16,24%	29,91%	47,01%
Requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas	0,00%	4,27%	29,06%	28,21%	38,46%
Tira a ênfase do professor	36,75%	21,37%	19,66%	12,82%	9,40%
Traz atribuições erradas para a tecnologia	51,28%	20,51%	15,38%	6,84%	5,98%
Reduz a motivação para o aprendizado de conceitos e teorias	46,15%	17,09%	17,09%	10,26%	9,40%
Diminui o tempo disponível da aula para a aula teórica	39,32%	15,38%	25,64%	9,40%	10,26%
É útil apenas para realização de atividades extraclasse	50,43%	16,24%	17,09%	8,55%	7,69%

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, percebe-se que os discentes entrevistados acreditam que o uso de Sistemas de Informação durante as aulas do curso de administração e contabilidade podem trazer benefícios para a aprendizagem e desenvolvimento profissional. Torna-se necessário então verificar se o perfil desses respondentes exerce alguma influência na percepção destes quanto ao uso dessa ferramenta de forma pedagógica. Sobre este aspecto debruça-se a próxima subseção deste estudo.

4.3 ANÁLISE INFERENCIAL

Através de análise do teste qui-quadrado foi possível averiguar que algumas variáveis do perfil dos respondentes exerciam influência na percepção destes quanto ao uso de SIG em sala de aula, tais como o gênero, curso, instituição de ensino, situação profissional, conhecimento acerca do laboratório de informática, uso do laboratório e se este já realizou atividades em um sistema gerencial.

O gênero dos respondentes foi a característica que apresentou influência sobre a maioria das afirmações apresentadas no questionário. Para esta variável todas as relações alcançadas foram significativas ao nível de 0,05 (valor $p < 0,05$). A tabela 2 aponta que os respondentes do gênero masculino se apresentam mais alinhados aos benefícios que o uso da ferramenta tecnológica pode trazer para o ensino.

Tabela 2 - Influência do Gênero na percepção quanto ao uso de SIG.

Assertiva			HOMENS	MULHERES
	X^2	Valor-p	Total de concordância	Total de concordância
Proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes	87,446	0,000	100,00%	52,00%
Permite que os estudantes percam o medo de trabalhar com os sistemas	42,234	0,000	90,80%	44,24%
Promove uma melhor compreensão dos conceitos abordados em classe	42,576	0,000	92,31%	42,31%
Aumenta o interesse por parte dos alunos pela contabilidade/administração	44,055	0,000	73,83%	15,39%
Aumenta a criatividade dos alunos na resolução de problemas	30,514	0,000	80,00%	38,46%
Aumenta o nível de atenção da classe	31,980	0,000	69,23%	19,23%
Facilita o ensino em classe tornando a aula mais produtiva	45,381	0,000	86,16%	30,77%
Apoia o ensino ilustrando o conteúdo abordado	28,631	0,000	87,69%	48,08%
Proporciona uma visão abrangente da contabilidade/administração para os estudantes	58,722	0,000	87,69%	21,16%
Evidencia a natureza de integração da área contábil/administração com os outros setores da empresa	35,547	0,000	83,08%	40,38%
Permite uma melhor preparação do estudante para o mercado de trabalho	27,200	0,000	90,77%	59,62%
Requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas	16,045	0,001	73,85%	57,69%

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso no qual os respondentes estavam matriculados também apresentou relação significativa com a percepção destes quanto à algumas vantagens do uso de SIG nas aulas da graduação. Constatou-se que os estudantes de ciências contábeis apresentaram maior nível de concordância com o fato que o uso da ferramenta em questão proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes. Já os discentes de administração estavam mais alinhados aos aspectos de que o SIG aumenta o interesse dos alunos pelo curso, facilita o ensino tornando a aula mais produtiva e requer que os estudantes possuam mais habilidades de análise e resolução de problemas.

Todas as relações apontadas foram significativas ao nível de 0,05 (valor-p < 0,05) ou marginalmente significativas (0,05 < valor-p < 0,10). A tabela 3 resume essas relações.

Tabela 3 - Influência do curso na percepção quanto ao uso de SIG.

Assertivas	X^2	Valor-p	Administração	Contábeis
			Total de concordância	Total de concordância
Proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes	21,14	0,000	69,23%	90,38%
Aumenta o interesse por parte dos alunos pela contabilidade/administração	7,844	0,097	53,85%	40,38%
Facilita o ensino em classe tornando a aula mais produtiva	9,776	0,044	67,69%	53,85%
Requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas	9,421	0,024	63,08%	17,44%

Fonte: Dados da pesquisa.

Torna-se necessário ressaltar que, o curso apresentou ainda outra relação significativa. Verificou-se que, no que se refere ao fato do SIG tirar ênfase do professor (assertiva esta que apresentou um maior nível de discordância entre os respondentes, conforme apontado em seção anterior), os alunos de administração apresentam maior discordância com a assertiva (60%) em detrimento dos estudantes de contábeis (55,77%). Essa relação foi significativa ao nível de 0,05 (valor-p 0,021).

O fato do respondente estar vinculado a uma instituição de ensino pública ou privada também apresentou influência na sua percepção, conforme destacado na tabela 4. Verificou-se que os discentes de instituição privada estavam mais alinhados aos benefícios que o uso de SIG pode proporcionar.

Tabela 4 – Influência da instituição na percepção quanto ao uso de SIG.

Assertiva	X^2	valor-p	Pública	Privada
			Total de concordância	Total de concordância
Proporciona um crescimento das habilidades de análise dos estudantes	28,969	0,000	71,91%	100,00%
Permite que os estudantes percam o medo de trabalhar com os sistemas	10,500	0,033	67,42%	78,57%
Aumenta a criatividade dos alunos na resolução de problemas	8,197	0,085	61,80%	60,71%
Requer que os estudantes possuam maiores habilidades de análise e resolução de problemas	10,232	0,017	64,04%	75,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Tal como ocorreu com o curso, o tipo de instituição também exerceu influência em uma assertiva que apresentou, por parte dos respondentes, maior nível de discordância. Desta vez, a relação foi com o pressuposto de que o uso de SIG pode ser útil apenas para realização de atividades extraclasses. Com esta sentença o nível de discordância foi maior entre os discentes de instituição pública (73,03%) do que entre os de instituição privada (46,43%).

A situação profissional na época da pesquisa influenciou a percepção dos discentes em dois aspectos: o uso de SIG promove uma melhor compreensão dos conceitos abordados em classe (X^2 18,212, valor-p 0,020), com a qual aqueles que trabalhavam na área apresentaram maior nível de concordância (78,96%) seguidos dos que não estavam trabalhando (63,16). Os que trabalhavam em outra área apresentaram o menor patamar de concordância com esta assertiva (55,56%); bem como com o pressuposto de que o uso de SIG demanda que os discentes possuam maior habilidade de análise e resolução de problemas (X^2 12,035, valor-p 0,061), com o qual novamente os discentes que trabalhavam na área do curso que estudavam apresentaram maior nível de concordância (77,05%), seguidos daqueles que trabalhavam em outra área (72,22%) e por último aqueles que não trabalhavam (47,37%).

Ainda foi constatado que os alunos que sabiam da existência de um laboratório de informática na instituição havia uma maior concordância com o fato de que o uso de SIG aumenta o nível de atenção da classe (48,00%) em detrimento daqueles que desconheciam essa área da instituição de ensino (41,18%). Neste aspecto ainda ressalta-se que os discentes conhecedores do laboratório apresentaram maior nível de concordância com o fato de que utilizar SIG durante as aulas permite uma melhor preparação dos discentes para o mercado de trabalho (79%), bem como com o fato de que o uso da ferramenta em questão requer que os estudantes apresentem maior habilidade de análise e resolução de problemas (70%).

O fato do discente já ter feito uso do laboratório influenciou sua percepção no que tange ao fato de entender que os SIGs podem proporcionar um crescimento das habilidades de análise (X^2 15,073, valor-p 0,058). Aqueles que nunca haviam utilizado apresentaram maior nível de concordância com esta afirmação (81,03%) em detrimento daqueles que haviam utilizado

(73,08%). No entanto, ressalta-se que todos os que declararam não se lembrar se tiveram essa experiência durante a graduação, concordaram com a afirmação.

Ainda no que tange à relação entre perfil do respondente e sua percepção quanto ao uso de SIG nas aulas da graduação tem-se que o fato do discente ter utilizado ou não um sistema de informação afeta sua opinião quanto ao uso dessa ferramenta em sala de aula.

Os discentes que nunca fizeram uso de SIG apresentaram maior discordância com o fato de que usar essa ferramenta em sala pode trazer atribuições erradas para a tecnologia (74,58%), reduz a motivação para o aprendizado de conceitos e teorias (72,79%), bem como é útil apenas para realização de atividades (72,73%). Em contraponto, os discentes que tiveram acesso à ferramenta apenas na universidade apresentaram o menor nível de discordância para as assertivas supracitadas (46,15%, 38,46% e 41,67%, respectivamente).

Diante dos comentários realizados é possível concluir que os discentes possuem uma tendência de acreditar que utilizar tecnologias da informação, sob a forma de sistemas, pode promover melhorias no processo de aprendizagem. No entanto, a intensidade dessa concordância pode ser afetada por determinadas características do perfil destes respondentes. Com isto, segue-se para o capítulo conclusivo deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção de discentes dos cursos de graduação em ciências contábeis e administração quanto à inserção dos sistemas de informação em classe e nas atividades acadêmicas.

Através da aplicação de questionário com discentes dos cursos escolhidos, foi possível constatar uma opinião favorável ao uso dessas ferramentas durante as aulas. Ao mesmo tempo, constatou-se que a percepção dos respondentes é influenciada por algumas características do perfil dos mesmos, tais como: gênero, curso, instituição, conhecimento acerca do laboratório, se este já teve a oportunidade de assistir uma aula no laboratório e se este já fez uso de algum SIG.

No entanto, apesar da pesquisa alcançar o objetivo ao qual se propôs, tem-se que o número de respondentes foi baixo, reduzindo assim o potencial de generalização dos resultados

do atual estudo. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras aumentem a amostra a ser pesquisada.

Além disso, recomenda-se que questionário semelhante seja aplicado também com os docentes dessas áreas, a fim de comparar a percepção dos dois grupos: alunos e professores; com o intuito de investigar possível diferença na opinião entre as duas classes.

Assim, espera-se que este trabalho tenha contribuído para uma discussão do uso de ferramentas tecnológicas nos cursos da área de negócios, com o propósito de que os discentes formados venham a obter uma base mais sólida para adentrar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BORTHICK, A.F.; CLARK, R.L. The Role of Productive Thinking in Affecting Student Learning with Microcomputers in Accounting Education. **The Accounting Review**, vol. LXI, n. 1, January 1986.

DICKENS, T.L.; HARPER, R.M. The Use of Microcomputers in Intermediate Accounting: Effects on Student Achievement and Attitudes. **Journal of Accounting Education**, v. 4, n.1, Spring 1986.

FIELD, A. **Descobrindo a Estatística usando o SPSS**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

IZARD, C.D.; REEVE, J.M. Electronic Spreadsheet Technology in the Teaching of Accounting and Taxation – Uses, Limitations, and Examples. **Journal of Accounting Education,** Vol. 4. No I Spring 1986.

KALBERS, L.P. Electronic Spreadsheet: Powerful and Flexible Educational tools. **Journal of Accounting Education**, Vol. 2, n. 2, Fall 1984.

LEITE, C.E.B.L.; SANTORO, F.O. O perfil do profissional contábil no contexto das novas tecnologías. **Contabilidade Vista e Revista.** Belo Horizonte, v.14, n.3, p.27-43, dez. 2003

LIYAN, L. The impact of information technology on accounting theory, accounting profession, and Chinese Accounting education. **WHICEB 2013 Proceedings**. Paper 103, 2013.

MERCADO, L.P.L, **Novas tecnologias de educação: reflexões sobre a prática**. Macéio; Edufal,2002

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA NETO, J.D.; MARINO JÚNIOR, J. & MORAIS, L.T Os cursos de ciências contábeis no Brasil e o conteúdo das disciplinas de sistemas de informação: a visão acadêmica versus a necessidade prática. **Revista Contabilidade e Finanças**. vol.12 no.27, São Paulo, Sept./Dec. 2001.

PEREIRA, M. J.B; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisã**o. São Paulo: Makron Books, 1997.

REGINATO, L.; NASCIMENTO, A.M. Um estudo de caso envolvendo business intelligence como instrumento de apoio à controladoria. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo • Edição 30 Anos de Doutorado • p. 69 - 83 • Junho 2007

SMITH, L.M.; MCDUFFE, R.S. Using an Expert System to Teach Accounting for Business Combinations. **Expert Systems With Applications**, Vol 10, No. 2, pp. 181 191, 1996.

SOUZA, A.A.; AVELAR, E.A.; BOIANA, T.M.& RODRIGUES, L.T. Ensino da Contabilidade Gerencial: Estudo dos Cursos de Ciências Contábeis das Melhores Universidades Brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, vol. 5, núm. 10, pp. 69-90, julho-dezembro, 2008.

THOMAS, A.L. Use of Microcomputer Spreadsheet Software in Preparing and Grading Complex Accounting Problems. **The Accounting Review**, Vol. 58, No. 4 (Oct., 1983), pp. 777-786.

TOGO, D.F; MCNAMEE, A.H. Computer Integration into the Accounting Curriculum: Learning Benefits, Problems, and Guidelines. **Journal of Accounting Education**, Vol. 13, No. 2, pp. 149-158, 1995.

ZWIRTES, A.; ALVES, T. W. Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica em Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: uma Análise Fatorial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.8, n.1, art. 3, p. 39-53, jan./mar. 2014.

COD 14. ENSAIO SOBRE FILOSOFIA INTEGRADA À CONTABILIDADE: IMPLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA TOMADA DE DECISÃO

Maria Lúcia Pagliusi Silva
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
mariapagliusi@gmail.com

Marcos Reinaldo Severino Peters
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
marcosrspeters@gmail.com

RESUMO

O objetivo geral é mostrar a relação entre o conhecimento filosófico e o contábil. Os objetivos específicos são: conhecer os componentes filosóficos assimilados pela Contabilidade, avistar os indicadores científicos contábeis e mostrar a integração da Ciência e Filosofia no âmbito da Contabilidade. A metodologia comportou dois levantamentos bibliográficos: um para investigar os temas da Filosofia e o outro para localizá-los nos estudos e pesquisas contábeis. Delimitou-se a pesquisa pela associação dos assuntos filosóficos, reunindo-os através de características compatíveis. Os critérios científicos exigiram que os componentes filosóficos esclarecessem matéria contábil ou organizacional, conservando seus significados absorvidos na Filosofia. Esta pesquisa é qualitativa, descritiva e explicativa. A modalidade de ensaio permitiu versatilidade para expor ideias e argumentos discursivos. A análise dos dados discute a existência dos componentes filosóficos nos estudos e pesquisas contábeis e observa a composição dinâmica entre eles, o que denota a atividade de uma estrutura filosófica contábil.

Palavras-chave: Filosofia da contabilidade. Filosofia da ciência. Indicadores científicos.

1. INTRODUÇÃO

A globalização exige rapidez para adequação organizacional frente às circunstâncias competitivas. As adversidades têm dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. O conhecimento contábil tem sido solicitado para superar crises, com desempenho significativo.

A atuação contabilista requer preparo e habilidades. Isso demanda constante aperfeiçoamento profissional. Buscar recursos inovadores que decifrem problemas e proponham soluções contábeis ou organizacionais, aprimora e impulsiona o saber contábil.

Para o avanço de um campo científico, é necessário refletir sobre seus fundamentos, objeto e finalidades, métodos e resultados. A reflexão instiga discussões, incentiva ideias e estimula o pensamento criativo. Uma área de conhecimento que pretende estimular o raciocínio e a sabedoria encontra aparatos e condições profícuas dentro da Filosofia.

O objetivo geral é relacionar os conhecimentos filosóficos aos estudos contábeis. Os objetivos específicos são: i) conhecer os objetos da Filosofia assimilados pela Contabilidade; ii) através desses objetos, alcançar os indicadores científicos contábeis; e iii) a partir desses indicadores, mostrar a integração entre Ciência e Filosofia no âmbito do saber contábil.

A metodologia deste artigo se amparou em dois levantamentos bibliográficos. Um para conhecer os estudos da Filosofia (ora denominados componentes filosóficos), que diante de sua extensão, foram agregados pela associação de conteúdos similares, delimitando-se a pesquisa. O outro levantamento investigou a existência dos componentes filosóficos nos estudos e pesquisas contábeis, para verificar a contribuição do significado deles no esclarecimento de assunto contábil ou relativo ao ambiente organizacional, onde as práticas contábeis se desenvolvem e a tomada de decisão acontece. Tais preceitos garantiram a natureza científica deste trabalho.

A Fundamentação Teórica traz as definições ou os conceitos dos componentes filosóficos; aponta suas relações com a Contabilidade. A Análise dos Dados discute a existência desses componentes filosóficos nas Ciências Contábeis e apresenta argumentos discursivos em prol dessa constatação, expondo raciocínios que os fundamentam e justificam.

O aglomerado que se forma a partir dos componentes filosóficos existentes nos estudos e nas pesquisas contábeis, traz a convicção de uma perspectiva filosófica contida na Contabilidade. Ele detém complexidade dinâmica e exibe uma estrutura filosófica contábil capaz de fomentar, fazer avançar e alcançar os indicadores científicos da Contabilidade.

Esta pesquisa é qualitativa, descritiva e explicativa. A técnica de ensaio foi a mais apropriada para se expor ideias e conduzir a compreensão de uma inteligência filosófica existente e integrada às Ciências Contábeis.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando uma ciência evolui, ela se aproxima do saber filosófico, o que justifica estudos sobre a Filosofia da Ciência Contábil para se atingir excelência intelectual. (SÁ, 2006). Hoog (2013) traz evidências da Filosofia junto à Contabilidade. A revisão da literatura mostrou relação entre a Contabilidade e os componentes filosóficos, sumariamente expostos no QUADRO 1.

QUADRO 1 - Definições ou conceitos dos componentes filosóficos e sua relação com a Contabilidade

	Definições ou conceitos filosóficos	Relação com a Contabilidade
Linguagem	A linguagem possibilita a comunicação e pode ser simbólica (emotiva) ou conceitual (racional). (CHAUI, 2001). A linguística trata da linguagem verbal. A semiótica estuda todas as linguagens (SANTAELLA, 1983) e inclui várias espécies de comunicação. (MERRELL, 2012). O uso adequado das palavras mostra preparo aos desafios do mundo e denota espiritualidade porque oferece paz e segurança diante das hostilidades. (CUNHA, 2013). A linguagem permite conhecer as palavras, as coisas e sua natureza. Para solucionar problemas é preciso "aprender a linguagem de uma teoria" e o conhecimento inserido nela. (KUHN, 2006, p. 209).	No reconhecimento, mensuração e divulgação, a Contabilidade realiza sua linguagem e faz uso da semiótica para comunicar eventos econômicos. (WEFFORT, 2011). O Contabilista deve pensar no destinatário das informações contábeis, para que haja entendimento delas. Exagero de termos técnicos contribui para a incompreensão dos demonstrativos e relatórios contábeis. (COTRIM, 2012). A Contabilidade é a comunicação no ambiente dos negócios. A Teoria como Linguagem analisa a comunicação das Ciências Contábeis, ao proporcionar informações úteis às transações negociais. (HENDRIKSEN; BREDA, 2011).
Religião	A sacralidade enseja a existência de força superior e atmosfera de mistério. (CHAUÍ, 2001; CUNHA, 2013). O sagrado está presente nas culturas e a religião pressupõe sentimento de fé e crença nas divindades que garantem o perdão ou reconciliação com Deus. (CHAUÍ, 2001). As manifestações mágicas tiveram significado na vida social tribal. Acreditava-se no sobrenatural e o aspecto mágico guiava as atitudes e as ideias, determinando o modo de agir. Essa compreensão manteve a tradição coletiva no tribalismo, onde não havia espaços para interpretações pessoais. (POPPER, 1998a).	Na era medieval, a Igreja Católica prometia a salvação em troca de bens materiais. O patrimônio amealhado e a cobrança de impostos incentivaram o registro e controle contábil. (OLIVEIRA et al., 2003). A Contabilidade é resultado da cooperação intelectual "entre judeus, cristãos e muçulmanos". (HENDRIKSEN; BREDA, 2011, p. 49). Moisés orientou o povo israelita com instruções políticas e religiosas, cujos preceitos de Salomão princípios de administração e contabilidade. (D'ÁURIA, 1949). Há 6.000 anos, o comércio e a influência religiosa fizeram evoluir a escrita contábil. (SÁ, 2006).

Conhecimento	Adquirir conhecimento é ter capacidade de perceber o que é a realidade, é saber distinguir as coisas ao estudar suas estruturas de maneira racional e intelectual. O conhecimento está relacionado com a verdade. Os modos de se conhecer compreendem raciocínio, intuição, sensação, percepção, imaginação e memória. O ideal de conhecimento é alcançado pela ciência. (CHAUI, 2001). Uma área científica proporciona o conhecimento de vários fenômenos, por meio de investigações sistemáticas e estruturadas. (KUHN, 2011).	As Ciências Contábeis se apoiam em métodos científicos passíveis de verificação, que estão fundamentados numa totalidade sistemática de conhecimentos. (OLIVEIRA et al., 2003). Ao se integrar a Contabilidade Gerencial, a Societária ou até a Fiscal, há contribuições interdisciplinares recíprocas para que o conhecimento contábil possa evoluir. (PETERS, 2011). A Contabilidade é um "conhecimento organizado, com princípios próprios e de utilidade" na gestão da riqueza. (D'ÁURIA, 1949, p. 108).

continua

continuação

	Definições ou conceitos filosóficos	**Relação com a Contabilidade**
Ciências	As ciências indicam maneiras de se conhecer e para isso adotam critérios: objeto estudado, método empregado e resultado obtido. As ciências são classificadas em: matemáticas, naturais, humanas ou sociais, e aplicadas. (CHAUI, 2001). A ciência interpreta o mundo como ocorrência e suas causas impõem explicações. (CUNHA, 2013). Quando conceitos, métodos, instrumentos e resultados não conseguem explicar um fenômeno, surge uma revolução científica. (CHAUI, 2001; KUHN, 2011). As mudanças científicas ocorrem quando se encontra lacuna numa teoria. (POPPER, 1998b).	A Contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio, que faz parte de um contexto social, por isso é uma ciência social. (SÁ, 2006; OLIVEIRA et al., 2003). É uma ciência aplicada porque emprega conhecimentos aos casos concretos. O patrimônio é objeto do Direito, Administração e Economia. As Ciências Contábeis detêm posição de subárea da Administração, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (OLIVEIRA et al., 2003). Estudiosos entendem que a Contabilidade teria posição adequada nas ciências matemáticas, econômicas ou jurídicas. (SÁ, 2006).
Razão	Agir com razão é aplicar o pensamento verdadeiro e ordenado. A razão traz o conceito de organização. A atividade racional se dá pelo raciocínio (conhece o objeto por etapas e o define) ou pela intuição (interpreta o objeto todo num só instante). O conhecimento demanda atos intelectuais racionais, por critérios dedutivos ou indutivos. (CHAUI, 2001). O racionalismo é crítico, admite verificação até alcançar a verdade (atitude científica). É imparcial (objetividade científica). O racionalismo e a ciência têm base ética para proteger a liberdade; estreitam laços com a política. (POPPER, 1998b).	A teoria contábil adota critérios gerais para alcançar argumentos aos casos específicos (dedução) ou se vale de questões pontuais para chegar às generalizações (indução). A dedução e a indução podem ser descritivas (analisam a apresentação e a forma das informações contábeis, diante das tomadas de decisão) ou prescritivas (recomendam quais dados contábeis devem ser apresentados e sua melhor maneira de exposição). (HENDRIKSEN; BREDA, 2011). Perspectiva comportamental faz a Contabilidade tender à indução. (MATTESSICH, 1956; SCHMIDT; SANTOS, 2008).

Lógica	A lógica é instrumento do conhecimento e das ciências. Suas características são: 1) instrumental - possibilita o pensamento correto; 2) formal - busca a forma da linguagem; 3) propedêutica - institui raciocínios ao preparar investigações; 4) normativa - aponta normas que guiam o pensamento; 5) admite a doutrina da prova – fundamenta suas demonstrações; 6) geral e atemporal - seus princípios e normas são universais, não dependem de tempo ou lugar. A lógica utiliza linguagem estruturada em modelo matemático. Seu objeto é a proposição, cujo raciocínio reflete a ligação entre argumentos, chamado silogismo. (CHAUI, 2001).	Em 765, os islâmicos se deslocaram para Badgá e fundaram uma escola de astrologia. Ali, Musa Al-Khwarizmi criou a álgebra. Isso perfeiçoou o sistema numérico e contribuiu para a escrituração contábil. (HENDRIKSEN; BREDA, 2011). Em 1494, o frei italiano Luca Paccioli apresentou as partidas dobradas numa obra de aritmética e geometria (IUDÍCIBUS, 2010; SÁ, 2011), um mecanismo que possui base lógica e raciocínio matemático. Esse método usado pela Contabilidade consiste numa equação de igualdade, uma vez que a todo crédito corresponde um débito, ou vice-versa. Exprime causa e efeito patrimonial. (SÁ, 2011).
Verdade	Buscar a verdade é vencer a ignorância. A verdade abrange conceitos: a) o que é percebido e pode ser visto (*aletheia*, de origem grega); b) é a exatidão do relato que narra os fatos com precisão e rigorismo (*veritas*, de origem latina); c) é a promessa ou o ajuste que merece cumprimento (*emunah*, de origem hebraica). (CHAUI, 2001, p. 98 e 99). A verdade está em harmonia com o que existe, o que é bom e justo, simbolizados pela justiça. (CUNHA, 2013). A Filosofia busca a verdade em seu grau mais elevado, como expressão de conhecimento e sabedoria. (CHAUÍ, 2001; REALE, 2002).	O registro contábil deve considerar as circunstâncias da transação e comparar o aspecto formal com a real intenção do que foi pactuado, para verificar o propósito da movimentação patrimonial e se registrar a verdade dos fatos e sua natureza econômica. (IUDÍCIBUS et al., 2010). A primazia da essência sobre a forma afeta as práticas de reconhecimento e mensuração contábeis. (WEFFORT, 2005). A abordagem ética observa imparcialidade e fiel representação, para que as informações contábeis não direcionem atitudes. (HENDRIKSEN; BREDA, 2011).

continuação

	Definições ou conceitos filosóficos	**Relação com a Contabilidade**
Justiça	A justiça e o Direito (letra maiúscula por tratar de ciências jurídicas) estão agregados e alinhados. Aplicar a justiça é designar o que compete a cada um, o que lhe é determinado por direito. O Direito é constituído por normas e leis a serem obedecidas para favorecer a ordem social, formando uma estrutura que dispõe sobre a aplicação da justiça e a regulação do poder. (CUNHA, 2013). Onde há relacionamento humano, o direito se faz presente, motivo pelo qual ele é objeto da Filosofia, pois as preocupações filosóficas buscam a verdade e têm caráter de universalidade. (REALE, 2002).	Os "conceitos de justiça, verdade e equidade" são referências para a abordagem ética contábil. (HENDRIKSEN; BREDA, 2011, p. 25). O sistema jurídico retrata as instituições e influencia as práticas e normas contábeis; estas por sua vez, interagem com o ambiente onde se inserem, afetando-o também. Diferente dos países que adotam o sistema consuetudinário (*common law*), o Brasil legitima o sistema jurídico codificado (*code law*), menos flexível e regulado pela lei. Isso traz consequências, cujo impacto se dá nas "práticas de evidenciação". (WEFFORT, 2005, p. 106).

Cultura	Cultura pode significar o preparo da terra. Também representa atividade educacional que propaga conhecimentos e valores, possibilitando a evolução humana. A cultura indica as práticas sociais estabelecidas, as crenças e as normas que dão suporte e estruturam as instituições. Nesse sentido, a cultura é a intervenção realizada junto à natureza, atribuindo-lhe significados e valores. (CHAUÍ, 2001). O homem se comunica; daí a socialização. O homem nasce sob as condições da natureza, mas seu aperfeiçoamento se dá pela adaptação da natureza às suas necessidades. (CUNHA, 2013).	As diferenças culturais podem ser entendidas por dimensões e aspectos combinados: "individualismo e coletivismo, grande ou pequena distância do poder, forte ou fraca aversão à incerteza, masculinidade e feminilidade". (HOFSTEDE, 1983, p. 78, tradução nossa). Isso viabiliza estudos sobre a influência da cultura nas práticas contábeis, em: "1) relatórios financeiros; 2) julgamentos e atitudes dos auditores; e 3) sistemas de controle de gerenciamento". Importa saber se modelo contábil se restringe aos aspectos culturais. (DOUPNIK; TSAKUMIS, 2004, p. 1, tradução nossa).
Valores	Os valores compreendem aspectos morais, políticos, artísticos ou religiosos; manifestam capacidade de sentir, ensejam impressões e preferências, impulsionam atitudes ou decisões. (CHAUI, 2001). Retratam avaliações, orientam escolhas e comportamentos. As ações humanas não se restringem à satisfação física, muito de seu sentido se encontra na vida social e na cultura. Os valores sociais mostram a apreciação da realidade e a preferência por condutas, importantes na socialização cultural (COSTA, 2005), o que favorece a assimilação dos valores da memória cultural, seus papéis e identidade. (CUNHA, 2013).	Gray (1988) afirma que as atitudes do contador se baseiam em valores sociais que integram a cultura e as instituições. Apresenta os valores que traduzem a subcultura contábil de um país: "*Profissionalismo versus Controle Legal*", "*Uniformidade versus Flexibilidade*", "*Conservadorismo versus Otimismo*" e "*Sigilo versus Transparência*". (GRAY, 1988, p. 8, tradução nossa, grifos do autor). Suposições também foram elaboradas por Gray (1988) ao relacionar seus estudos aos de Hofstede (1983), assinalam Chanchani e Macgregor (1999), Doupnik e Tsakumis (2004), Chanchani e Willet (2004), Braun e Rodriguez Junior (2008).
Comportamento	O comportamento foi investigado por Sigmund Freud (1856-1939). Ele desenvolveu a psicanálise (CHAUÍ, 2001; TROMBLEY, 2014), uma terapia dirigida às aflições psíquicas causadas pela moral rígida e imposição de valores éticos. A superação de conflitos vem do pensamento racional que enfrenta intolerância e desejo, afastando a angústia para alcançar o conhecimento. (CHAUÍ, 2001). O modo de viver mostra os tabus, seja por preferência alimentar ou por atitude civilizada. A responsabilidade traz tabus nas decisões, ao acolher ou não as normas sociais e leis. (POPPER, 1998a).	A abordagem comportamental examina as atitudes diante das informações contábeis. (HENDRIKSEN; BREDA, 2011; IUDÍCIBUS, 2010; OLIVEIRA et al., 2003). Uma cultura se distingue por soluções dadas aos problemas universais (relacionamentos; dimensão do tempo nas estratégias; atitudes e valores vivenciados nas organizações), expõem Trompenaars (1996), Trompenaars e Woollianms (2003), e Lacerda (2011). Aspectos culturais e o comportamento são cogitados na competitividade. Trompenaars (1996) traça dimensões culturais organizacionais. (LACERDA, 2011).

conclusão

	Definições ou conceitos filosóficos	Relação com a Contabilidade
Ética	A ética se relaciona com a moral, representando a tradição de uma sociedade, sua cultura e costumes, inclusive valores que direcionam atitudes. A ética e a consciência moral pressupõem capacidade de julgar, de examinar situações que refletem a vontade e a liberdade no domínio de si mesmo. Atributos da ética: 1) racionalismo – agir conforme a razão; 2) naturalismo – estar em equilíbrio com a natureza; 3) ética e política não se dissociam. (CHAUÍ, 2001). As normas morais foram criadas em prol da liberdade e da igualdade, no amparo dos mais frágeis. Sua origem está na religião e os indivíduos são responsáveis por adotá-las ou rejeitá-las. (POPPER, 1998a).	É importante que o Consultor Contábil detenha conduta virtuosa e predisposição para a verdade, no cumprimento do "dever ético". (SÁ, 2012, p. 33). A Contabilidade está em interação com o ambiente através das instituições, do sistema político, econômico ou legal. Assim, fica suscetível às questões morais imanentes aos grupos sociais. A ética contábil está na função social da Contabilidade, porém, sua credibilidade tem sido questionada em críticas ao mercado financeiro e regulador, relativas a práticas fraudulentas. Isso alcançou "a contabilidade que, em alguns casos, acobertou condutas irregulares" para favorecer interesses de gestores. (WEFFORT, 2011, p. 18).
Política	A política foi idealizada pelos gregos e pelos romanos, que lhe deram existência. Instituíram leis para estabelecer direitos e deveres, e os tribunais para garantir suas aplicações. Conceberam a noção de erário público para gerir recursos coletivos. Trouxeram espaços para o exercício da cidadania (assembleia e senado), com deliberações pelo voto. A política assinala as seguintes interpretações: 1) atuação governamental ou administração pública; 2) atividades de especialistas, de organizações sociopolíticas ou de partidos que pleiteiam posição para governar; 3) comportamento disfarçado, para intenções ilícitas ou ilegítimas. (CHAUÍ, 2001).	Os bens patrimoniais têm a finalidade de satisfazer "necessidades humanas, no conceito social e político". (D'ÁURIA, 1949, p. 86). As informações contábeis desempenham função social porque expõem "as políticas e os procedimentos das grandes corporações". (OLIVEIRA et al., 2003, p. 55). A ciência do saber contábil não se confunde com a política contábil, vez que não se submete à norma jurídica positivada, tampouco às políticas governamentais. (HOOG, 2013). Desprezar o conhecimento normativo, pelo incentivo à postura positivista dada à atual pesquisa contábil brasileira, é uma posição política. (MARTINS, 2012).
Artes	Na Antiguidade, as artes se referiam à habilidade, ofício ou técnica. Depois atingiram a condição de conhecimento. Entre o século XVII e XVIII, o útil (técnica) se separa da beleza (arte). No século XIX, surge a tecnologia e a arte é entendida como expressão criadora. A funcionalidade distingue o que é arte: a função do objeto não está inserida na criatividade e na liberdade de impressões. (CHAUÍ, 2001). No Renascimento não havia clara distinção entre ciências e artes. Discutir técnicas e métodos para converter uma área em ciência só ocorre quando um grupo científico questiona sua posição e avalia realizações. (KUHN, 2011). Para usar a palavra ciência é necessário aprender o que é arte, filosofia e até teologia. (KUHN, 2006).	O homem utilizou a arte desde os primórdios, quando não sabia escrever. Registrou conquistas em desenhos nas grutas ou riscos nos ossos, que mostravam qualidade, quantidade e o que podia ser guardado. (SÁ, 2006). No Piauí (Brasil) existem desenhos nas rochas que indicam animais ou traços que manifestam caçadas. O ato de contar é percebido no início das civilizações e os usuários é que deram existência à Contabilidade. (PETERS, 2011). Há controvérsia quando se classifica a Contabilidade. É ciência porque busca a verdade, suas causas e efeitos; é arte por suas práticas e métodos de investigação. Trata-se de conhecimento com princípios próprios, mas sem posição adequada no campo científico. (D'ÁURIA, 1949).

Fonte: elaborado pelos autores.

3. MÉTODO DE PESQUISA

A técnica de ensaio foi utilizada para se atingir os objetivos porque essa modalidade possibilita a exposição de raciocínios que favorecem posicionamentos, embora requeira larga pesquisa e narrativa de conceitos com analogia crítica aos seus argumentos. O ensaio concede autonomia para defender opiniões sem o formalismo metodológico científico, mas reivindica comentários e discernimentos culturais e intelectuais. (SEVERINO, 2011). O ensaio é uma produção filosófica que esclarece certo assunto, com capacidade para condensá-lo e fazer combinações de conteúdos, com análises que alegam e sustentam as ideias. (CUNHA, 2013).

Foi realizado um primeiro levantamento bibliográfico dentro da Filosofia para compreender seus objetos de estudo, preparar definições e conceitos. Para Martins e Theóphilo (2009), o levantamento bibliográfico é necessário para conhecer determinado assunto e realizar pesquisa científica. Oliveira (2011) comenta que esse é o passo inicial para as pesquisas, é o acesso às fontes hábeis capazes de propor soluções a um problema.

Convencionou-se neste trabalho chamar de componentes filosóficos os assuntos tratados pela Filosofia. A investigação filosófica foi abrangente e vislumbrou temas que representassem o universo da Filosofia, sem intenção de esgotá-los. Para coleta direcionada e análise concisa, é preciso delimitar o foco de estudo progressivamente, observam Martins e Theóphilo (2009).

Diante da extensão dos temas da Filosofia, delimitou-se a pesquisa através da conciliação entre as características e significados dos componentes filosóficos, procurando agregá-los e reuni-los através de assuntos assemelhados ou afins. Essa conciliação contou com o parâmetro dos estudos da teoria contábil e para estabilizá-la foram reputadas as abordagens que a Contabilidade realiza com outras áreas de conhecimento (macroeconômica, sociológica, comportamental, ética, sistêmica, estrutural, legal e fiscal).

Como a linguagem permite conhecer todos os componentes filosóficos, ela iniciou e guiou a investigação na Filosofia. As vivências sagradas foram agregadas à religião. Percepção, sensação, intuição, pensamento, raciocínio, memória e imaginação aliaram-se ao conhecimento porque significam estágios do aprendizado ontológico (conhecer o que existe) e das sondagens

metafísicas que o antecedem. Nas ciências foram reunidas as suas classificações, atitude e aspiração científicas, bem como a epistemologia (rupturas, avaliações de métodos e resultados científicos). Processo e atividade racionais foram vinculados à razão. A lógica, a verdade, a cultura e os valores mereceram análises distintas por serem assuntos filosóficos relevantes e não se aderiram a outros temas. A virtude do que é bom e justo uniu-se à justiça, interpretada pelo direito e pelas normas. A expressão psíquica voltou-se para o comportamento. A moral foi associada à ética. A política contemplou liberdade, democracia, poder, governo e partidos políticos. A estética incorporou-se às artes. Assim, restaram delimitados os componentes filosóficos: linguagem, religião, conhecimento, ciências, razão, lógica, verdade, justiça, cultura, valores, comportamento, ética, política e artes.

O segundo levantamento bibliográfico averiguou a existência desses componentes filosóficos junto aos estudos e pesquisas contábeis. Uma vez identificados, foi apurada sua relação com a Contabilidade, se eram ou não assimilados pela área de conhecimento contábil. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes critérios: a) esclarecimento de assunto contábil ou sobre o contexto organizacional onde as práticas contábeis se desenvolvem; b) conservação de seus significados filosóficos originários. Essas exigências sustentaram o cunho científico. As definições ou conteúdos dos componentes filosóficos e sua relação com a Contabilidade estão na Fundamentação Teórica. A Análise dos Dados aponta a existência e a assimilação dos componentes filosóficos junto à Contabilidade, com argumentos que certificam essa constatação. As Proposições Finais mostram que os objetivos foram atingidos.

A essência desta investigação é bibliográfica, feita através de livros, artigos, teses, dissertações e acesso à Internet (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013; MARTINS; THEÓPHILO, 2009; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2011; SEVERINO, 2011).

A finalidade não foi exaurir os componentes filosóficos existentes nos estudos ou pesquisas contábeis e os critérios admitidos não contemplaram valores numéricos. A verificação de componentes filosóficos assimilados pela Contabilidade não avaliou quantidade. Por isso, esta investigação científica tem caráter qualitativo. (OLIVEIRA, 2011).

A pesquisa descritiva traça as características de certo fenômeno e a explicativa mostra os aspectos que contribuem para a ocorrência dele, possibilitando conhecê-lo através de explicações. (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2013). Esta pesquisa é descritiva porque expõe as especificidades dos estudos filosóficos; é explicativa porque ilustra a relação entre os objetos da Filosofia e o conhecimento contábil.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Este artigo traça a relação entre os componentes filosóficos e a Contabilidade, tendo por finalidade refletir sobre a existência e a assimilação deles no âmbito da Ciência Contábil.

A Análise dos Dados propiciou a elaboração do QUADRO 2, que indica a existência dos componentes filosóficos na Contabilidade e mostra como eles são assimilados e percebidos nas práticas, nos estudos e nas pesquisas contábeis. Para fundamentar essa apuração, são apresentados argumentos discursivos que justificam e promovem ponderações em sua defesa.

O raciocínio analítico do QUADRO 2 foi desenvolvido à luz das Normas Internacionais de Contabilidade, notoriamente conhecidas como *International Financial Reporting Standards* – IFRS, preparadas sob a coordenação do *International Accounting Standards Board* (IASB). Isso porque essas normas são baseadas em princípios, detêm aplicação global, e exigem qualidade e transparência ao se lidar com as informações contábeis e os demonstrativos financeiros (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010; IUDÍCIBUS et al., 2010), o que permitiu a exposição de entendimentos e lançou condições para as interpretações realizadas no QUADRO 2, cujos posicionamentos são trazidos neste trabalho.

QUADRO 2 – A existência dos componentes filosóficos na Contabilidade e seus argumentos discursivos

	A existência na Contabilidade	Argumentos Discursivos
Linguagem	A linguagem é percebida na Contabilidade através de suas práticas e atividades (reconhece, mensura e divulga), porquanto estabelece comunicação com os usuários que as interpretam e utilizam essas informações contidas nos relatórios e demonstrativos contábeis.	A linguagem contábil possui características próprias, faz uso de palavras, significados e símbolos. Acompanha avanços e acolhe recursos tecnológicos em suas práticas. Encerra uma comunicabilidade específica para revelar o dinamismo patrimonial, suas propriedades e tendências, provocadas pelos fenômenos econômicos e financeiros. Por isso, a compreensão dos demonstrativos contábeis pressupõe razoável conhecimento sobre negócios, atividades econômicas e Contabilidade. Para que essa linguagem conquiste maior entendimento dos usuários, proporcionando informações úteis, as Ciências Contábeis devem investir no aprimoramento e inovação de sua comunicação, para promover a evolução de suas funções no ambiente dos negócios.
Religião	Diversas perspectivas religiosas estimularam o desenvolvimento humano e a Contabilidade acompanhou essa contribuição multicultural. A influência da religiosidade e a expansão dos negócios ao longo dos tempos fizeram evoluir as práticas e os procedimentos contábeis.	A Contabilidade recebeu influência de aspectos religiosos. Líderes católicos, na estratégia de controlarem bens e o poder durante a Idade Média, aperfeiçoaram práticas e procedimentos contábeis. Atualmente, a mídia traz notícias acerca de lideranças religiosas que visam lucro e vantagens políticas. O saber contábil se faz presente há séculos, é relevante para a conquista de riquezas e preservação da espécie humana. Por lidar com interesses e estar exposta às conveniências e disputas alheias ao seu conhecimento, a Contabilidade segue seu compromisso firmado com a sociedade para garantir seus propósitos, resguardar pesquisas, consolidar seus ideais científicos diante de situações externas que venham comprometer seus intentos.
Conhecimento	O conhecimento está incorporado à Contabilidade quando se investiga a estrutura da dinâmica patrimonial, sua natureza, a realidade e a verdade dos movimentos realizados pelo objeto de estudo contábil, tanto para o avanço de suas disciplinas quanto de suas funções de utilidade.	O conhecimento faz parte do percurso histórico da Contabilidade, de seus princípios e postulados, de seus estudos teóricos e aplicações práticas. O objeto da Contabilidade é o patrimônio, analisado em suas variações e alterações econômicas. Um raciocínio ordenado e uma metodologia adequada são utilizados para conhecer esse objeto patrimonial, constatar sua existência e a natureza de sua composição, questionar sua substância, seus contornos estruturais econômicos ou financeiros. Todas essas condições exibem a maneira de se adquirir conhecimento em Ciências Contábeis, para expor suas finalidades, sua abrangência científica, justificar pesquisas para seu aperfeiçoamento e almejar novos rumos ao saber contábil no contexto globalizado.
Ciências	A Contabilidade adota conceitos, procedimentos e critérios para conhecer o patrimônio, isto é, apresenta objeto de estudo, observa método empregado e analisa os resultados obtidos, o que a identifica como modalidade das ciências, um singular empreendimento científico.	A Contabilidade é uma Ciência Social Aplicada e, como tal, atua com cientificismo em seu conhecimento. Suas práticas e procedimentos, sua abertura para manter relações com outras áreas do saber, favorecendo a troca de experiências e aprendizados, conferem ampla visão à Contabilidade. Esse aproveitamento intelectual e cooperação interdisciplinar não significam subordinação entre campos científicos. A posição das Ciências Contábeis como subárea da Administração não faz justiça e nem é coerente com os empreendimentos científicos da Contabilidade, o que requer a busca por uma classificação reconhecida, genuína e adequada, para assegurar a essência secular contábil e garantir a especificidade de suas atividades e princípios.

Razão	Os procedimentos e práticas contábeis são atividades racionais e se fundamentam na razão, vez que se impõe organização e racionalismo para se buscar a verdade. O raciocínio dedutivo parte das generalizações contábeis, enquanto o indutivo se ampara nas situações contábeis específicas em direção ao geral.	O conhecimento contábil faz uso da razão e aplica raciocínios intelectuais para sustentar conclusões. Critérios dedutivos e indutivos estão nos debates teóricos em Contabilidade porque para satisfazer as necessidades peculiares de determinados usuários nem sempre é possível partir das generalizações contábeis (dedução), o que torna necessária a tomada de situações específicas em direção ao caráter geral (indução). O pensamento racional contábil se torna mais complexo uma vez que questões institucionais, culturais e comportamentais estão envolvidas. A Contabilidade mostra disposição para interpretar a realidade onde ela se desenvolve, evolui através de suas práticas e observações; apresenta argumentos imparciais com objetividade científica, o que demonstra a racionalidade empregada em sua área do saber.
Lógica	A lógica é ferramenta da Ciência Contábil e suas caraterísticas estão inseridas nos procedimentos e práticas contábeis. A linguagem matemática e o pensamento lógico compõem o raciocínio contábil. Os demonstrativos contábeis trazem valores numéricos e cálculos aritméticos.	O raciocínio matemático está presente nas práticas contábeis porque os números significam grandezas de valores para se reconhecer, mensurar e divulgar informações econômico-financeiras, através de demonstrativos e relatórios. Ao se explorar os atributos da lógica no esteio do conhecimento contábil, há estímulo à capacitação e encorajamento para se compreender realidades, faz com que o pensamento contábil seja ordenado e busque a verdade, que haja racionalidade e coerência metodológica nas pesquisas e atuação profissional, que sejam selecionadas demonstrações e métodos contábeis capazes de proporcionar explicações transparentes e confiáveis, que exista observância aos princípios e normas em direção à universalidade contábil.
Verdade	A busca pela verdade se exprime nas informações e demonstrativos contábeis, pois se observa a realidade, o que é relevante para as tomadas de decisão, gerando confiança (representação fiel, prioridade da essência sobre a forma, imparcialidade e precaução).	As Ciências Contábeis revelam uma contínua busca pela verdade. Preocupam-se com informações contábeis relevantes para que não ocorram distorções ou omissões capazes de influenciar as tomadas de decisão, nas oportunidades em que julgamentos possam causar impactos econômico-financeiros. Zelam pela verdadeira identificação das transações e eventos, com a finalidade de representar fielmente o dinamismo patrimonial e suas respectivas realidades econômicas. Cuidam de assegurar a imparcialidade e aplicar certo grau de precaução quando são apresentadas circunstâncias de incerteza. Lidam com informações completas, confiáveis e livres de erro para cumprir os objetivos propostos, no seu campo de conhecimento.
Justiça	A justiça se manifesta através do Direito, que trata de sua aplicação. A expressão da justiça está nos sistemas jurídicos, nas leis e normas que estabelecem os termos negociais, nos atos emanados por organismos reguladores, trazendo consequências às práticas e aos modelos contábeis.	Para buscar a verdade e a realidade das transações patrimoniais são exigidas várias habilidades e dentre elas o discernimento jurídico, motivo pelo qual a Contabilidade já estabelece vínculo interdisciplinar com as Ciências Jurídicas, compartilhando conhecimentos numa contribuição entre saberes. A prática contábil observa a aplicação de normas e leis que representam as instituições e o sistema jurídico, cuja complexidade reflete anseios sociais, cidadania e relações de poder, Estado e regimes políticos. A compreensão dessas forças é importante para a interpretação de realidades na área contábil, pois amplia a percepção de fatos e situações sócio-políticas, implicações jurídicas, perspectivas de investigações, trazendo progresso aos empreendimentos científicos contábeis.

Cultura	Os efeitos dos aspectos culturais são percebidos nas práticas contábeis que observam regras e leis estabelecidas pelas instituições, pelas crenças e expectativas dos usuários, pelas escolhas de informações, demonstrativos ou relatórios econômico-financeiros.	A cultura é um fenômeno da convivência humana e traduz as crenças e aspirações de uma sociedade. As instituições indicam essas convicções e firmam o desejo de que sejam seguidas. As regras, normas e leis são instituídas para serem aplicadas, uma vez que representam valores e direitos a serem resguardados. Nesse ambiente se desenvolve a Contabilidade, com suas teorias, práticas e procedimentos que são alcançados pela influência de cada expressão cultural. A expansão globalizada dos negócios vem exigindo a uniformização de normas contábeis, preservando-se o caráter universal da Contabilidade. A diversidade cultural mostra realidades, o que contribui para interpretações, fazendo avançar as investigações científicas contábeis.
Valores	Os valores estão presentes na Contabilidade quando suas práticas e procedimentos exigem do Contabilista julgamentos e avaliações, diante de fatos econômico-financeiros capazes de influenciar decisões. Aí existe apreciação da realidade, reputando-se valores sociais.	A atuação contábil está permeada de valores porque suas práticas e procedimentos incluem o desempenho profissional contabilista que é exercido dentro de uma cultura, afiançando crenças e percepções. Resta estabelecida uma socialização contábil, ou seja, são transmitidos valores em Contabilidade que permitem a compreensão de fatos econômico-financeiros e a interpretação dessa realidade. Isso permite e conduz atitudes capazes de realizar avaliações e julgamentos, e que mostram escolhas e a preferência por condutas que fundamentam essa apreciação contábil. Assim são absorvidos os papéis e se instituem as responsabilidades a serem assumidas, numa contínua e mútua influência entre as Ciências Contábeis e os valores sociais.
Comportamento	O comportamento se manifesta nas práticas contábeis e na convivência dentro das organizações. Ele mostra reações diante das informações contábeis e isso pode revelar as razões que motivaram tendências, preferências, escolhas e tomadas de decisão.	Para compreender as atitudes é preciso considerar os aspectos sociais e os valores culturais compartilhados. Tanto nas práticas contábeis quanto nas atividades organizacionais, os conflitos geram despesas sem trazer benefícios. Compreender posturas, iniciativas e intenções, é tema relevante e valioso porque a partir dessa análise as dificuldades podem ser evitadas ou mitigadas. O estudo comportamental ajuda na seleção de demonstrativos ou relatórios contábeis para atender as expectativas de usuários, auxilia na interpretação de planejamentos e orçamentos ao desvendar preferências por metodologias e suas implicações, apontando quais objetivos estão em consonância com a real missão organizacional.
Ética	A conduta ética está inserida nos propósitos de utilidade e confiabilidade das Ciências Contábeis. Ela traz a consciência moral para se elaborar demonstrativos contábeis corretos e fiéis, para que não ocorra manipulação de informações para fins distorcidos ou fraudulentos.	O conhecimento contábil tem trajetória mundial reconhecida, é amadurecido e detém raciocínio crítico para garantir sua essência e prosseguir na utilidade para a gestão da riqueza. Circunstâncias históricas, aspectos políticos, sociais e culturais deram e ainda dão impulso ao saber contábil, não se opondo a ele. Esse impulso traz o esforço para se compreender realidades. Interpretar influências ou fatos que possam comprometer a evolução das Ciências Contábeis faz parte dos estudos éticos, para se perseverar na busca pela verdade, preservar virtudes morais e segurança nas investigações científicas. Como ética e política caminham juntas, a atitude moral merece destaque em Contabilidade para que suas práticas garantam bem-estar, justiça e liberdade.

Política	A política integra as práticas e procedimentos contábeis. Seu estudo facilita a interpretação de atos do poder público que interferem na Contabilidade, a compreensão de decisões de especialistas ou organismos reguladores, e de averiguações de fraudes contábeis.	O interesse por avaliações favoráveis, a busca por financiamento e reconhecimento acadêmicos vêm requerendo maior produção científica contábil no Brasil. Para gerar mais pesquisas, o método quantitativo é preferido pela rapidez das investigações, permitindo aumentar as publicações em periódicos e congressos. Isso resulta na tendência positivista da pesquisa acadêmica contábil brasileira. (MARTINS, 2012). Para uma Ciência Social Aplicada como a Contabilidade, a investigação normativa e qualitativa se faz necessária para compreensão do dinamismo patrimonial influenciado por valores sociais, culturais e comportamentais. Aspectos normativos analisam as ingerências políticas dentro do saber contábil e a percepção para se evitar fraudes.
Artes	As artes fazem parte da existência e da inteligência humana. Elas viabilizaram a noção de contabilizar e exibem o registro de experiências e conquistas. Estão presentes nas discussões que questionam a posição da Contabilidade (é ciência ou é arte?).	A Contabilidade é um saber que vem contribuindo para a evolução da humanidade. As Ciências Contábeis perseveram na compreensão da realidade, ao trazer informações úteis e confiáveis, efetuando avaliações diante de eventos econômico-financeiros, resultado das atividades dos homens no mundo dos negócios. A sua utilidade para a riqueza provoca a proximidade com outros campos de estudo para trocar conhecimentos e trazer progressos em sua área. As artes podem ser usadas nas práticas e investigações contábeis, como outros saberes também são. A função do objeto patrimonial da Contabilidade faz reconhecê-la como modalidade de ciência; seu critério funcional não adentra o conceito de arte.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os componentes filosóficos demonstram um encadeamento que associa significados. Estabelecem conexões entre si e isso se mantém quando verificados nos estudos e pesquisas contábeis. A linguagem estabelece vínculo com todos os componentes filosóficos. A religião tem ligação com a lógica, ciência, ética e artes. Conhecimento, ciências, razão, lógica, verdade e justiça se articulam em seus conteúdos. Cultura, valores, comportamento, justiça, ética e política compartilham atributos. Razão, ciências, ética e política se conectam em seus propósitos. As artes e as ciências caminharam juntas por um longo período na humanidade.

A relação entre os componentes filosóficos e a Contabilidade viabilizou a reflexão e a discussão acerca dos propósitos do saber contábil, seu objeto, métodos e resultados, o que implica em propostas para o aperfeiçoamento das Ciências Contábeis, exploração de teorias e metodologias que apresentem soluções e respostas cada vez mais inovadoras e esclarecedoras.

A interpretação até aqui carreada já permite deduzir uma expressão filosófica integrada à Contabilidade, uma vez apurada a existência, a combinação e a associação entre componentes cujos significados filosóficos são assimilados pela Ciência Contábil. Cumpre agora analisar o movimento e a natureza dessa combinação e associação constatadas.

Onde há associações e conexões, existe um sistema em curso. Um sistema ostenta componentes aglomerados que realizam atividades com certa finalidade. (D'ÁURIA, 1949). Logo, a dinâmica dos componentes filosóficos assimilados pela Contabilidade anuncia um evento sistêmico que demonstra ação e a formação de uma estrutura filosófica contábil.

Uma estrutura científica traz padrões de solução que se constituem em paradigmas, fontes aceitas pela comunidade científica tanto quanto a observação e a experimentação porque oferecem informações relativas à natureza e ao comportamento das entidades. Novos paradigmas científicos rumam para horizontes inéditos e trazem arquétipos relevantes, mesmo sem apresentar soluções perfeitas. Para estar no rumo certo, um novo paradigma deve buscar a evolução dirigindo-se ao que se pretende saber e não ao que já se conhece. (KUHN, 2011).

Teoria, tecnologia e realidade são tipos de mediação para a prática científica, sem prioridade entre eles. O produto científico dessas aplicações é o conhecimento. (KUHN, 2006). A pesquisa qualitativa lida com a realidade que não se expressa por números. Volta-se aos significados, valores, motivações e comportamentos, empenhando-se na interpretação de fenômenos da realidade vivida pelos homens. É difícil consolidar a investigação qualitativa através de indicadores quantitativos. (MINAYO, 2015). O termo "indicador" significa o que indica e o que serve de índice ou medida, designa também anotação útil. (FERREIRA, 1975).

Esta pesquisa qualitativa mostrou a existência dos componentes filosóficos assimilados pela Contabilidade (uma Ciência Social Aplicada) e, nessa conformidade, eles reivindicam identificação como indicadores científicos contábeis porque mostram capacidade para indicar e sondar impactos ou influências; trazem apontamentos úteis capazes de balizar interpretações de realidades da Ciência Contábil que são percebidas, precisam ser analisadas e esclarecidas. Isso traz avanço científico e faz prosperar o conhecimento contábil. A novel estrutura filosófica contábil representa um paradigma composto por indicadores científicos da Contabilidade. Tal composição é vista por Silva (2014) como um sistema filosófico contábil.

Nesses termos, tem-se que a Filosofia e a Ciência se integram no âmbito da Contabilidade, dando impulso ao conhecimento contábil. Os indicadores científicos contábeis oferecem parâmetros, disponibilizam anotações e expõem observações que possibilitam

pesquisas e investigações, o que proporciona cientificidade ao saber contábil, conferindo-lhe amplitude.

5. PROPOSIÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe as definições ou conteúdos dos componentes filosóficos e os relacionou com as Ciências Contábeis. Eles puderam ser conhecidos, demonstrando-se sua existência pela assimilação de seus significados filosóficos originários junto aos estudos e pesquisas contábeis. Para tanto, foram conduzidos argumentos discursivos que sustentaram essa constatação.

Ao se exibir e se analisar esses objetos da Filosofia assimilados pela Contabilidade, foi verificada a natureza de uma estrutura filosófica contábil que se destaca por sua condição dinâmica e composição paradigmática. A partir dessa interpretação, foram alcançados os indicadores científicos contábeis que disponibilizam parâmetros e detêm potencial para indicar estudos acadêmicos, bem como realizar interpretações de realidades contábeis observadas que necessitam ser conhecidas, estudadas e compreendidas, porque a tomada de decisão requer transparência.

Assim, esta pesquisa mostrou a integração entre a Filosofia e a Ciência na área do saber contábil, alcançando os objetivos propostos. Conclusivamente, esta investigação traz contribuição e possibilidades para o aperfeiçoamento e evolução da Ciência Contábil.

Este trabalho traz a prospectiva da Filosofia aplicada à Ciência Contábil, essencial à estruturação de teorias pertinentes à Contabilidade. Estudos devem ser empreendidos para o êxito da estrutura filosófica contábil, trazendo discussões que incrementem e façam avançar o campo científico da Contabilidade. São sugeridas investigações filosóficas direcionadas aos indicadores científicos contábeis, para multiplicar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRAUN, G. P.; RODRIGUEZ JUNIOR, R. P. Earnings management and accounting values: a test of Gray (1988). **Journal of International Accounting Research**, Sarasota, v. 7, n. 2, p. 1-23, Fall 2008. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/236422941/fulltextPDF/F9C85FB8C94E42B4PQ/1?accountid=34586 >. Acesso em: 27 abr. 2014.

CHANCHANI, S.; MACGREGOR, A. A synthesis of cultural studies in accounting. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 18, p. 1-30, 1999. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/216307221/fulltextPDF/9F1E4484EAE24F0BPQ/3?accountid=34586>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CHANCHANI, S.; WILLETT, R. An empirical assessment of Gray's accounting value constructs. **The International Journal of Accounting**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 125-154, 2004.

CHAUÍ, M. S. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA, M. C. C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

COTRIM, C. H. P. **Compreensibilidade dos relatórios contábeis e financeiros de companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA**: uma análise das percepções dos usuários investidores. 2012. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2012.

CUNHA, J. A. **Iniciação à investigação filosófica**: um convite ao filosofar. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

D'AURIA, F. **Primeiros princípios de contabilidade pura**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1949.

DOUPNIK, T. S.; TSAKUMIS, G. T. A critical review of tests of Gray's theory of cultural relevance and suggestions for future research. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 23, p. 1-48, 2004. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/216304608/fulltextPDF/5E26C7C4E20A48BDPQ/1?accountid=34586>. Acesso em: 19 mar. 2014.

ERNST & YOUNG; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPECAFI). **Manual de normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus normas brasileiras. 2. ed. atual. conforme pronunciamentos emitidos até novembro de 2009 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). São Paulo: Atlas, 2010.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GRAY, S. J. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**, Sydney, v. 24, n. 1, p. 1-15, 1988. Disponível em: <http://www.acis.pamplin.vt.edu/faculty/tegarden/5034/handouts/Gray-Abacus-1988.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

HOFSTEDE, G. The cultural relativity of organizational practices and theories. **Journal of International Business Studies**, Atlanta, v. 14, n. 2, p. 75-89, 1983. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/197390017/fulltextPDF/CCF1D3BC8E574BC9PQ/1?accountid=34586>. Acesso em: 19 mar. 2014.

HOOG, W. A. Z. **Filosofia aplicada à contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2013.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____ et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHN, T. S. **O caminho desde a estrutura**: ensaios filosóficos 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACERDA, D. P. Cultura organizacional: sinergias e alergias entre Hofstede e Trompenaars. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n.5, 1285-1301, set./out. 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7036/5595> Acesso em: 16 abr. 2014.

MARTINS, E. A. **Pesquisa contábil brasileira**: uma análise filosófica. 2012. 269 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14022013-171839/pt-br.php>. Acesso em: 19 mar. 2014.

MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTESSICH, R. The constellation of accountancy and economics. **The Accounting Review**, Canadá, v. 31, p. 551-564, 1956. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=ac9451ef-de49-444c-ae8c-0bc270ce568e%40sessionmgr198&hid=128>. Acesso em: 06 mar. 2015.

MERRELL, F. **A semiótica de Charles S. Peirce hoje**. Ijuí: Unijuí, 2012.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. cap. 1. p. 9-29.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. (Coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PETERS, M. R. S. Contribuição da contabilidade gerencial à contabilidade societária. In: PARISI, C.; MEGLIORINI, E. (Org.). **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Atlas, 2011. p. 298-312.

POPPER, K. R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998a. t. 1.

POPPER, K. R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998b. t. 2.

REALE, M. **Filosofia do direito.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SÁ, A. L. **Consultoria e análise contábil**. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos: 103).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. L. P. **Elementos aplicados à contabilidade**: em busca de um sistema filosófico contábil. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. São Paulo, 2014.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **História da contabilidade**: foco nos grandes pensadores. São Paulo: Atlas, 2008.

TROMBLEY, S. **50 pensadores que formaram o mundo moderno**: perfis de cinquenta filósofos, cientistas, teóricos políticos e sociais e líderes espirituais marcantes cujas ideias definiram a época em que vivemos. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

TROMPENAARS, F. Resolving international conflict: culture and business strategy. **London Business School**, London, v. 7, n. 3, p. 51-88, 1996. Disponível em: <http://www.exeter.ac.uk/media/universityofexeter/internationalexeter/documents/iss/Trompenaars_-_Culture_and_Strategy.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____; WOOLLIAMS, P. A new framework for managing change across cultures. **Journal of Change Management**, London, v. 3, n. 4, p. 361-375, 2003. Disponível em: <http://www.cultureforbusiness.com/cc/pom3/corp/trompenaars_woolliams.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005. (Academia-empresa; 3).

_____. A ética em contabilidade. In: PARISI, C.; MEGLIORINI, E. (Org.). **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Atlas, 2011. p. 14-29.

OBSERVAÇÃO: Este trabalho acadêmico foi elaborado conforme o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

COD 24. CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A PARTIR DOS CRITÉRIOS ADOTADOS: Um Estudo Comparativo em uma Universidade Pública e uma Universidade Privada

Marcos Aurélio Sales Filho
Graduado no Curso de Ciências Contábeis da UFPB
aureliosalesfilho@gmail.com

Daniela Cíntia de Carvalho Leite Menezes
Profª do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFPB. Mestre em Ciências Contábeis pela UnB.
danielaccleite@bol.com.br

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras
Profª do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFPB e do Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/UFCG. Doutora em Administração pela UFPE/PROPAD e Mestre em Ciências Contábeis pela UnB.
marcleide@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva identificar os critérios de avaliação de desempenho adotados em uma universidade pública e uma universidade privada, que foi realizado no curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba Campus IV e no Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP. A pesquisa utilizada neste estudo caracteriza-se como descritiva de análise qualitativa com método indutivo e de campo. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa de campo tendo como ferramenta uma entrevista realizada com os coordenadores do curso de Ciências Contábeis. É necessário que as instituições de ensino superior tanto pública como privada, utilizem critérios de avaliação de desempenho para verificar a eficiência de suas ações internas. As universidades como produtoras de conhecimento e responsáveis pela formação dos futuros profissionais devem abordar questões internas e externas em seus sistemas de avaliação com a construção de indicadores de desempenho, que indicam organizar informações para o processo de melhoria e tomada de decisões. Ao final da pesquisa, percebe-se que a faculdade privada possui critérios de avaliação de característica interna e a universidade pública apresentou critérios de avaliação tanto interna como externa. Com isso foi feito uma comparação com os critérios de avaliação de desempenho com uma universidade pública e privada e verificou-se que ambas precisam melhorar os critérios de avaliação institucional, como também mostrou que a universidade privada possui mais critérios eficazes na construção de indicadores de desempenho.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho. Indicadores. Educação Superior.

1INTRODUÇÃO

Os sistemas de avaliação de desempenho institucionais são recursos relevantes utilizados pelas instituições para verificar a eficiência de atuação de seus centros internos de responsabilidade e da análise da eficácia do desenvolvimento de ações estratégicas visando resultados positivos.

As instituições de ensino, como importante disseminador de conhecimento para a sociedade, independente de sua característica empresarial, pública ou privada, devem utiliza-se também de sistemas estruturados de avaliação de desempenho para verificar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividades de suas ações internas.

Tomar decisões em um mercado cada vez mais competitivo é uma tarefa muito difícil, exige planejamento e controle da organização. Nas instituições de ensino superior (IES) surge a necessidade de uma adoção de desempenho organizacional para o gerenciamento dos negócios da instituição. Os responsáveis pela gestão devem ter estratégias para retirar problemas internos, praticando políticas de incentivos e programas de melhoria. O desenvolvimento tecnológico e científico de um país ou região está relacionado com a capacidade com que as organizações do setor desenvolvem seu processo de formação dos futuros profissionais (GALVÃO, CORRÊA E ALVES, 2011). O sucesso ou fracasso de uma instituição está relacionado ao seu planejamento, controle e direção, se estão sendo aplicados com eficiência e eficácia no alcance dos objetivos e metas. A avaliação de desempenho ajuda as instituições a identificar, quais os pontos positivos e negativos. Um bom desempenho nas instituições de ensino depende dos diversos níveis de estrutura organizacional e os efeitos no desempenho técnico administrativo, do corpo docente e do corpo discente. (GALVÃO, CORRÊA E ALVES, 2011).

Assim, avaliar uma IES auxilia a organização quanto à resolução de problemas ao atender aos propósitos de ensino, da pesquisa e da extensão, mas é peça fundamental para o crescimento da organização uma vez que entendendo o processo de ensino-aprendizagem pode-se desenvolver processos de melhoria.

Quando a avaliação de desempenho está bem estruturada e implantada na organização, serve como ferramenta de melhoria de políticas educativas, fazendo com que o serviço oferecido

aos alunos seja de qualidade, que os estudantes produzam conhecimento pessoal e intelectual, e possam ser profissionais capazes de enfrentar os desafios impostos pela sociedade.

Diante do exposto surge o seguinte problema: **Quais são as características comparativas da avaliação de desempenho nas IES a partir dos critérios adotados em uma universidade publica e uma universidade privada?**

Para tanto, investigou as características comparativas da avaliação de desempenho universitária a partir dos critérios adotados em uma universidade pública e uma universidade privada para o curso de Ciências Contábeis onde foi identificado qual tipo de avaliação de desempenho utilizada pelas IES como também foram apresentados critérios de avaliação de desempenho adotados por cada instituição.

Esse estudo justifica-se pelo fato da avaliação de desempenho nas instituições de ensino ter importante relevância, pois tal compromisso ultrapassa a pretensão empresarial na obtenção de resultados, pois participa de uma transformação social de agregação de valores das pessoas, dos futuros profissionais e podem afetar a forma de convivência e de relações interpessoais. A avaliação institucional é um tema recorrente no debate acerca da universidade desde a década de 80e se utiliza da avaliação de desempenho organizacional como instrumento para definir os caminhos para esse aperfeiçoamento (BELLONI, 2000).

2REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS

Várias mudanças vêm acontecendo com o mundo nos últimos anos, e não é diferente com a educação. Conforme Isaia (2011),destaca as grandes tendências, inserindo alguns elementos da conjuntura internacional, considerando seus reflexos diretos sobre a educação superior brasileira, que são:

> A internacionalização da educação: Acompanhando o processo de globalização, as universidades sofreram uma grande influência e um dos pontos mais marcantes dos novos tempos é a chamada internacionalização, que levou a um neocolonialismo na educação superior. Este pode ser caracterizado na educação brasileira como uma nova era de poder e influência, na qual corporações multinacionais, conglomerados de mídia e

> grandes universidades procuram dominar o mercado do conhecimento não só por razões políticas e ideológicas, mas principalmente por ganhos comerciais;

Esse novo modelo que vivencia a educação superior com a internacionalização da educação, as instituições de ensino estão cada vez mais em busca de lucros, deixando a desejar o ensino, construindo uma educação em muitos casos de pouca qualidade.

> O modelo europeu: Trata-se da nova concepção fundamentada a partir das recentes tendências da União Europeia, caracterizada acima como acordo de Bolonha, seguido posteriormente das declarações de Lisboa, Praga, Berlim e a Conferência de Bergen, que deram prosseguimento ao estabelecido inicialmente em Paris e Bolonha, no sentido de criar um espaço europeu de educação superior;

O novo modelo da educação superior busca seguir o padrão de ensino europeu.

> A universidade a serviço: Talvez a mais importante das mudanças no mundo da universidade tenha ocorrido de fora para dentro, a linguagem acadêmica foi invadida pela linguagem da empresa, da administração, do comércio, do trabalho, do mercado. A mercantilização invadiu o mundo da academia atingindo toda sua estrutura (ISAIA, 2011).

Uma das maiores mudanças que aconteceu nas instituições de ensino talvez seja a de torna sua característica a de uma empresa voltada para o mercado, deixando de lado a visão acadêmica.

O contexto da globalização e do neoliberalismo proporcionou a universidade a uma abertura ao mundo do capital e assim com a perspectiva de que o mundo é um grande mercado, a educação passa a ser vista como uma moeda de troca, e um produto a ser disputado no vasto universo dos negócios. A mercantilização da educação leva ao neocolonialismo no ensino superior. Segundo (RISTOFF, GIOLO, JAIME, 2006):

Com as mudanças constantes do mundo, várias instituições privadas foram criadas, e a tendência cada vez mais ao capitalismo, em muitos casos a educação é tratada como um jogo de negócios.

O Brasil expandiu seu sistema de educação superior, principalmente o setor privado, mas poucas instituições de ensino tiveram projetos de pesquisas, algumas até sem nenhum vinculo com a pesquisa. Outro fato preocupante é quanto aos riscos de um possível crescimento desordenado no setor privado, que envia milhares de pedidos de abertura de cursos ao MEC, acirrando a concorrência, multiplicando os cursos, causando o fracionamento de recursos que deveriam ser destinados aos cursos já existentes nestas instituições e por consequência,

provocando não raramente resultados qualitativos muito aquém do desejável nestas instituições (FRANCO, 2008).

A realidade brasileira mostra que o acelerado processo de expansão de instituições e cursos favorece o aumento incontrolável de professores que se vinculam exclusivamente as instituições de ensino superior, gerando um efeito direto na fragilização do fomento a pesquisa em escolas superiores que limitam sua atuação a uma forma de escolarização, sem nem mesmo existir em muitos casos a extensão (FRANCO, 2008).

A educação superior no Brasil a qual se vê têm seus pontos positivos, ajudou pessoas na qualificação profissional, ajudando-as a ter um emprego, mas por outro lado a educação em que o Brasil vivencia estar longe da que realmente os brasileiros necessitam, e os desafios não são poucos. O ensino superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especializações e MBAs) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados), (BRASIL, 2015).

O Governo Federal utiliza-se de um sistema de medição da qualidade dos cursos de graduação no País, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) e utilizam o Índice Geral de Cursos (IGC), que divulga o resultado anual. O IGC usa como base uma média dos conceitos de curso de graduação da instituição, ponderada a partir do número de matrículas, mais notas de pós-graduação de cada instituição de ensino superior, (BRASIL, 2015).

Com isto, está sendo discutido em todo país uma mudança nos sistemas de educação, onde o ensino precisa ser produzido acompanhado de responsabilidade social, enfrentando os desafios globais, buscando diminuição das desigualdades sociais, e mantendo a qualidade do ensino oferecido.

2.2 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O Brasil é um país que passa períodos de alterações políticas e econômicas que podem influenciar nos serviços públicos oferecidos para a população, como também direcionar de forma quase que impositiva a mudança de estratégias empresariais, para que as organizações mantenham suas atividades de negócios. Dessa forma, as instituições de ensino, públicas ou privadas, de ensino superior no Brasil, devem estar preparadas para mudanças estratégicas, como também devem conhecer seus atributos internos, seus pontos fortes e fracos, e as ameaças e oportunidades de ambiente externo para que o serviço oferecido tenha a qualidade que necessita para que se chegue à eficácia da gestão acadêmica.

> A universidade é o lugar privilegiado da produção e intervenção do saber sistematizado, do exercício da reflexão, do debate e da crítica como seu papel central junto à sociedade. Desta forma, é necessário construirmos uma Universidade que realmente desenvolva a incumbência que lhe é destinada, indo mais além de formar profissionais de várias áreas que conheçam e atuem na realidade na qual está inserida, (PEDERNEIRAS, 2014).

As universidades são lugares de sonhos onde garotos buscam diariamente conhecimento para ir em busca de seus objetivos, e a IES como lugar de produção de conhecimento têm como um de seus objetivos formar jovens capazes de enxergar o mundo o qual vive.

Vários programas de avaliação superior foram criados no Brasil na tentativa de verificar que tipo de educação era oferecido aos brasileiros, mas todos fracassados por não mostrarem essa realidade, então com o objetivo de mudar essa forma de olhar a educação superior, e na proposta de desenvolver um sistema amplo, integrado e que envolvesse as instituições de ensino superior na sua globalidade, foram realizados estudos e discussões na tentativa de se construir um sistema com estas características. Foi então que em 2004, instituiu-se o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), que analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente (POLIDORI, ARAUJO, BARREYRO, 2006).

O SINAES foi um grande avanço de um modelo de avaliação da educação superior brasileira, que promove o *ranking* e a competitividade, baseado em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a auto-avaliação

participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema (POLIDORI, ARAUJO, BARREYRO, 2006).

Os sistemas de avaliação de desempenho abordam um conjunto de características específicas e seus resultados para um período, no intuito de verificar o desempenho e comparar com a evolução de resultados da instituição. Podem abordar diversos fatores distintos, tanto de forma financeira como quanto aos aspectos não financeiros, mas que geram informações de gestão para o processo de tomada de decisões de uma organização.

Como conceituação de sistemas de medição de desempenho pode-se apresentar que é "O ato de medir o conjunto de atividades, pressupostos e técnicas que visam a quantificar variáveis e atributos de interesse do objeto a ser analisado" (KIYAN, 2001, p.25).

> A medição é o processo que envolve a decisão quanto ao que medir, como coletar, processar e avaliar os dados e, através de sua incorporação às atividades da empresa, é que se obtêm os dados e fatos necessários à tomada de decisão. (LANTELME, 1994, p.1)

As instituições de ensino através da medição podem verificar suas ações internas, e esse resultado vai auxiliar os gestores na tomada de decisão.

A avaliação de desempenho leva a um controle para melhores resultados futuros e mantém prioridades de gestão como o resultado positivo quanto à aplicação de recursos nas atividades da instituição e eficiência nos serviços oferecidos. Essas duas necessidades só podem ser cumpridas se a empresa optar por um processo de decisão que analise o passado, determine ações eficientes no presente e projete um futuro para a eficácia empresarial.

Para tanto, os sistemas de avaliação de desempenho de instituições de ensino devem abordar todos os participantes internos e externos, como também os fatores de ambiente interno como os administrativos organizacionais, o ensino, a pesquisa e a extensão (para as instituições com extensão), os discentes, docentes, técnicos, como também as áreas de decisões internas.

Essa abordagem de fatores deve ser feita com a construção de indicadores de desempenho, que irão estruturar um conjunto de informações que devem ser coletadas e que apresentarão um panorama de desempenho que deve ser feito de forma contínua e que irá permitir comparação e melhorias. Os indicadores são ferramentas importantes, pois, quando devidamente integrados a

um sistema de medição de desempenho e corretamente utilizados por ele, proporcionarão informações úteis. A literatura especializada apresenta conceitos de diversos autores sobre indicadores de desempenho.

> São padrões expressos – não necessariamente – por uma função matemática. Esses padrões permitem quantificar, medir e avaliar, em termos quantitativos e/ou qualitativos a eficiência e/ou a eficácia de um processo gerador de um produto e/ou serviço. (GOMES, 2004, p.12);

A partir do momento que se analisa a eficácia de resultados, processos de melhoria podem ser construídos.

> Um indicador de desempenho deve ser uma forma objetiva de medir a situação real contra um padrão previamente estabelecido quanto à eficiência e eficácia empresarial. (DE ROLT, 1998).

Indicadores de desempenho são ferramentas que auxiliam o crescimento de qualquer organização.Assim, a formatação de um sistema de avaliação estruturado de desempenho em uma instituição de ensino deve ser formulada a partir da participação dos integrantes de seu ambiente institucional e seus indicadores devem ser pensados pela gestão diante dos pontos considerados para de maior relevância para resultados satisfatórios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o trabalho em tela foi utilizada a pesquisa bibliográfica a partir de livros, artigos, *sites* e a pesquisa documental, que é a pesquisa realizada com base na documentação direta ou indireta, resultante da extração de produtos oriundos de publicações oficiais ou privadas, encontradas nos arquivos de uma ou várias fontes, (LOPES, 2006).

Quanto à abordagem esse trabalho pode ser definido como qualitativo, que conforme Godoy (1995), nessa perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada

Utilizou-se também a pesquisa de campo, a partir de um roteiro de entrevista aplicado junto aos coordenadores do curso de Ciências Contábeis com a finalidade de responder questões apontadas neste trabalho.

Os dados qualitativos obtidos no questionário foram interpretados e analisados através da analise de conteúdo de Bardin (2011).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise dos resultados, levou-se em consideração os fatores participantes do desenvolvimento institucional, como o corpo docente, os discentes, o corpo administrativo, a pesquisa, a extensão, o ensino, a infraestrutura.

Na proposta inicial, o trabalho tinha como metodologia a análise documental dos instrumentos utilizados pelas IES para coletar/registrar os indicadores de desempenho para os fatores mencionados no parágrafo anterior, mas tais documentos não constavam nas coordenações do Curso de Ciências Contábeis das instituições. Essa informação apresenta uma avaliação de desempenho sem registro e interpretação padrão da performance acadêmica específica para o curso (sabe-se que como instituição de uma forma geral, para as duas IES, existem centros de responsabilidade que avaliam fatores financeiros e não financeiros).

Essa carência de registro contínuo pode dificultar os processos de decisão futuros quanto às medidas que devem ser tomadas para a maior eficácia dos instrumentos de gestão acadêmica. E, sendo o curso de Ciências Contábeis disseminador de práticas gerenciais que potencializem os resultados empresarias, esperava-se encontrar sistemas de avaliação de desempenho mais estruturados. Embora a falta de padronização dos relatórios de performance, questões são abordadas ao se tratar do desempenho da gestão acadêmica e foram respondidas pelos coordenadores dos referidos cursos, como seguem respostas nos quadros abaixo.

Primeira pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho do ensino oferecido aos alunos?

Quadro 1 – Critérios para a avaliação de desempenho discente:

Universidade	Respostas
Publica	*Considero o ENADE, prova obrigatória do MEC.*
Privada	*As provas aplicadas no semestre, que são duas avaliações e um simulado com base no Exame de suficiência, e a partir do 2° período cada matéria é relacionada a questões do exame até o termino do curso.*

Fonte: Dados da pesquisa,2016.

Diante das repostas é possível notar que a faculdade privada tem um critério de avaliação de característica interna, além dos resultados obtidos pelo Exame Nacional, embora não tenha registro da influência de tais resultados no desenvolvimento dos alunos ou de comparação dessas notas com o resultado do ENADE por exemplo.A IES privada além de duas provas aplicadas no semestre avalia os alunos através de simulado com questões do exame de suficiência contábil, fazendo relação das matérias em sala de aula já com as questões cobradas no exame, fazendo com que os alunos se preparem para prova do exame.

A IES pública apenas considerou o ENADE, uma prova obrigatória do MEC. Para manter o aluno no curso de graduação alguns estímulos precisam ser efetivados diante das necessidades e carências dos discentes. Essas características devem indicar de que forma as IES podem direcionar seus esforços para efetivar o ensino.

Outros fatores como índices de repetição de disciplinas, Trancamento de disciplinas por alunos, Períodos com maior incidência de desistência do curso, Motivos de desistência, entre outros indicadores deveriam ser citados quando as IES são questionadas sobre a avaliação de desempenho dos docentes, como prova da utilização de sistemas de avaliação de desempenho estruturado de discentes.

Segunda pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho da pesquisa no curso, entre seus alunos e professores?

Quadro 2 – Critérios de avaliação de desempenho das Pesquisas realizadas

Universidade	Respostas
Publica	*Para pesquisa não tem uma obrigação de alunos e professores, o que acontece é que no currículo lattes os professores atualizam conforme, vão fazendo suas pesquisas e publicações, com isso qualquer pessoa pode ir no currículo do professor e avaliar se ele tem ou não publicação*
Privada	*Existe uma comissão que se chama comissão permanente de avaliação (CPA) que realiza provas para ingresso nos projetos de pesquisas.*

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto à pesquisa, a IES pública não tem nenhum critério específico para acompanhamento das pesquisas realizadas por seus professores, o que seria um indicador de atualização e constante pesquisa acadêmica, o que poderia refletir no desenvolvimento de aulas mais atualizadas, por exemplo. Não existe um registro através de relatórios que indique o tempo entre cada pesquisa por professor, como também quantas pesquisas são realizadas por período de tempo definido, a temática abordada nas pesquisas por professor, entre outros indicadores de avaliação de desempenho de pesquisas que poderiam ser apresentados.

Essa falta de acompanhamento pode ser relacionada a uma característica peculiar do tipo de contrato de professor, já que são concursados públicos, mas que não se justificaria quanto relembrado o intuito de uma universidade na manutenção do ensino de qualidade.

Da mesma forma, a pesquisa realizada pelos alunos não possuem registro na IES pública, apresentando também uma carência informativa visto que o interesse por pesquisa acadêmica poderia indicar eficiência no ensino.

Na IES privada existe uma comissão que avalia os alunos através de provas, selecionando aqueles alunos que tiveram maior nota para participar dos projetos de pesquisa.Esses projetos são incentivados e cada pesquisa deve ser registrada por esta comissão no intuito de acompanhar o desenvolvimento dos professores e de seus discentes. Embora a comissão seja efetiva, não foram disponibilizados os indicadores formais utilizados para avaliar o desempenho da pesquisa acadêmica por partes dos professores e dos alunos.

Terceira pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho dos projetos de extensão no curso?

Quadro 3 – Critérios da avaliação de desempenho dos projetos de extensão

Universidade	Respostas
Pública	*O processo de avaliação é uma prova a qual é submetida ao aluno, só participam do projeto de pesquisa os alunos que passarem na prova. Como o projeto PROBEX, e as monitorias das disciplinas do curso que também é feito uma prova.*
Privada	*A CPA, realiza uma seleção para os projetos de extensão.*

Fonte:Dados da pesquisa, 2016.

Quanto à extensão tanto a IES pública como a privada mostraram que avaliam os alunos para os projetos de extensão através de provas, sem mostrar critérios de avaliação do próprio projeto de extensão.

No caso da IES pública, os projetos de extensão passam por um processo de seleção, acompanhamento de execução através de relatório e apresentação de resultados. Tais processos são acompanhados por uma comissão geral (para todos os cursos) durante o andamento dessa extensão universitária. Por causa desses registros, os cursos recebem um *feedback* através de relatórios enviados pela Comissão Geral de Extensão de quantos projetos por semestre, esses projetos pode haver a participação de professores e alunos, de um curso específico ou com interdisciplinaridade por meio do envolvimento de professores de vários cursos com seus alunos.

Na IES privada, existe a mesma Comissão de pesquisa também para avaliar os projetos de extensão dos seus professores com os alunos, todos esses passando por seleção, acompanhamento de execução e análise de resultados.

Nenhum indicador como quantidades de projetos por período, quantidade de alunos envolvidos em projetos de extensão por semestre, temática dos projetos de extensão, entre outros indicadores foram apontados como existentes na coordenação dos cursos, o que pode existir nas comissões de avaliação das instituições, embora não disseminadas entre as coordenações do curso, o que já apresenta uma falha nos sistemas de avaliação de desempenho dos projetos de extensão.

Quarta pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho dos alunos? Quais são os indicadores de desempenho utilizados?

Quadro 4 –Critérios e indicadores de desempenho de alunos e seus indicadores

Universidade	Respostas
Pública	*Provas no semestre, e os indicadores são o ENADE de 3 em 3 anos, exame de, suficiência, seleções de mestrado e conceito do MEC.*
Privada	*A CPA realiza a cada semestre um questionário aplicado aos alunos para saber Como estar sendo o desempenho dos professores e se os alunos estão gostando das aulas.*

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No que se refere aos discentes, tanto a IES pública quanto á privada avaliam através de provas aplicadas no período, só que a privada ainda faz um simulado no final do semestre.

A IES pública realiza provas no decorrer do semestre para avaliar o desempenho dos alunos e, além disso, realiza seminários e trabalhos em grupo,por meio das notas obtidas percebe-se onde precisa ser melhorado, e aqueles alunos que não participarem das provas terá uma chance de reposição mediante apresentação de atestado médico. Não atingindo a média ira fazer uma prova final no fim do semestre.

A IES privada realiza duas provas no semestre e também seminários e trabalhos em grupo. Com as notas lançadas, aqueles alunos que perderem as provas terá uma chance de reposição da prova em dia marcado em sala, e aqueles que não atingirem a média para aprovação irá fazer uma prova final no fim do semestre. E como complementação do ensino ao final de cada semestre é aplicado um simulado com questões do exame de suficiência contábil.

Os indicadores utilizados pela universidade pública é a prova do ENADE realizado de 3 em 3 anos e o exame de suficiência e seleções de mestrado, contudo nenhum desses indicados passa por análise de resultados na instituição. Já a universidade privada utiliza o CRE como indicador de desempenho, e o percentual do mesmo é utilizado como referência para o processo de melhoria das aulas.

Quinta pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho dos professores?

Quadro 5 – Critérios de avaliação de desempenho dos professores

Universidade	Respostas
Pública	*Não tem, antigamente a UFPB aplicava, mas não tem mais.*
Privada	*A Comissão realiza a cada semestre um questionário aplicado aos alunos para saber como estar sendo o desempenho dos professores e se os alunos estão gostando das aulas.*

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto aos docentes percebe-se que a IES pública não tem nenhum critério de avaliação de desempenho, diferente da privada que através de questionário, consegue enxergar o grau de satisfação dos alunos, assim pratica processos de melhoria.

Existia uma prática de avaliação na universidade pública através de questionários para avaliar os docentes por tanto, eram feitas planilhas com os resultados e estas direcionadas as coordenações dos cursos para informar os seus professores. Não mais acontece. E quando existia, não aconteciam reuniões para analisar os resultados, nem retorno positivos quando seus professores apresentavam bom desempenho e nem um sistema de medidas corretivas.

Indicadores do desempenho dos docentes como, cumprimento de conteúdo, cumprimento de tempo de aula, relacionamento com os alunos, quantidade de faltas, entre inúmeros outros pode auxiliar os gestores dos cursos na solução de problemas, muitas vezes recorrentes, entre o corpo docente.

Embora na IES privada tenha sido informada que existe uma Comissão Permanente de Avaliação que faz uma análise através das respostas obtidas através de questionário com os alunos, esses critérios utilizados e seus resultados não eram do conhecimento do coordenador e não foram citados.

Sexta pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho do corpo administrativo?

Quadro 6 – Critérios de avaliação de desempenho do corpo administrativo

Universidade	Resposta
Pública	*Estágio probatório, e uma avaliação anualmente que os técnicos administrativos tem que fazer o (SIPAC).*
Privada	*A CPA através do questionário o mesmo aplicado aos alunos para avaliar os professores, envolvem questões do corpo administrativo.*

Fonte:Dados da pesquisa, 2016.

Para o corpo administrativo as IES pública e privada mostraram processos de avaliação para o mesmo, porém não mostraram indicadores dessas avaliações.

Para o corpo administrativo da universidade pública a UFPB aplica todo final do ano uma avaliação online no site da UFPB que se chama SIPAC, que todos os técnicos administrativos têm que responder a um questionário no sistema e enviar as informações. Existe também o estágio probatório que os alunos se candidatam para seleção e são avaliados pela coordenação da instituição.

Embora a IES pública tenha informado o SIPAC e o estágio probatório como método de avaliação, os técnicos administrativos não tem uma avaliação referente a análise de seus resultados, como trabalho executado, problemas diários. A rejeitada análise se faz necessário para os gestores no processo de tomada de decisão.

Apesar da CPA na IES privada envolver questões no questionário aplicado aos alunos referente ao corpo administrativo, não foi citado pelo coordenador critérios utilizados nem resultados obtidos com as questões aplicadas no questionário, essas questões de avaliação são indispensáveis para o bom desempenho do corpo administrativo.

Por fim a sétima pergunta foi: Quais os critérios utilizados pela instituição para avaliar o desempenho da infraestrutura?

Quadro 7 – Critérios de avaliação de desempenho da infraestrutura

Universidade	Respostas
Pública	*Só acontece quando a comissão do MEC vem no campus. E critério seria o conceito que o MEC dar.*
Privada	*A infraestrutura é analisada através da ouvidoria com as reclamações feitas.*

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Com relação à infraestrutura a IES pública afirmou que o próprio MEC quem avalia, e depois de avaliar o campus, o MEC dar um conceito. Na instituição privada a própria instituição é quem avalia a infraestrutura através da ouvidoria, e com as reclamações poderá ver os pontos que precisão ser melhorados.

Diante de todos esses questionamentos percebe-se como a avaliação de desempenho é importante para o processo de melhorias das instituições, que através de indicadores de desempenho, gestores podem aplicar processos de melhoria.

No total, foram 7 questionamentos feitos aos coordenadores do curso de Ciências Contábeis, do IESP e da UFPB campus IV, envolvendo perguntas, referentes ao ensino, pesquisa, extensão, discentes, docentes, corpo administrativo e infraestrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi fazer uma investigação comparativa diante dos critérios adotados em uma universidade pública e privada. Assim, verificou-se os critérios adotados por cada instituição no curso de Ciências Contábeis.Onde as instituições pesquisadas foi a UFPB campus IV e a IESP, ambas em João Pessoa.Percebeu-se o quanto precisa melhorar os critérios de avaliação nas instituições de ensino, principalmente na IES pública, onde mostrou poucos critérios avaliativos, e apesar da IES privada ter mostrado mais desempenho no processo avaliativo, ambas precisam de processos mais eficazes de avaliação. Como por exemplo, indicadores de quantos alunos começaram o curso e quantos se formaram, indicadores do grau de satisfação dos alunos em sala, cumprimento de todo conteúdo por semestre por parte do professor, indicador de qualificação docente, indicadores de produtividade didática e científica docente e discente, indicadores de problemas enfrentados para realização dos trabalhos dos técnicos administrativo, gestores, coordenadores e corpo docente, indicadores do número de teses defendidas por semestre, indicadores de relação entre o ensino, pesquisa e extensão dos discentes. Indicadores esses de avaliação que precisam ser avaliados e reavaliados todo semestre para que

os gestores possam enxergar os pontos positivos e negativos. Dessa forma compreende-se a importância dos critérios adotados de avaliação de desempenho, visto que com tais resultados, proporcionam aos gestores ferramentas para a tomada de decisões com o objetivo de melhoria do curso.

Diante do estudo, conclui-se que os objetivos propostos foram atingidos, uma vez que identificou os critérios adotados por cada instituição e diante das respostas se fez as comparações. Percebeu-se como o processo de avaliação precisa ser melhorado para um melhor desempenho do curso de Ciências Contábeis, mas também verificou que a instituição privada mostrou mais critérios de avaliação do que a instituição pública. E como é necessária uma atenção aos critérios de avaliação por se tratar de um método indispensável para o desenvolvimento da instituição.

Os sistemas de avaliação de desempenho apresentados pelas IES, precisam ser revistos e analisados, pois não possui períodos definidos de tempo para todos os fatores de gestão acadêmica, como também não existe um conjunto de indicadores padronizados com continuidade de aplicação.

Os critérios apresentados para avaliação, em alguns fatores apresentam problemas quanto à disseminação das informações das comissões gerais para as coordenações dos cursos de Ciências Contábeis, o que descaracteriza o aprendizado e a elaboração de medidas compensatórias e corretivas para cada fator analisado.

A pesquisa revela que as instituições de ensino precisam de critérios de avaliação mais específicos, padronizados e eficazes, além de necessário a disseminação das informações obtidas e demonstra a importância que os mesmo têm no curso de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

BELLONI, José Angelo. **Uma Metodologia de Avaliação da Eficiência Produtiva de Universidades Federais Brasileiras**. Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78457/153160.pdf?sequence=1>. Acessado em: 12 SET 2015.

DE ROLT, Miriam Inês Pauli. **O uso de indicadores para a melhoria da qualidade em pequenas empresas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

FRANCO, Alexandre de Paula. **Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições**. São Paulo, p.3, 2008.Disponível em:<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/jpe/article/view/15028>**.** Acessado em: 18 NOV 2015.

GOMES, Carlos Francisco Simões. **Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação.** Disponível em:<http://books.google.com.br/books?id=B06QoZ8jB8IC&pg=PA12&dq=%22INDICADORES+DE+DESEMPENHO%22&hl=pt-BR&ei=G_IHTvy0PIbq0gHksKj-Cg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10&ved=0CF4Q6AEwCQ#v=onepage&q=%22INDICADORES%20DE%20DESEMPENHO%22&f=false>. Acesso em: 17 NOV 2015.

GALVÃO, Henrique Martins; CORRÊA, Hamilton Luiz; ALVES, José Luiz. **Modelo de Avaliação de Desempenho Global para Instituição de Ensino Superior**.v.4, n.3, p.2, 2011. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reaufsm/article/viewFile/3657/24>. Acessado em: 10 SET 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais.** São Paulo, v.35, n.3, p. 21, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38200/36944.>. Acessado em: 20 NOV 2015.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **Qualidade da Educação Superior: Universidade como um lugar de formação**. Porto Alegre, 2011.

KIYAN, Fábio M. **Proposta para desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico**. Dissertação apresentada a Escola de Engenharia da USP. São Carlos, 2001.

LANTELME, E. **Proposta de um sistema de indicadores de qualidade e produtividade para a construção civil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho cientifico em ciências sociais aplicadas**. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2006.

POLIDORI, MarlisMorosini; ARAUJO, Claisy M. Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. S**inaes: Perspectivas e Desafios na Avaliação da Educação Superior Brasileira**. Rio de

Janeiro, v.14, n.53, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>. Acessado em: 10 SET 2015.

PERDENEIRAS, Marcleide Maria Macedo. **Um estudo sobre o papel da UFPB – Campus IV – A partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento da Região do Vale do Mamanguape**. Recife: O Autor, 2014. 204 folhas: il. 30 cm

PORTAL BRASIL, Ministério da educação: **Saiba como funciona o sistema de ensino superior no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior> Acessado: 06 NOV 2015.

RISTOFF, D; GIOLO, JAIME. **A Educação Superior no Brasil – Panorama Geral in INEP, Educação Superior Brasileira**. Sergipe. MEC/INEP, 2006.

COD 32. SERVIÇOS CONTÁBEIS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE IES PARAIBANAS

Daniel Amaro da Rocha Coutinho
Universidade Federal da Paraíba
daniel.amarocoutinho@gmail.com

Vera Lúcia Cruz
Universidade Federal da Paraíba
veralc22@hotmail.com

Deysenara Ribeiro de Sousa
Universidade Federal da Paraíba
deysenara2009@hotmail.com

Sabrina Costa Silva
Universidade Federal da Paraíba
sccontabil.123@gmail.com

Ramon Rodrigues dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
ramonrdgs@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve como cerne um estudo acerca da opinião dos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa, na modalidade de ensino presencial, sobre seus conhecimentos com respeito aos serviços contábeis correlatos às inovações tecnológicas. Objetivou-se a apresentação de um panorama acerca desta opinião e das impressões dos discentes com respeito ao ensino, aprendizado e conhecimentos destes vinculados ao tema. Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho teve o cunho descritivo, assim como abordagem qualitativa, e utilização de estatística descritiva nas análises das tabelas de dados, utilizando-se da pesquisa de campo e valendo-se a aplicação de questionários para a coleta de dados. Quanto a estes, para efeito de análise e obtenção de informações, procedeu-se com sua tabulação, possibilitando a visualização das informações em tabelas e gráficos. Com base nisso, foi analisada a opinião dos discentes de Ciências Contábeis em quatro IES de João Pessoa. Com a leitura desta pesquisa tornou-se possível descrever o perfil dos respondentes, avaliar suas opiniões quanto aos assuntos correlatos à temática e vislumbrar o panorama dos discentes e instituições neste sentido. Concluiu-se com base nos dados da pesquisa

que, o conhecimento dos discentes entrevistados das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa relacionado aos novos serviços diante das inovações tecnológicas relacionadas à área contábil foram insatisfatórios, e com isso, alguns aspectos associados à atualização das ementas das disciplinas podem ser aperfeiçoados, para que assim, possam ser englobados os temas correlacionados aos meios tecnológicos, que possa proporcionar aos alunos, adição de conhecimento sobre os serviços contábeis que estão alinhados as novas tecnologias.

Palavras chave: Estudantes. Serviços Contábeis. Inovações Tecnológicas. Instituições de Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade sob o aspecto de ciência social é influenciada pela sociedade e por algumas mudanças correlatas a esta, dentre elas a tendência de aprimoramento da fiscalização por parte da Administração Tributária assim como as mudanças oriundas de inovações tecnológicas. No que concerne ao primeiro exemplo de influência sobre a Contabilidade, a Administração Tributária vale-se desta ciência e de suas informações para a feitura dos trabalhos de aferição da arrecadação tributária, deste modo, leis, decretos e outros normativos infra legais foram editados no sentido de se utilizar desta área como suporte para os trabalhos de auditoria fiscal do Estado com o objetivo de minorar o problema da sonegação fiscal no país, ao passo que este aparato normativo vem a direcionar e modificar a prestação de serviços contábeis, a exemplo das diversas obrigações tributárias acessórias.

Quanto às questões tecnológicas, atendo-se às influências área contábil, mudanças ocorreram no cenário profissional advindas de inovações como o advento da imprensa, computação, internet, dentre outras tecnologias. Novos serviços são exigidos pelo Estado aos contribuintes e, consequentemente, aos profissionais contábeis, a exemplo das inúmeras obrigações fiscais acessórias como o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) Contábil e Fiscal, E-Social e a EFD (Escrituração Fiscal Digital) PIS/COFINS.

Noutro sentido, existem inovações tecnológicas que podem ser tomadas pelos contadores com a finalidade de ajudar na feitura de seus serviços a exemplo do *Cloud Computing* (computação em nuvem), serviço o qual possui o objetivo de promover o armazenamento e o

cálculo de dados de computadores interligados por meio da Rede Mundial de Computadores, não mais sendo necessário o armazenamento em servidores ou altos investimentos em *hardwares* (partes físicas do computador) de maior capacidade de processamento, características as quais vêm a majorar os custos da atividade. O *Cloud Computing também* possibilita o acesso às informações armazenadas a qualquer hora e lugar, desde que se tenha acesso à internet, facilitando ainda mais as tarefas de seus usuários. Envolto neste ambiente de mudanças, o profissional de contabilidade necessita estar num constante processo de atualização, na busca de conhecimento para dar suporte a sua atividade.

Quanto a estes conhecimentos, há uma necessidade de multidisciplinariedade para o contador, tanto que durante a graduação são ofertadas disciplinas para o exercício regular da profissão. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1999, p. 2) através da Resolução nº 853/99, é imputado ao bacharel em contabilidade a avaliação de assuntos correlatos a áreas tangentes à contábil, a exemplo de Direito, Português, Matemática, Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos. No mesmo sentido, o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP. 2014, p. 1) traz a afirmação de que o profissional de contabilidade deve possuir os conhecimentos necessários em economia, finanças e legislação tributária por exemplo.

Diante do exposto, questiona-se: **quais os conhecimentos dos discentes quanto aos novos serviços exigidos frente às inovações tecnológicas na seara contábil?** Tendo como objetivo geral eevidenciar a opinião dos alunos dos dois últimos semestres do curso de Ciências Contábeis das IES de João Pessoa acerca de seus conhecimentos sobre as novas tecnologias correlatas aos serviços contábeis, e como objetivos específicos: obter a opinião dos futuros bacharéis em contabilidade das Instituições de Ensino Superior do município de João Pessoa acerca dos seus conhecimentos frente aos serviços contábeis correlatos à inovações tecnológicas; e evidenciar os serviços contábeis ou inovações tecnológicas nos quais os discentes indicam ter mais conhecimento; demonstrar a opinião dos discentes acerca de sua qualificação do ensino em suas IES; apresentar as características dos respondentes os quais demonstraram maiores conhecimentos acerca dos assuntos tratados na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Contabilidade, Informação e Administração Tributária.

Percorrendo o desenvolvimento da contabilidade através das civilizações e eras passadas, pode-se perceber que a evolução da contabilidade está *pari passu*ao desenvolvimento da sociedade, a exemplo da necessidade de controle patrimonial, mesmo que rudimentar, na pré-história; da época renascentista, e a publicação da primeira literatura contábil relevante, de autoria do frei Luca Pacioliem 1494; assim como a exemplo do surgimento dos mercados de crédito e de capitais, período ao qual Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011, p. 1) asseveram que criou a necessidade de novas informações e necessidades, o que desencadeou o cenário atual globalizado, onde tem-se almejado a transparência e celeridade de informações bem como a convergência internacional de normas contábeis. Neste sentido, o desenvolvimento da Contabilidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do homem e de suas relações negociais, daí o fato de firma-se dentre as ciências sociais.

Quanto a crescente necessidade de informações verificada no arcabouço histórico, tem-se o surgimento dos estudos voltados aos chamados sistemas de informação que, segundo os autores Laudon, Kenneth e Laudon, Jane (2005, p. 7), pode ser definido como um conjunto de componentes que coleta, processa e distribui informações destinadas a dar suporte a tomada de decisões e ao controle das organizações. Isto posto, ao tecer comentários acerca de sistemas de informações, geralmente há um pendor direcionado a área da informática, entretanto, sistemas de informações devem ser compreendidos sob uma visão macro, não estando necessariamente interligados ao ambiente computacional. É este o sentido que preceitua O'Brien (2007, p. 32) ao afirmar que podem-se encontrar exemplos de sistemas de informações nas ciências físicas e biológicas assim como na sociedade humana, citando inclusive exemplos de sistemas de informação como o sistema físico do sol ou mesmo o sistema biológico do ser humano.

Quanto à ótica de análise para a sociedade como um todo, há uma valoração destas informações contábeis por parte do o Estado, advinda da necessidade de recursos para gerir os administrados e manter sua estrutura - Sabbag (2011, p. 37), isto posto, não somente o contador, mas a Contabilidade como um todo é influenciada pelo Estado, ou mais precisamente pelos seus

órgãos fiscalizadores no que concerne a seara tributária, a saber, a Receita Federal e as diversas Secretarias de Receita dos estados federados e dos municípios contidos nestes. Quanto a este prisma, Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 23) asseveram que muitas vezes a função do contador encontra-se distorcida, estando voltada quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

Percebe-se assim a força da influência Estado Administrador na feitura do trabalho do contador e na vida dos administrados ao verificar-se a celeuma que envolve as chamadas obrigações tributárias acessórias, que Segundo o jurista italiano Renato Alessi, citado por Geraldo Ataliba, apud Sabbag (2011, p. 70), estas seriam "deveres de contorno", ou seja, deveres instrumentais imputados pelo Estado ao contribuinte, gravitando estes em torno do tributo. Isto posto, entende-se que a escrituração fiscal, a manutenção de livros fiscais e, mais recentemente, a feitura e transmissão das Escriturações Fiscais Digitais (EFDs) são todas obrigações fiscais acessórias, advindas da necessidade estatal de informações.

2.2 Ensino Superior Contábil e Inovações Tecnológicas

A instituição do curso de ciências contábeis no Brasil se deu por intermédio do Decreto Lei nº 7.988/45 em 22 de setembro de 1945, o qual pode ser consultado no sitio do Senado Federal Brasil (1945, p.1). Quase setenta anos depois, após mudanças sociais, mercadológicas, globalização e o advento de diversas tecnologias, o cenário no qual se encontra o ensino da ciência contábil já não é o mesmo, a exemplo da tendência de migração dos arquivos físicos para o formato eletrônico, o advento das obrigações fiscais digitais como o projeto SPED, o surgimento do ensino superior à distância (EAD), o movimento de convergência das normas internacionais de contabilidade, dentre outros fatores.

Tomando por base os conhecimentos trazidos pela doutrina acerca do tema, tem-se que as inovações fazem parte do processo produtivo de conhecimento da humanidade. Advém dela pensamentos no sentido de que os profissionais devem estar alinhados com as necessidades de mercado, neste sentido, a formação destes profissionais deve estar correlata a exigência que lhes será imposta futuramente. Isto posto, as instituições de ensino superior (IES) ao promoverem a

formação profissional devem estar atentas às mudanças e exigências de mercado, fazendo-se necessário um alinhamento com este.

Em entrevista publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade no sitio Jus Brasil, (BRASIL, 2009, p.1), o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no estado de São Paulo (SESCON-SP), José Maria Chapina Alcazar, afirma que as mudanças tecnológicas e a economia globalizada trouxeram ao profissional contábil a necessidade de adaptação aos tempos modernos, resgatando seu valor agregado, o intelectual, no entanto, estas mudanças repentinas surpreenderam o setor educacional, tema sobre o qual, à época da entrevista, foi afirmado que não estava preparado para as mudanças. Masetoo (*apud*, Domingues, Eyerkaufer e Fietz (2006, p. 2), acerca do desafio das IES atenderem as exigências mercadológicas marcadas pelos avanços da comunicação e da informática, assevera que este consiste em "rever seus currículos de formação profissional à luz das novas exigências que estão postas para o exercício competente das profissões em nossa sociedade".

Tomando por base este cenário, um dos modos de perceber-se a qualidade da adaptação do ensino superior frente às inovações tecnológicas no mercado e suas implicações nas exigências profissionais é a feitura de pesquisas junto aos participantes deste mercado bem como aos acadêmicos.

No estado da Paraíba, por exemplo, em 2010, foi feita uma pesquisa junto aos alunos de ciências contábeis de duas instituições de ensino superior do sertão acerca de sua percepção sobre a escrituração contábil digital e as novas tecnologias. Os autores do artigo correlato a esta pesquisa, Ferreira e Macedo, (2010, p.1, 2 e 3) apresentam esta problemática, apresentando que as inovações tecnológicas criaram o desafio no meio contábil de acompanhar sua evolução com agilidade tentando perceber se existem dificuldades dentre os discentes pesquisados quanto a implantação do SPED e de seus projetos adjacentes.

Os autores Ferreira e Macedo, (2010, p.1) concluem em sua pesquisa que há "pouca propagação de conhecimento no meio acadêmico acerca das novidades tecnológicas como

ferramenta de trabalho. Onde apenas um número ínfimo, do universo pesquisado, declarou conhecer o que seria o Sistema Público de Escrituração Digital."

Isto posto, há uma preocupação nos últimos anos acerca de verificar a adaptação e atualização dos cursos de graduação em ciências contábeis na tarefa de preparar o profissional para adentrar ao mercado de trabalho de acordo com as novas necessidades que lhe serão impostas, inclusive quando insufladas por ventos de inovações tecnológicas, abarcando serviços prestados ou tomados.

3 METODOLOGIA

3.1 Universo e Amostra da Pesquisa

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Quanto à abordagem do problema apresenta-se como qualitativa. Deste modo, faz-se por descritiva a pesquisa pelas características apresentadas da amostra, como o perfil dos discentes pesquisados (gênero, idade e o caráter público ou privado da instituição). Quanto ao aspecto qualitativo, este foi realizado através dos estudos das inovações tecnológicas nos serviços vinculados a contabilidade, sob o prisma do ensino e aprendizado, analisando de acordo com a opinião dos alunos sobre os aspectos ligados ao tema durante sua formação nas IES.

Quanto ao universo da pesquisa, este é delimitado aos alunos dos cursos de bacharelado em ciências contábeis das instituições de ensino superior da cidade de João Pessoa na modalidade presencial. Quanto à amostra, esta é compreendida e delimitada aos alunos matriculados nos dois últimos períodos do curso, adotando os enquadrados nestas condições como "alunos concluintes" visto que são os discentes do último ano de curso, pertencentes a 4 instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC.

No que tange a quantidade de alunos da amostra frente aos alunos matriculados nos dois últimos períodos de cada instituição, tem-se a Tabela 1.

Tabela 1 - Universo e Amostra da Pesquisa

Instituição	Quantidade de Alunos	Respondentes	Percentual Alcançado

ASPER	36	24	66,7%
IESP	91	60	65,9%
UFPB	155	94	60,6%
UNIPÊ	23	20	87,0%
TOTAL	**305**	**198**	**64,9%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Conforme o levantamento apresentado na Tabela 1, de um total de 305 alunos matriculados, obteve-se 198 respondentes, o que equivale a 64,9% do universo de pesquisa. Com relação à composição da quantidade geral de respondentes, as instituições que apresentam mais alunos respondentes são a UFPB e o IESP, o que corresponde a 77,78% do total da amostra, o que vem a influenciar bastante o resultado geral da pesquisa, visto que os alunos destas instituições compõe a maior parte da amostra.

A coleta dos dados foi procedida por meio da aplicação de questionários, que este foi de tipo misto, contendo quesitos abertos e fechados acerca do tema, foi dividido em quatro blocos de perguntas. O primeiro bloco possui o intento de colher dados acerca do perfil dos respondentes, o segundo bloco de perguntas possuiu o cunho de obter respostas objetivas acerca da abordagem ou não dos temas SPED Contábil, SPED Fiscal, E-Socia, EFD PIS/COFINS, Taxonomia XBRL e *Cloud Computing* na academia. Ainda no segundo bloco, há três quesitos abertos, nos quais os discentes respondentes tem a oportunidade de apresentar conhecimentos acerca das características ou aplicabilidades trazidas pelo implemento dos temas.O terceiro bloco é voltado para aferir a opinião dos discentes, foram abordados os temas correlatos aos serviços contábeis impactados pelas inovações tecnológicas, os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos obtidos acerca destes temas e a auto avaliação da capacitação profissional dos temas pesquisados.

O último bloco do questionário foi voltado para obter dados quanto à existência ou não de oportunidades de aprendizado dos temas pesquisados nas modalidades de pesquisa e extensão das universidades destes discentes. Após a coleta de dados procedeu-se a analise dos resultados com auxilio do software *Excel* versão 2010, os quais serviram de colunas sustentadoras da pesquisa, pois nelas estavam constates os resultados das perguntas feitas à amostra. O primeiro bloco de quesitos foi voltado a obter o perfil dos alunos respondentes quanto ao gênero, identificou-se que

51% dos pesquisados são do gênero masculino seguido de 49% do gênero feminino e que 78,3% possuem entre 20 e 30 anos.

Tabela 2 – IES Participantes da Pesquisa

Característica	Descrição	Frequência	Percentual (%)
Instituição	ASPER	24	12,1%
	IESP	60	30,3%
	UFPB	94	47,5%
	UNIPÊ	20	10,1%
	Total	**198**	**100,0%**

Fonte: Dados a pesquisa (2014)

As instituições que apresentam maior participação na composição do total de respondentes são a UFPB e o IESP com 47,5% e 30,3% respectivamente, já as instituições que apresentam o menor percentual nesta composição são o UNIPÊ e a ASPER com 10,1% e 12,1%, nesta sequência. Deste modo, os alunos da UFPB e do IESP, por comporem 77,8% da amostra de alunos respondentes, vem a influenciar mais os resultados e dados gerais colhidos quanto ao aspecto macro da pesquisa.

O segundo bloco de quesitos, em sua primeira parte, obteve respostas objetivas acerca da abordagem ou não dos temas SPED Contábil, SPED Fiscal, E-Socia, EFD PIS/COFINS, Taxonomia XBRL e *Cloud Computing* dos alunos respondentes, estas presentes na tabela 3.

Tabela 3- Abordagem dos temas SPED Contábil, SPED Fiscal, E-Social, EFD PIS/COFINS, Taxonomia XBRL e *Cloud computing*

Serviço Contábil / Inovação Tecnológica	Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
SPED Contábil	Sim	6	16	28	6	56	25,0%	26,7%	29,8%	30,0%	28,3%
	Não	18	44	66	14	142	75,0%	73,3%	70,2%	70,0%	71,7%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
SPED Fiscal	Sim	13	16	29	5	63	54,2%	26,7%	30,9%	25,0%	31,8%
	Não	11	44	65	15	135	45,8%	73,3%	69,1%	75,0%	68,2%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

E-Social	Sim	1	10	6	1	18	4,2%	16,7%	6,4%	5,0%	9,1%
	Não	23	50	88	19	180	95,8%	83,3%	93,6%	95,0%	90,9%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
EFD PIS/COFINS	Sim	11	12	18	6	47	45,8%	20,0%	19,1%	30,0%	23,7%
	Não	13	48	76	14	151	54,2%	80,0%	80,9%	70,0%	76,3%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
Taxonomia XBRL	Sim	0	3	10	0	13	0,0%	5,0%	10,6%	0,0%	6,6%
	Não	24	57	84	20	185	100,0%	95,0%	89,4%	100,0%	93,4%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
Cloud Computing	Sim	1	1	2	0	4	4,2%	1,7%	2,1%	0,0%	2,0%
	Não	23	59	92	20	194	95,8%	98,3%	97,9%	100,0%	98,0%
	Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

De acordo com a Tabela acima, em quase todos os casos, a maioria dos alunos opinou que assuntos não foram abordados pelas instituições de ensino superior, excetuando-se apenas o assunto SPED Fiscal na instituição ASPER, na qual a maioria dos respondentes apresentou opinião positiva quanto à abordagem do assunto, totalizando 54,2%.

Desta forma, os temas nos quais houve um maior percentual no sentido de afirmar sua abordagem por parte das IES foram os SPEDs Contábil e Fiscal, apresentando um percentual de 28,3% e 31,8% respectivamente. Os temas que apresentaram os maiores percentuais no sentido de negar esta abordagem foram o *Cloud Computin* com 98% e a Taxonomia XBRL com 93,4%.

Analisando isoladamente a opinião dos alunos pertencentes à delimitação de pesquisa quanto à abordagem destes assuntos, tem-se que quanto ao SPED Contábil, em todas as instituições, 70% ou mais dos discentes opinaram que o tema não foi abordado nas disciplinas cursadas na graduação de sua instituição. A IES que apresentou o maior percentual de alunos negando a abordagem deste tema foi a ASPER com 75%, já a que apresentou o menor percentual neste sentido foi o UNIPÊ, com 70%. O tema E-Social foi apontado como não abordado pela maioria dos respondentes das instituições pesquisadas, todas apresentando mais de 80% de

opinião negativa quanto à abordagem, o maior percentual neste sentido foi na ASPER, com 95,8% e o menor percentual foi no IESP, com 83,3%.

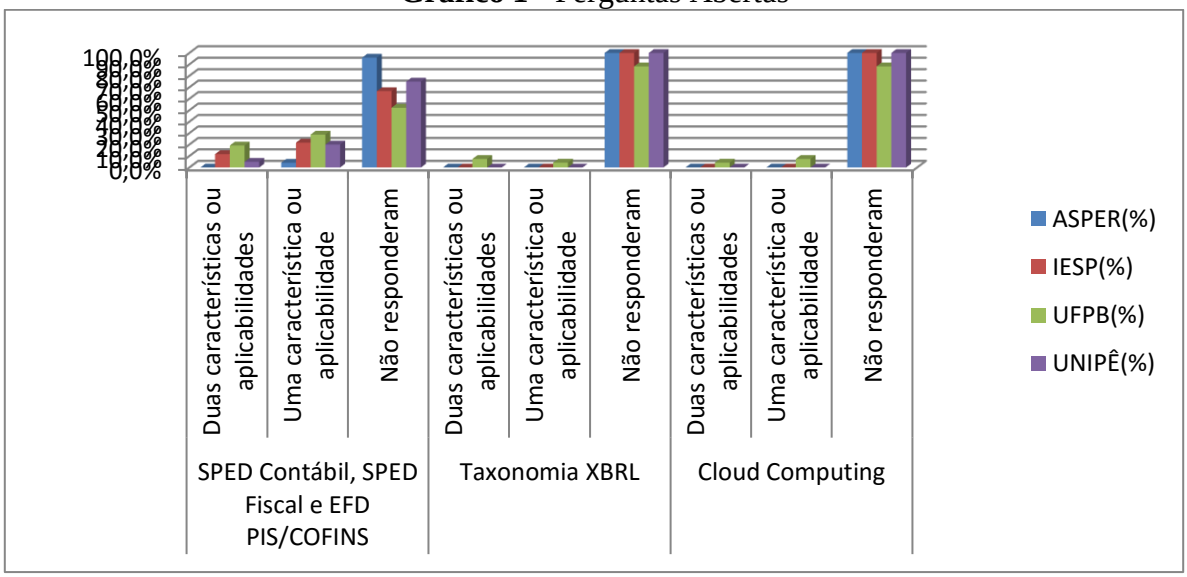
Quanto à abordagem do assunto EFD PIS/COFINS a ASPER foi novamente a IES com o maior percentual de alunos com opinião positiva quanto à abordagem do tema, apresentando 45,8%, destacando-se este dado frente ao das demais IES, visto que todas as outras apresentaram um percentual de abordagem muito inferior, todas com, no mínimo, 70% dos alunos opinando que o tema não foi abordado, sendo a UFPB a IES com o maior percentual de discentes opinando que o tema não foi abordado dentre as disciplinas, apresentando 80,9% de opiniões neste sentido. Os dois últimos temas foram os que, de acordo com a opinião dos respondentes, de modo geral apresentaram os menores percentuais de abordagem em todas as instituições, quais sejam a Taxonomia XBRL e o *Cloud Computing*.

Quanto ao primeiro tema, em duas instituições houve uma unanimidade de alunos respondentes quanto a não abordagem, 100% dos alunos respondentes da ASPER e do UNIPÊ opinaram que o tema não foi abordado. A IES que apresentou o menor percentual de respondentes opinando que o assunto não foi abordado foi a UFPB, com 89,4% de respondentes.

O último tema da primeira parte do segundo bloco de perguntas foi o *Cloud Computing*, no qual 98% da amostra opinaram que o tema não foi abordado nas instituições nas quais pertenciam. Quanto a este, o pior resultado foi apresentado pelos respondentes da UNIPÊ, onde 100% dos alunos respondentes opinaram que o tema não foi abordado na graduação, nas demais instituições os alunos que afirmaram que o tema foi abordado em sua instituição foram de apenas 4,2% na ASPER, 1,7% no IESP e 2,1% na UFPB.

Acerca das questões abertas, nos quais os discentes respondentes obtiveram a oportunidade de apresentar conhecimentos acerca das características ou aplicabilidades trazidas pelo implemento dos temas supracitados, nestas questões lhes foi solicitado que apresentem duas destas características ou aplicabilidades. Quanto aos dados pertinentes a estes, tem-se o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Perguntas Abertas



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Deste modo, no Gráfico1, tem-se que em todos os quesitos a maioria dos alunos não apresentou nenhuma característica ou aplicabilidade destes serviços contábeis ou inovações tecnológicas, assim como que o primeiro quesito, acerca do SPED Contábil, SPED Fiscal e EFD PIS/COFINS foi o mais respondido, quanto a este, 13,1% do total de respondentes apresentou duas características ou aplicabilidades, 22,7% apresentou uma característica ou aplicabilidade e 64,2% não respondeu. Ainda de acordo com o Gráfico, nos demais quesitos, ambos obtiveram percentuais muito baixos de alunos respondentes, 94,5% dos alunos não apresentaram respostas a estas perguntas, sendo os únicos discentes que as apresentaram todos da UFPB. Já os correspondentes a Taxonomia XBRL foi de, 3,5% dos alunos, apresentando duas características ou aplicabilidades e 2% apresentando uma, quanto ao *Cloud Computing*, 2% apresentaram duas características ou aplicabilidades e 3,5% uma destas.

Analisando as respostas por IES, em todos os quesitos a UFPB obteve o maior percentual de alunos apresentando respostas às perguntas abertas, sendo a primeira a mais respondida e as demais detentoras percentuais ínfimos de respostas. Nesta IES, quanto ao tema Taxonomia XBRL, 7,4% apresentou duas características ou aplicabilidades e 4,3% apresentou uma, quanto ao *Cloud Computing*, 4,3% apresentou duas e 7,4% apresentou uma.

Quanto às demais instituições, os alunos responderam apenas o primeiro quesito, acerca dos SPEDs e da EFD PIS/COFINS, nenhum aluno respondeu as demais questões sobre Taxonomia XBRL ou *Cloud Computing.* A IES com os piores resultados foi a ASPER, onde apenas 4,2% apresentou uma característica ou aplicabilidade acerca dos SPEDs Contábil, Fiscal e EFD PIS/COFINS e os demais nada mais responderam acerca de nenhum quesito aberto deste bloco.

O terceiro bloco foi compostos por questões de múltipla escolha, contendo as opções de respostas "péssimo", "ruim", "regular", "bom", "ótimo" e "excelente", destinadas a aferir a opinião dos alunos da delimitação de pesquisa acerca de diversos aspectos perguntados.

Tabela 4- Quantidade de disciplinas oferecidas pela Instituição

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
Péssimo	2	10	26	1	39	8,3%	16,7%	27,7%	5,0%	19,8%
Ruim	7	19	29	8	63	29,2%	31,6%	30,9%	40,0%	31,8%
Regular	12	21	27	4	64	50,0%	35,0%	28,7%	20,0%	32,3%
Bom	3	9	10	6	28	12,5%	15,0%	10,6%	30,0%	14,1%
Ótimo	0	1	2	1	4	0,0%	1,7%	2,1%	5,0%	2,0%
Excelente	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Observando a Tabela 4, a maior parte dos alunos respondentes optou por classificar como "regular" a quantidade de disciplinas oferecidas quanto à temática abordada, o que correspondeu a 31,8% dos pesquisados, a classificação que ficou com a segunda mais escolhida foi a "ruim", perfazendo 31,8%. Quanto a classificação "regular" a IES que obteve o maior percentual foi a ASPER, com 50% de seus alunos. As únicas instituições cujos dados destoaram dos obtidos na análise geral foram a UFPB e o UNIPÊ, onde a maioria dos alunos apresentou como "ruim" a quantidade de disciplinas ofertadas, com 30,9% e 40% respectivamente. Outras informações colhidas foram que, quanto a classificação "péssimo", a IES que apresentou maior

percentual foi a UFPB com 27,7%, quanto as classificações "ruim", "bom" e "ótimo", a IES que apresentou os maiores percentuais foi o UNIPÊ, com 40%, 30% e 5%, nesta sequência, devendo-se levar em consideração na análise que um aluno escolheu a classificação "ótimo" nesta IES e que o número de sua amostra é o menor dentre as IES. Como última informação, a Tabela 3 demonstra que nenhum aluno das instituições apresentou opinião quanto à classificação "excelente".

Quanto à segunda pergunta deste bloco, a respeito da classificação do conhecimento teórico obtido, os dados colhidos estão elencados na Tabela 5.

Tabela 5- Conhecimento teórico adquirido

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Total (%)
Péssimo	1	11	21	1	34	4,2%	18,3%	22,3%	5,0%	17,2%
Ruim	5		31	8	44	20,8%	0,0%	33,0%	40,0%	22,2%
Regular	12	20	27	4	63	50,0%	33,3%	28,7%	20,0%	31,8%
Bom	6	12	12	6	36	25,0%	20,0%	12,8%	30,0%	18,2%
Ótimo	0	16	2	1	19	0,0%	26,7%	2,1%	5,0%	9,6%
Excelente	0	1	1	0	2	0,0%	1,7%	1,1%	0,0%	1,0%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,8%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto a Tabela 5, a maioria dos discentes classificou seu conhecimento como "regular", 31,8%, estando a opção pela classificação "ruim" em segundo lugar, perfazendo 22,2% e apena 1% da amostra classificou seu conhecimento como "excelente", o que corresponde a quatro alunos da amostra. Analisando as IES isoladamente, as únicas que não seguiram a os resultados demonstrados na análise geral foram a UFPB e o UNIPÊ, em que a maioria de seus alunos opinaram sua classificação no questionamento como "ruim", com 33% e 40% respectivamente. A IES com maior percentual de alunos classificando como "péssimo" foi a UFPB, com 22,3% e quanto à classificação "ruim" foi a UNIPÊ, com 40%, a qual apresentou também que 30% dos alunos opinando sua classificação como "bom".

A terceira pergunta deste bloco é acerca da classificação do conhecimento prático adquirido, os dados obtidos estão evidenciados na Tabela 6.

Tabela 6- Conhecimento prático adquirido

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Frequência	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Total (%)
Péssimo	1	9	21	2	33	4,2%	15,0%	22,3%	10,0%	16,7%
Ruim	6	11	27	7	51	25,0%	18,3%	28,7%	35,0%	25,8%
Regular	12	22	32	6	72	50,0%	36,7%	34,0%	30,0%	36,4%
Bom	4	11	11	4	30	16,6%	18,3%	11,7%	20,0%	15,1%
Ótimo	1	7	1	1	10	4,2%	11,7%	1,0%	5,0%	5,0%
Excelente	0	0	2	0	2	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	1,0%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A Tabela 6 apresenta que o maior número de alunos respondentes, 36,4% da amostra, opinou que seu conhecimento prático era "regular", em segundo lugar, com 25,8%, ficou a classificação "ruim" e apenas 1% classificou seu conhecimento prático como "excelente". A única IES cuja maioria dos alunos respondentes não apresentou pela classificação regular foi o UNIPÊ, no qual 35% dos alunos respondentes optaram pela classificação "ruim". Procedendo com uma análise micro, aferindo os resultados obtidos em cada instituição, a IES que obteve o maior percentual de avaliação do conhecimento prático como "péssimo" foi a UFPB, com 22,3%, sendo também a única IES na qual os alunos optaram pela classificação "excelente", o que corresponde a um percentual de 2,1% de sua amostra.

O quarto questionamento deste terceiro bloco é voltado a aferir a opinião dos respondentes quanto à classificação do conhecimento técnico adquirido ao longo de sua graduação, quanto a este, os dados correlatos estão apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Conhecimento técnico adquirido

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Freq.	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas(%)
Péssimo	0	7	14	1	22	0,00%	11,70%	14,90%	5,00%	11,10%
Ruim	7	11	26	4	48	29,20%	18,30%	27,70%	20,00%	24,20%
Regular	11	20	28	7	66	45,80%	33,30%	29,80%	35,00%	33,30%
Bom	6	14	22	7	49	25,00%	23,30%	23,40%	35,00%	24,70%

Ótimo	0	7	3	1	11	0,00%	11,70%	3,20%	5,00%	5,70%
Excelente	0	1	1	0	2	0,00%	1,70%	1,00%	0,00%	1,00%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Analisando a Tabela 7, tem-se que a maioria dos respondentes apresentou opinião vertida à classificação "regular", com 33,3% e a menor parte deste, 1% da amostra, classificou seu conhecimento técnico adquirido como "excelente". Quanto aos resultados de pesquisa individuais, quais sejam por instituição, a IES que obteve maior percentual na classificação "péssimo" foi a UFPB, com 14,9%, na classificação "ruim" e "regular" foi a ASPER, com 29,2% e 45,8% respectivamente, quanto à opção "excelente" em apenas duas instituições os discentes optaram por esta classificação, o IESP com 1,7% e a UFPB, com 1,0%.

O antepenúltimo questionamento deste bloco está voltado a aferir a opinião dos pesquisados quanto à capacidade de prestar serviços contábeis advindos das inovações tecnológicas delimitadas na pesquisa, neste sentido, os dados foram alocados e apresentados na tabela 8.

Tabela 8- Capacidade de prestar estes serviços advindos de inovações tecnológicas

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Freq.	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas (%)
Péssimo	0	5	8	0	13	0,0%	8,3%	8,5%	0,0%	6,6%
Ruim	6	8	23	4	41	25,0%	13,3%	24,5%	20,0%	20,7%
Regular	11	22	32	4	69	45,8%	36,7%	34,0%	20,0%	34,8%
Bom	4	13	18	11	46	16,7%	21,7%	19,1%	55,0%	23,2%
Ótimo	2	6	6	1	15	8,3%	10,0%	6,5%	5,0%	7,6%
Excelente	1	6	7	0	14	4,2%	10,0%	7,4%	0,0%	7,1%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

De acordo com a Tabela 8, a maior parte dos respondentes indicou que sua capacidade de prestar estes serviços como "regular", com 34,8%, a segunda e terceira maior classificação dos alunos foi direcionada as opções "bom" e "ruim", com 23,2% e 20,7% respectivamente. Neste questionamento percebe-se que uma considerável parcela dos alunos optou por classificar sua

capacidade profissional de prestar estes serviços como "bom", "ótimo" ou "excelente", com 23,2%, 7,6% e 7,1%, nesta sequência, o que totaliza 37,9%, ou 75 respondentes, cuja maioria é composta por alunos da UFPB, com 31 alunos, e do IESP com 25. Resultados um tanto quanto diferentes dos obtidos em questionamentos anteriores, o que provavelmente pode ter ligação com a quantidade de cursos, palestras ou treinamentos feitos por estes respondentes ou mesmo com a experiência laboral visto que, com base em suas respostas, a maioria apontou que os assuntos não foram abordados na graduação (Tabela 4) e que não lhe foram oferecida pela IES oportunidades de aprendizado nas modalidades de pesquisa e extensão. A única IES cuja maioria dos alunos apresentou uma resposta divergente do total da amostra foi o UNIPÊ, onde 55% indicou como "bom" sua capacidade de prestar estes serviços

A Tabela 9 é destinada em saber se foram oferecidas ao aluno oportunidades de aprendizado correlatas ao tema da pesquisa nas modalidades de pesquisa e extensão.

Tabela 9 - Oportunidades de aprendizado quanto nas modalidades de pesquisa e extensão

Descrição	ASPER	IESP	UFPB	UNIPÊ	Freq.	ASPER(%)	IESP(%)	UFPB(%)	UNIPÊ(%)	Todas (%)
Sim	3	16	26	11	56	12,5%	26,7%	27,7%	55,0%	28,3%
Não	21	44	68	9	142	87,5%	73,3%	72,3%	45,0%	71,7%
Total	**24**	**60**	**94**	**20**	**198**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

De acordo com os dados presentes na Tabela 9, a maior parte dos alunos respondentes opinou no sentido de que as IES nas quais estavam matriculados não lhes ofereceram oportunidades de aprendizado nas modalidades de pesquisa e extensão quanto aos serviços prestados ou tomados correlatos às inovações tecnológicas abordadas nesta pesquisa, correspondendo a um total de 71,7% da amostra. A IES que apresentou maior percentual neste sentido foi a ASPER, com 87,5%, e a única IES que apresentou o maior percentual de alunos em sentido contrário a maioria do total da amostra foi o UNIPÊ, onde 55% dos alunos opinaram que lhes foram ofertadas oportunidades nestas outras modalidades. Os conhecimentos apresentados por estes alunos, de modo geral, provavelmente são advindos de suas buscas por conhecimento na área objeto desta pesquisa em ambientes externos a as IES nas quais estão matriculados.

3. CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo investigar a opinião dos alunos dos dois últimos períodos dos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de João Pessoa, na modalidade presencial, quanto aos seus conhecimentos e opiniões quanto às IES nos aspectos de ensino, pesquisa e extensão, correlatos ao tema das inovações tecnológicas vinculadas aos serviços prestados ou tomados na seara contábil.

Quanto às opiniões apresentadas com respeito aos aspectos de ensino, levando em consideração que mais de 70% dos respondentes dividem-se entre as classificações “péssimo”, “ruim” e “regular”, e atrelando-as as outras avaliações no questionário, tem-se que os alunos não demonstram estar satisfeitos com o ensino proposto nas instituições quanto a temática da pesquisa. Constatou-se também que parte destes alunos buscou conhecimentos correlatos a estes serviços prestados e tomados advindos de inovações tecnológicas provavelmente por meio de cursos, seminários, palestras ou treinamentos, fornecidos ou não por suas instituições. Tem-se que a opinião dos alunos acerca de seus conhecimentos sobre as novas tecnologias nos serviços prestados e tomados na seara contábil, que opinião destes não demonstra ser boa, apresentando certo desconhecimento dos temas tratados, principalmente quanto a Taxonomia XBRL e do *Cloud Computing*, temas de menor conhecimento dos discentes. Apesar disso, os temas em que estes opinam ter mais conhecimento são os correlatos ao projeto SPED, talvez por estes serem os mais comumente tratados no âmbito contábil, ou serem os objetos mais comuns nos cursos, seminários, palestras ou treinamentos dos quais estes participaram durante sua graduação.

Quanto aos respondentes que demonstraram maiores conhecimentos acerca dos temas abordados na pesquisa, pode-se concluir que a maioria destes opinou que os temas não foram abordados nas modalidades ensino, pesquisa e extensão, assim como que estes buscaram ou obtiveram oportunidades fora da instituição para o aprendizado destes temas da pesquisa através de cursos, treinamentos, palestras e eventos congêneres. Quanto às instituições, de modo geral, apesar das baixas avaliações dos alunos quanto a diversos aspectos da pesquisa, a UFPB foi a IES cujos discentes apresentaram mais conhecimento quanto aos temas abordados.

Conclui-se com base nos dados que os conhecimentos dos discentes com respeito o aos novos serviços exigidos frente às inovações tecnológicas na seara contábil demonstram-se baixos, o que torna a constatação um tanto quanto preocupante sob uma análise na ótica das inovações disruptivas. Como indicativa de pesquisa complementar, sugere-se que esta seja feita abarcando a análise das ementas das disciplinas as quais possam vir a englobar os temas de inovações tecnológicas pertinentes aos serviços correlatos à contabilidade, propiciando desta forma um aprofundamento nos conhecimentos acerca do perfil das IES frente à opinião dos seus discentes com respeito aos aspectos do ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Brasília: Receita Federal, 2007. Disponível em: < http://www.receita.fazenda.gov.br /Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

Conselho Federal de Contabilidade. **RESOLUÇÃO CFC nº 853/99**, de 28 de julho de 1999. Institui o exame de suficiência como requisito para obtençãode registro profissional em CRC.Brasília: CFC, 1999. Disponível em: <http://www.crc.org.br/legislacao/normas_tec/ pdf/normas_tec_rescfc0853_1999.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

CRCSP. **O Profissional da Contabilidade.** São Paulo: Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, [s.d]. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/profissao_contabil/profissional.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

_____.**O que é EFD-PIS/Cofins.** Brasília: Receita Federal, [s.d.]. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-fiscal-pis-cofins/o-que-e.htm>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

_____. PIS/COFINS: EFD sem fantasias. **FISCOSoft,** 2012. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/index.php?bfnew=1&idLog=29383608&PID=266902#top_pos>. Acesso em: 30 de jun. 2016.

_____. Senado Federal. **DECRETO-LEI N. 7.988 – DE 22 SETEMBRO DE 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Brasília: Senado Federal, 1945. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ ListaPublicacoes.action?id=27880>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. Tesouro Nacional. **Conceitos de XBRL e Taxonomia**: reunião do grupo técnicos de sistematização 16 A 18/11/2011. Brasília: CCONF/ NUCOP, 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade _governamental/download/relatorios/Conceitos_XBRL_Taxonomia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

EYERKAUFER, Marino Luiz.; FIETZ, Édina Elisangela.; DOMINGUES, Maria José. **Tecnologia da Informação no ensino da contabilidade:** Estudo realizado em duas instituições do estado de Santa Catarina. In.: III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06 /653_Artigo%20Metodologia%20do%20Ensino%20para%20SEGET.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FERREIRA, Reginaldo Tácio França Vieira.; MACEDO, João Marcelo Alves. **Métodos de escrituração contábil digital e as novas Tecnologias**: uma análise das percepções dos estudantes de ciências contábeis do sertão paraibano. 2010. Disponível em: <http://www.gvaa.com.br/revista /index.php/INTESA/article/view/677/pdf_808>. Acesso em: 26 jun. 2016.

IUDÍCIBUS, Sergio de.; MARION, José Carlos.; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para o Nível de Graduação.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informações Gerenciais:** Administrando a Empresa Digital. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

O' BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3 ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

XBRL. **Basics XBRL.** XBRL, [s.d]. Disponível em: <http://www.xbrl.org/GettingStarted>. Acesso em: 29 jan. 2016.YAMAMOTO, Marina Mitiyo.; PACCEZ, João Domiraci.; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Fundamentos da Contabilidade:** A Nova Contabilidade no Contexto Global. São Paulo: Saraiva, 2011.

COD 41. AS CONTRIBUIÇÕES DAS DISCIPLINAS NA ELABORAÇÃO DO TCC: UM ESTUDO COM OS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE JOÃO PESSOA/PB

Aline Romão da Silva
Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba
liine_romao@hotmail.com

Ana Cláudia Pereira Pimenta Machado
Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba
anacbmpb@gmail.com

Micheli Alessandra Barbalho Gondim
Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba
michelligondim@yahoo.com.br

Vanessa de Menêses Silva
Graduanda em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba
vanessinha_8702@hotmail.com

Wenner Glaucio Lopes Lucena
Doutor em Ciências Contábeis; Professor da Universidade Federal da Paraíba
wdlucena@yahoo.com.br

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) decorre de um estudo científico aprofundado, a partir do qual se obterá resultados sobre determinado tema e, em muitas Instituições de Ensino Superior (IES), é requisito básico para o término e a aprovação no curso de graduação escolhido. Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o grau de contribuição atribuído as disciplinas que auxiliam a elaboração do TCC pelos concluintes do curso de Ciências Contábeis das IES do município de João Pessoa /PB. Para a operacionalização desta pesquisa, foram investigados 87 discentes, das instituições que possuíam concluintes no período pesquisado, sendo uma instituição pública e duas instituições privadas. Utilizou-se duas técnicas estatísticas distintas: Estatística descritiva e Teste qui-quadrado. Verificou-se que a maioria dos respondentes estão concentrados na categoria administrativa pública e são do gênero masculino. Do total de participantes, 80,5% exercem uma atividade remunerada, concomitante à graduação, sendo que, destes, 68,6% afirmaram que suas atividades laborais são diretamente ligadas à área contábil e o maior quantitativo deste perfil encontra-se na IES pública. Verificou-se que a maioria dos discentes, em ambas as categorias, elaborou um trabalho científico, além do TCC, e que a dificuldade mais registrada foi “Falta de tempo”, indicada por 39,08% da amostra. Observou-se

também que 63,2% considerou ter recebido contribuição de alguma disciplina da graduação e que as disciplinas "Trabalho de Conclusão de Curso" e "Contabilidade Pública" tiveram "Contribuição muito alta" atribuída pela maioria dos discentes, sendo, respectivamente, 66,67% e 50% da amostra investigada. Foi identificado que a elaboração de artigos por parte dos discentes se mostrou relacionada à categoria administrativa (pública ou privada) das instituições pesquisadas. Este resultado indica que as categorias das IES exercem influência na elaboração de trabalhos científicos dos discentes.

Palavras-chave: Pesquisa Científica. Ciências Contábeis. Trabalho de Conclusão de Curso.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica em contabilidade no Brasil, segundo Silva e Ott (2012), é relativamente recente quando comparada a outras áreas de conhecimento, a exemplo da Administração. Entretanto, nos últimos anos, em decorrência do aumento no número de programas de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis, como também, com a criação de periódicos e congressos científicos na área, a pesquisa tem se expandido.

De acordo com Leal e Santos (2014), a prática da pesquisa é considerada relevante por sua contribuição para os participantes na aquisição de novos conhecimentos, no desenvolvimento do senso crítico, e questionador, e pelo papel que essa atividade desempenha na formação dos graduandos, auxiliando-os no desenvolvimento pessoal, na construção de uma visão científica e no desempenho profissional.

Conforme Ensslin, Silveira e Valmorbida (2012) não é incomum considerar que a pesquisa científica é voltada apenas para alunos de mestrado ou doutorado, mas é muito importante para a vida acadêmica que essa atividade seja implementada já na graduação. Assim, surge a necessidade de o graduando estar inserido nesse contexto, desde a aquisição de novos hábitos de leitura até o desenvolvimento concreto de pesquisas.

Especificando o tema para a área contábil, Leal e Santos (2014) desenvolveram uma pesquisa com discentes do curso de Ciências Contábeis, de uma Instituição de Ensino pública do Triângulo Mineiro. A partir dos resultados, verificou-se que as dificuldades apontadas durante o desenvolvimento dos projetos na Iniciação Científica são representadas pelas limitações na

redação científica, na argumentação por escrito e na organização do trabalho em relação a normas e procedimentos requeridos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), principalmente, nos primeiros trabalhos desenvolvidos.

Sobre o tema, Krüger *et al*., (2013) constatou, em uma pesquisa desenvolvida nas universidades federais do Sul do Brasil, que, dos discentes pesquisados, 54% não haviam realizado a elaboração de nenhum artigo científico. Isso demonstra que, para grande parte desses estudantes, o primeiro contato com a prática da metodologia científica acontece no final do curso, com a monografia.

O trabalho monográfico pode ser definido como uma pesquisa científica que caracteriza os aspectos da apresentação de um problema ou de um objeto particular e seus resultados (CASAGRANDE *et al*., 2012). Logo, a monografia decorre de um estudo acerca de um objeto, a partir do qual se obterá resultados e, por isso, verifica-se a importância de haver um contato inaugural com a ciência, durante o curso, para que o discente tenha certa maturidade no seu desenvolvimento.

Liston e Silva (2012) ressaltam que, nesta etapa, boa parte dos graduandos não conhecem as normas mais elementares para a elaboração de um texto científico. O mesmo autor cita os exemplos: desenvolvimento e estrutura do trabalho (Pré-projeto), padrões de redação, procedimentos para se fazer pesquisas bibliográficas, seleção e organização da leitura das obras, construção de citações diretas e indiretas, bem como sobre o propósito de incluí-las no corpo do próprio texto.

Dentro desse contexto, vários pesquisadores atentaram para a existência de disciplinas e o suporte das mesmas na prática científica dos graduandos, de forma a prepará-los para o Trabalho de Conclusão de Curso. Conforme pesquisa desenvolvida por Ensslin, Silveira e Valmorbida (2012), com alunos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, que cursaram a disciplina de Técnicas de Pesquisa em Contabilidade, 67% dos respondentes tiveram como expectativa principal, gerada pela disciplina, a elaboração do projeto de TCC; em segundo lugar, aparecem aprendizado com o mesmo projeto e elaboração de artigos científicos.

Constata-se a importância do contato com a pesquisa científica na graduação e como esta pode ser amparada por disciplinas que auxiliarão os discentes, no decorrer da carreira acadêmica. Diante disso, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o grau de contribuição atribuído às disciplinas que auxiliam a elaboração do TCC pelos concluintes do curso de Ciências Contábeis das IES do município de João Pessoa/PB?**

O objetivo deste artigo é analisar o grau de contribuição atribuído as disciplinas que auxiliam a elaboração do TCC pelos concluintes do curso de Ciências Contábeis das IES do município de João Pessoa/PB. Para tanto, utilizará os seguintes objetivos específicos: (1) verificar as relações entre a elaboração de artigos e a contribuição de disciplinas para a elaboração do TCC e as categorias administrativas das instituições; (2) identificar quais disciplinas são consideradas como de apoio à estruturação e elaboração do TCC e (3) conhecer a contribuição atribuída pelo pesquisado às disciplinas que auxiliam a elaboração do TCC.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pesquisa Científica na Graduação de Ciências Contábeis

A realização de uma pesquisa consiste em um trabalho detalhista e específico, a partir do qual se desenvolve um produto, denominado produção científica. O contato com esse tipo de atividade, no universo de discentes e docentes, vem sendo investigado por vários autores, com o intuito de se conhecer a realidade da academia, bem como os possíveis benefícios gerados com esta inserção.

A pesquisa científica refere-se a um procedimento intelectual, racional, fruto de curiosidade e indagação e se constitui como uma atitude de busca por respostas, novas verdades e explicações sobre fatos e/ou objetos (MICHEL, 2009). Para Ensslin, Silva e Vieira (2011) pesquisar cientificamente significa buscar subsídios que permitam construir ou aprimorar o conhecimento sobre determinado assunto.

Segundo Leite Filho (2010), a produção científica inclui o ato de produzir conhecimento através da pesquisa, que, em uma definição mais ampla, inclui trabalhos que possuem rigor científico no tratamento dos temas, incluindo-se neste universo, monografias, dissertações, teses e artigos. Sendo assim, tem-se que a pesquisa científica resulta em um trabalho desenvolvido a partir dos conhecimentos obtidos no decorrer do período de estudo.

Em relação à essa temática, a legislação do ensino superior no Brasil estabelece, no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 de 1996, como dever do ensino superior a contemplação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como verifica-se, tal prática deve ser inserida em todas as suas esferas, tendo em vista a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento teórico e prático dos alunos pesquisadores (BRASIL, 1996).

Especificamente, no que diz respeito à pesquisa, a referida lei traz, em seu artigo 43, como uma das finalidades da educação superior "incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive" (BRASIL, 1996). No que concerne ao tema, Leal e Santos (2014) consideram que a pesquisa deve ser promovida, tanto pelos docentes quanto pelos discentes, especialmente nos graduandos, a prática de elaboração de trabalhos científicos.

No que diz respeito à área contábil, Ensslin, Silva e Vieira (2011) defendem que a pesquisa tem ocupado um vasto espaço na produção científica nacional. Silva e Ott (2012) consideram que a interação entre a produção de conhecimentos na área de contabilidade e a absorção e aplicação destes conhecimentos pelos profissionais assume relevância, principalmente, a partir da existência de um sentimento despertado nos contadores de que diversas questões, enfrentadas por eles no dia a dia, podem ser solucionadas a partir dos estudos realizados por pesquisadores da área contábil. Tal justificativa corrobora para a ênfase na importância da pesquisa na área, tendo em vista sua aplicação prática na resolução dos problemas encarados, diariamente, pelos profissionais.

Dessa maneira, Walter (2009) enfatiza que a formação dos profissionais contábeis, cada vez mais tem exigido a ampliação de suas habilidades e seus conhecimentos (teórico/prático) para

atender às demandas impostas pelo próprio mercado de trabalho. Este, haja vista a necessidade de encontrar soluções para situações com alto grau de complexidade, exige do profissional a prática da pesquisa que poderá contribuir para o enfrentamento desses desafios, bem como auxiliar na obtenção de uma base teórica para encontrar soluções às questões demandadas.

Desse modo, tem-se observado muitas investigações ligadas à inclusão da pesquisa científica na graduação. Na área contábil, essa inserção vem se expandindo, tanto por ser melhor compreendida pelos docentes, quanto pelos discentes, no que concerne à relevância, não apenas durante a academia, mas para a formação profissional.

2.2 Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis

A pesquisa científica deve estar cada vez mais inserida nas universidades, a fim de que o discente possa interagir com o propósito da profissão escolhida e, dessa forma, ganhar embasamento para a escolha do tema e métodos para o Trabalho de Conclusão de Curso. Esse suporte será muito importante no período acadêmico final, já que o TCC tem como requisito à aprovação do discente na graduação.

O Trabalho de Conclusão de Curso da graduação contempla opções que podem ser adotados pelas instituições de ensino superior, de acordo com os seus critérios. De acordo com o Ministério de Educação – MEC, mediante Resolução CNE/CES n. 10, o TCC é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso (BRASIL, 2004).

Conforme Laffin (2010), o TCC, como parte obrigatória do curso, evidencia não só uma concepção de ensino que está dissolvida e definida na sua filosofia, mas também indicia o perfil do aluno que se pretende formar para um contexto social mais abrangente por meio de um currículo que privilegia a pesquisa. Em muitos casos, é com a escolha do tema e a realização do TCC que o discente conhece a área a ser seguida profissionalmente.

O perfil do aluno concluinte é observado no seu TCC, quando, em muitos casos, mesclam a área escolhida para ser abordada com a área de atuação profissional. Com isso, a instituição se encontra ali para, não apenas com a responsabilidade de ser reconhecida como centro de elaboração e difusão do saber, operar junto às forças vivas da sociedade para alcançar tais objetivos (LOPES, 2006). Assim, a mesma terá um papel importante, não só na formação profissional do discente, mas também na formação do seu perfil na profissão escolhida.

O início da elaboração do TCC traz algumas etapas que, por muitas vezes, podem impactar discentes que não estão habituados com o universo científico e podem gerar muitas dificuldades para alguns destes graduandos. Sobre o assunto, Longaray *et al*. (2003) considera que o caráter científico que um TCC deve admitir vem acompanhado de uma série de dúvidas que permeiam a trajetória de seu desenvolvimento. Essas podem ocorrer já no momento da escolha do assunto, na delimitação do tema, ou mais adiante, na definição do objeto de investigação e dos objetivos, na construção do marco teórico referencial, na descrição e análise dos dados, e/ou nas conclusões e recomendações.

As dificuldades que ocorrem, tanto na escolha do tema como na elaboração, são investigadas por muitos autores. Dentre essas, há também a organização dos horários reservados para a realização da atividade. Além disso, também é um desafio para o recém pesquisador, pois pode incluir características como inquietação e necessidade de senso crítico.

Entende-se, portanto, que o TCC é um importante instrumento no desenvolvimento e no aprimoramento científico do aluno, o que reflete na escolha da área de atuação. Tal criticidade se estende às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Contábeis, conforme, consta no inciso I do Artigo 4º da Resolução CNE/CES n. 10, apontada pelo MEC. Conforme esta Resolução o referido curso deve ensejar condições para que o futuro contador tenha compreensão acerca das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização (BRASIL, 2004).

Constata-se a importância do Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Ciências Contábeis, bem como, do contato do discente com o processo científico. É inegável a necessidade de um suporte da academia para esta elaboração, seja por meio de orientação do docente, ou por

meio de disciplinas ao longo do curso que forneçam um suporte para o alcance do êxito nesta elaboração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipologia de Pesquisa

Quanto aos objetivos, essa pesquisa classifica-se como descritiva. Conforme Gil (2010), pesquisas com essa característica têm por finalidade descrever as particularidades de determinada população e/ou, ainda, identificar possíveis relações entre as variáveis de determinado grupo.

A pesquisa se caracteriza como quantitativa, quanto à abordagem do problema. Para Beuren (2013), esse tipo de pesquisa se distingue pelo uso de instrumentos estatísticos, na coleta e no tratamento dos dados, como é o caso deste estudo. Quantos aos procedimentos, se caracteriza como de levantamento (*survey*), pois, conforme a mesma autora, os dados referentes a esse tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população que se deseja conhecer.

3.2 População e Amostra

Para definir o universo da pesquisa foi consultado o sítio eletrônico do Ministério da Educação (MEC), com informações de todas as Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de Ciências Contábeis no município de João Pessoa/PB. O universo desta pesquisa é composto por 10 (dez) IES, na modalidade presencial, disponibilizadas no *site* do MEC, sendo que apenas 3 (três) instituições possuíam concluintes no período analisado (primeiro semestre do ano 2016). As participantes foram: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) e Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ).

Buscou-se, juntamente com as instituições, o número aproximado de concluintes do período estudado. A amostra é não probabilística e por acessibilidade, visto que, foi constituída

por aqueles que aceitaram responder o questionário aplicado, neste caso, 87 discentes. Os dados referentes à população e amostra estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1: Discentes Participantes - População e Amostra

População e Amostra	IES		Total
	Pública	Privada	
População	79	46	125
Amostra	50	37	87
%	**63,29%**	**80,43%**	**69,60%**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Os contatos com os participantes da pesquisa ocorreram através das seguintes estratégias: (1) contato presencial, (2) contato por telefone e (3) envio de e-mails. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário estruturado, dividido em quatro etapas. A primeira consistiu em questões de múltipla escolha acerca de informações sobre o discente. A segunda abordou cinco aspectos ligados à iniciação científica na graduação e, para esta, foi utilizada escala *Likert*, com cinco categorias de importância.

A terceira etapa foi composta de quatro questões e investigou aspectos relacionados à elaboração de trabalhos científicos e quais disciplinas da graduação contribuíram para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como o grau de contribuição atribuído a essas disciplinas. Por fim, procurou-se conhecer o grau de contribuição das disciplinas para algumas etapas do TCC. Em ambas, utilizou-se a escala *Likert* com 5 graus de contribuição.

3.3 Técnicas de Análise Estatística

Os procedimentos estatísticos foram realizados através do auxílio do aplicativo estatístico *Epi Info*, versão 7 e do programa *Microsoft Office Excel*, versão 2013. Neste estudo, serão utilizadas duas técnicas complementares. A primeira técnica será a estatística descritiva, por meio do uso de distribuições absolutas e relativas de frequência para a construção de gráficos e elaboração de tabelas de referências cruzadas.

A segunda consistirá em testes de associação do qui-quadrado (χ^2) de Pearson, aplicado para avaliar as relações entre as categorias administrativas das instituições pesquisadas e a elaboração de trabalhos científicos, a contribuição das disciplinas para a estruturação e/ou elaboração do TCC e o exercício de atividade remunerada. Para tanto, foi considerado o nível de significância de 90% (α=0,1) como referência mínima admissível para aceitação de diferenças entre as duas variáveis investigadas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Informações sobre o Pesquisado

A primeira seção está ligada ao perfil do discente pesquisado. Serão investigadas as seguintes variáveis: (1) Gênero do Discente e Categoria Administrativa da Instituição de Ensino Superior e; (2) Exercício de Atividade Remunerada e Área de Atuação Profissional do Discente.

4.1.1 Gênero do Discente e Categoria Administrativa da Instituição de Ensino Superior

Inicialmente, investigou-se a distribuição de respondentes dos questionários quanto ao gênero. Os resultados dessa análise estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2: Gênero do Pesquisado e Categoria Administrativa das IES

Categoria Administrativa	Gênero		Qtde	%
	Masculino	Feminino		
Pública	28	23	51	58,6
Privada	13	23	36	41,4
Total	**41**	**46**	**87**	**100**
%	**47,10%**	**52,90%**	**100%**	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Observou-se que a maioria dos concluintes participantes da pesquisa são do sexo feminino, representando 52,9% da amostra investigada. Em relação às categorias administrativas, o maior quantitativo se deu por discentes da IES pública, com 58,6% de representatividade.

Estabelecendo uma relação entre os resultados, verificou-se que a maioria dos respondentes estão concentrados na categoria administrativa pública e são do gênero masculino. Porém, a amostra demonstra que, em ambos os grupos de variáveis, não há diferenças significativas entre os resultados, sugerindo certo equilíbrio no perfil dos respondentes.

4.1.2 Exercício de Atividade Remunerada e Área de Atuação Profissional do Discente

Foi analisado dentre os discentes participantes aqueles que exerciam alguma atividade remunerada. Esses dados compõem a Tabela 3.

Tabela 3: Atividade Remunerada e Área de Atuação Profissional

Categoria Administrativa	Atividade Remunerada				Área da atividade exercida			
	Exerce	%	Não Exerce	%	Ligada a área contábil	%	Fora da área contábil	%
Pública	42	82,35%	9	17,65%	29	69,04%	13	30,96%
Privada	28	77,78%	8	22,22%	19	67,86%	9	32,14%
Total	**70**	**80,5%**	**17**	**19,5%**	**48**	**68,6%**	**22**	**31,4%**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Identificou-se, com base na tabela 3, que 80,5% dos discentes respondentes exercem uma atividade remunerada, concomitante à graduação. Aos 70 indivíduos, que responderam estarem exercendo uma atividade remunerada, foi questionado a área de atuação. A partir dos resultados, observa-se que, dos concluintes que possuem uma atuação profissional, 68,6% afirmaram que suas atividades laborais são diretamente ligadas à área contábil.

Sendo assim, o maior quantitativo de indivíduos que exercem atividades remuneradas encontra-se na IES pública e, destes, a maioria atua na área contábil. Diante disso, os resultados sugerem graduandos já atuantes na área e propensos a seguirem suas atividades na área profissional escolhida, tanto na IES pública, quanto nas privadas.

4.2 Pesquisa Científica na Graduação de Ciências Contábeis

Nessa etapa foi investigado características dos discentes ligadas à pesquisa científica. Os tópicos são: (1) Dificuldades na elaboração de trabalhos científicos; (2) Grau de importância atribuído às práticas científicas durante a graduação e; (3) Contribuição de disciplinas para elaboração do TCC.

4.2.1 Dificuldades na Elaboração de Trabalhos Científicos

Verificou-se se os discentes já haviam elaborado algum trabalho científico, além do TCC e, em caso afirmativo, a quantidade de trabalhos. Os resultados constam na Tabela 4.

Tabela 4: Elaboração de Trabalhos Científicos

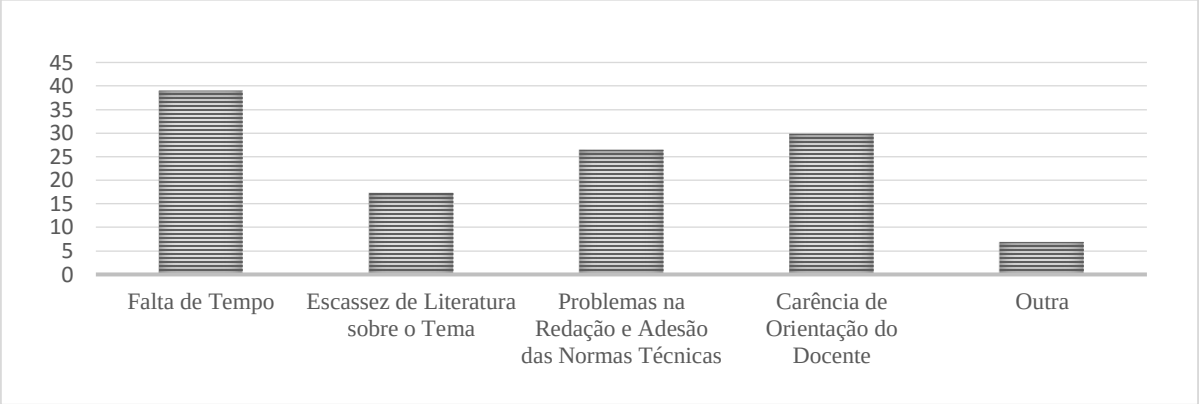
Categoria Administrativa	Quantidade de trabalho e/ou artigo científico									
	Nenhum	**%**	**Um**	**%**	**Dois**	**%**	**Três**	**%**	**Acima de três**	**%**
Pública	15	30%	27	54%	5	10%	1	2%	2	4%
Privada	5	14%	27	72,97%	2	5,41%	2	5,41%	1	2,70%
Total	**20**	**22,99%**	**54**	**62,07%**	**7**	**8,05%**	**3**	**3,45%**	**3**	**3,45%**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Verificou-se que 62,07% dos concluintes apenas elaboraram um trabalho científico, além do TCC, 22,99% não elaborou outros trabalhos, 8,05% elaborou dois trabalhos, 3,45% três e o mesmo percentual indicou ter elaborado mais de três trabalhos. Os resultados sugerem que a maioria dos discentes, em ambas as categorias, elaborou um trabalho científico, além do Trabalho de Conclusão de Curso.

No entanto, observou-se que, aproximadamente, 23% dos estudantes teve o primeiro contato com a pesquisa motivados pelo Trabalho de Conclusão de Curso. Além disso, perguntou-se qual/quais as principais dificuldades encontradas. Os resultados foram distribuídos com base na frequência das afirmações indicadas e estão dispostos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Dificuldades dos Discentes na Elaboração de Trabalhos Científicos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Identificou-se que a dificuldade mais apontada pelos discentes foi "Falta de tempo", indicada por 39,08% da amostra. Em seguida vieram "Carência de Orientação do Docente" (29,89%), "Problemas na Redação e Adesão" (26,44%), "Escassez de Literatura sobre o Tema" (17,24%).

Na variável "Outra", 6,89% indicou: Falta de apoio da instituição e instituição pouco ativa em se tratando de projetos de pesquisa; Falta de conhecimento e direcionamento no início do curso; Falta de experiência e; Dificuldade na obtenção dos dados. Sugere-se que os discentes consideram curtos os prazos estipulados para elaboração do TCC e/ou outros artigos e que essa é maior problemática considerada por eles.

4.2.2 Grau de Importância Atribuído à Práticas Científicas Durante a Graduação

Analisou-se o grau de importância atribuída pelos discentes acerca de alguns aspectos e práticas científicas na graduação, por categoria administrativa, a partir de escalas *Likert* de nível cinco. A primeira delas foi a importância dada a "Leitura de textos científicos" e seus resultados estão na Tabela 5.

Tabela 5: Grau de Importância para a leitura de textos científicos

Categoria Administrativa	Leitura de Textos Científicos					
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Pública	1	1	15	14	20	51
Privada	2	1	11	8	14	36
Total - Qtde (%)	**3 (3,45%)**	**2 (2,29%)**	**26 (29,89%)**	**22 (25,29%)**	**34 (39,08%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observa-se que a maioria dos graduandos, em ambas categorias institucionais, consideram a leitura de textos científicos "Extremamente Importante". De modo geral, apenas 3,45% da amostra considera a prática "Sem importância". Os resultados sugerem que os discentes valorizam a prática de leitura de textos científicos durante a graduação. Também procurou-se conhecer a importância atribuída para a elaboração de trabalhos científicos. As informações estão dispostas na Tabela 6.

Tabela 6: Grau de Importância para a elaboração de trabalhos científicos

Categoria Administrativa	A elaboração de trabalhos científicos					
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Pública	1	4	20	18	8	51
Privada	2	3	8	9	14	36
Total - Qtde (%)	**3 (3,45%)**	**7 (8,05%)**	**28 (32,18%)**	**27 (31,03%)**	**22 (25,29%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Com base nos dados acima, verificou-se que, na categoria pública, a maioria dos discentes consideraram a elaboração de trabalhos "Muito importante" e na categoria privada, a maioria considerou a prática como sendo "Extremamente importante". De modo geral, 8,05% considera que elaborar trabalhos científicos é algo "Pouco importante" e 3,45% considera "Sem importância".

Sugere-se, a partir dos resultados, que a maioria dos indivíduos consideram de alguma forma relevante a prática de elaboração de trabalhos durante a graduação. Ainda se investigou a importância atribuída para a publicação de trabalhos em eventos e os resultados constam na Tabela 7.

Tabela 7: Grau de Importância para a publicação de trabalhos em eventos

Categoria Administrativa	A publicação de trabalhos em eventos					
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Pública	3	9	22	14	3	51
Privada	3	3	16	7	7	36
Total - Qtde (%)	**6 (6,89%)**	**12 (13,79%)**	**38 (43,69%)**	**21 (24,14%)**	**10 (11,49%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Com base nas informações acima, verificou-se que, em ambas categorias institucionais, a maioria dos discentes consideraram a publicação de trabalhos em eventos "Importante". De modo geral, 13,79% considera que publicar trabalhos em eventos é algo "Pouco importante" e 6,89% considera "Sem importância".

Sugere-se, a partir dos resultados, que a maioria dos indivíduos consideram importante a prática de publicação de trabalhos em eventos durante a graduação. Procurou-se conhecer também a importância atribuída a publicação de trabalhos em periódicos e essas informações compõem a Tabela 8.

Tabela 8: Grau de Importância para a publicação de trabalhos em periódicos

Categoria Administrativa	A publicação de trabalhos em periódicos					
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Pública	5	8	22	11	5	51
Privada	1	5	13	11	6	36
Total - Qtde (%)	**6 (6,89%)**	**13 (14,94%)**	**35 (40,23)**	**22 (25,29%)**	**11 (12,65%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Com base nos resultados, identificou-se que, assim como para a publicação em eventos, em ambas categorias institucionais, a maioria dos discentes consideraram a publicação em periódicos como "Importante". De modo geral, 14,94% considera que publicar trabalhos em periódicos é algo "Pouco importante" e 6,89% considera essa prática "Sem importância".

As informações sugerem que a maioria atribui importância média à publicação de trabalhos em periódicos na graduação. Por fim, procurou-se identificar a importância atribuída a inserção em programas de iniciação científica e extensão durante a graduação e os dados constam na Tabela 9.

Tabela 9: Grau de Importância para a inserção em programas de iniciação científica e extensão

Categoria Administrativa	A inserção em programas de iniciação científica e extensão					
	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Pública	3	4	20	13	11	51
Privada	2	3	8	9	14	36
Total - Qtde (%)	**5 (5,75%)**	**7 (8,05%)**	**28 (32,18%)**	**22 (25,29%)**	**25 (28,73%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observou-se que, na categoria pública, a maioria dos discentes consideraram a inserção em programas de iniciação científica e extensão como "Importante" e na categoria privada a maioria considera tal prática como "Extremamente importante". De modo geral, 8,05% considera que tal inserção é algo "Pouco importante" e 5,75% considera essa prática "Sem importância".

4.2.3 Contribuição de Disciplinas para Elaboração do TCC

Foi analisado se os discentes receberam a contribuição de alguma disciplina para elaborar o TCC. Essas informações constam na Tabela 10.

Tabela 10: Contribuição de Disciplinas para a elaboração do TCC

Categoria Administrativa	Contribuição de Disciplinas para estruturar e elaborar o TCC			
	Recebeu contribuição	%	Não recebeu contribuição	%
Pública	31	61%	20	39%
Privada	24	67%	12	33%
Total	**55**	**63,2%**	**32**	**36,8%**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Observou-se que 63,2% indicou ter recebido contribuição de alguma disciplina da graduação. No entanto, um número também representativo (36,8%) de discentes indicou não ter recebido contribuição de nenhuma disciplina para a elaboração e/ou estruturação do TCC. Sugere-se que, apesar de a maioria ter recebido contribuição, um número significativo não considerou o apoio de disciplinas, ao longo do curso, para a formação do TCC, em ambas as categorias administrativas institucionais.

4.3 Relações entre a Características do Discente e as Categorias Administrativas das Instituições

Essa seção visou verificar se existem associações entre a categoria administrativa da instituição (pública e privada) e os aspectos: (1) Elaboração de artigos/ trabalhos científicos pelos discentes; (2) A contribuição atribuída às disciplinas da graduação para a elaboração do TCC e; (3) Exercício de Atividade Remunerada. As informações dos testes estão dispostas na Tabela 11.

Tabela 11: Relação entre variáveis e as categorias (pública ou privada) das instituições

Variáveis	p-valor
Categoria Administrativa x Elaboração de trabalhos científicos	0,09
Categoria Administrativa x Contribuição de disciplinas para a elaboração do TCC	0,575
Categoria Administrativa x Exercício atividade remunerada	0,596

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

A partir dos resultados obtidos, tem-se que a elaboração de artigos por parte dos discentes se mostrou relacionada à categoria administrativa (pública ou privada) das instituições pesquisadas. Este resultado indica que as categorias, pública ou privada, das IES exercem alguma influência na elaboração de trabalhos científicos dos discentes. A Tabela 12 especifica a elaboração dos trabalhos por categoria.

Tabela 12: Elaboração de Trabalhos por Categoria Administrativa

Categoria Administrativa	Artigo/Trabalho Científico		
	Sim	Não	Total
Pública	36 (70,59%)	15 (29,41%)	51 (100%)
Privada	31 (86,11%)	5 (13,89%)	36 (100%)
Total Qtde (%)	**67 (77,01%)**	**20 (22,99%)**	**87 (100%)**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os resultados demonstram uma maior proporção de discentes que já realizaram elaborações de trabalhos científicos nas IES da categoria privada. No entanto, em ambas as categorias, estes sugerem que a maioria dos concluintes teve outra experiência com a pesquisa científica, além do TCC.

4.4 Contribuição das Disciplinas da Graduação para a Elaboração do TCC

Na última parte verificou-se a contribuição das disciplinas da graduação para a elaboração do TCC. Os tópicos investigados foram: (1) Grau de contribuição de disciplinas para a elaboração do TCC e; (2) Grau de contribuição de disciplinas para aspectos ligados à elaboração do TCC.

4.4.1 Grau de Contribuição de Disciplinas da Graduação para a Elaboração do TCC

Inicialmente, procurou-se conhecer quais disciplinas eram consideradas de apoio a elaboração do TCC e foi investigado, também, o grau de contribuição dessas disciplinas para a elaboração e/ou estruturação do TCC. Os resultados constam na Tabela 13.

Tabela 13: Grau de Contribuição de Disciplinas para a Elaboração e/ou Estruturação do TCC

Disciplinas	Grau de Contribuição (%)				
	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Metodologia do Trabalho Científico	17,24%	20,69%	37,93%	24,14%	100%
Pesquisa Aplicada à Contabilidade	15,00%	10,00%	55,00%	20,00%	100%
Trabalho de Conclusão de Curso	0	0	33,33%	66,67%	100%
Contabilidade Societária	0	9,09%	72,73%	18,18%	100%
Contabilidade Gerencial	0	10,00%	80,00%	10,00%	100%
Contabilidade Pública	0	12,50%	37,50%	50,00%	100%
Outras	3,70%	11,11%	48,15%	37,04%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Observa-se, a partir dos resultados, que as disciplinas Metodologia do Trabalho Científico (MTC), Pesquisa Aplicada à Contabilidade, Contabilidade Societária e Gerencial forneceram à maioria dos discentes "Contribuição Alta" para a elaboração do TCC, respectivamente, 37,93%, 55%, 72,73% e 80% da amostra. Já as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso e Contabilidade Pública tiveram "Contribuição muito alta" atribuída pela maioria discentes, sendo, respectivamente, 66,67% e 50% da amostra investigada.

A variável "Outras" teve "Contribuição Alta" (48,15%) para a maior parte dos respondentes. Nesta foram indicadas as disciplinas: Estatística; Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade; Administração I; Laboratório Contábil; Sistemas de Informações Contábeis; Tópicos Especiais; Auditoria; Teoria da Contabilidade; Contabilidade Ambiental; Orçamento

Empresarial; Perícia; Administração/ Gestão Financeira; Empreendedorismo; Planejamento/ Contabilidade Tributária; Controladoria e; Análise das Demonstrações Contábeis.

Sugere-se que os discentes consideram ter tido contribuição especialmente no final do curso. Isso é válido, visto que, a disciplina de TCC ocorre no último ano ou semestre da graduação de Ciências Contábeis nas IES investigadas. Porém, apesar de não ter uma ementa voltada para a elaboração do TCC, a disciplina de Contabilidade Pública teve contribuição muito alta na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da maioria dos respondentes.

4.4.2 Grau de Contribuição de Disciplinas para Aspectos Relacionados à Elaboração do TCC

Por fim, procurou-se conhecer o grau de contribuição das disciplinas para algumas etapas relacionadas à elaboração do TCC. A primeira etapa foi o conhecimento da estrutura do Trabalho. Os resultados estão distribuídos por categoria administrativa e encontram-se na Tabela 14.

Tabela 14: Grau de Contribuição para o Conhecimento da Estrutura do TCC

Categoria Administrativa	Conhecimento da Estrutura do TCC					
	Nenhuma contribuição	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Pública	3	11	20	13	4	51
Privada	4	3	12	8	9	36
Total	**7 (8,05%)**	**14 (16,09%)**	**32 (36,78%)**	**21 (24,14%)**	**13 (14,94%)**	**87 (100%)**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Identificou-se que o grau de contribuição das disciplinas da graduação atribuído para o conhecimento da estrutura do TCC pela maioria dos discentes de ambas as categorias foi "Contribuição Média". De modo geral, 8,05% considerou não ter recebido contribuição das disciplinas para esse aspecto, 14,09% ter recebido pouca contribuição, 24,14% contribuição alta e 14,94% contribuição muito alta.

As informações sugerem que a maioria atribui contribuição média às disciplinas para o conhecimento da estrutura do TCC. Do mesmo modo, procurou-se identificar a contribuição atribuída às disciplinas para a escolha da metodologia e os dados constam na Tabela 15.

Tabela 15: Grau de Contribuição para a Escolha da Metodologia

Categoria Administrativa	Escolha da Metodologia					
	Nenhuma contribuição	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Pública	2	16	19	12	2	51
Privada	4	5	12	9	6	36
Total	**6 (6,9%)**	**21 (24,14%)**	**31 (35,63%)**	**21 (24,14%)**	**8 (9,19%)**	**87 (100%)**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Verificou-se que o grau de contribuição das disciplinas da graduação atribuído para a escolha da metodologia pela maioria dos discentes de ambas as categorias foi "Contribuição Média". De modo geral, 6,9% considerou não ter recebido contribuição das disciplinas para esse aspecto, 24,14% ter recebido pouca contribuição, o mesmo quantitativo considerou ter tido contribuição alta e 9,19% contribuição muito alta.

Semelhante ao aspecto relacionado ao conhecimento da estrutura do TCC, os resultados sugerem que a maioria atribui contribuição média às disciplinas para a escolha da metodologia do trabalho. Novamente, procurou-se identificar a contribuição atribuída às disciplinas para a administração do tempo e os dados constam na Tabela 16.

Tabela 16: Grau de Contribuição para a Administração do Tempo

Categoria Administrativa	Administração do Tempo					
	Nenhuma contribuição	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Pública	11	25	8	6	1	51
Privada	6	9	11	5	5	36
Total	**17 (19,54%)**	**34 (39,08%)**	**19 (21,84%)**	**11 (12,64%)**	**6 (6,9%)**	**87 (100%)**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Foi identificado que o grau de contribuição das disciplinas da graduação atribuído para a administração do tempo pela maioria dos discentes na categoria pública foi "Pouca Contribuição" e na categoria privada foi "Contribuição Média". De modo geral, 19,54% considerou não ter recebido contribuição das disciplinas para esse aspecto, 39,08% ter recebido pouca contribuição, 21,84% contribuição média, 12,65% contribuição alta e 6,9% contribuição muito alta.

Os resultados sugerem que a maioria dos discentes da IES pública considera ter recebido pouca contribuição das disciplinas para a administração do tempo de elaboração do TCC e a maioria dos discentes das IES privadas considera ter recebido média contribuição neste mesmo

aspecto. Igualmente, procurou-se identificar a contribuição atribuída às disciplinas para a redação do trabalho e os dados constam na Tabela 17.

Tabela 17: Grau de Contribuição para a Redação do Trabalho

Categoria Administrativa	Redação do Trabalho					
	Nenhuma contribuição	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Pública	6	12	18	10	5	51
Privada	5	4	12	7	8	36
Total	**11 (12,64%)**	**16 (18,39%)**	**30 (34,48%)**	**17 (19,54%)**	**13 (14,95%)**	**87 (100%)**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Foi observado que o grau de contribuição das disciplinas da graduação atribuído pela maioria dos discentes em ambas as categorias para a redação do trabalho foi "Contribuição Média". De forma geral, 12,64% considerou não ter recebido contribuição das disciplinas para esse aspecto, 18,39% ter recebido pouca contribuição, 19,54% contribuição alta e 14,95% contribuição muito alta.

Os resultados sugerem que a maior parte dos discentes da IES considera ter recebido contribuição média das disciplinas para a redação do TCC. Por fim, buscou-se verificar a contribuição atribuída às disciplinas para o conhecimento das normas técnicas. Tais resultados estão dispostos na Tabela 18.

Tabela 18: Grau de Contribuição para o Conhecimento das Normas Técnicas

Categoria Administrativa	Conhecimento das Normas Técnicas					
	Nenhuma contribuição	Pouca contribuição	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta	Total
Pública	8	8	20	12	3	51
Privada	3	5	9	11	8	36
Total	**11 (12,64%)**	**13 (14,95%)**	**29 (33,34%)**	**23 (26,44%)**	**11 (12,64%)**	**87 (100%)**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Foi identificado que o grau de contribuição das disciplinas da graduação para o conhecimento das normas técnicas, atribuído pela maioria dos discentes, na categoria pública foi "Contribuição Média" e na categoria privada foi "Contribuição alta". De modo geral, 12,64% considerou não ter recebido contribuição das disciplinas para esse aspecto 14,95% ter recebido

pouca contribuição, 33,34% contribuição média, 26,44% contribuição alta e 12,64% contribuição muito alta.

Os resultados sugerem que a maioria dos discentes da IES pública considera ter recebido contribuição média das disciplinas para o conhecimento das normas técnicas do TCC. Já a maioria das IES privadas considera ter recebido contribuição alta das disciplinas para este mesmo aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de analisar o grau de contribuição atribuído as disciplinas que auxiliam a elaboração do TCC pelos concluintes do curso de Ciências Contábeis das IES do município de João Pessoa – PB. Para atingi-lo, foi utilizado o teste de associação qui-quadrado e o uso de distribuições absolutas e relativas de frequência.

Os resultados obtidos sugeriram que as categorias, pública ou privada, das IES exercem alguma influência na elaboração de trabalhos científicos dos discentes. Observou-se também que, em ambas as categorias, a maioria dos concluintes teve uma experiência com a pesquisa científica, além do TCC, e que a dificuldade mais apontada foi “Falta de tempo” para sua elaboração. No entanto, observou-se que um número significativo dos estudantes teve o primeiro contato com a pesquisa motivados pelo TCC.

Verificou-se também que a maioria dos discentes indicou ter recebido contribuição de alguma disciplina da graduação. Além disso, foi atribuída, pela maioria, contribuição muito alta para a disciplina de TCC e para a disciplina de Contabilidade Pública. Os discentes de ambas as categorias atribuíram grau médio de contribuição das disciplinas da graduação para o conhecimento da estrutura, a escolha da metodologia e a redação do TCC.

A maioria dos discentes da IES pública considera ter recebido pouca contribuição das disciplinas para a administração do tempo de elaboração do TCC e contribuição média das disciplinas para o conhecimento das normas técnicas do TCC. Por sua vez, a maioria dos

discentes das IES privadas considera ter recebido média e alta contribuição, respectivamente, nestes mesmos aspectos.

Como recomendações, sugerem-se pesquisas que investiguem os discentes de outros municípios, para que se possa ampliar os resultados. Estudos mais aprofundados poderão gerar informações mais detalhadas sobre a inserção da pesquisa científica no curso de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de Dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

_____. Leis e Decretos. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

CASAGRANDE, Maria Denise Henrique; ROSA, Carolina Aguiar da; BORBA, José Alonso; PFITSCHER, Dahmer. Produção Científica e a Disseminação de Conhecimento: um estudo da contribuição dos docentes na orientação de trabalhos de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal De Santa Catarina nos anos de 2008 e 2009. **Jovens Pesquisadores**, São Paulo, v. 9, n. 12, p. 52-68, julho-dezembro, 2012.

ENSSLIN, S. R.; SILVA, H. A. S. da; VIEIRA, A. M. Perfil da produção científica dos docentes dos departamentos de contabilidade de três universidades federais do sul do Brasil. **Enfoque**, v. 30, p. 44-59, 2011.

_____; SILVEIRA, Taise Peres da; VALMORBIDA, Sandra Mara Iesbik. Desmistificando o Ensino da Pesquisa Científica na Graduação em Ciências Contábeis: Um estudo na Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Bahia, v. 6, n.1, p. 48-65, janeiro-abril, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRÜGER, Letícia Meurer; ENSSLIN, Leonardo; VALMORBIDA, Sandra Mara Iesbik; ENSSLIN, Sandra Rolim; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Inserção dos Alunos de Ciências Contábeis na Pesquisa Científica: Uma análise nas Universidades Federais do Sul do Brasil. **Contexto**, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 51-63, maio-agosto, 2013.

LAFFIN, Marcos. A pesquisa nos cursos de ciências contábeis. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 99-106, 2000.

LEAL, Edvalda Araújo; SANTOS, Cassius Klay Silva. A iniciação científica na formação dos graduandos em ciências contábeis: um estudo em uma instituição pública do triângulo mineiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 25-48, janeiro-abril, 2014.

LEITE FILHO, G. A. Perfil da produção científica dos docentes de Pós-graduação em Ciências Contábeis no Brasil. RC&C. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 1, p. 1-13, 2010.

LISTON, Paulo Cezar; SILVA, Maria Ivone. A Importância da Disciplina de Metodologia Científica na Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC nos Cursos de Graduação. **Revista Científica da FECRA**, Mato Grosso do Sul, v.1, n. 1, abril-outubro, 2012.

LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Mary; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLOAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. Trajetória da Construção de um Trabalho Monográfico em Contabilidade. BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** São Paulo: Editora Atlas, 2003. P. 47-75.

LOPES, Maura Paula Miranda. O perfil dos trabalhos acadêmicos de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2001 a 2005. **Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis: Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294175>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 210p.

SILVA, A. P. B.; OTT, E. Um Estudo sobre a Interação entre a Pesquisa Científica e a Prática Profissional Contábil. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade,** Brasília, v. 6, n. 2, p. 204-220, 2012.

WALTER, S. A. et al. Uma análise da evolução do campo de ensino e pesquisa em Contabilidade sob a perspectiva de redes. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 76-93, 2009.

COD 43. CONCEITOS ABORDADOS NA DISCIPLINA DE TEORIA DA CONTABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA PARAÍBA/PB

Gilson Rodrigues da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco
gilson_rodriguessilva@hotmail.com

Jairo Henrique de Lima Ribeiro
Universidade Federal da Paraíba
Jairo.henry@hotmail.com

Vanildo Pedro Cavalcante Wanderley
Universidade Federal da Paraíba
Vanildo.pcw@gmail.com

Jadson Rodrigues da Silva
Universidade Federal da Paraíba
jadsonrodrigues02@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo geral identificar a percepção dos conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade em relação a ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas pelos discentes do curso de ciências contábeis da UFPB - Campus IV, Litoral Norte da Paraíba. Para alcançar aos resultados a metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo com a abordagem quantitativa. Para coleta de dados foi aplicado um questionário estruturado em três partes com discentes do curso de ciências contábeis, regularmente matriculados, que estão cursando ou cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade. Os dados foram tratados utilizando a estatística descritiva. Os resultados evidenciaram que a percepção dos discentes em relação aos conceitos de ativo, passivo, receita, despesa, ganhos e perdas, apresentaram uma evolução, mas torna-se necessário maior enfoque da disciplina de Teoria da Contabilidade na abordagem dos conceitos (receita, despesa, ganhos e perdas) para que os discentes detenham de uma reflexão maior quanto à percepção cientifica dos elementos patrimoniais e de resultado que impactam no desempenho profissional.

Palavras-chave: Teoria da Contabilidade; Conceitos de Contabilidade; Discentes.

1. INTRODUÇÃO

O Ensino da Teoria da Contabilidade no Brasil tornou-se obrigatório nos cursos de graduação em ciências contábeis após a edição da Resolução 0003 do Conselho Federal de

Educação, de 05 de outubro de 1992, que introduziu a disciplina Teoria da Contabilidade com o objetivo de estimular a obtenção integrada de conhecimentos teóricos e práticos que permitam ao graduado obter competências para o exercício da profissão.

Para Theophilo *et al* (2000), a resolução não define o conteúdo a ser abordado na disciplina. Tal fato permitiu que sua implementação não ocorresse de forma uniforme nas universidades do Brasil. Desta forma, o ensino da Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis tem sido discutido com o objetivo de propagar o conhecimento sobre temas mais complexos que suportam o exercício da profissão contábil (SACRAMENTO, 1998).

Com o processo de convergência das normas de contabilidade vigentes no Brasil aos padrões internacionais de contabilidade, a contabilidade brasileira aderiu ao enfoque de subjetividade e relevância das características qualitativas da informação contábil, tornando necessário que os discentes obtenham uma base teórica a fim atender a problemas que não estejam codificados em normas contábeis.

A relevância deste estudo torna-se evidente no cenário de mudanças em que a contabilidade brasileira tem vivenciado. Impactando diretamente no aprendizado dos discentes e profissionais de contabilidade na compreensão e entendimento das práticas contábeis, mas também no desenvolvimento de habilidades capazes de atender as demandas organizacionais.

Estudo realizado por Sacramento (1998) abordou aspectos ligados à teoria da contabilidade a partir da Resolução n. 003/1992 do Ministério da Educação e os problemas relacionados ao ensino da Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação em ciências contábeis, apresentando nos resultados os docentes tem ligação com o nível de conhecimento discutido nos cursos de graduação necessitando de aprofundamento.

A pesquisa realizada por Theóphilo et al. (2000), teve por objetivo analisar os conteúdos ministrados na disciplina e sua importância na formação dos futuros profissionais, logo a pesquisa identificou que o conteúdo apresentado não seguia uma estrutura lógica nas Universidades prejudicando o cunho teórico exigido com enfoque prático voltado à atender aspectos fiscais.

Moraes Júnior, Araujo e Araujo (2009), tiveram por objetivo identificar a interdisciplinaridade dos professores, nas Universidades do Rio Grande do Norte, nos cursos de Ciências Contábeis, no segundo semestre de 2008 e constataram a ausência do perfil interdisciplinar entre os professores desde o planejamento da ementa da disciplina.

Borba, Poeta e Vicente (2011), verificaram junto aos programas de mestrado do Brasil, em Ciências Contábeis, as ementas e bibliografia utilizadas na disciplina de Teoria da Contabilidade, relacionando com o conteúdo abordado com os propostos, com livros de relevância sobre o tema. Os resultados apontaram a existência de uma lógica no ensino da disciplina de Teoria Contábil pelos programas de mestrado e os temas abordados por diversos outros autores de teoria da contabilidade.

Lima Filho e Bruni (2012) realizaram estudo sobre os conceitos relevantes para a Contabilidade, o aprendizado dos acadêmicos em universidades públicas e privadas da Bahia. Logo, os resultados evidenciaram falhas na compreensão de conceitos relevantes, sendo os estudantes de instituições públicas com maior discernimento sobre os conceitos.

A partir da disseminação de estudos sobre Teoria da Contabilidade como descrito pelos autores citados acima, este estudo torna-se relevante, pois permite aos pesquisadores uma gama de conhecimento sobre a assimilação da literatura abordada nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Assim, o estudo tem como problemática de pesquisa: **Qual a percepção sobre os conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade em relação a ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas pelos discentes do curso de ciências contábeis da UFPB - Campus IV, Litoral Norte da Paraíba?**

Destarte problema de pesquisa, tem – se por objetivo geral identificar a percepção dos conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade em relação a ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas pelos discentes do curso de ciências contábeis da UFPB - Campus IV, Litoral Norte da Paraíba.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DA CONTABILIDADE

A teoria da contabilidade é o arcabouço conceitual teórico base da estrutura da ciência contábil perante aos padrões e princípios contábeis adotados na excursão prática cotidiana (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). A teoria da contabilidade pressupõe uma estrutura teórica para predizer e nortear as ações práticas da Ciência Contábil dando sentido e explicando suas razões na determinação de instrumentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos contábeis.

De acordo com Niyama e Silva (2009), a teoria da contabilidade permite a compreensão, análise e comparação de informações, atuando como de alicerce conceitual para explicar os eventos e fatos contábeis econômicos que não estão suportados pela regulamentação contábil.

No Brasil, a teoria da contabilidade contábil adota uma abordagem normativa com enfoque metodológico dedutivo e indutivo influenciando o corpo docente conhecer as metodologias e transmiti-las aos discentes. A metodologia dedutiva contempla a estrutura normativa e a indutiva consistiu no aprendizado em testar hipóteses, análise de informações e emitir opiniões sobre sem generalizações (SACRAMENTO, 1998).

No entanto, a disciplina de teoria da contabilidade assumiu um caráter estritamente normativo, uma vez que, sua preocupação maior se constituiu na formulação de arcabouço teórico servindo como base para sustentar as melhores práticas profissionais (LOPES, 2000).

2.2 ELEMENTOS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

2.2.1 Ativo

Em muitos cursos de graduação o conceito de ativos é apresentado como um conjunto de bens e direitos de uma organização ou como aplicação de recursos da empresa. No entanto, essas definições insultam discussões primárias quanto à relevância do reconhecimento e característica dos ativos em uma entidade.

De acordo com Iudícibus (2009), três aspectos precisam ser observados para se definir um ativo: ser de propriedade e posse da entidade, ser provável de direito a benefícios futuros gerando

fluxos de caixas, e ser de propriedade exclusiva da organização. Nesta concepção, observa-se que a entidade para reconhecer o ativo necessita tê-lo em sua propriedade ou posse, possuir em seu âmago expectativa de benefícios futuros com a venda ou realização do ativo e usufruir do mesmo de forma exclusiva.

Perez e Famá (2006), afirmam que o conceito abordado para definir os ativos como recurso controlado pela empresa, sendo provedores de benefícios futuros (entradas ou saídas de fluxos de caixas) apresenta uma visão econômica e financeira da entidade. Já o conceito de bens e direitos da entidade, em moeda corrente e à disposição da administração precede da contabilidade básica.

Partindo deste pressuposto, pode ser considerado um ativo, todo e qualquer elemento com ou sem natureza física, controlado pela empresa e que proporcione possibilidade de retornos de fluxos de caixa. Assim, como os bens de uma entidade possuem a capacidade de prestação de serviços e de geração de benefícios econômicos futuros, a mensuração vem como uma forma de traduzir o potencial dos serviços em valores monetários (LIMA FILHO; BRUNI 2012).

Deste modo, evidencia-se que diante as mudanças no cenário econômico que a contabilidade está inserida e a busca por melhorias nos métodos de ensino de teoria da contabilidade o conceito de ativo baseado em conjunto de bens e direitos pressupõe o conhecimento inicial para se compreender o ativo em uma entidade.

Goulart (2008), em sua pesquisa constatou que as definições superficiais do termo ativo não contemplavam as características essências esperadas, denotando que os profissionais da área contábil têm conhecimento superficial do que seja “ativo”, descartando a característica primordial que é o direito específico a benefícios futuros.

Hendriksen e Breda (2007), afirmam que os ativos constituem reservas de benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados. Esta definição dos autores realça o conceito do Financial Accounting Standards Board (FASB, 2003), ilustrada pelo SFAC 62, na qual os ativos são definidos como benefícios econômicos futuros que são obtidos ou controlados pela entidade em consequência de transações passadas.

2.2.2 Passivo

Os passivos foram ignorados pela contabilidade por muitos anos, mas diante da evolução da contabilidade foi recebendo maior atenção chegando a assumir uma postura direta como obrigações da empresa com terceiros, necessitando ser mais evidenciado nas demonstrações financeiras (HENDRIKSEN; BREDA, 2007).

Para Iudícibus (2009), os passivos são obrigações oriundas de eventos ou transações passadas reconhecidas no presente para posterior quitação no futuro. Outra percepção o passivo é apresentado como origens de recursos com terceiros resultando na cobrança de credores, ou seja, exigibilidades.

Nota-se uma inserção de temporalidade no conceito de passivo abordado surgindo de uma transação passada para aquisição de bens, direitos ou serviços para posterior aplicação na entidade. Os passivos em sua essência trazem uma gama de recursos para entidade atrelada às obrigações presentes e futuras. Hendriksen e Breda (2007) corroboram com o conceito de passivos como uma obrigação que precisa existir no momento presente, entretanto, surgindo de uma transação passada.

O Fasb (2003) definiu os passivos como "sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou serviços para outras entidades no futuro em consequência de transações e eventos passados". Esta afirmação apresenta como foco a ocorrência do fato gerador dos passivos em transações e eventos passados. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00) (R1), (2011) o passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. As eventuais saídas de recursos da entidade por ocasião da liquidação das obrigações geradas pelos passivos resultam em aplicação de ativos na geração de recitas e despesas que compõem o resultado operacional da entidade.

2.2.3 Receitas e Ganhos

O resultado da entidade é utilizado como medida para atender as necessidades de informações sobre a posição econômica financeira da empresa, sendo as receitas e despesas diretamente relacionadas com a mensuração do resultado. De acordo com Piccoli, Chiarello e Klann, (2015), a compreensão correta de receita, despesa, ganhos e perdas são fundamentais na medição do desempenho das empresas. A disponibilização de informações aos usuários precede do pensamento reflexivo sobre os conceitos envolvidos nas demonstrações contábeis, as quais contribuem para tomada de decisão empresarial.

Torna-se importante destacar que mediante o critério adotado na mensuração e no reconhecimento das receitas, dos ganhos, das despesas e das perdas, o resultado líquido obtido poderá apresentar-se de modo diferente, impactando nas informações dos acionistas, fisco e sociedade (LIMA FILHO; BRUNI, 2012).

Desta forma, percebe-se que as receitas estão ligadas às atividades básicas da empresa e os ganhos estão vinculados às atividades da organização, não sendo caracterizado com a atividade da empresa, mas com operações envolvendo ativos. Tanto receita quanto ganho atuam no sentido de aumentar o resultado da empresa.

As receitas são consideradas como entradas ou outros aumentos de ativos de uma entidade, ou liquidações de seus passivos, decorrentes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou atividades correlacionadas às operações normais ou principais da entidade (HENDRIKSEN; BREDA, 2007). Niyama e Silva (2009) trazem a definição do IASB na qual as receitas são acréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos.

Percebe-se que os acréscimos que geram as receitas decorrem de variações entre as origens de recursos e aplicações na venda de mercadorias e realização de serviços fazendo com que a entidade receba fluxos financeiros pela liquidação desses elementos. Nesta percepção, as receitas são definidas como aumentos nos benefícios econômicos no transcorrer do período contábil, como entrada de recursos, aumentos de ativos ou redução de passivos, que resultam em

aumentos no patrimônio líquido, e não estejam relacionados com a contribuição de detentores dos instrumentos patrimoniais (CPC 00 R1, 2011).

De acordo com o CPC 00 (R1) (2011), a definição de receita já abrange tanto as receitas, propriamente ditas, quanto ganhos. Na qual as receitas surgem no decorrer do curso normal das atividades da entidade, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties, aluguéis e outros. Os ganhos representam itens que se enquadram no conceito de receita e podem ou não surgir nos cursos normais da atividade da empresa, sendo representado por benefícios econômicos, não diferindo na natureza de receitas. Tais são considerados juntos na estrutura conceitual (CPC 00 R1, 2011).

Para Hendriksen e Breda (2007), "ganhos representam eventos favoráveis não diretamente relacionados com a produção normal de receitas das empresas". Contudo, uma das principais dificuldades na mensuração de ganhos consistiu na distinção do que é normal e extraordinário no processo operacional empresarial.

Kam (1986) apud Lima Filho e Bruni (2012), os ganhos são acréscimos em ativos líquidos, oriundos de operações periféricas ou incidentes e de outros eventos decorrentes das atividades da empresa. Observa-se que os ganhos são reportados líquidos das respectivas despesas, sendo registrados nas demonstrações contábeis para que possa evidenciar aos usuários sua ocorrência e impacto na tomada de decisão.

2.2.4 Despesas e Perdas

Ao contrario das receitas e ganhos que aumentam o patrimônio da entidade com acréscimos. As despesas e perdas reduzem o patrimônio da entidade, sendo importantes na determinação do lucro (PICCOLI; CHIARELLO; KLANN, 2015). Para Hendriksen e Breda (2007), a despesa compreende o uso ou consumo de mercadorias ou serviços no processo de obter receitas. As despesas ocorrem pela ocasião de sacrifícios na busca dos fatores de serviços relacionados diretamente ou indiretamente na produção e vendas de produtos das empresas. As despesas podem ser entendidas como reduções no valor dos ativos ou aumento no valor das exigibilidades, em decorrência da utilização dos bens e serviços nas atividades operacionais da entidade (IUDÍCIBUS, 2009).

O Pronunciamento Contábil (CPC 00 R1, 2011), definiu despesas como decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, na forma de saída de recursos ou diminuição de ativos ou elevação de passivos, resultando em redução no patrimônio líquido da empresa, e não estejam relacionados com as distribuições aos provedores de instrumentos patrimoniais.

Para Lima Filho e Bruni (2012), a despesa é a concretização do esforço monetário para a geração da receita; diminui o patrimônio da empresa, na perspectiva de geração futura ou imediata de receita que deve superar as despesas e gerar lucros. As despesas e perdas têm como principal diferenciação na origem, na qual as despesas surgem das atividades normais da empresa e as perdas do consumo de bens ou serviços de modo anormal e involuntário (MARTINS, 2003).

As perdas constituem outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades normais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais não diferem em natureza, das demais despesas (CPC 00 R1, 2011). As perdas são reconhecidas como eventos líquidos desfavoráveis que nascem de atividades não geradoras de receitas normais da entidade. Lima Filho e Bruni (2011), entende-se por eventos líquidos desfavoráveis aquelas ocorrências não usuais, dissociadas das operações centrais da entidade, que refletem na participação dos proprietários.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é considerada de natureza exploratória quanto aos objetivos por buscar obter maiores conhecimento sobre um objeto de estudo no campo da Teoria da Contabilidade em relação à percepção dos discentes sobre os conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, goodwill, ganhos e perdas pelos discentes do curso de ciências contábeis da UFPB - Campus IV, Litoral Norte da Paraíba.

Ao mencionar a pesquisa exploratória Andrade (2002), ressalta algumas finalidades primordiais como: proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar, facilitar a delimitação do tema de pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e formulação das hipóteses ou descobrir um novo enfoque sobre o assunto. Quanto aos Procedimentos tem caráter teórico – empírico. O processo teórico consiste na revisão de bibliográficas sobre o tema central e

o processo empírico na busca pelo aprofundamento do fato estudado com a aproximação de sua ocorrência.

Com relação à abordagem problemática tem enfoque quantitativo na qual os dados podem ser quantificados, mensurados e suas analises e interpretações são suportadas em métodos e técnica estatística descritiva. Nesta perspectiva, Richardson (1999), afirma que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta quanto no tratamento de dados por meio de técnicas.

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa compreendeu os discentes do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus IV – Litoral Norte da Paraíba, regularmente matriculados, que estão cursando ou cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade. Logo, mediante informação da coordenação do curso de ciências contábeis, o universo da pesquisa foi composto por 125 alunos distribuídos entre os períodos (7º ao 10º).

A amostra da pesquisa correspondeu ao acesso a respostas dos questionários enviados aos 125 alunos regularmente matriculados conforme cadastro da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis. Sendo assim, após envio dos questionários aos discentes, verificou-se que 105 dos discentes retornaram as respostas do questionário, constituindo a amostra de 84% em relação ao universo pesquisado.

3.2 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados foram coletados a partir de um questionário estruturado, construído com o apoio da ferramenta Google Docs, enviado via correio eletrônico, aos discentes que cursaram ou estão cursando a disciplina da Teoria da Contabilidade, no período de maio a julho de 2015. Faz-se necessário evidenciar a aplicação do pré-teste como forma de verificar a qualidade de clareza do instrumento de pesquisa.

O instrumento de coleta de dados foi adaptado do questionário proposto por Piccoli, Chiarello e Klann (2015), e objetivou investigar a percepção dos alunos sobre a disciplina de teoria da contabilidade identificando o nível de conhecimento sobre os conceitos abordados na

disciplina e sua relação com a formação do docente. O Questionário foi estruturado em três partes:

- ✓ A primeira parte composta pela identificação do perfil dos discentes e Titulação do docente;
- ✓ A segunda parte buscou identificar a importância da disciplina de Teoria da Contabilidade através de respostas em escala Likert (concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente) de cinco pontos; e.
- ✓ A terceira identificou a Percepção dos discentes sobre os conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas com três alternativas, na qual os discentes deviam assinar a opção que julgasse mais adequada.

Cabe ressaltar que as perguntas foram constituídas considerando como melhor percepção os conceitos usualmente definidos pelos pronunciamentos emitidos com base no Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, pelo fato destes estarem relacionadas normas que suportam as atividades profissionais da contabilidade. Por conseguinte, os dados foram tratados da seguinte forma: a) Análise de estatística descritiva da amostra e das respostas; e b) Demonstrados em tabelas.

4. ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentadas a análise e descrição dos dados coletados a partir da coleta dos questionários.

4.1 PERFIL DOS DISCENTES E GRAU DE TITULAÇÃO DOS DOCENTES

A primeira parte do questionário correspondeu aos aspectos de identificação do discente e o grau de titulação do docente que ministrou a disciplina de Teoria da Contabilidade. Na Tabela 1, observa-se que em relação ao gênero dos alunos respondentes da pesquisa, 58% são representados por discentes do gênero masculino, equivalendo a uma frequência absoluta de 61 alunos e 42% corresponderam ao sexo feminino, sendo num número de 44 discentes na frequência absoluta.

Tabela 8 – Perfil dos Respondentes.

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS		FREQUÊNCIA	
		N	%
Gênero	Feminino	44	42
	Masculino	61	58
Período Cursado	7º Período	33	31
	8º Período	25	24
	9º Período	18	17
	10º Período	29	28
Período que cursou a disciplina de Teoria da Contabilidade	7º Período	63	60
	8º Período	42	40

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Quando perguntados sobre o período do curso que estavam cursando, a maioria (33) em uma frequência relativa de 31% afirmou estar cursando o sétimo (7º) período do curso. Em se tratando da questão relacionada ao período em que o discente, respondente da pesquisa, cursou ou está cursando a disciplina de Teoria da Contabilidade, Tabela 1, verificou-se que 60% cursaram ou estão cursando no sétimo (7º) período do curso.

É importante destacar que houve uma mudança no período em que a disciplina é ofertada, ora sendo no sétimo (7º) período, ora no oitavo (8º) período. De acordo com Watson et al (2005), muitos professores sugerem que os alunos detenham de determinado amadurecimento conceitual para discutir a teoria, uma vez que, o arcabouço teórico abordado na teoria contábil possui relação importante para formação profissional. O grau de titulação dos docentes que ministram a disciplina de Teoria da Contabilidade é o de mestre.

4.2 IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE TEORIA DA CONTABILIDADE

Na segunda parte do questionário buscou-se identificar a importância da disciplina de Teoria da Contabilidade para os discentes. Nesta seção foi utilizado o questionário de escala Likert, na qual foram enumerados 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo Parcialmente, 3 – Indiferente, 4 – Concordo Parcialmente, 5 – Concordo Totalmente. Deste modo, cada questão foi analisada nesta perspectiva (Tabela 2).

Tabela 9 – Importância da disciplina de Teoria da Contabilidade no aprendizado do discente.

Questão	Discordo Totalmente	Discordo Parcial	Indiferente	Concordo Parcial	Concordo Totalmente
A disciplina de Teoria da Contabilidade é importante para o seu aprendizado?	-	-	7	9	89
Você considera necessária a inserção da disciplina de Teoria da Contabilidade no curso de Ciências Contábeis?	-	6	3	16	80
Os conceitos abordados na disciplina de teoria da contabilidade são importantes para o entendimento das demais disciplinas do curso?	-	6	16	30	53

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Observa-se na Tabela 2, que 89 dos discentes afirmam que a disciplina de Teoria da Contabilidade é importante para seu aprendizado, na escala Likert de número 5, concordo totalmente, 9 concordam parcialmente acreditando que a disciplina não é importante o suficiente para seu aprendizado e 7 se mostraram indiferente a pergunta denotando pouca importância da disciplina ao aprendizado.

Na pergunta que diz respeito a inserção da disciplina de teoria da Contabilidade no curso de Ciências Contábeis verifica-se que nem uma frequência absoluta 80 respondentes tem a percepção que a inserção da disciplina no curso de ciências contábeis é necessária, 16 concordam parcialmente, 3 alunos denotam que a inserção é indiferente ao curso e 6 discentes discordam parcialmente da inserção da disciplina de Teoria da Contabilidade no curso de contabilidade. Morais Júnior, Araújo e Araújo (2009), afirmam que a disciplina conduz o aluno a uma formulação conceitual, mas também reformulação contínua dos conhecimentos em questão.

Em relação à interdisciplinaridade da Teoria da Contabilidade com as demais disciplinas do curso, absolutos 53 alunos concordam totalmente que a teoria contábil contribui para o entendimento das demais disciplinas, 30 concordam parcialmente, 16 afirmam que a disciplina de Teoria de Contabilidade é indiferente para o entendimento das demais e 6 graduandos discordam parcialmente.

Percebe-se que apesar da disciplina de Teoria da Contabilidade ser importante para os alunos, quando analisadas na contribuição ao entendimento das demais disciplinas os graduandos afirmam que não possui muita importância na compreensão e interação com outras disciplinas.

Desta forma, as disciplinas necessitam ser estudadas com foco se unindo entre si para contribuir com o fim específico que é o fortalecimento da ciência contábil (MORAIS JÚNIOR; ARAÚJO; ARAÚJO, 2009).

4.3 CONCEITOS ABORDADOS NA DISCIPLINA DE TEORIA DA CONTABILIDADE

Nesta terceira parte do questionário buscou-se identificar a percepção dos discentes sobre os conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade em relação a ativo, passivo, receita, despesa, ganho e perdas.

Na Tabela 3, nota-se que a definição de ativo com maior destaque na pesquisa pelos respondentes foi a usualmente destacada no CPC 00 R1 (2011), com uma frequência absoluta de 47 representando relativamente 45% do total dos discentes, a definição de ativo como conjunto de bens e direitos teve uma frequência absoluta de 42 alunos e relativa de 40%. Já a percepção de conjunto de recursos representado por bens e direitos foi relacionada em 16 respostas representando 15%.

Tabela 10 – Percepção dos discentes sobre os conceitos de ativos.

Conceito de Ativo	Frequência Absoluta	%
Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados, do qual se espera futuros benefícios econômicos.	47	45%
É o conjunto de bens e direitos de uma empresa.	42	40%
É o conjunto de aplicação de recursos, representado por bens e direitos.	16	15%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

O conceito de ativos assume níveis maiores de percepção em relação ao tradicional conceito de ativos, como conjunto de bens e direitos, mesmo que de forma discreta, pois o avanço corresponde a 5%. Percebe-se que os conceitos considerados relevantes pela literatura precisam ser mais explorados no âmbito acadêmico a fim de que a graduação minimize os efeitos do ensino de ativos como sendo conjunto de bens e direitos (IUDÍCIBUS, 2009).

Na Tabela 4, é possível verificar a percepção dos acadêmicos de ciências contábeis em relação aos conceitos de passivo. Os respondentes evidenciam que 38 discentes entendem passivo como origens de recurso resultante de eventos passados, em uma frequência relativa de 36%, já

35 dos discentes (33%) compreendem passivo como determina a estrutura conceitual no CPC 00 R1 (2011) sendo uma obrigação presente, resultante de eventos passados capaz de gerar benefícios futuros e 32 alunos da amostra estudada compreendem passivos como obrigações ou compromissos com terceiros.

Iudícibus (2009) afirma que a graduação persiste em tratar passivos como um conjunto de obrigações com terceiros. Nota-se que a percepção de passivos diante do cenário de mudanças das normas contábeis tende a atingir níveis mais reflexivos em relação aos conceitos mais simples descritos pelo autor acima, como podemos observar a evolução nas respostas apresentadas.

Tabela 11 - Percepção dos discentes sobre os conceitos de passivos.

Conceito de Passivo	Frequência Absoluta	%
São as obrigações ou compromissos para com terceiros.	32	30%
Compreende as origens de recursos, a partir de eventos passados.	38	36%
Obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação resulta em saída de recursos, capaz de gerar benefícios econômicos.	35	33%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Na questão que busca identificar a percepção dos discentes em relação aos conceitos de receitas (Tabela 5), percebe-se que as definições mais elaboradas descritas pelo CPC 00 R1 (2011), foi tratada com a menor frequência absoluta 26 e respectivamente relativa 25% em relação ao total de respondentes, já o conceito que elucida a entrada de recursos na empresa através de dinheiro ou créditos recebeu maior destaque pelos discentes sendo absolutos 48 e relativos 46%, os que consideram receita como venda de mercadorias e serviços da entidade somam 31 absolutos e 30% na frequência relativa.

Nota-se que os discentes detêm a percepção de receita pela entrada de recursos monetários ou não na entidade. Tal fato precede uma reflexão de melhoria dos conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade na graduação, mas também os docentes necessitam estimular tal conceito, não esquecendo os benefícios econômicos adquiridos pela entidade em função dos ativos (LIMA FILHO; BRUNI, 2012).

Tabela 12 - Percepção dos discentes sobre os conceitos de Receitas.

Conceito de Receita	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Considerada como venda de mercadorias e serviços relativos às atividades operacionais da entidade.	31	30%
Aumento de benefícios econômicos pela entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido.	26	25%
É à entrada de elementos para o ativo da entidade, que ocorre sob a forma de dinheiro ou créditos de direitos correspondentes, provocando um aumento na situação líquida da empresa.	48	46%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Observa-se na Tabela 6, que os conceitos de despesa seguem a correlação com os conceitos de receita, onde na frequência absoluta apresenta 70 respostas e relativa 67% compreendendo despesa como bem ou serviço consumido para obtenção de receitas, 18 dos discentes tem percepção de despesa como sacrifício financeiro e 17 graduandos tem a conceituação de despesa discutida pelo CPC 00 R1 (2011), mostrando que ainda é deficiente a disseminação dos conceitos de despesa no ambiente acadêmico. Para Lima Filho e Bruni (2012), torna-se evidente que com a atualização das normas contábeis os conceitos relativos a despesas e receitas necessitam serem trabalhados para maior compreensão pelos discentes.

Tabela 13 - Percepção dos discentes sobre os conceitos de Despesas.

Conceito de Despesa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Decréscimos nos benefícios econômicos sob a forma de saída ou redução de ativos ou incrementos de passivos, os quais resultam em diminuição do Patrimônio Líquido.	17	16%
Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para obtenção de receitas, a partir da venda de mercadorias ou prestação de serviços.	70	67%
Sacrifício financeiro utilizado na obtenção de receitas, os quais resultam em decréscimos no Patrimônio Líquido.	18	17%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Na Tabela 7, observa-se a percepção dos discentes sobre os conceitos de ganhos, assim verificou-se que 52 alunos representando relativos 50% do total afirmam que ganhos são aumentos no patrimônio da empresa resultante de atividades não operacionais, 37 (35%) graduandos tem a percepção de ganhos como eventos favoráveis relacionados à atividade da empresa, já o conceito discutido no CPC 00 R1 (2011), recebeu 16 (15%) respostas.

Portanto, a conceituação de ganhos também passou por atualizações em consonância ao processo de harmonização das normas contábeis do Brasil aos padrões internacionais resultando em uma maior discussão do que representa os ganhos para a entidade, uma vez que, possui característica de receita diferindo no fator gerador (LIMA FILHO; BRUNI, 2012).

Tabela 14 - Percepção dos discentes sobre os conceitos de ganhos.

Conceito de Ganhos	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
São aumentos no patrimônio líquido originados de eventos e transações econômicas, não relacionadas às operações normais da entidade, julgados imprevisíveis.	52	50%
Representam itens que se enquadram na definição de receita, podendo ou não surgir das atividades usuais da entidade, representando aumento nos benefícios econômicos, e, como tal, não diferem em natureza das receitas.	16	15%
Representam eventos favoráveis não diretamente relacionados com as atividades normais da entidade e ao processo de geração de receitas.	37	35%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Quanto à questão que trata da percepção dos discentes em relação ao conceito de perdas (Tabela 8), nota-se que 50% dos alunos denotam a percepção que perdas são eventos desfavoráveis não relacionados com as atividades normais da empresa, 33% afirma que o conceito de perda compreende a decréscimos no patrimônio líquido da empresa por ocasião de transações não relacionadas a atividades normais da entidade e 16% tem a percepção de perdas descrita no CPC 00 R1 (2011), que apesar se ter enquadramento na definição de despesa representam decréscimos nos benefícios econômicos da entidade.

Tabela 15 - Percepção dos discentes sobre os conceitos de perdas.

Conceito de Perdas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
São os decréscimos do patrimônio líquido originados de eventos e transações econômicas, não relacionadas às operações normais da entidade, julgados imprevisíveis.	35	33%
Representam eventos desfavoráveis não diretamente relacionados com as atividades normais da entidade e ao processo de geração de receitas.	53	50%
Representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tal, não diferem em natureza das despesas.	17	16%
Total	**105**	**100%**

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de dados (2015).

Em consonância ao conceito apresentado para ganhos, as perdas também são observadas pelos discentes como eventos desfavoráveis uma reflexão superficial de perdas, necessitando de maior aprofundamento teórico em discussões para compreender o significado e impacto das perdas para a organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral identificar a percepção dos conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade em relação a ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas pelos discentes do curso de ciências contábeis da UFPB - Campus IV, Litoral Norte da Paraíba.

Os resultados denotam a disciplina de Teoria da Contabilidade é importante para formação profissional no curso de graduação em ciências contábeis em uma frequência absoluta de 89 graduando avaliados em uma escala Likert. Quanto à necessidade de inserção da disciplina na grade curricular, alguns alunos (16) tem uma percepção que não consideram como essencial no curso. Outro ponto de destaque quanto à importância da disciplina de Teoria da Contabilidade estar relacionada à sua interdisciplinaridade com outras disciplinas do curso, onde em uma escala Likert os discentes afirmaram (53) uma relação de contribuição em sua percepção.

Nas questões que buscaram identificar a percepção dos discentes sobre os conceitos abordados na disciplina de Teoria da Contabilidade, verificou-se que em relação ao conceito de ativos os discentes apresentaram uma percepção condizente com as discussões sugeridas pela estrutura conceitual no CPC 00 R1 (2011), quando trata de definição de ativos. Mostrando que a academia tem evoluído nos conceitos levando os discentes a uma percepção mais reflexiva do ativo no contexto patrimonial, sendo importante arcabouço para sustentar a prática profissional.

Em relação aos conceitos de passivos identificou-se que a percepção dos alunos tem evoluído mesmo que forma lenta em relação ao que pede o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), no entanto, a conceituação de ativo parece ser mais trabalhada nos discentes em estudo. Portanto, nota-se que tanto o conceito de ativo quanto de ativo tiveram evolução na percepção dos discentes, entretanto, em proporções diferentes devido a fatores que não foram identificados no estudo.

As receitas e despesas demonstram uma relação na percepção dos discentes, na qual os dois conceitos necessitam de maior atenção no âmbito educacional para um enfoque cientifico na questão reflexiva, uma vez que, os graduandos tem a percepção material da receita e despesa, mostrando que existe uma carência de aprofundamento didático nas questões que tange as receitas e despesas.

Os ganhos e perdas apresentaram uma percepção semelhante, na qual os discentes elucidaram o reflexo de suas abordagens na disciplina de Teoria da Contabilidade onde o enfoque é mínimo para que se possa obter uma maior compreensão dos ganhos e perdas para entidade. Os ganhos e perdas foram apresentados em uma visão de acréscimos e decréscimos no patrimônio líquido, necessitando maior diferenciação e entendimento de sua relação com receitas e despesas respectivamente.

Vale destacar que o fator de alguns alunos terem cursado ou estar cursando a disciplina de Teoria da Contabilidade no momento da pesquisa não foi fator determinante para os eventuais resultados. E o fato de a disciplina ser ofertada em períodos alternados pode ser instrumento de futuras pesquisas, na busca por identificar os critérios que determinam o momento para oferta da disciplina no curso de ciências contábeis, pois a conformidade acadêmica pode ser fator preponderante para o desempenho conceitual. De um modo em geral, os discentes demonstram um avanço na percepção dos conceitos de ativos e passivos, mas ainda é necessário maior enfoque tanto nesses conceitos como também em receitas e despesas, ganhos e perdas que estão em uma percepção de nível baixo ante as mudanças normativas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BORBA, J. A.; POETA, F. Z.; VICENTE, E. F. R. **Teoria da contabilidade: uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 6. n. 2, Jul./Dez. 2011

BRASIL. Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

COMITE DE PRONUNCIOAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/index.php>. Acesso em: 05 jun. 2015.

FASB - Financial Accounting Standards Board. Accounting Standards: Current Text, Vol. 1 General Standards Topical Index, John Wiley: New York, edition 2002/2003.

_____. **SFAS 5 Statement of Financial Accounting Standards n°5.** Accounting for Contingencies. Issued: March 1975, IN: Financial Accounting Standards Board - Original Pronouncements. John Wiley: New York, edition 2002/2003.

GOULART, André Moura Cintra. **Gerenciamento de Resultados Contábeis em Instituições Financeiras no Brasil.** Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo - USP, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA FILHO, R.; BRUNI, A. **Perception of Undergraduate Accountancy Students in Salvador (BA) About Relevant Accounting Theory Concepts.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 6, n. 2, art. 5, p. 172-186, abr./jun. 2012.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Ed. Thomson, 2002.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S.M. **A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão.** Contabilidade Vista e Revista. Belo Horizonte, ed. Especial, p. 103-122, Nov. 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas,2003.

MARTINS, G. de A., THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MEIGS, Walter B.; JOHNSON, Charles E. **Accouting: the basis for business decision.** New York: McGraw-Hill, 1962.

MORAES JÚNIOR, V. F. De Moraes; ARAUJO, A. De Oliveira; ARAUJO, M. I. O. **Percepção sobre a atitude interdisciplinar dos Professores no Curso de Ciências Contábeis: um estudo nas Universidades Norte Rio-grandenses.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 3, n. 7, p. 127-144, Set./Dez. 2009.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo, Editora Atlas, 2009.

PEREIRA, A. C. et al. **Relato de um Momento Importante: Reflexões dos alunos da disciplina Teoria da Contabilidade do Mestrado da USP, trinta anos depois.** [Editorial]. Revista Contabilidade & Finanças, v. 10, n. 46, p. i-iv, jan./abr., 2008.

PEREZ, Marcelo Monteiro. FAMÁ, Rubens. **Ativos Intangíveis e o Desempenho Empresarial.** Revista de Contabilidade e Finanças. São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, Jan./Abr. 2006.

PICCOLI, Marcio Roberto; CHIARELLO, Tânia Cristina; KLANN, Roberto Carlos. **A Percepção dos Acadêmicos sobre Conceitos Abordados na Disciplina de Teoria da Contabilidade.** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 5, n. 1, p. 40-57, Edição Especial: 5º ano da RGFC, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACRAMENTO, C. O. J. **O ensino de teoria da contabilidade no Brasil.** Caderno de Estudos, n. 18, v. 10, p. 01-10, 1998.

THEÓPHILO, C. R.; et al. **O ensino da teoria da contabilidade no Brasil**. Contabilidade Vista & Revista, v. 11, n. 3, p. 03-10, Dez. 2000.

COD 50. ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: UM ESTUDO DE SUA REALIZAÇÃO NA VISÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ATUARIAIS E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Andreza Lindolfo da Silva
Universidade Federal da Paraíba
andrezalindolfo@outlook.com

Vera Lúcia Cruz
Universidade Federal da Paraíba
veralc22@hotmail.com

Ramon Rodrigues dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
ramonrdgs@gmail.com

Jennifer Alves dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
jeennifer_alves@hotmail.com

Joelmyr Laymerson de Souza Alves
Universidade Federal da Paraíba
joel_myr_17@hotmail.com

RESUMO

Este estudo objetivou apresentar as dificuldades durante o desenvolvimento do Trabalho de conclusão de curso na visão dos alunos de Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Quanto à metodologia, foi realizado um estudo de campo, onde a coleta dos dados se desenvolveu através da aplicação de um questionário. De acordo com os dados das pesquisas, foi exposto que 51% dos discentes não encontraram nenhuma facilidade no TCC e 49% dos discentes descreveram as facilidades encontradas. No que se referem às dificuldades, os discentes apontaram a escolha do tema, análise e coleta dos dados e o curto prazo para elaboração. Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, apesar de terem sido apontadas facilidades, indicou que os discentes tiveram dificuldades em sua execução. Assim, seria interessante a inserção dos alunos em projetos de pesquisas e de extensão que geralmente são oferecidos pelos seus respectivos cursos, como também, proporcionar palestras e mini cursos sobre como desenvolver o TCC,

tendo em vista que o aluno provavelmente iria adquirir conhecimento e amadurecimento para a realização de trabalhos científicos.

Palavras-chave: Trabalho de conclusão de curso. Graduação. Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

No processo de graduação o aluno precisa cumprir várias etapas para concluir o curso, e entre elas, especificamente no final do curso, o discente necessitará desenvolver e apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O parecer 146/2002 do Ministério da Educação (MEC) informa que o trabalho de conclusão de curso é opcional e fica a critério da instituição seja ela privada ou pública de adotar e adequá-la como disciplina nas grades curriculares dos cursos de ensino superior, obtendo sua própria regulamentação, como método de avaliação, procedimentos e técnicas para elaboração.

O TCC também tem sua importância para os discentes como descrito por Clemente e Santos (2015, p. 2) de que "é fundamental a operacionalização do TCC para que os alunos dos cursos de graduação das várias instituições de educação superior brasileira possam ter um "guia" para seguir o caminho à iniciação da pesquisa científica".

Durante o desenvolvimento do TCC os discentes costumam encontrar algumas dificuldades ou até insegurança na sua elaboração, como informado por Santos (2012) as causas seria o limitado conhecimento sobre o tema, da metodologia do que será pesquisado, pouca interação com o gênero em questão, a escassez de conhecimentos que o auxiliem a escrever um texto compreensível. Essas dificuldades geralmente fazem com que os alunos desistam do tema, mudem de orientador, ou acabem deixando para o próximo semestre.

Vários fatores são necessários para a elaboração do TCC, a orientação de um professor da instituição de ensino, a escolha do tema relacionado às linhas de pesquisa que o assunto precisa seguir para estar alinhado com o curso, entre outros. O TCC costuma ser uma pesquisa profunda, e exigirá do aluno dedicação, horas de estudo e busca por várias fontes bibliográficas.

Com base nessas necessidades e algumas dificuldades em sua elaboração, esse estudo irá analisar segundo a visão dos discentes dos cursos de Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, quais são suas dificuldades e facilidades durante o percurso. Mediante o exposto, teremos o seguinte questionamento que será respondido nessa pesquisa: **Como são desenvolvidos os TCCs na visão dos discentes de Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da UFPB?**

Para ajudar a compreensão da pesquisa, foi definido como objetivo geral apresentar a visão dos alunos de Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da UFPB sobre o desenvolvimento dos TCCs devido os cursos pertencerem ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB e por possuírem a disciplina do TCC na grade curricular integralizado de forma diferente. Para alcançar estes objetivos buscou-se analisar a visão dos discentes sobre as etapas de desenvolvimento dos TCCs, avaliar as facilidades/dificuldades encontradas na elaboração Trabalho de Conclusão de Curso, além de investigar sobre a exigência do TCC como forma de avaliação, na visão dos discentes.

Geralmente alguns alunos que se matriculam na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, acabam não concluindo e alguns podem alegar que foram as dificuldades durante o processo que impossibilitaram a conclusão, e isso pode acabar gerando uma desmotivação. Porém, podem aparecer tantas dificuldades que os discentes acabam se confundindo, não sabem como escrever ou o que escrever no TCC e geralmente saem da linha de pesquisa e abordam assuntos que não são de seu interesse.

Segundo as Coordenações dos Cursos (2016), no Curso de Administração, dos 137 alunos matriculados em TCC 2, apenas 103 alunos irão possivelmente concluir o TCC e apresentar neste semestre 2015.2. Já em Ciências Atuariais, dos 16 alunos que se matricularam na disciplina TCC 1, no período de 2015.1, apenas 12 estão matriculados em TCC 2, e, provavelmente, irão concluir. No curso de Ciências Contábeis em 2015.1, os dados referem-se a quem apresentou o TCC na turma da manhã, onde, dos 42 alunos matriculados, apenas 25 apresentaram.

De acordo com os dados supramencionados, esta pesquisa pretende colaborar no aprofundamento de estudos sobre o conhecimento e a execução do Trabalho de Conclusão de

Curso. Assim, os resultados, deste estudo, pretendem contribuir como um instrumento de consulta para possíveis pesquisas e estudos, reforçando as pesquisas existentes relacionadas ao tema, buscando ajudar aos alunos, docentes e outros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser definido como um método utilizado por algumas universidades para avaliar um aluno no final do curso de graduação, uma experiência que o discente normalmente passa no último período da graduação. O aluno que se dedica ao TCC tende a aumentar seus conhecimentos, tendo em vista ser um trabalho voltado para pesquisa. Conforme Nascimento (2014, p. 16) que menciona:

> O trabalho de Conclusão de Curso atua na construção do conhecimento. Seu objetivo é o de esclarecer um determinado assunto através da pesquisa científica, revelando o conhecimento sobre o objeto de estudo na área a qual está inserida.

O TCC em sua construção, para ser exigido nas Universidades, surgiu possuindo alguns objetivos, que segundo o Instituto Federal do Paraná- IFPR (2012, p. 1) são:

I. Possibilitar o aprofundamento de temas abordados ao longo do curso, integrando os conteúdos teórico-práticos e desenvolvidos nas diversas atividades acadêmicas;
II. Possibilitar ao estudante o desenvolvimento de atividades investigativas, a execução de projetos de intervenção na realidade ou de execução de técnicas específicas, buscando a resolução de problemas relacionados a prática profissional;
III. Capacitar o estudante para elaboração e apresentação de trabalho científico escrito;
IV. Preparar o estudante para a continuidade de seus estudos e de sua formação em nível de graduação;
V. Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de estudo, estimulando a produção científica.

Esses objetivos tendem a agregar valor na vida acadêmica do discente, através dos conhecimentos adquiridos durante o período de pesquisa e desenvolvimento. No que se refere a obrigatoriedade, a resolução 16/2015 da CONSEPE da UFPB, refere-se sobre a obrigatoriedade do TCC nos cursos de graduação da instituição, já a resolução 46/2006 aponta o TCC como atividade complementar obrigatória aos discentes de Ciências Contábeis.

A resolução do CONSEPE n^0 01/ 2015 da UFPB, que relata sobre a regulamentação do TCC no curso de Administração, é uma resolução específica a este curso. No capítulo 1 descrito sobre a concepção, objetivos e modalidades do TCC, já os artigos 2^0 e 3^0, explanam sobre o TCC no curso de administração:

> Art. 2^0: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a ser realizado pelos os alunos de Bacharelado em Administração da Universidade Federal da Paraíba representa um processo de construção de conhecimentos, que integra os componentes acadêmico e profissional dentro do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas e do curso.
> Art. 3^0: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), será realizado em duas disciplinas de 30 horas cada (TCC I e TCC II; e Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II), consiste em um estudo individual e orientado, sobre um tema ou foco escolhido pelo aluno e aprovado pelo professor orientador, em qualquer área de Administração.

Dessa forma, a partir dessas resoluções, evidencia-se que para o início da elaboração do TCC, um dos primeiros passos consiste na busca por um professor do departamento do curso para ser o seu orientador, que tende a ser um pesquisador da área de interesse do aluno, para isso, faz-se necessário que ele já tenha uma base para o tema que deseja pesquisar, com o intuito de ordenar dentro da linha de pesquisa do professor. “A partir das interações entre o orientador e orientando pode-se resolver os problemas, esclarecer dúvidas, debater ideias, tomar decisões, definir atividades e compartilhar informações e conhecimento.” (ALVERNAZ; PAULA, 2006, p.2).

A escolha do tema normalmente pode ser livre, o aluno busca por um assunto que se identifique, e essa procura se dá geralmente pela experiência pessoal ou profissional. O mais

importante seria a adição de leituras de alguns livros ou artigos, chegando-se assim, a formação do tema, mas, em alguns casos, o tema pode ser determinado pelo professor que irá orientá-lo. Aguiar et. al (2008) também comenta que o aluno pode ter o campo de estágio ou problemática que foi desenvolvida ou está desenvolvendo no projeto como tema para seu trabalho de iniciação cientifica.

2.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

O tema Trabalho de Conclusão de Curso, vem sendo discutido pela Academia há um longo tempo. Principalmente sobre sua elaboração, que de modo geral acaba sendo difícil para o discente, principalmente para os que não tiveram nenhuma experiência na área de pesquisa.

Nascimento (2014) verificou em seu estudo sobre "Trabalho de conclusão de curso: compreensão dos formandos da UFPB a respeito da estrutura formal", concluiu-se que pela estrutura formal ser parte importante de um TCC, os alunos apresentaram nível mediano, o que acarreta dificuldades para que haja a elaboração do TCC.

Para Morais (2013) com seu estudo sobre a "A Contribuição da Iniciação Cientifica na elaboração do TCC no curso de ciências contábeis sobe a ótica do corpo discente: uma pesquisa nas IES públicas do estado da Paraíba" percebeu-se que a iniciação cientifica é importante para o desenvolvimento do TCC, pois os alunos desenvolve o senso crítico e habilidades de pesquisa, fazendo com que o aluno ao chegar na fase de elaboração de sua monografia esteja mais seguro referente a escolha da área e do tema de sua pesquisa, e também o aluno estará mais capacitado para lhe dar com as dificuldades surgidas na elaboração do seu TCC.

Portanto, através dessas pesquisas empíricas evidencia-se que o Trabalho de conclusão de curso traz aos alunos um período de experiência de pesquisa cientifica, e por muitos de modo geral não terem uma experiência anterior acabam tendo dificuldades na sua elaboração.

3 METODOLOGIA

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa foi obtido junto com a coordenação dos três cursos, onde, se totalizou, aproximadamente 285 alunos matriculados nas Disciplinas TCC, TCC 1 e TCC 2. O questionário foi aplicado aos discentes de Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da UFPB do turno da manhã, tarde e noite que se encontram devidamente matriculados nessas disciplinas. A amostra foi composta por 100 alunos, que, através do questionário, foram levantadas as repostas para atender aos objetivos traçados no estudo, e, consequentemente, a resposta relacionada à pergunta da pesquisa. O Universo e amostra estão descritos na Tabela 1.

Tabela 16 - Amostra dos pesquisados

Curso	População	Amostra
Administração	165	40
Ciências Atuariais	15	7
Ciências Contábeis	105	53
Total	285	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A amostra foi formada por 100 alunos da Universidade Federal da Paraíba. A Tabela 2 expõe o perfil dos respondentes.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, no que se refere ao gênero dos respondentes, 53% do gênero masculino e 47% corresponde ao gênero feminino. Quanto à idade, 60% têm entre 15 e 25 anos, em seguida 34% apresentam ter entre 26 e 35 anos, 5% entre 36 e 45 anos e por último, 1% tem acima de 46 anos.

No que se refere ao curso de graduação, dos respondentes 40% eram do curso de Administração, 7% de Ciências Atuariais e 53% de Ciências Contábeis.

Foi possível observar que uma parte representativa dos respondentes atua em alguma atividade laboral, onde, 64% no momento do questionário trabalhavam ou estagiavam. Dessa forma, pode ser entendido que os discentes precisam conciliar a elaboração do TCC com o

trabalho, que pode ser visto como uma execução diferenciada em relação aos que não trabalham, mas, pode ter alguns pontos positivos, quando o discente escolhe pesquisar dentro da sua área de atuação profissional.

No tocante ao turno do curso de graduação, 50% estudam no turno da manhã, 42% no turno da noite e 7% dos respondentes no turno da tarde. De forma geral, o perfil predominante do respondente é ser do gênero masculino, ter idade entre 15 e 25 anos, cursar Ciências Contábeis no turno da manhã, e estar trabalhando ou estagiando.

3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A coleta de dados foi realizada através de questionário, contendo 15 questões, cuja maioria de ordem objetiva. As questões foram divididas em duas seções: a primeira buscava informações sobre o perfil do respondente (gênero, idade, curso, turno do curso, se estava empregado); a segunda parte do questionário referia-se sobre a escolha do orientador para o TCC, com também as dificuldades e facilidades na elaboração do TCC, relacionamento com o orientador, a visão do discente sobre a importância e a exigência do TCC pelo seu curso de graduação, onde teriam que justificar sua resposta. Em apenas uma questão foi utilizada com base na escala de Likert, com cinco opções ao respondente: ruim, regular, bom, ótimo, excelente.

A escala de Likert segundo Paro (2012), é uma escala que pretende registrar o nível de concordância do respondente, sendo uma escala bastante conhecida utilizada na pesquisa quantitativa. A análise dos dados foi realizada através das planilhas eletrônicas, que possibilitaram unir os dados semelhantes, e dessa forma possibilitar a construção das tabelas apresentadas. Também foi realizado o cruzamento dos resultados obtidos, para identificação da relação entre os itens presentes no questionário.

A pesquisa foi dividida em etapas. A primeira etapa da pesquisa foi realizada através do levantamento de dados bibliográficos, que proporcionaram a fundamentação teórica. Foram utilizados livros, monografias, consulta a sites, entre outros materiais relacionados ao tema de estudo abordado.

Em seguida foi feita a escolha do universo e amostra da pesquisa, onde decidido que a pesquisa seria realizada com os alunos de Administração, Ciências Atuariais do penúltimo e último período, que estivessem matriculados na disciplina TCC 1 e TCC 2, e os alunos de ciências contábeis que estivessem matriculados na disciplina TCC.

A segunda etapa foi formada pela elaboração do questionário. A definição das perguntas que iriam fazer parte do questionário, baseadas nas etapas do TCC.

A terceira etapa foi a revisão da literatura, onde a partir do levantamento no início da pesquisa, foram feitos revisões com base em ideias, definições e características de vários autores sobre o tema e depois especificado ao longo do estudo.

A quarta etapa do trabalho foi a coleta de dados. Para a obtenção dos dados e informações foi realizado a aplicação do questionário, onde foram feitos contatos com os respondentes, a maioria por e-mail, GoogleDocs e apenas uma pequena parcela presencial.

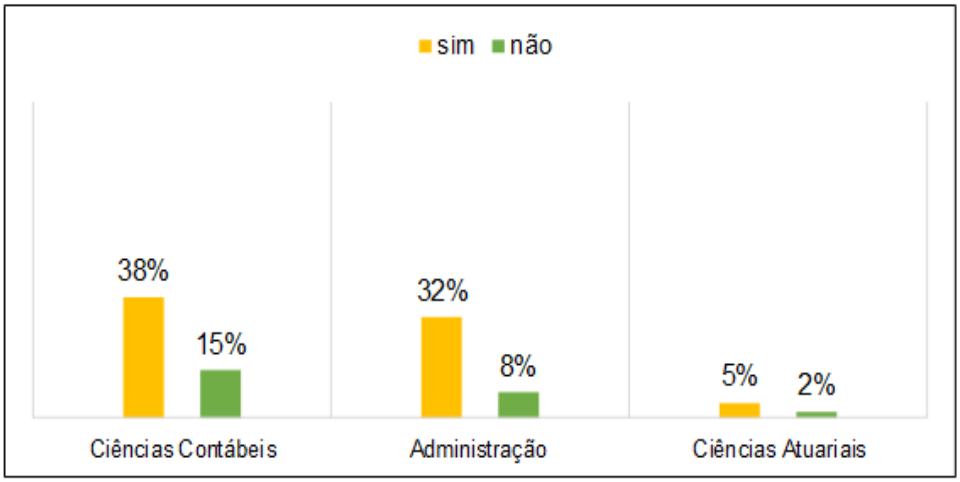
A última etapa da pesquisa foi realizada a análise de dados. Foram coletadas todas as informações colocadas em planilhas eletrônicas, convertidas em tabelas para a facilitação a interpretação e o entendimento para dessa forma, atender aos objetivos da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ETAPAS DA CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO DO TCC

A segunda etapa do estudo buscou levantar junto aos discentes, informações sobre as etapas de construção e elaboração do TCC, após a coleta dos dados, foram montados os gráficos e tabelas que estão apresentados em números e em percentuais. Inicialmente, procurou-se levantar entre os respondentes, quantos haviam tido dificuldades na escolha do tema, estes dados estão representados no Gráfico 1.

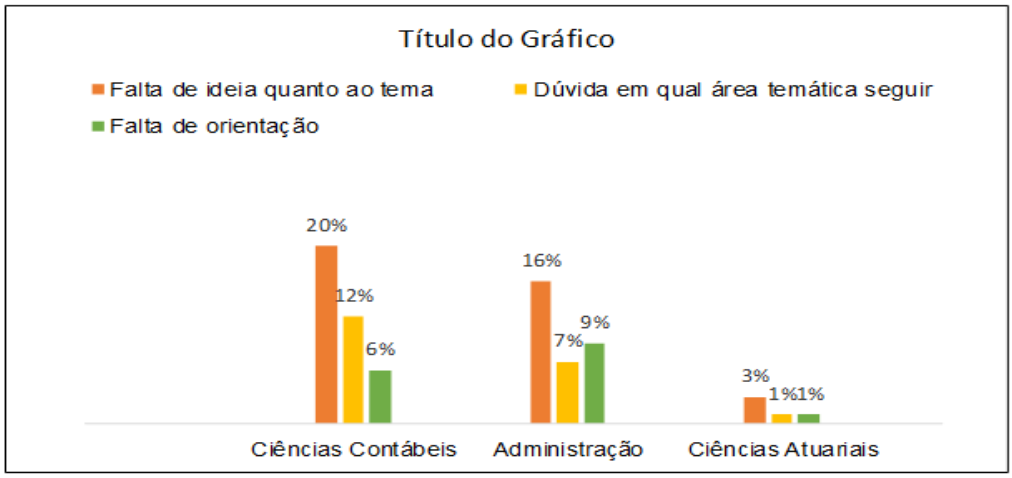
Gráfico 14 - Tiveram dificuldades na escolha do tema



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Com base nos dados evidenciados no gráfico 1, do resultado obtido 75% disseram sim e 25% não. Observa-se que a maioria dos discentes sentiram dificuldades na escolha do tema, então, o quesito seguinte, pedia para estes discentes responder, qual teria sido esta dificuldade, o Gráfico 2 demonstra os resultados.

Gráfico 15 - Dificuldades na escolha do tema

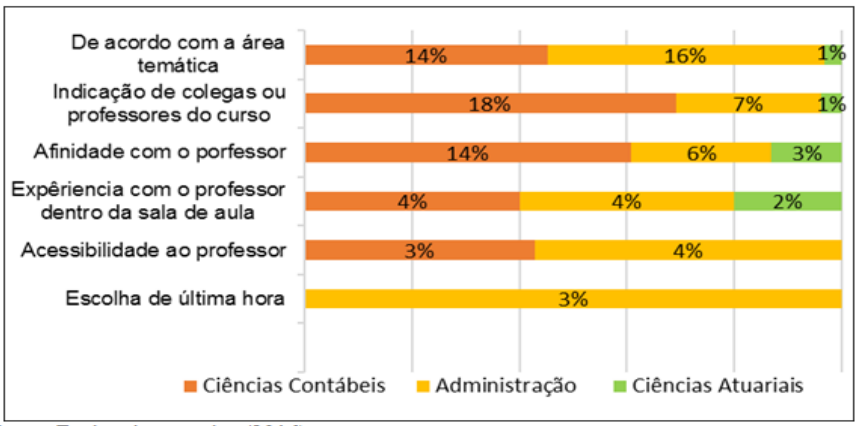


Fonte: Pesquisa dos dados (2016).

Conforme exposto no gráfico 2, observa-se que 40% dos respondentes não tiveram ideia quanto ao tema, seguido por 20% que tiveram dúvida em qual área temática seguir, e 16% sentiram falta de orientação.

Com o intuito de deixar o respondente livre para próxima questão, a pesquisa buscou identificar qual tinha sido o critério adotado para escolha do orientador. O gráfico 3 demonstra os resultados.

Gráfico 16 - Escolha do orientador



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O gráfico 3 evidencia que, dos 100 respondentes, 31% informaram que a escolha do orientador foi feita através da área temática que haviam escolhido para o TCC, 26% devido a indicação de colegas ou professores do curso, 23% porque tinham afinidade com o professor, 10% haviam escolhido o orientador devido a experiência como professor dentro da sala de aula, 7% devido a acessibilidade e 3% responderam que foi uma escolha de última hora.

A tabela 3 apresenta os dados sobre o quesito que buscava saber dos respondentes, quais foram as facilidades encontradas na elaboração do TCC.

Tabela 17 - Facilidades encontradas no TCC

Respostas	Frequência	Total (%)
Nenhuma facilidade	59	59,0
Referencial teórico	18	18,0
Disponibilidade do material	5	5,0
Encontrar a área temática	5	5,0

Aplicação das normas da ABNT	4	4,0
Escolha do tema	4	4,0
Construção dos objetivos	3	3,0
Elaboração do projeto	1	1,0
Praticidade	1	1,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Analisa-se com base nos dados expostos da tabela 3 que, 59% dos discentes não encontraram nenhuma facilidade, onde 35% eram de ciências contábeis, 19% de administração e 5% de ciências atuariais. Porém 18% acharam a construção do referencial teórico fácil, 5% afirmam que a disponibilidade do material como facilidade do TCC, que pode ser relacionado ao referencial teórico.

Na Tabela 4, estão expressos os dados do quesito sobre as dificuldades encontradas pelos respondentes. Era uma questão aberta, as respostas que foram mais mencionadas, estão dispostas na tabela.

Tabela 18 - Dificuldades encontradas no TCC

Respostas	**Frequência**	**Total (%)**
Analise e coleta de dados	41	41,0
Curto prazo	21	21,0
Disponibilidade do material	16	16,0
Aplicação do questionário	8	8,0
Falta de ideia para escrever	7	7,0
Seguir as normas da ABNT	4	4,0
Escrever muito	2	2,0
Falta de orientação por parte do professor	1	1,0

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Com base nos dados coletados e expostos na tabela 4, dos respondentes, 41% respondeu que a análise e coleta de dados é considerada uma das dificuldades, 21% se referiram ao curto prazo para execução e encerramento do TCC, 16% a indisponibilidade do material, 8% a aplicação do questionário, 7% falta de ideia para escrever, 4% seguir as normas do ABNT, 2% responderam que tinham que escrever muito no TCC e 1% disse que a dificuldade foi a falta de orientação por parte do professor.

Ainda de acordo com a tabela 4, as dificuldades mais citadas por cada curso foi de 25% ciências contábeis e 4% ciências atuariais referente a análise e coleta de dados, já administração com 14% foi a disponibilidade do material.

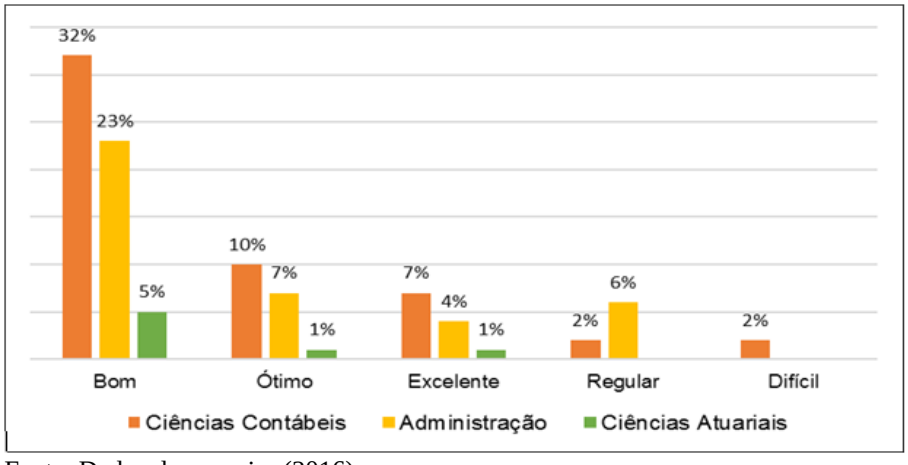
Pode-se dizer que, a coleta e análise de dados necessitam de tempo para organização, principalmente para quem utilizará do método de questionário para colher informações, e, como foi evidenciando na caracterização dos respondentes, 64% trabalham ou estagiam, o que pode dificultar na elaboração do TCC. Mas também pode ser a escassez dos dados, falta de informações coletadas.

Ao analisar as respostas sobre as facilidades e dificuldades, percebe-se que há respostas entre as facilidades que foram citadas com dificuldades, como a aplicação das normas da ABNT e a disponibilidade do material, pode-se inferir que, referente à disponibilidade de material, tende a depender, da área temática escolhida.

Também, percebe-se na tabela 4, que a análise e coleta de dados são as dificuldades mais citadas pelos discentes, o que pode estar relacionada ao prazo, tendo em vista serem etapas do TCC que geralmente precisam de certo prazo para ser concluído.

No gráfico 4, estão as respostas sobre a descrição da relação do discente com o orientador.

Gráfico 17 - Descrição da relação com o orientador

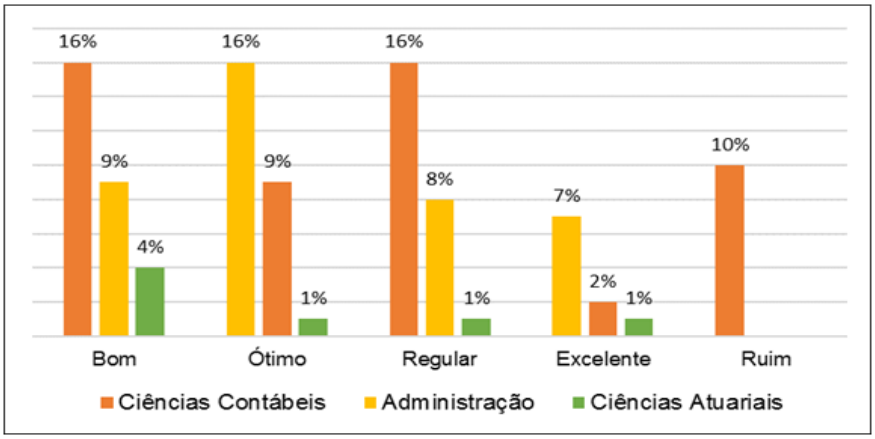


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Através do Gráfico 4, verifica-se que 60% dos discentes responderam possuir um bom relacionamento com seu orientador, 18% definiram como ótimo, 12% excelente, 8% que é um relacionamento regular e 2% que é uma relacionamento difícil.

Os gráficos 5 e 6, são a respeito de alguns elementos necessários na elaboração do TCC, o discente tinha disponível para marcação, do número 1 ao número 5, onde 1 correspondia a ruim, 2 regular, 3 bom, 4 ótimo, 5 excelente. O gráfico 5 mostra os dados referentes ao tempo disponibilizado pela UFPB.

Gráfico 18 - Tempo concedido pela UFPB para elaboração do TCC

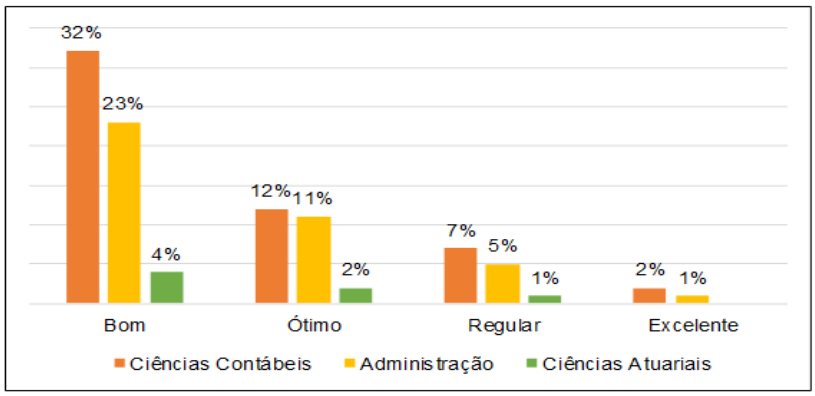


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No Gráfico 5, 29% dos discentes acham ser bom, 26% afirmam ser ótimo, 25% responderam regular, 10% optam por excelente e 10% disseram ser ruim.

O gráfico 6 relacionou as respostas dos discentes sobre a elaboração do projeto.

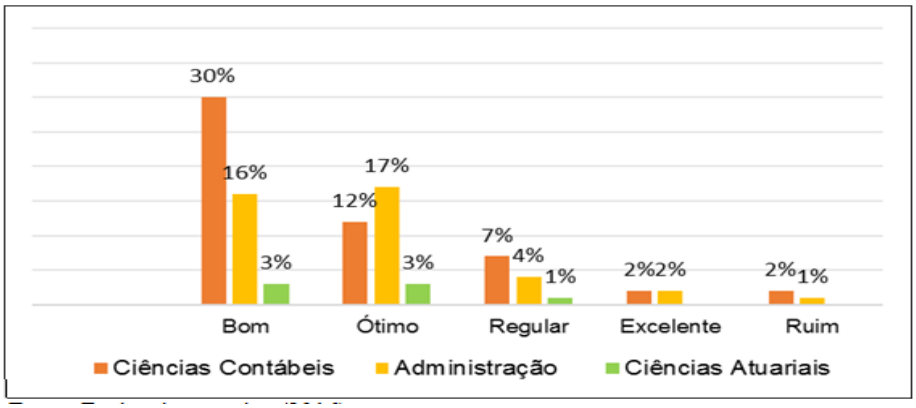
Gráfico 6 - Elaboração do projeto



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados apontados no gráfico 6 expõe que 59% marcou bom, 25% ótimo, 13% regular, 3% excelente. Dessa forma, demonstra-se que de modo geral, 84% não tiveram muitas dificuldades no projeto, já que o definiram como bom e ótimo. Logo após, no gráfico 7, estão expostos, segundo os discentes, os dados sobre a disponibilidade do material relacionado ao tema de pesquisa, mais especificamente, o material disponível para fazer a bibliografia do estudo.

Gráfico 7 - Disponibilidade da bibliografia

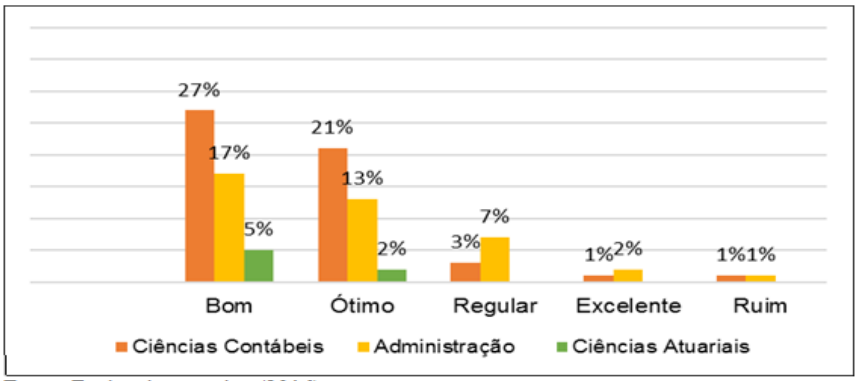


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Verfica-se que pelo menos 85% dos discentes, de certo modo, não teve dificuldades para encontrar material disponivel para seu trabalho de conclusão de curso. Apenas 15% acabaram tendo problema com a escassez de material referente ao seu tema

Referente a escolha do tema, o gráfico 8, demonstrou a opinião dos alunos sobre o nível de satisfação com a escolha realizada.

Gráfico 8 - Escolha do tema

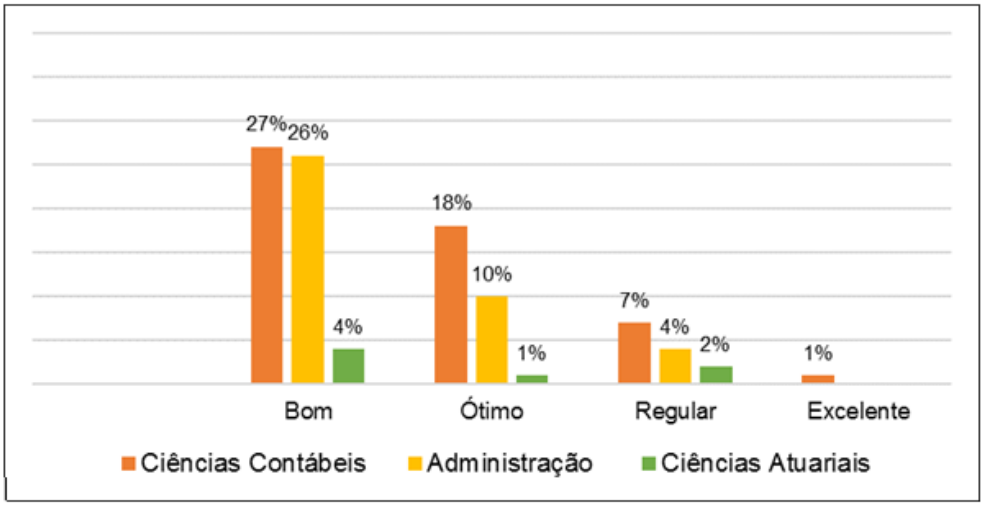


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados do gráfico 8 expressam que, 49% haviam feito uma boa escolha, 36% ótimo, 10% regular, 3% excelente e 2% ruim. Como visto no gráfico 1, muitos discentes tiveram dificuldades para escolherem seu tema, porém depois da escolha realizada, 87% se sentiam satisfeitos.

As informações no Gráfico 9 são referentes ao desenvolvimento dos métodos utilizados para desenvolver a pesquisa.

Gráfico 9 - Desenvolvimento da metodologia

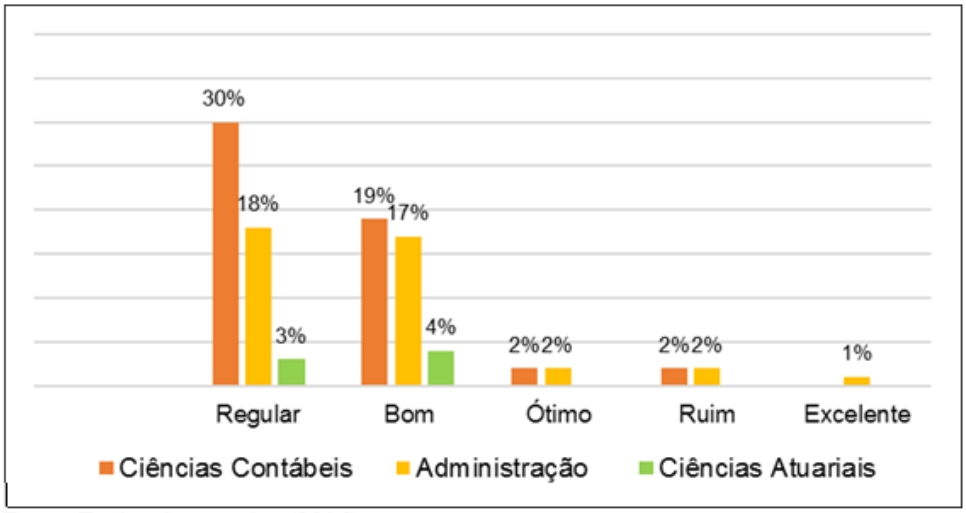


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os resultados foram 57% bom, 29% ótimo, 13% regular e 1% excelente. Verifica-se que 13% de modo geral pode ter tido alguma dificuldade para desenvolvê-la, já que se refere a métodos de pesquisa utilizados durante a elaboração da pesquisa.

Foram questionados sobre a análise dos dados, o Gráfico 10 expõem esses resultados.

Gráfico 10 - A análise dos dados



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme o gráfico 10, as repostas foram 51% regular, 40% bom, 4% ótimo, 4% ruim, 1% excelente. Percebe-se que, entre as respostas expostas no gráfico 10, a análise de dados foi avaliada como regular por 51% dos discentes, pois geralmente a análise de dados necessita da coleta de dados e também de prazo para ser concluída pelo discente, por isso se torna uma das dificuldades para os discentes, como já foi dito anteriormente.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo, realizar um levantamento a respeito das facilidades e dificuldades dos discentes acerca da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, entre os cursos de graduação em Administração, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Foram pesquisados 100 discentes, dos três cursos. De acordo com os dados das pesquisas, foi exposto que 51% dos discentes não encontraram nenhuma facilidade no TCC e 49% dos discentes encontraram facilidades e as descreveram.

No que se refere às dificuldades, os discentes apontaram a escolha do tema, análise e coleta dos dados e o curto prazo para elaboração, num segundo momento apontaram não achar necessário sua exigência para concluir o curso, expõem que deveria haver outras formas para conclusão dos seus respectivos cursos, e, não consideram ter importância para sua carreira profissional.

Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, apesar do apontamento das facilidades, indicou que os discentes tiveram dificuldades na execução. Dessa forma, na busca de tentar modificar este cenário, seria interessante a inserção dos alunos em projetos de pesquisas e de extensão que são oferecidos pelos seus respectivos cursos, como também, proporcionar palestras e minicursos sobre como desenvolver o TCC, tendo em vista que o aluno provavelmente iria adquirir mais conhecimento e amadurecimento para a realização de trabalhos científicos.

O estudo teve como limitação a dificuldade de conseguir os questionários, pois muitos discentes não apresentavam interesse em respondê-los, alguns foram enviados por e-mail, sem

sucesso quanto ao retorno dos mesmos. Considerando a abrangência do tema, podem ser realizados estudos com os discentes que tem ou já tiveram contato com a pesquisa e com os que não têm ou não tiveram, como também pode ser realizado um estudo com outros cursos de graduação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, e pode ser feita uma comparação entre as respostas dos discentes de Ciências Contábeis, com diferentes cursos do mesmo centro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Delfim Vera Cruz et al**. Normas para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:<http://apl.unisuam.edu.br/sagaweb/aluno/arquivos/normas_para_tcc_2008.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

ALVERNAZ, Debora; PAULA, Melise M. V. de. A Gestão do Conhecimento no Processo de Elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso**. Revista Granbery**, Juiz de Fora, 2006, p. 1-20. Disponível em:<http://re.granbery.edu.br/artigos/MjM5.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parecer CNE/CES n^0 146, de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

CLEMENTE, Fabiane Aparecida Santos; SANTOS, Lucia Claudia Barbosa. Desmistificando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação. **Revista Educação**, Guarulhos, v 10, n 2, p 2. 2015. Disponível em:<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2159/1609>. Acesso em: 04 mar. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC.** Paraná: 2012. Disponível em: <Curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/REGIMENTO-TCC-CAMPUS-revisado.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____ Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n^0 16, de 2015.** Aprova a Regulamentação do Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:<www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2015/Rsep16_2015.pdf<. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____ **Resolução n^0 01, de 2015.** Regulamenta a elaboração, o desenvolvimento e a socialização do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração da Universidade Federal da Paraíba, revogando a resolução n^0 05/2011. Disponível em:<http://www.ccsa.ufpb.br/sesa/arquivos/Resolucao_n_01_2015.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____ **Resolução n^0 46, de 2006**. Aprova o Projeto Político- Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, campus I, desta Universidade. Disponível em:<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep46_2006.htm>. Acesso em: 01 mar. 2016.

MORAIS. Emanuelle Priscila de Almeida. **A contribuição da iniciação científica na elaboração do tcc no curso de ciências contábeis sob a ótica do corpo discente:** uma pesquisa nas IES Públicas do Estado da Paraíba. Joao pessoa, 2013. 54 f. Monografia.

NASCIMENTO, Suênya Nathalya Cortez de Queiroz. **Trabalho de conclusão de curso:** Compreensão dos Formandos da UFPB a respeito da estrutura formal. 2014. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PARO, BRUNO. **A escala Likert** – Coisas que todo pesquisador deveria saber. 2012. Disponível em:<http://www.netquest.com/blog/br/a-escala-likert-coisas-que-todo-pesquisador-deveria-saber/>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos. **O discurso acadêmico:** análise da organização textual-discursiva a seção introdução dos TCC de 2012 do curso de Pedagogia da Universidade do estado do Maranhão. 2012. 91 f. Dissertação (Pós Graduação em Linguística Aplicada) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

COD 53. EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO UM MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO CONTÁBIL: um estudo sobre a percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB

Glesciane Silva de Araújo
UFPB
glescianearaujo.ufpb@gmail.com

Josinaldo Ramos da Silva
UFPB
josinaldo_ramos@hotmail.com

Erico Máximo de Lima
UFPB
ericomlg1@hotmail.com

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras
UFPB
marcleide@gmail.com.br

Resumo
Com a globalização e o avanço tecnológico cada vez mais tem aumentando as exigências do mercado de trabalho, desta forma, surgem à preocupação com a qualificação do futuro Profissional da Contabilidade no que diz respeito à educação e ao treinamento. Desse modo, o presente artigo teve como objetivo evidenciar a percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da profissão contábil. Uma vez que, a contabilidade que é considerada uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento econômico e financeiro de qualquer empresa passou a ocupar uma posição de grande destaque no cenário econômico e social ao redor do mundo, exigindo melhor preparação e qualificação dos profissionais contábeis. Sendo, pois a educação continuada um instrumento para adequação a velocidade das mudanças ocorridas na área contábil. Os métodos de pesquisa utilizados foi o descritivo, destacando o uso de procedimentos bibliográficos e de levantamento de dados. Como resultado, obteve-se através da aplicação de um questionário junto aos profissionais da contabilidade que atuam no Vale do Mamanguape – PB que a maioria dos mesmos busca manter-se atualizados por meios de eventos de educação continuada participando de encontros, palestras, congressos e cursos. Observou-se também que há certo interesse por parte dos Contabilistas que atuam nesta região em buscar cada vez mais por conhecimentos na área contábil e que os mesmos reconhecem a importância que a educação continuada representa para o desenvolvimento da profissão contábil.

Palavras Chaves: Educação Continuada. Profissão Contábil. Contabilidade no cenário atual.

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização e o avanço tecnológico cada vez mais tem aumentando as exigências do mercado de trabalho, desse modo, surgem à preocupação com a qualificação do futuro profissional da contabilidade no que diz respeito à educação e ao treinamento.

Pois, conforme menciona Guedes et al, (2007, p. 1) "a busca pelo conhecimento se faz necessária para atender às expectativas do mercado de trabalho". Desse modo, entende-se que essa é uma necessidade que os atuais e os futuros profissionais da Contabilidade precisam observar, devido às mudanças que a profissão vem enfrentando.

Para Bernardes, (2009) "o profissional da área contábil é imprescindível a qualquer empresa, para o controle, desempenho e evidenciação do envolvimento com a sustentabilidade organizacional a partir do tripé econômico, social e ambiental". Sendo assim, se faz necessário mencionar que este profissional deve estar devidamente habilitado, e dispor de conhecimentos específicos e atualizado com as constantes mudanças ocorridas nos cenários mundiais.

Já na visão de Amorim, (2010, p. 23) "á medida que a sociedade evolui, apresenta novas situações que requerem assimilação, estudo e compreensão. Por consequência, o progresso econômico passa a exigir profissionais qualificados e, com isso, a continuidade do ensino torna-se indispensável e imprescindível".

Neste contexto, diante do exposto com relação à Educação Continuada e de sua importância para o desenvolvimento e posteriormente a valorização da Profissão Contábil, chega-se ao seguinte questionamento: **Qual a percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da profissão contábil?**

Tendo em vista a problemática acima fundamentada, elaborou-se como objetivo geral desta pesquisa: evidenciar a percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da profissão contábil.

As informações apresentadas neste estudo serão de grande importância para os atuais e futuros profissionais da área contábil, uma vez que o mesmo tem o compromisso de esclarecer a

Educação Continuada e a sua importância para o desenvolvimento da profissão contábil levando em consideração alguns aspectos relevantes no qual a Contabilidade se encontra no cenário atual.

Uma vez que, conforme afirmar Silva et al, (2014, p. 5):

> O contexto atual do país, exige muito esforço e determinação para mudanças, a corrida para a disputa dos mercados internacionais e o mercado competitivo não aceita indecisões, o profissional moderno tem que ter iniciativa, coragem, ética, visão de futuro, habilidade de negociação, agilidade, segurança para resolver os problemas que surgem, capacidade de aprender a lidar com mudanças, ideias de melhoria, flexibilidade, capacidade de inovar e criar, sobretudo na sua área de atuação [...] (SILVA et al, 2014, p, 5).

Sendo assim, o presente estudo se justifica pela necessidade de se conhecer o grau de percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da profissão contábil. Tendo em vista que a Contabilidade representa atualmente uma grande ferramenta de gestão e apoio durante todo o processo da tomada de decisão. Entretanto, observa-se que muitos profissionais da Contabilidade não buscam se capacitar para assim acompanhar os avanços e as mudanças que o mercado de trabalho vem sofrendo ao longo do tempo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Educação Continuada

A educação continuada é indispensável a todos os profissionais, independente da área em que atuam. Uma vez que, a dinâmica do mercado de trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo exige aprendizado contínuo e atualização constante, frente às inovações atuais.

Neste contexto, Frezatti e Leite Filho (2003) consideram que “o ensino superior no Brasil necessita de mudanças, pois o nível dos profissionais que chegam ao mercado de trabalho nem sempre supera as expectativas”. Desse modo, entende-se que com a acelerada produção do conhecimento, a educação continuada, surge como forma de sobrevivência e desenvolvimento profissional.

Além disso, deve-se destacar que com as constantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, se faz necessário que todos os profissionais busquem se

capacitar para assim atender os anseios de sua profissão e não levar em consideração apenas os conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no final de 2002 comprovou a existência de um consenso sobre a implementação de medidas que garantam aos profissionais da área uma pós-formação mais aprofundada, para tanto constituiu um Programa de Educação Profissional Continuada, isto é, o POEPC, voltado inicialmente para Auditores Independentes, visando atualizar e aprimorar os conhecimentos de contadores que atuam no mercado de trabalho como Auditores Independentes, através da Resolução CFC nº. 945/02 que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Profissional – NBC P4 – Normas para Educação Profissional Continuada e a Resolução CFC nº. 995/04 que dá nova redação à Resolução CFC nº. 945/02.

Amorim (2010, p. 29) por sua vez descreve que,

> O CFC conceitua o Programa Obrigatório de Educação Profissional Continuada (POEPC) como uma atividade programada, formal e reconhecida, com o objetivo de manter, atualizar e ampliar os conhecimentos técnicos, imprescindíveis à qualidade e ao completo atendimento das normas que conduzem o exercício da atividade de auditoria das demonstrações contábeis (AMORIM, 2010, p. 29).

Neste aspecto, espera-se que o Profissional da Contabilidade, seja ele Contador ou Auditor Independente, esteja absolutamente capacitado para aplicar as normas atualmente vigentes na realização do seu trabalho, sob pena de estar produzindo algo que não atenda as necessidades dos usuários finais das peças contábeis. Contudo, deve-se destacar que essa capacitação somente pode ser obtida através de um contínuo processo de atualização, dentro de um programa de Educação Continuada.

Uma vez que conforme é mencionado por Girotto e Ciaffrei (2009),

> Os programas de desenvolvimento profissional executados pelo CFC visam aumentar o nível de formação dos contadores, dentro e fora das instituições de educação superior em virtude do fortalecimento da profissão e do reconhecimento público da relevância social e econômica que a Contabilidade tem para o país. (GIROTTO; CIAFFREI, 2009).

Sendo assim, conclui-se que o POEPC tem como objetivo proporcionar meios para garantir ao profissional contador que atua como Auditor Independente, bem como do seu quadro funcional técnico o nível de capacitação e qualificação técnica que o mercado de trabalho exige.

Ainda segundo Amorim (2010, p. 30),

> São obrigados a participar do POEPC os Contadores, com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), que exercem atividades de auditoria nas sociedades de capital aberto, nas instituições financeiras, nas sociedades seguradoras e de capitalização e em atividades abertas de previdência complementar, aqui denominados auditores independentes e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico (AMORIM, 2010, p. 30).

Contudo, deve-se enfatizar que a esse respeito, o CFC em 2002 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC- P4 que passou a regulamentar as atividades da educação profissional continuada. Atualmente, essas normas estão consubstanciadas pela Resolução CFC n.º 1.146/2008. Entretanto, vale também salientar que o ideal seria que todos os auditores independentes, atuando ou não em empresas reguladas pelas entidades acima listadas, assim como os demais profissionais contadores preparadores de demonstrações contábeis, tivessem também que cumprir com um determinado número de horas de treinamento ao longo do ano como forma de assegurar a sua constante atualização.

Exigir Educação Continuada somente dos auditores independentes que atuam em entidades reguladas é deixar de considerar a importância do papel social dos demais Profissionais da Contabilidade: contadores, auditores ou preparadores. Demonstrações contábeis preparadas por profissionais contadores capacitados e atualizados do ponto de vista técnico, e posteriormente examinadas por auditores independentes igualmente capacitados e atualizados, amplia de forma significativa a relevância dessas peças contábeis para os seus principais usuários, na medida em que transmitem de forma adequada informações relevantes sobre as atividades das empresas e dos resultados por elas alcançados (IBRACON, 2014).

A Resolução CFC n. º 945/02 e 995/04 atribuem as seguintes atividades e/ou eventos que devem ser consideradas como Educação Profissional Continuada entre elas destaca - se:

I. Aquisição de conhecimentos por meio de cursos certificados; seminários, conferências, painéis, simpósios, palestras, congressos, convenções nacionais e outros eventos de mesma natureza; cursos de pós - graduação e programas de extensão com disciplinas relacionadas à profissão contábil.

II. Docência em cursos de pós - graduação, bacharelado em Ciências Contábeis e cursos de extensão, em eventos relacionados ao treinamento reciclagem, especialização ou atualização na área contábil, promovidos pelo CFC, CRCs, Ibracon, IES e capacitadoras. (...)

III. Atuação como participante em comissões técnicas no CFC, CRCs, Ibracon e outros organismos da profissão contábil, no Brasil ou no exterior; orientador ou membro de comissão de defesa de monografia, dissertação ou tese.

IV. Produção intelectual por meio de publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais; produção de estudos ou trabalhos de pesquisa apresentados em congressos nacionais ou internacionais; autoria, co-autoria e tradução de livros relacionados com a Contabilidade e a profissão contábil publicados por editora.

Portanto, através desta resolução verifica-se que a mesma vem reafirmar a necessidade do profissional contábil se manter atualizado, e assim possuir subsídios para uma atuação eficaz diante das organizações cujo mesmo esteja inserido. Além disso, é importante enfatizar que todas as atividades citadas têm a finalidade de atualizar os conhecimentos, para melhor atender as exigências do mercado de trabalho que como sabemos está sempre passando por constantes mudanças.

2.2. Profissão Contábil

A Profissão Contábil é regulamentada por Legislação Federal, isto é, pelo (Decreto-Lei 9295/46), que em cujo dispositivo, e dentre outras providências, foram instituídas as duas categorias profissionais até os dias atuais existentes: a de Contador e a de Técnico em Contabilidade, com prerrogativas e atribuições bem definidas para cada caso.

Sá (2001, p. 130) sobre a profissão contábil acrescenta:

> A profissão contábil consiste em um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza (SÁ, 2001, p. 130).

Dessa forma, conclui-se que a profissão contábil, consiste no controle dos elementos e variações patrimoniais, no intuito de fornecer a gestão da empresa, informações que auxiliem na tomada de decisão, logicamente deve-se descrever que essas informações são baseadas na documentação que é disponibilizada ao profissional da contabilidade, no entanto é preciso que essas informações sejam interpretadas de maneira correta, pois só assim irão definir o futuro de uma organização.

No que se diz respeito ao campo de atuação, em virtude do seu trabalho e do seu juízo, o contabilista (Contador ou Técnico em Contabilidade), pode exercer suas atividades nas mais diversas funções, uma vez que a área de atuação do profissional contábil é bastante ampla, oferecendo inúmeras alternativas onde poderá atuar.

Para Silva et al. (2014, p. 7),

> A atividade contábil, pela sua grandeza, se fundamenta em princípios, leis e outras normas decorrentes das relações sociais entre pessoas, empresas e instituições em geral, portanto, vinculada à área das ciências sociais aplicadas, com implicações em toda a comunidade (SILVA, 2014, p. 7).

Sendo assim, se faz necessário mencionar que as normas da Profissão Contábil são regidas pelo Decreto-Lei nº 806/69 e Decreto nº 66.408/70, e o Código de Ética criado pela Resolução CFC nº 803/96. Contudo, vale salientar que em decorrência da sua posição de destaque na sociedade, o Código Civil reservou à contabilidade e aos contabilistas, dois capítulos nos quais são tratadas as mais variadas questões de interesse da comunidade contábil brasileira, dando, portanto, maior visibilidade à profissão e consequentemente um acréscimo de responsabilidade.

Desse modo, observa-se que durante alguns anos a profissão contábil tem passado por inúmeras mudanças, desde a sua regulamentação até os dias atuais. Desta forma, a necessidade de atualização dos conhecimentos será de suma importância para o bom exercício da profissão.

Silva et al. (2014, p. 9), nos ajuda a compreender melhor a necessidade da busca pela capacitação e atualização profissional por parte dos Profissionais da Contabilidade, quando argumenta que:

> O aumento de intercâmbio econômico, social e cultural, fez com que todas as profissões fossem repensadas e reformuladas, essas mudanças não deixaram de afetar a

> contabilidade e o profissional contábil, que está deixando de ser aquele profissional que tinha a única preocupação manter a escrituração das empresas e calcular seus tributos, tornando-se a peça fundamental na geração de informações confiáveis e vitais para a administração das entidades (SILVA et al. 2014, p. 9).

Dessa maneira, percebe-se o quanto é necessário e essencial à busca por capacitação por parte dos Contabilistas, uma vez que, como sabemos, vivemos em um cenário que se apresenta cada vez mais competitivo, desse modo, é imprescindível que um bom profissional esteja constantemente atualizado, informatizado e preparado para as mudanças que o mercado de trabalho em conjunto com toda a sociedade vem sofrendo ao longo do tempo.

Na visão de Franco (2001, p. 41), [...] a melhoria dos conceitos da profissão contábil depende da plena capacitação técnica e cultural de seus membros, o que somente pode ser conseguido mediante instituição de exame de suficiência e de Educação Profissional Continuada.

Portanto, percebe-se a necessidade do profissional contábil se manter constantemente atualizado, e assim possuir subsídios para uma atuação eficaz frente às entidades ou organizações cujo mesmo esteja inserido. Buscando desempenhar suas atividades sempre com zelo e diligência e seguindo a risca os princípios, as normas e leis que regem sua profissão de modo a contribuir para a valorização profissional de sua classe.

2.3. A Contabilidade no cenário atual

Saber fazer lançamentos, apurar resultados e facilmente lançar dados em softwares é essencial, porém não necessário para dar continuidade ao sucesso profissional e empresarial. Hoje mais do que nunca é preciso que o profissional da contabilidade busque se preparar para as mais variadas dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da profissão contábil.

Fahl e Manhani, (2006), descrevem que,

> Em decorrência das mudanças originadas pela globalização da economia o que provocou maior concorrência entre as empresas, estas, portanto, necessitam agir rapidamente em resposta aos avanços tecnológicos, para se manterem competitivas. A contabilidade tem papel de destaque diante desse novo cenário (FAHL; MANHANI, 2006).

Neste contexto, é relevante enfatizar que com as recentes mudanças ocorridas na economia em níveis nacionais e mundial em conjunto com as exigências do mercado de trabalho

intensificou a necessidade por parte dos profissionais da Contabilidade a busca constante por capacitação e aprimoramento profissional.

Para se desenvolver profissionalmente na área contábil é preciso gostar do que faz ir além da capacidade de aprender, ou seja, se faz necessário também desenvolver a capacidade intelectual e profissional para buscar ser um Cientista Contábil de qualidade. Fazer cursos de educação continuada, levar as informações certas para os lugares certos, buscar objetivos característicos à área estuda, ajudar a classe contábil nas pesquisas, frequentar palestras, seminários e cursos, comprar pelo menos um livro a cada seis meses ou ir a uma biblioteca no mínimo duas vezes por semana (IBRACON, 2014).

Além disso, é importante ressaltar que os profissionais da área de contabilidade estão sendo mais valorizados em virtude do grau de conhecimento que são exigidos para exercer a função e a cada dia vem sendo necessária atualização para o bom desempenho na gestão da empresa. Suas informações prestadas estão indo de encontro com a necessidade da gestão em planejamento, qualidade de informação, enfim, todos os fatos ocorridos passam pelo departamento contábil e quem souber extraí-las terá uma enorme fonte informações.

De acordo com Lacerda (2003, p. 18),

> Com as devidas adaptações e com o reconhecimento de sua utilidade por parte do empresário, a contabilidade, em seu foco gerencial, poderá transforma-se na principal ferramenta estratégica para o desenvolvimento e até mesmo para sobrevivência da pequena empresa. (LACERDA, 2003, p 18).

Sendo assim, deve-se destacar que através das informações estratégicas percebe-se que novas mudanças começam a ocorrer no funcionamento gerencial da empresa ou entidade que faz uso da função gerencial do profissional Contador assim conseguindo alcançar os objetivos organizacionais.

Uma vez que, as informações estratégicas como mencionado por Atkinson et al (2011, p.44), “ é aquela que orienta a tomada de decisão ao longo prazo pela organização. Sendo essa por sua vez, responsável em sua grande maioria pelos futuros progresso organizacional”. Entretanto, percebe-se que na maioria das vezes a função gerencial do Contador é pouca utilizada pelos administradores.

Isto significa dizer que, um contador gerencial além de ser um agente comunicativo, que tem a capacidade de quantificar, qualificar e interpretar os efeitos de transações planejadas, e de outros eventos econômicos e estratégicos da empresa ou da entidade na qual ele presta seus serviços, também é um orientador, que possui uma visão clara e objetiva de quando e como chegar o mais próximo possível ao sucesso empresarial, buscando sempre a eficiência e eficácia, na execução de suas atividades de gerenciamento, isto é, incluindo os aspectos estratégicos, táticos e operacionais. Desse modo, gerando informações e consequentemente resultados de maneira a satisfazer seus usuários.

Neste contexto, é relevante enfatizar que o novo ritmo da economia mundial requer das organizações um conhecimento para coletar, trabalhar, interpretar e gerenciar os recursos baseados nas informações extraídas de todos os departamentos e consequentemente, vem sendo fundamental a busca por uma posição melhor no mercado em relação aos seus concorrentes. Portanto, pode-se afirmar que ambos: contador e administrador fazem parte de um trabalho em conjunto onde, o trabalho do administrador depende do trabalho do contador, porque o contador gera todas as informações necessárias para o planejamento da empresa, visando à melhoria contínua de seus resultados e negócios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa utilizado para a elaboração deste estudo concentrou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados.

Esta se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa e de caráter descritiva, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, através do qual será feita uma abordagem sobre a Educação Continuada e de sua importância para o desenvolvimento da profissão contábil.

O levantamento de dados a respeito da percepção dos profissionais da contabilidade sobre a Educação Continuada e da sua importância para o desenvolvimento da profissão contábil, foi obtido por meio de questionários aplicados junto aos profissionais da contabilidade que atuam na região do Vale do Mamanguape - PB, onde se buscou verificar se os mesmos conhecem ou

participam do Programa de Educação Continuada que foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2003.

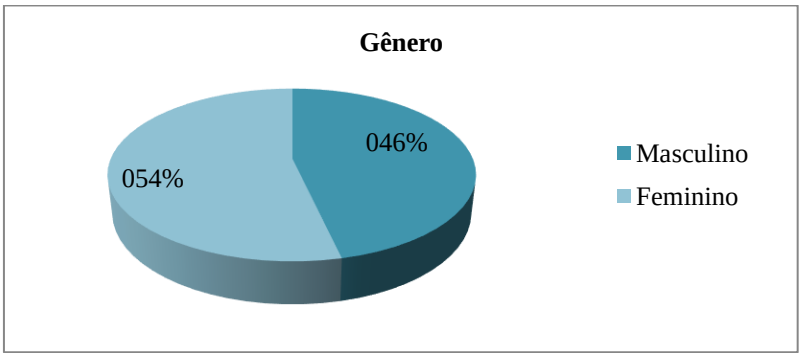
Com relação ao questionário aplicado junto aos Contabilistas da região ora mencionada, este foi elaborado com questões fechadas, de tal forma que facilitasse a resposta dos profissionais pesquisados. Foram entrevistados 28 (vinte e oito) profissionais, atuantes na área contábil, distribuídos em 17 escritórios, de uma população de 20 escritórios selecionados. Sendo que 03 (três) dos 20 (vintes) escritórios, os profissionais não foram localizados ou não se encontravam presentes durante as visitas realizadas pelos autores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Perfil dos profissionais da contabilidade atuantes na região do Vale do Mamanguape - PB.

Através dos seguintes gráficos serão analisados os dados resultantes dos questionários que foram aplicados junto a 28 (vinte e oito) Contabilistas atuantes da região pesquisada, objeto deste estudo.

Gráfico 1 – Gênero

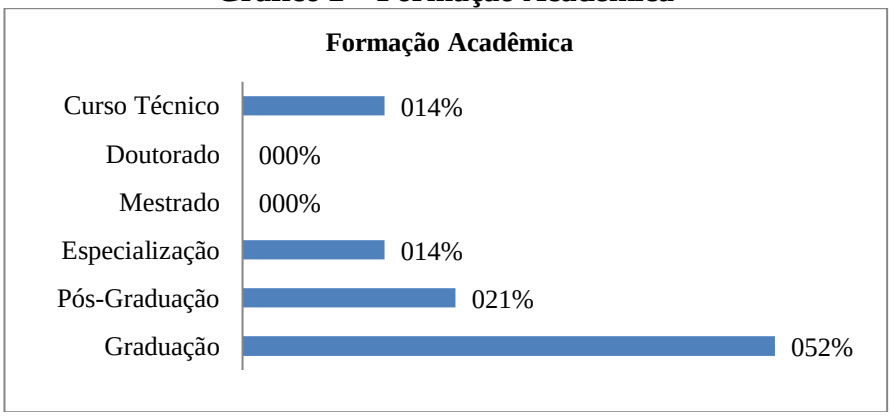


Fonte: Coleta de dados, 2016.

No gráfico 1, observou-se que a maioria dos Contabilistas atuantes nesta região é do gênero feminino. Desse modo entende-se que há um número expressivo de mulheres atuando na área contábil na região pesquisada. Isto se dá pelo fato de que ao longo dos anos as mulheres têm superado inúmeras barreiras assim como também alcançados diversas vitórias, sendo uma delas o

direito de atuar em áreas que antes eram ocupadas apenas por homens, o que só comprova que as mesmas são tão eficientes e capazes quanto os homens.

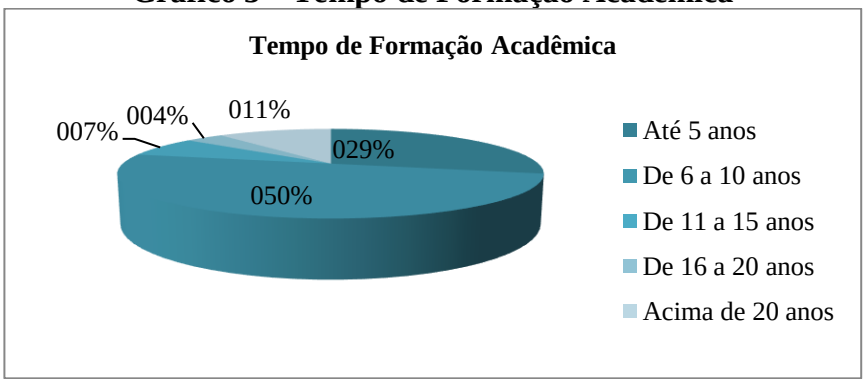
Gráfico 2 – Formação Acadêmica



Fonte: Coletas de dados, 2016.

Através do gráfico 2, constatou-se que 51,72% dos profissionais pesquisados, isto é a maioria, possuem apenas graduação em Ciências Contábeis, enquanto que os demais possuem formação acadêmica bem diversificados. Desse modo, fica evidente o quanto é necessário que estes profissionais busquem se capacitar de modo a atender as exigências do mercado de trabalho no qual os mesmos atuam. Pois como sabemos, apenas o conhecimento adquirido durante o curso de graduação não são suficientes para garantir o sucesso profissional.

Gráfico 3 – Tempo de Formação Acadêmica

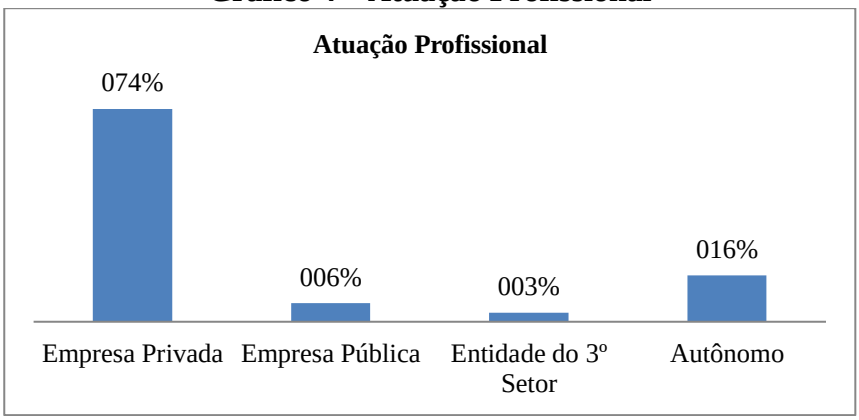


Fonte: Coleta de dados, 2016

Através do gráfico 3, verificou-se que metade dos Contabilistas que fizeram parte desta pesquisa possui de 06 á 10 anos de formação acadêmica. Enquanto que 28,57% possuem até 5 anos e os demais possuem entre 11 á 20 anos. Sendo assim, pode-se constatar que é fundamental

a buscar por atualização por parte destes profissionais tendo em vista as mudanças que ocorrem ao longo do tempo na área contábil.

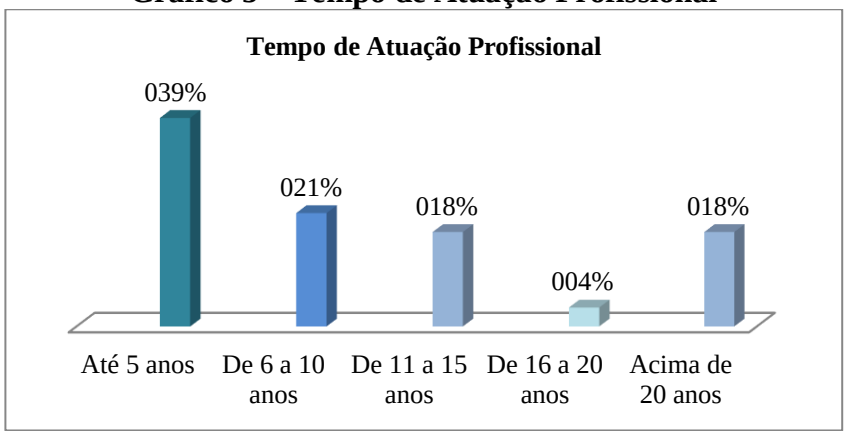
Gráfico 4 – Atuação Profissional



Fonte: Coleta de dados, 2016.

No gráfico 4, evidenciou-se que 74,19%, ou seja, a maioria dos Contabilistas da região do Vale do Mamanguape- PB que foram pesquisados atuam em Empresas Privadas. Apenas 6,45% trabalham com empresas públicas, 3,23% em entidades do 3º setor e 16,13% são autônomos, isto é, além de atuares em algumas destas empresas também são proprietários de Escritório de Contabilidade. Dessa forma, percebe-se que o número de Contabilistas que atuam na área pública ainda é muito pequena, isto se explica devido a Contabilidade Pública ser mais complexa que as demais áreas, o que certamente exige maior qualificação e capacitação profissional.

Gráfico 5 – Tempo de Atuação Profissional



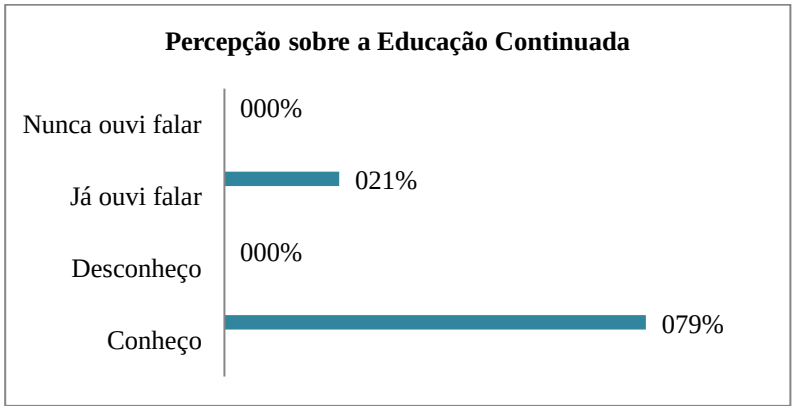
Fonte: Coleta de dados, 2016.

Conforme o gráfico 5 observou-se que a maioria dos Contabilistas da região ora pesquisada possuem tempo razoável de atuação profissional. Desse modo, fica evidente a necessidade destes profissionais buscarem sempre se manter atualizados tendo em vista as mudanças frequentes e recentes ocorridas tanta nas legislações quanto nas normas que regem a profissão contábil.

4.2. Evidenciação do grau de percepção dos Contabilistas sobre a Educação Continuada e descrição dos meios de atualização utilizados pelos mesmos.

Nos gráficos a seguir será evidenciado o grau de percepção dos Contabilistas atuantes na Região do Vale do Mamanguape sobre a Educação Continuada assim como também será feita uma descrição dos meios utilizados pelos mesmos para manter-se em constante atualização na área contábil.

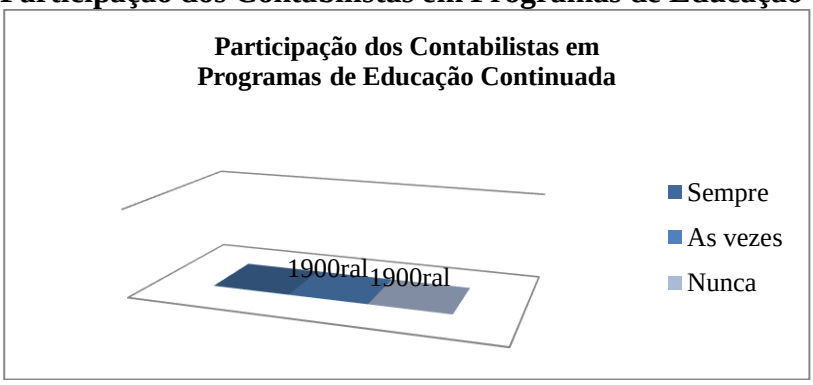
Gráfico 6 – Percepção dos Profissionais sobre a Educação Continuada



Fonte: Coleta de dados, 2016.

Através deste gráfico, percebe-se que mais da metade dos Contabilistas atuantes na região do Vale do Mamanguape conhecem o Programa de Educação Continuada. Isto se dá pela maioria dos contabilistas desta região conhecer ou participar do Programa de Educação Continuada criado pelo CFC em 2003.

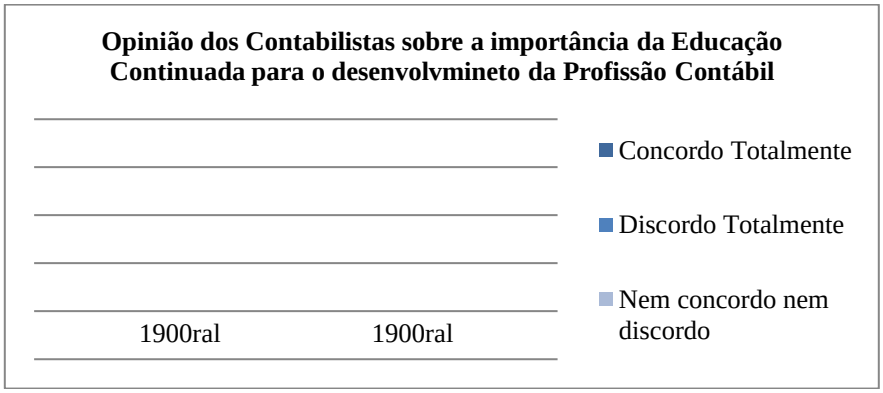
Gráfico 7 – Participação dos Contabilistas em Programas de Educação Continuada



Fonte: Coletas de dados, 2016.

Através do Gráfico 7, constatou-se que a maioria dos Contabilistas participam dos Programas de Educação Continuada. Isto se explica pelo fato dos profissionais desta região buscar sempre se manter atualizados em sua área de atuação profissional para melhor desenvolver seus trabalhos e atender as exigências legais que regem a sua profissão.

Gráfico 8 – Opinião dos Contabilistas sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da Profissão Contábil

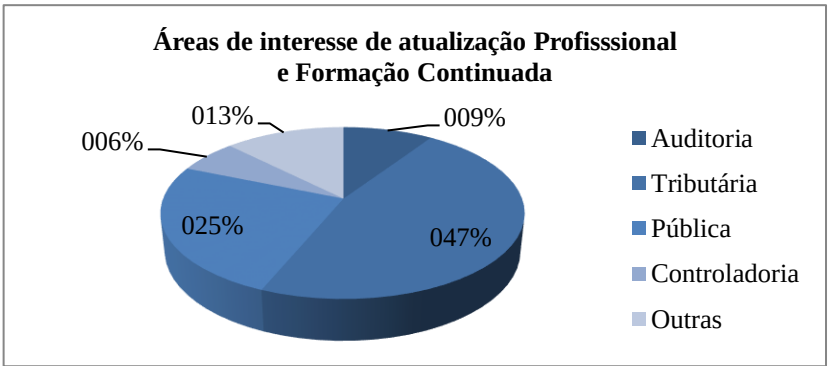


Fonte: Coleta de dados, 2016.

Conforme se pode observar no gráfico 8, percebe-se que 92,68%, ou seja, a maioria dos Contabilistas da região em estudo concordam que a Educação Continuada representa um mecanismo de grande importância para o desenvolvimento da Profissão Contábil. Enquanto que apenas 7,14% dos entrevistados responderam nem concordar ou discordar. Neste contexto, é relevante ressaltar que é essencial que todos profissionais possam reconhecer a importância e

necessidade da busca pela capacitação profissional, para melhor exerce a sua profissão com eficiência e eficácia para assim alcançar o sucesso profissional e consequentemente valorização para sua classe.

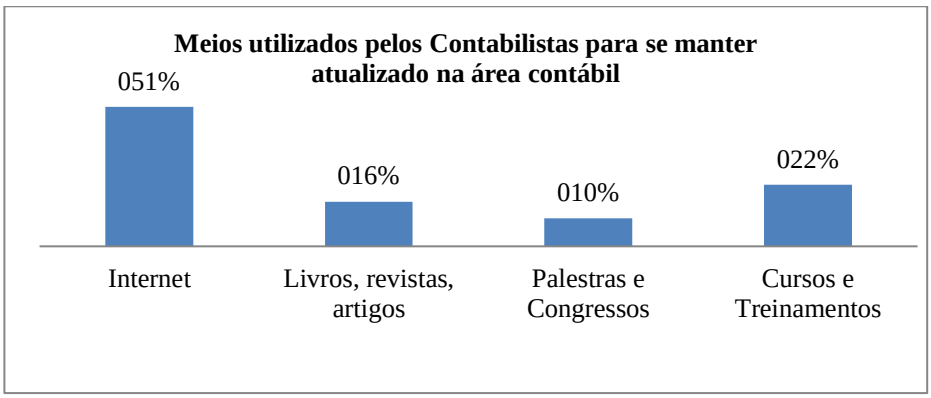
Gráfico 9 – Área de interesse dos Contabilistas para atualização Profissional e Formação Continuada



Fonte: Coleta de dados, 2016.

Através deste gráfico observa-se que a maioria dos Contabilistas da região pesquisada possui mais interesse para atualização e formação continuada em sua profissão na área tributária, se destacando com 46,88% das respostas. O que certamente, pode ser explicado devido o nosso país possuir uma contabilidade mais voltada à arrecadação de tributos, isto é, voltada ao Fisco, do que para fornecer informações de aspectos gerenciais.

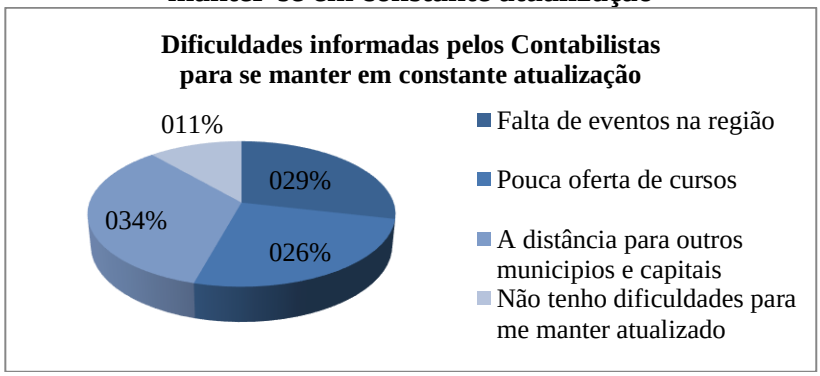
Gráfico 10 – Meios utilizados pelos Contabilistas para realizar pesquisa e se manter atualizado na área contábil



Fonte: Coleta de dados, 2016.

Conforme o gráfico 10 observou-se que dentre os meios mais utilizados pelos Contabilistas para realizar pesquisas e se manter atualizados na área contábil, destacam-se o uso da internet com 51,02 % das respostas e a participação de Cursos e Treinamentos com 22,45 % das respostas obtidas na realização desta pesquisa. Neste aspecto, constata-se que a internet tem sido uma das principais ferramentas de pesquisa e o meio pelo qual muitos profissionais se utilizam para manter-se atualizados em suas áreas de atuação profissional.

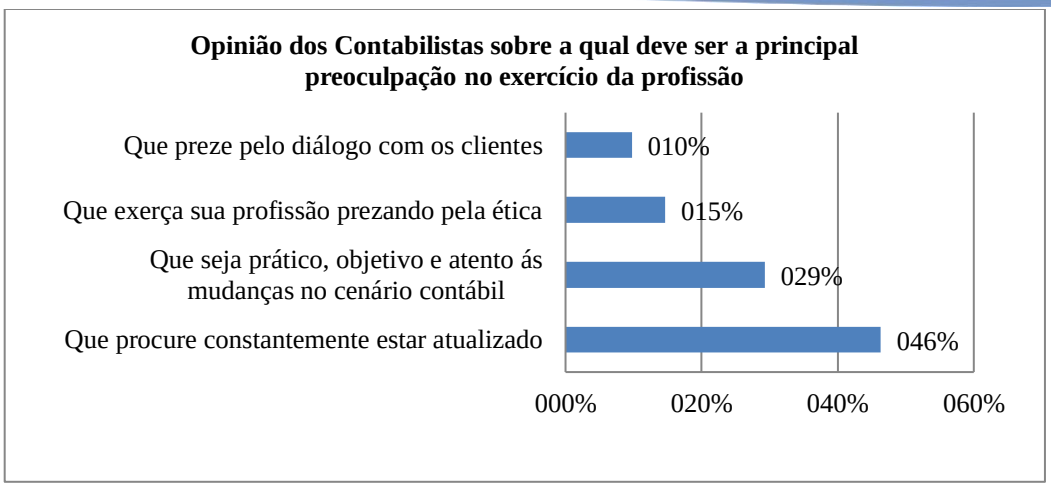
Gráfico 11 - Dificuldades encontradas pelos Contabilistas para manter-se em constante atualização



Fonte: Coleta de dados, 2016.

Através deste gráfico constatou-se que 28,57% dos Contabilistas que participaram desta pesquisa responderam que a principal dificuldade encontrada pelos mesmos para manter-se em constante atualização em sua área de atuação, esta relacionada à falta de eventos na região onde os mesmo atuam. Enquanto, 25,71% responderam que há pouca oferta de cursos para capacitação ou atualização e 34,29% responderam estar relacionado à distância para outros municípios e capitais. Portanto, percebe-se que se faz necessário por parte do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) estar atento a realidade de cada região onde os profissionais da Contabilidade estão atuando e observar estas demandas para assim desenvolver ações que possam suprir essas dificuldades.

Gráfico 12 – Opinião sobre a principal preocupação dos Contabilistas no exercício da Profissão Contábil.



Fonte: Coleta de dados, 2016.

No gráfico 12, quando se perguntou a opinião dos profissionais da Contabilidade, sobre qual deve ser a principal preocupação dos Contabilistas no exercício da Profissão Contábil. Como resposta constatou-se que 46,34% dos profissionais pesquisados consideram que o Profissional Contábil deve procurar constantemente estar atualizado. Enquanto que 29,27% responderam que o Profissional Contábil deve ser prático, objetivo e atento às mudanças no cenário contábil. Portanto, entende-se que os Contabilistas da região pesquisada reconhecem o quanto a busca pela atualização é relevante e essencial para o sucesso profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs evidenciar a percepção dos Profissionais da Contabilidade do Vale do Mamanguape – PB sobre a importância da Educação Continuada para o desenvolvimento da profissão contábil.

Através da aplicação de um questionário junto aos Contabilistas atuantes na região ora mencionada, constatou-se que a maioria dos mesmos busca manter-se atualizados por meios de eventos de educação continuada participando de encontros, palestras, congressos e cursos. Observou-se também que há certo interesse por parte dos Contabilistas que atuam nesta região em buscar por conhecimentos na área contábil e que os mesmos reconhecem a importância que a educação continuada representa para o desenvolvimento da profissão contábil.

Além disso, a pesquisa revelou que nos últimos anos têm aumentado o número de Contabilistas atuantes na região, objeto deste estudo, o que pode ser explicado inicialmente pelo fato de que a região dispõe de um Campus Universitário que oferece o curso de Bacharel em Ciências Contábeis e principalmente pela Contabilidade ter se tornando uma das principais ferramentas de apoio e controle gerencial utilizada pelos gestores ou administradores.

Portanto, conclui-se que a Educação Continuada representa um importante mecanismo de capacitação profissional que deve ser utilizado por todos os profissionais da Contabilidade e não apenas por aqueles, que devido à relevância dos cargos que exercem, isto é, os Auditores Independentes e seus auxiliares, são obrigados a participar do Programa de Educação Continuada criando pelo CFC em 2003. Pois só assim todos os Contabilistas possuirão subsídios para atuar de maneira eficiente e eficaz em suas funções e consequentemente contribuírem de forma positiva para a valorização da classe contábil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lourival Pereira. **Programa obrigatório de educação profissional continuada**: uma análise da percepção dos auditores independentes da Região Sul do Brasil. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, UFSC, Florianópolis, 2010.

ATKINSON, A. de et al. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Atlas, 2011.

BERNARDES, Diego da Silva. **Educação Continuada para Formando em Ciências Contábeis: Na Busca por um Aprendizado Autônomo-Qualificado.** Revista de Administração e Negócios. 2009. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/educacao-continuada-para-formando-em-ciencias-contabeis-na-busca-por-um-aprendizado-autonomo-qualificado/18800/#ixzz3VxwGNiVj. Acesso em: 08/03/2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução nº945/02, de 27 de setembro de 2002. Aprova a NBC P 4 – normas para educação profissional continuada**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_945.doc>. Acesso em: 08/05. 2016.

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes P. de Souza. **As Perspectivas do profissional contábil e o ensino de Contabilidade.** Revista de Ciências gerenciais, FUNADESP,v.10,n.12,2006. Disponível em: http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rcger/article/viewPDFInterstitial/62/60. Acesso em: 07/06/2016.

FRANCO, Hilário. **Exame de suficiência, educação continuada e valorização profissional.** Jornal do Conselho Federal Contabilidade, 9 maio 2001. p. 9. UFSC, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/.../286376.pdf.txt?...2. Acesso em: 10/05/2016.

FREZATTI, Fábio; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. "**Análise do Relacionamento Entre o Perfil de Alunos do Curso de Contabilidade e o Desempenho Satisfatório em uma Disciplina**." In **XXVII ENANPAD**, 20 a 24 de setembro de 2003, Atibaia – São Paulo.

GIROTTO, Maristela; CIAFFREI, Colaborou Gabriel. **Por que investir em desenvolvimento profissional. Revista Brasileira deContabilidade**, Brasília, n. 176, p.11-27, mar. 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/.../286376.pdf.txt?...2. Acesso em: 10/05/2016.

GUEDES, L. de et al. **Eventos e/ou Atividades de Educação Continuada – Um Estudo Exploratório com Alunos do Curso de Ciências Contábeis da UFPB em Um Ciclo de Palestras.** *In* **4CCSADFCPEX01,**X Encontro de Extensão,UFPB – PRAC/PROBEC, 2007. Disponível em: Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/x_enex/ANAIS/Area4/4CCSADFCPEX01.pdf Acesso em: 12/04/2016.

IBRACON. **A importância da Educação Continuada**. 2014. Disponível em: Disponível: http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detSalaImprensaRelease.php?cod=1947. Acesso em: 18/12/2015.

LACERDA, Joabe Barbosa. **A Contabilidade Como Ferramenta Gerencial na Gestão Financeira das Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)**: Necessidade e Aplicabilidade, 2003. Disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/ Acesso em: 03/05/2016.

SÁ, Antonio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, B. de et al. **Profissão Contábil: Estudo Das Características e sua Evolução no Brasil.** 2014.Disponível em: http://www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1222197232.doc. Acesso em: 03/05/2016.

COD 60. UMA ANÁLISE SOBRE OS ASSUNTOS ESPECÍFICOS MAIS COBRADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA ÁREA CONTÁBIL

Maria Madalena Carneiro Rios
Universidade Estadual de Feira de Santana
badhyrios@hotmail.com

Thauan Felipe Medeiros de Carvalho
Universidade Estadual de Feira de Santana
thauanfelipe@hotmail.com

RESUMO

A estabilidade e a garantia de salários acima da média e de forma imediata tornam-se muito atrativo o ingresso em algum cargo público. Estudos revelam que a maioria dos alunos do curso de ciências contábeis deseja seguir essa carreira. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar os conteúdos específicos que são mais recorrentes em provas de concursos públicos na área contábil, correlacionando com a Proposta Nacional elaborada pelo CFC. Foi utilizada análise documental. Para tanto, o presente estudo utilizou-se como instrumento de coleta de dados a análise de provas e editais de concursos públicos organizados pelo Centro de Seleção e Promoção de eventos (CESPE) no período de 2010 a 2014. Depois de concluída a análise, foi diagnosticada que as disciplinas mais exigidas nas avaliações foram a de Contabilidade Aplicada ao setor Público e Gestão de Finanças Públicas, e seus respectivos conteúdos o de Planos de Contas e Escrituração Contábil e Orçamento Público. Por fim, uma pesquisa mais abrangente pode ser realizada, incluindo outras bancas organizadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Concurso Público; Educação Contábil; Carreiras Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

O ingresso na carreira pública deve-se pautar pelos princípios constitucionais que norteiam a atuação estatal e não pode decorrer de interesses particulares, visando beneficiar pessoas específicas, em detrimento do restante da sociedade (Carvalho, 2015, p.772). De acordo com Motta (2011) deve ser amplo e democrático, revestido de um procedimento impessoal onde se assegurem igualdade de oportunidades a todos interessados em concorrer para exercer os

encargos oferecidos pelo Estado, a quem incumbirá identificar e selecionar os mais adequados, mediante critérios objetivos.

Assim, o concurso público tem o objetivo de selecionar candidatos para ocupar algum cargo ou emprego público, e aquele que se destacar mais ou fizer mais pontos é classificado. Para Motta (2011) concurso público é o procedimento por meio do qual se assegura a eficácia do direito fundamental de concorrer, em paridade de condições, aos cargos e empregos públicos com vocação de permanência.

Por ser um meio seguro e estável cresce cada vez mais a demanda de profissionais em busca de um cargo em algum órgão público e não é diferente com os futuros profissionais na área de contabilidade. Por exemplo, Rêgo e Andrade (2010) destacam que 37,39% dos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte optaram pelo Curso de Ciências Contábeis com a intenção de se preparar para ingressar na carreira pública.

Apesar deste interesse, poucos estudos foram desenvolvidos a cerca desse tema, particularmente é necessário compreender a estrutura destes certames, investigando-se, inclusive, as temáticas desenvolvidas. Por exemplo, Nóbrega et al. (2011), sugere uma análise mais abrangente em relação a outras áreas do conhecimento contábil, já que sua análise foi restrita as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a de Gestão de Finanças Públicas. É neste sentido, que o estudo se insere ampliar o conhecimento das temáticas da área.

Por sua vez, além do interesse por parte dos alunos de Ciências Contábeis, em geral, em seguir a carreira pública, observa-se este fenômeno também nos estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Considerando-se estas questões, esse estudo pretende responder o seguinte questionamento: **quais os conteúdos específicos são mais cobrados em provas de concursos públicos para a área de contabilidade organizada pelo CESPE?**

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar os conteúdos específicos que são mais recorrentes em provas de concursos públicos na área contábil. E como objetivos específicos têm-se: a) examinar as questões de conhecimentos específicos em provas elaboradas pelo CESPE identificando cada questão por área; b) verificar qual assunto é mais frequente nas disciplinas que

mais são cobradas; e c) relacionar o conteúdo com a Proposta Nacional de Conteúdo elaborada pelo CFC.

Adicionalmente, esta pesquisa justifica-se pela relevância em auxiliar os graduados e graduandos em Ciências Contábeis a concorrer a cargos públicos, evidenciando, de forma sistematizada, a estrutura das avaliações e o que vem sendo exigido para a área específica. Poderá também contribuir para que as Instituições de Ensino Superior verifiquem os assuntos e/ou áreas que mais estão presentes em provas, no intuito de aprofundar o ensino e aprendizado em relação aos conteúdos necessários para uma preparação mais eficaz dos acadêmicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalhos Anteriores

Nos poucos estudos encontrados sobre a análise de provas de concursos público, Marinelli (2013) e Nobrega et al. (2011) correlacionam-se por verificarem o conteúdo cobrado nas provas e se esses estão coerentes com a Proposta Nacional de Conteúdo programático elaborada pelo CFC. Já Silva (2015) utiliza-se dessa mesma proposta para verificar coerência nas provas do Exame de Suficiência e do ENADE evidenciando as possíveis diferenças entre o conteúdo cobrado e o proposto.

Dentre os estudos destaca-se, Silva (2015) onde segregou sua pesquisa analisando questões que se enquadrava no conteúdo de Formação Profissional, de acordo com a proposta elaborada pelo CFC, alocando em disciplinas desse eixo.

Por fim, ao correlacionar as pesquisas citadas acima, observou-se que todas tiveram seus objetivos alcançados, mostrando que a maioria das questões analisadas estão de acordo com a Proposta Nacional elaborada pelo CFC. Em relação aos conteúdos mais frequentes em provas há diferença entre a pesquisa de Marinelli (2013) e Nobrega et al. (2011), a primeira identificou como conteúdo mais frequente na disciplina de Contabilidade Pública, o Orçamento Público, enquanto a segunda o conteúdo de Patrimônio Público. Essa diferença talvez tenha ocorrido pela quantidade de concurso e pelo período de cada pesquisa. Nobrega et al. (2011) analisou um

quantitativo bem maior de provas em relação à de Marinelli (2013), com uma diferença a mais de 162 provas.

2.2 Concurso Público na Administração Pública

A expressão Administração Pública, em sentido formal, orgânico ou subjetivo designa o conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, independente do poder a que pertençam (CARVALHO, 2015). De acordo com JR e Novelino (2014), a Administração Pública pode ser definida como um conjunto de pessoas jurídicas, de órgãos públicos e de agentes públicos que estão, por lei, incumbidos do *dever-poder* de exercer a função ou atividade administrativa, consistente em realizar concreta, direta e imediatamente os fins constitucionalmente atribuídos ao Estado.

Assim, o artigo 37 da CF/1988 estabelece os princípios constitucionais expressos da Administração Pública, sendo eles: o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Por sua vez, concurso público é uma série complexa de procedimentos para apurar as aptidões pessoais apresentadas por um ou vários candidatos que se empenham para obtenção de uma ou mais vagas, em que se submetem ao julgamento de uma comissão examinadora (Madeira, 2010).

Tem como objetivo realizar os princípios consagrados em nosso sistema constitucional, notadamente os princípios da república, da democracia e da isonomia, sendo efetivado por meio de processo administrativo. Dessa forma acaba por atender também o princípio da eficiência entendido como a necessidade de selecionar os mais aptos para ocupar as posições em disputa e proporcionar uma atuação estatal otimizada, é o que defende Motta (2011).

O concurso público deve ser aberto por um edital, pois esta é a forma pela qual a Administração Pública anuncia publicamente seu propósito de selecionar interessados e estabelecer regras do certame. Esse deve ter ampla divulgação e publicação em locais e veículos de comunicação de grande acesso ao público, observando-se um tempo suficiente tanto para que

os interessados tomem conhecimento de sua abertura, quanto para que reúnam a documentação necessária e façam a inscrição, quanto, ainda, para que os inscritos se preparem para as provas (DALLARI, 2006). Segundo Madeira (2010) o edital não poderá criar outras condições de acesso que não as que se definam em lei.

Para que seja obedecido o princípio da isonomia é exigida pela CF/1988 a realização de prova, não sendo admitida a seleção através de prova de títulos por ferir o princípio da impessoalidade.

2.3 Formação do Profissional Contábil

A Universidade é a principal organização que tem o papel de preparar os estudantes e futuros profissionais para o mercado de trabalho. Nóbrega et al. (2011) expõe que a função que a Universidade exerce sobre o desenvolvimento profissional do aluno não é somente o de transmissor de conhecimento, mas também a formação de um profissional com senso crítico e capacidade de análise.

Sendo assim, é a Universidade que tem a função de formar alunos com capacidade de ingressar no mercado de trabalho e de transmitir uma visão inovadora e sistêmica da realidade que o universo profissional compõe, de forma que esse possa estar preparado para enfrentar os desafios que irá encontrar ao concluir o ensino superior.

Para Assis e Bonifácio (2011) os cursos de graduação em nível superior devem contribuir na formação de seus alunos para o exercício de sua profissão em um determinado campo de atuação, propiciando uma visão crítica em sua prática profissional e crescimento como cidadão capaz de intervir na realidade em que vive.

Por sua vez, a graduação em ciências contábeis ainda deve ensejar condições para que o futuro contador seja capaz de compreender questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e possibilitar na sua formação o desenvolvimento

de habilidades e competências visando um bom desempenho no mercado de trabalho (Resolução CNE/CES 10/2004).

Em contrapartida, Marion (1999) afirma que dentro dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, constatam-se dificuldades na aplicação de métodos de ensino nas disciplinas de Contabilidade. Isso ocasiona numa redução do aprendizado do acadêmico por não ter uma preparação adequada. “O método utilizado pelo professor no processo de ensino-aprendizagem é de fundamental importância para o sucesso do aluno” (MARION, 1999).

A formação do profissional para exercer atividades no serviço público requer muita dedicação e compromisso pelos estudos. Com a retração do mercado privado, o emprego fica mais difícil de ser alcançado, por consequência a empregabilidade pública ganha destaque (SOUZA, 2015) . Assim, o desafio para ingressar numa carreira pública torna-se maior, tendo em vista que a concorrência aumenta em grande proporção.

3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

3.1 Metodologia

A característica da pesquisa é bibliográfica e documental utilizando livros, artigos, teses, leis, decretos, resoluções, editais e provas de concurso público e a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

A coleta de dados na pesquisa documental está restrita a documentos que podem ser recolhidos no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI, 2006, p.62). Godoy (1995) afirma que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes e, além disso, os documentos são considerados fontes de dados essenciais para outros tipos de estudos qualitativos.

Enquanto, a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros que já foram trabalhados por outros pesquisadores (SEVERINO, 2011 p.122).

No que se refere à amostra utilizada trata-se de uma amostragem não probabilística por não utilizar de formas aleatórias de seleção, podendo ser feita de forma intencional dirigindo-se a determinado elemento considerado típico do caso em estudo (DIEHL, 2004, p.65).

Utiliza-se da abordagem qualitativa, pois segundo Godoy (1995) um fenômeno pode ser compreendido no contexto em que ocorre devendo ser analisado numa perspectiva integrada, e que ao buscar o objeto em estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do mesmo. E ainda que enquanto exercício de pesquisa ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. E da abordagem quantitativa por ser caracterizada pelo uso de quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação (DIEHL, 2006, p.51).

3.2 Descrição dos critérios de amostragem

A primeira parte desse estudo utiliza-se da pesquisa bibliográfica com base em livros, periódicos, teses, artigos e normas. Na segunda parte foi realizada uma pesquisa documental nos sites de bancas organizadoras de concursos públicos para quantificar o total de concursos realizados por cada uma delas. Com o resultado obtido manteve-se prioritariamente um enfoque no site do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) por ser responsável pela realização da maioria dos concursos, totalizando aproximadamente 49% como mostra a Tabela 1. Foi escolhida como objeto de pesquisa por ser a banca que mais realiza concursos e ainda por serem acessíveis os dados necessários para a análise.

Tabela 1: Total de Concursos realizados e encerrados pelas principais bancas organizadoras – Período de 2010 a 2014.

BANCAS EXAMINADORAS	TOTAL
CESPE	253
FCC	95
CESGRANRIO	66
FGV	36
UNIVERSA	47
ESAF	23
TOTAIS DE CONCURSOS	**520**

O período analisado foi entre os anos de 2010 a 2014 por ser um período que as mudanças nas normas contábeis já estavam sendo aplicadas. O estudo propõe verificar todas as provas de concursos específicos para contadores nesse período e identificar quais são os conteúdos específicos mais utilizados. Para a seleção das provas usou-se como critério, editais que apresentava o seguinte requisito: diploma devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Contábeis, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação. Foram encontrados 59 concursos que exigiam nível superior em ciências contábeis.

A análise de dados teve como base a parte de conhecimento específico de cada concurso selecionado, totalizando 4000 questões para serem estudadas. A classificação das questões foi baseada nas disciplinas e conteúdos programáticos determinados pela Proposta Nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis elaborada pelo CFC. Essa proposta é dividida por eixos temáticos: Conteúdo de Formação Básica, Conteúdo de Formação Profissional, Conteúdo de Formação Teórico-Prática e Conteúdo de Disciplinas Optativas. Como consta no anexo 1.

Inicialmente foram identificadas as áreas específicas em cada questão. Em concursos que tinha assunto específico foi nomeado na tabela de disciplina como “outras”, já que não faz parte do objeto de estudo, bem como não compõe a grade curricular elaborada pelo CFC.

Ao identificar as áreas que mais são cobradas nas provas selecionadas, o próximo passo foi examinar o conteúdo de cada questão para saber quais são aqueles que são mais frequentes. Limitou-se a analisar as disciplinas de Conteúdo de Formação Profissional, identificadas com o maior número de questões, tendo em vista que são disciplinas que melhor se ajusta ao foco da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre o período de 2010 a 2014 foram realizados e concluídos pelo CESPE 253 concursos. Desse total, 59 exigia nível superior em Ciências Contábeis, os quais foram utilizados para o estudo dessa pesquisa, distribuídos por ano como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Total de concursos para a área de Contabilidade de 2010 a 2014.

ANO	TOTAL
2010	13
2011	07
2012	15
2013	20
2104	04
TOTAL	**59**

Inicialmente foi analisada cada questão e identificada à área específica. Observou-se que a maioria das questões envolve conteúdo de formação profissional relacionada com a Proposta Curricular do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, totalizando um percentual de 79%. O Conteúdo de Formação Básica alcançou um percentual de 19% e o conteúdo específico de cada concurso apenas 2%.

É possível verificar na tabela 3, que a disciplina mais cobrada é a de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e foi recorrente na maioria das provas, ressaltando que em apenas 3 concursos não foi cobrado. Em seguida a de Gestão de Finanças Públicas com um número considerável de questões. Diante disso, observa-se a importância dessas disciplinas para a execução de atividades em cargos públicos, as quais estão fundamentadas pela Lei nº 4.320/64

que estatui normas gerais do Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em relação aos serviços de contabilidade a mesma determina que sejam organizados permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e interpretação dos resultados.

Outras disciplinas mais cobradas foram a de Contabilidade Básica e Planejamento e Contabilidade Tributária. A menos cobrada foi Contabilidade das Instituições Financeiras disciplina essa, que faz parte das Optativas na matriz curricular do CFC, esse índice baixo de cobrança explica-se devido ao fato da disciplina ser bastante específica pra esse tipo de instituição e considerada uma contabilidade autônoma com princípios e valores próprios. Observe que as disciplinas de Instituições Financeiras são cobradas em concursos importantes, como o do Banco Central. Entretanto, como muitos dos concursos da área contábil, não se exige formação específica em contábeis. Em seguida Ética e Legislação Profissional.

Não foi identificado em nenhuma prova questões de disciplinas como: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, e Sistema de Informação Gerencial, disciplinas essas que estão enquadradas como parte de conteúdo de formação profissional. Diante dessa análise temos indícios de que essas disciplinas são pouco exploradas em concursos realizados pelo CESPE. A disciplina de Perícia, Avaliação e Arbitragem foi identificada apenas no concurso do SERPRO no cargo de Analista de Perícia em Cálculo Judicial. Vale salientar que esse concurso cobrou conhecimentos específicos da área de Matemática Financeira, Perícia e Direito do Trabalho.

Na parte de formação básica, a disciplina Ética e Legislação Profissional foi evidenciada em três concursos, a de Matemática em apenas um concurso, Informática em dois concursos, lembrando que nas provas analisadas, esses conteúdos foram incluídos na parte de conhecimento específico para os cargos que exigiam graduação em Ciências Contábeis.

As disciplinas de Contabilidade Básica, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Societária e, eventualmente, Teoria da Contabilidade e Contabilidade Avançada,

possuem assuntos em comum. Muitas vezes, o que denomina, de Teoria da Contabilidade, nada mais é do que Contabilidade Geral ou básica.

Tabela 3: Número de questões das provas dos concursos por disciplinas cobradas na parte de Conhecimento Específico.

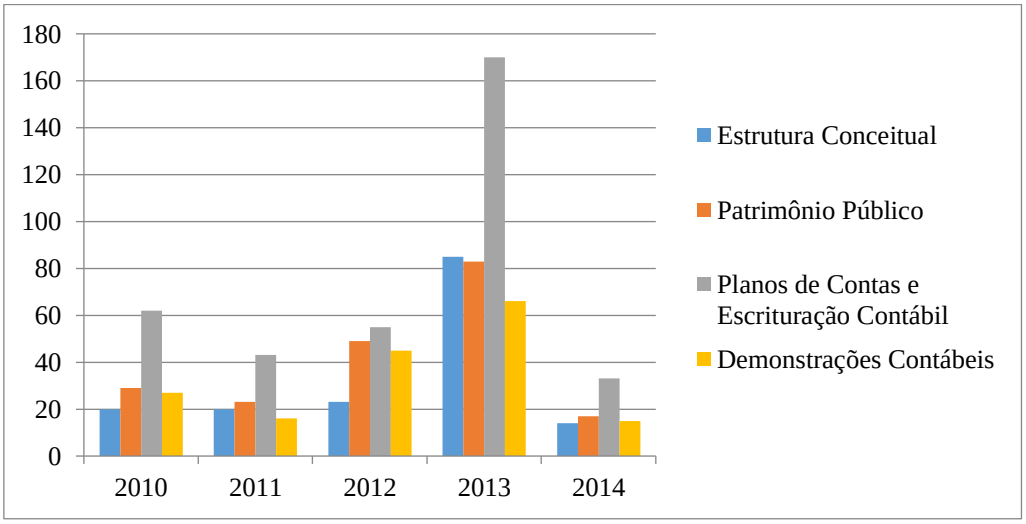
DICIPLINAS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	138	102	172	404	79	895
Gestão de Finanças Públicas	110	42	143	112	10	417
Instituição de Direito Público e Privado	130	31	81	124	20	386
Contabilidade Básica	96	48	65	150	22	381
Planejamento e Contabilidade Tributária	21	42	108	72	26	269
Contabilidade de Custos	25	19	75	71	19	209
Auditoria	54	35	60	38	4	191
Estrutura das Demonstrações Contábeis	40	23	35	77	15	190
Matemática Financeira	32	45	57	37	17	188
Contabilidade Societária	10	21	28	80	16	155
Contabilidade Avançada	16	19	56	37	16	144
Análise das Demonstrações Contábeis	19	15	31	51	11	127
Teoria Geral da Contabilidade	22	25	30	24	9	110
Outras	64	10	5	0	0	79
Administração	16	0	0	56	0	72
Economia	4	0	0	30	20	54
Perícia	0	0	0	25	0	25
Informática	15	9	0	0	0	24
Direito Trabalhista e Legislação Social	14	0	0	0	6	20
Contabilidade Internacional	5	0	2	12	0	19
Mercados de Capitais	0	4	14	0	0	18
Métodos Quantitativos	0	0	12	0	0	12
Matemática	7	0	0	0	0	7
Ética	2	0	3	0	0	5
Contabilidade das Instituições Financeiras	0	0	3	0	0	3
TOTAL DE QUESTÕES	**840**	**490**	**980**	**1400**	**290**	**4000**

A análise dos conteúdos foi realizada em aproximadamente 3130 questões de Disciplinas do Conteúdo de Formação Profissional identificadas a seguir: Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Gestão de Finanças Públicas, Contabilidade Básica, Planejamento e Contabilidade Tributária, Contabilidade Societária, Teoria da Contabilidade, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Análise das Demonstrações

Contábeis, Auditoria, Perícia, Avaliação e Arbitragem e Contabilidade Internacional. O conteúdo programático de cada disciplina consta-se no anexo 2.

Na disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público o conteúdo mais requerido nas provas foi sobre o Plano de Contas Aplicado ao setor Público e Escrituração Contábil. O segundo lugar é ocupado pela parte que estuda o Patrimônio Público. O Gráfico 1 representa de forma sintetizada a recorrência de todos os conteúdos.

Gráfico 1: Conteúdo Exigido na Disciplina de Contabilidade Aplicada ao setor Público.



Alguns conteúdos exigidos nas provas analisadas não estavam explicitamente previstos pela proposta elaborada pelo CFC e foram classificados em conteúdos que melhor correspondiam ao objeto de análise das questões. Como por exemplo, questões a respeito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Sistema de Contabilidade Federal, foram classificadas no conteúdo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil por ser uma ferramenta que auxilia na execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil.

O conteúdo de Orçamento Público é o mais exigido na disciplina de Gestão de Finanças Públicas equivalente a 74% das questões analisadas. Sendo esse um conteúdo considerado

significante para nível de conhecimento e para a execução de atividades em órgãos públicos. A tabela 4 a seguir mostra de forma detalhada os conteúdos dessa disciplina.

Tabela 4: Conteúdo exigido na Disciplina Gestão de Finanças Públicas.

GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Teoria das Finanças Públicas	2	2	1	3	0	**8**
Planejamento do Setor Público	11	7	20	6	0	**44**
Orçamento Público	86	26	101	84	10	**307**
Responsabilidade Fiscal	11	7	21	19	0	**58**
TOTAL	110	42	143	112	10	**417**

A disciplina de Contabilidade Básica foi uma das três com maior número de questões e que teve incidência em provas de todo o conteúdo programático. O maior destaque foi o de Procedimentos Básicos de Escrituração com um total de 159 questões. Conteúdo esse, com um grau de relevância alto por dar um suporte inicial para o aprendizado nas disciplinas seguintes. A tabela 5 detalha o índice de cada conteúdo.

Tabela 5: Conteúdo exigido na Disciplina de Contabilidade Básica

CONTABILIDADE BÁSICA	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Noções Básicas de Contabilidade	9	0	0	0	0	**9**
O Estudo do Patrimônio	4	3	2	21	4	**34**
Estudos das Variações Patrimoniais	10	9	9	10	1	**39**
Elenco de Contas	4	5	7	12	6	**34**
Intr. ao Estudo dos Princípios Fund. da Cont.	0	0	0	5	0	**5**
Introdução a Estrutura Conceitual Básica	2	4	5	16	0	**27**
Procedimentos Básicos de Escrituração	64	9	25	51	10	**159**
Operações Mercantis	3	18	17	35	1	**74**
TOTAL	96	48	65	150	22	**381**

Na disciplina de Planejamento e Contabilidade Tributária o conteúdo com maior representatividade foi o de Apuração e Reconhecimento Contábil com 91% das questões, não tendo incidência nos conteúdos de Elisão e de Ajustes do lucro contábil para a apuração do lucro real.

Em relação às disciplinas de Contabilidade de Custos e Apuração e Análise de Custos tiveram um bom índice de questões exigidas. Na parte de análise de conteúdo o mais exigido foi o de Relação/Custo/Volume/Lucro, em seguida Sistemas de Custeamento e Classificação e Nomenclaturas de Custos. Observa-se que a disciplina Contabilidade de Custos é mais cobrada do que a de Apuração e Análise de Custos com uma diferença de 23 questões. E ainda que os conteúdos Implantação de Sistemas de Custos e Custos Conjuntos não tiveram incidência de questões. A tabela 6 detalha o total de questões e conteúdos mais exigidos.

Tabela 6: Totais de questões e conteúdo exigido nas Disciplinas de Contabilidade de Custos e Apuração e Análise de Custos.

CONTAB. DE CUSTOS/APUR. E ANÁLISE DE CUSTOS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Introdução à Contabilidade de Custos	0	0	0	1	4	**5**
Classificação e Nomenclatura de Custos	9	2	11	21	6	**49**
Sistemas de Custeamento	12	8	14	16	7	**57**
Esquema Básico de Custos	0	2	2	1	0	**5**
Implantação de Sistemas de Custos	0	0	0	0	0	**0**
Custos Conjuntos	0	0	0	0	0	**0**
Introdução à Análise de Custos	1	2	2	4	0	**9**
Análise das Variações - Custo Padrão x Real	0	1	13	0	0	**14**
Margem de Contribuição	0	4	2	4	1	**11**
Relação Custo/Volume/Lucro	3	0	31	24	1	**59**
TOTAL	25	19	75	71	19	**209**

Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria é o conteúdo com maior abrangência na disciplina de Auditoria com um percentual de aproximadamente 60%. É um conteúdo extenso e que precisa de um nível alto de conhecimento para uma boa atuação profissional e para se obter um bom resultado nas provas de concursos públicos. A tabela 7 mostra de forma detalhada o índice de questões e de exigência dos conteúdos.

Tabela 7: Conteúdos exigidos na Disciplina de Auditoria.

AUDITORIA	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Conceitos Básicos de Auditoria	10	4	10	10	0	**34**
Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria	31	25	28	23	2	**109**
Planejamento de Auditoria	5	4	9	2	0	**20**
Controle Interno	5	0	3	0	0	**8**
Papéis de Trabalho	2	1	0	1	0	**4**
Pareceres de Auditoria	0	1	6	1	1	**9**
Auditoria das Contas de Resultado	0	0	0	0	0	**0**
Relatórios de Auditoria	1	0	4	1	1	**7**
Revisão pelos Pares	0	0	0	0	0	**0**
TOTAL	54	35	60	38	4	**191**

A Disciplina de Estrutura das Demonstrações Contábeis quantificou um total de 190 questões exigidas sendo que o conteúdo da Demonstração do Fluxo de Caixa foi o mais cobrado com 65 questões, em seguida Demonstração do Resultado do Exercício com 45 questões e Demonstração do Valor Adicionado com 40 questões. É uma disciplina que proporciona a compreensão do conteúdo e estrutura das demonstrações exigidas pelas normas contábeis, sendo importante salientar que houve incidência de questões em todo conteúdo programático aumentando ainda mais o índice de relevância da mesma. A tabela 8 demonstra essa análise.

Tabela 8: Conteúdo exigido na Disciplina Estrutura das Demonstrações Contábeis.

ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Balanço Patrimonial	3	1	1	6	1	**12**
DRE	9	2	6	23	5	**45**
DLPA	3	0	5	1	1	**10**
DMPL	5	0	0	2	2	**9**
DFC	11	12	14	25	3	**65**
DVA	5	8	8	16	3	**40**
Notas Explicativas	4	0	1	4	0	**9**
TOTAL	40	23	35	77	15	**190**

Em Contabilidade Societária houve incidência na maioria dos conteúdos ficando apenas um com nenhuma questão encontrada. O foco maior ocorreu no conteúdo de Redução ao Valor Recuperável de Ativos, seguido de Reservas com diferença de duas questões. A tabela 9 demonstra melhor o índice de cada um.

Tabela 9: Índice dos conteúdos exigidos na disciplina de Contabilidade Societária.

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Estrutura de Capital das Empresas	1	3	0	13	0	**17**
Reorganização Societária	0	0	6	11	1	**18**
Provisões e Outras Transações Societárias	0	7	9	0	2	**18**
Ajuste a Valor Presente	0	1	1	7	2	**11**
Valor Justo	2	2	1	7	4	**16**
Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	0	8	5	13	4	**30**
Ativos e Passivos Contingentes	0	0	1	5	0	**6**
Insubsistências e Superveniências	0	0	0	0	0	**0**
Ganhos e Perdas de Capital	0	0	0	1	0	**1**
Dividendos Obrig. e Juros sobre Capital Próprio	2	0	1	6	1	**10**
Reservas	5	0	4	17	2	**28**
TOTAL	10	21	28	80	16	**155**

Métodos de Avaliação de Investimento foi o conteúdo com maior índice na Disciplina de Contabilidade Avançada principalmente no que diz respeito ao Método de Equivalência Patrimonial e de Participações societárias. Os outros conteúdos ficaram aproximadamente com o mesmo total de questões havendo incidência de todos como mostra a tabela 10.

Tabela 10: Conteúdos exigidos na Disciplina de Contabilidade Avançada.

CONTABILIDADE AVANÇADA	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Consolidação das Demonstrações Contábeis	5	0	7	10	3	**25**
Conversão em Moedas Estrangeiras	4	4	8	6	2	**24**
Métodos de Avaliação de Investimento	6	13	30	17	8	**74**
Operações com Derivativos, Hedge e outros Instr. Financeiros	1	2	11	4	3	**21**
TOTAL	16	19	56	37	16	**144**

Na Disciplina Análise das Demonstrações Contábeis das 127 questões a maioria foi concentrada na parte de Análise Econômico-Financeira com um total de 119 e Análise Vertical e

Horizontal com um total de 8 questões. Observou-se que os índices de liquidez são bem recorrentes nas questões que foram analisadas.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que representa a essência das doutrinas relativas à ciência contábil, e Teorias Descritivas e Prescritivas foram os assuntos em destaque na disciplina de Teoria Geral da Contabilidade. Em relação ao conteúdo de Escolas e Doutrinas da Contabilidade foram identificadas um quantitativo de 3 questões e sobre a Evolução do Pensamento Contábil não foi cobrado em nenhuma prova analisada, devido o concurso ser pautado por conteúdos pragmáticos/técnicos e não de formação humanística.

Perícia, Avaliação e Arbitragem foi uma disciplina cobrada em apenas um concurso para cargo de perito de cálculo judicial com um total de 25 questões. Desse total 23 foram do conteúdo Perícia Contábil e 2 sobre Avaliação. Esse índice maior no conteúdo de Perícia Contábil é consequência de ser uma parte mais extensa da ementa e por relatar as normas e tipos de perícia, o laudo pericial, o planejamento, a prova e evidência, da nomeação e outros itens relacionados.

Em Contabilidade Internacional houve um número pequeno de questões cobradas em provas de concursos públicos no período analisado. Das 19 questões identificadas todas fazem parte do conteúdo Harmonização Contábil Internacional, conteúdo que retrata as normas brasileiras da regulação e estrutura conceitual e as normas do International Accouting Standards Board (IASB). O IASB é o órgão de referência na produção de normas internacionais de contabilidade com a finalidade de reduzir as divergências dos procedimentos e normas contábeis entre os países, buscando uma harmonização da contabilidade.

Assim, fica notório, diante dos dados expostos nesta pesquisa, o quão é importante um bom ensino e aprendizado para uma boa formação e preparação do acadêmico para o ingresso na área pública principalmente nas disciplinas que foram mais recorrentes nas provas analisadas: Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Gestão de Finanças Públicas; Contabilidade Básica; Planejamento e Contabilidade Tributária.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho identificou quais áreas são mais exigidas pelas provas de concursos públicos na parte de conhecimento específico e a partir disso diagnosticou quais conteúdos são mais recorrentes nas disciplinas de formação profissional relacionando com a Proposta Nacional de Conteúdo elaborada pelo CFC. Dos resultados obtidos teve-se como área mais exigida a de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Gestão de Finanças Públicas disciplinas que abarcam juntas 33% das 4000 questões analisadas. Em seguida a disciplina de Contabilidade Básica e de Planejamento e Contabilidade Tributária.

Da análise de conteúdo realizada, percebe-se um destaque no de Planos de Contas e Escrituração Contábil da disciplina de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ocupando um percentual de 12% das 3132 questões estudadas. Em segundo lugar o assunto de Orçamento Público com aproximadamente 10% do total de questões, o mesmo faz parte da disciplina de Gestão de Finanças Públicas. Esse índice elevado, nesses conteúdos, justifica-se por fazer parte das disciplinas que são mais exigidas e com maior número de questões nas avaliações, devendo ser objeto de atenção para o candidato.

Observou-se que em alguns cargos como de Analista Técnico, Perito, Auditor e Analista em Gestão Financeira, não era exclusividade nível superior em Ciências Contábeis, poderia ser também em Administração, Economia e Direito por serem cargos que pode ser exercidos por qualquer uma dessas áreas referidas e por serem áreas que compõem o estudo Ciências Sociais. Em outros, os mesmo cargos eram distribuídos por área específica, o que seria mais viável, pois cada profissional tem a possibilidade de exercer sua atividade com o conhecimento necessário e assim ter um melhor desempenho no exercício da função atribuída. Entre muitos cargos que exigiam nível superior em contabilidade destaca-se: Contador, Analista, Perito, Auditor, Consultor Executivo e Técnico Científico.

Em relação à estrutura das provas identificou uma padronização na quantidade de questões, no tipo de questão e na ordem de cobrança do conhecimento exigido. Na maioria dos concursos cada prova possuía 70 questões de conhecimento específico com a opção de marcar

certo ou errado e cada erro eliminava um acerto. Com algumas exceções como os concursos do Ministério Público da União e Tribunal de Contas do Espírito Santo com 90 questões e ainda o da Controladoria Geral do Piauí com 80 questões. Em outros as questões era de múltipla escolha e para esse tipo de prova a quantidade de questões era reduzida para 50 na maioria dos concursos.

Na análise de questões constatou-se que havia repetição nas provas, existindo casos que o texto era transcritos, em outros que mudava a ordem de questões ou alterava os valores. Em razão do grande número de concursos realizados por essa banca, há possibilidade disso acontecer, sendo, portanto, um questionamento a ser dirimido por pesquisas futuras.

Para uma pesquisa mais abrangente, poderia ser realizada essa análise incluindo outras bancas organizadoras de concursos, para se ter uma visão mais precisa e sistemática do que vem sendo exigido nas provas, como também poderia partir para um estudo em relação aos conhecimentos básicos comparando com a proposta nacional elaborada pelo CFC.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. M; BONIFÁCIO, N. A. **A Formação do Docente na Universidade: ensino, pesquisa e extensão.** Educação e Fronteiras on-line. Dourados/MS, v.1, n.3, 2011.

BRASIL. *Constituição Federal. República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 19 de setembro de 2015.

BRASIL. *Lei 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 4 de maio de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em 29 de abril de 2016.

CARNEIRO, J. D. et al. **Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis.** Fundação Brasileira de Contabilidade. 2 ed. Brasília, 2009.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo.** 2ª edição. Salvador: Jus Podivm, 2015, p.772.

DALLARI, Adilson Abreu. **Princípio da Isonomia e Concursos Públicos.** REDE – Revista Eletrônica de Direito do Estado. Salvador, nº 6, p. 3, 2006.

DEUTSCHMANN, C.; SANTOS, J. S. C. **Análise da visão dos acadêmicos concluintes do curso de ciências contábeis – UNEMAT Campus Tangará da Serra no ano de 2013/2, com relação ao curso e a expectativa de ingresso no mercado de trabalho.** Revista UNEMAT de Contabilidade. Mato Grosso, Vol. 3, Nº 5**,** Jan/Jun 2014. Disponível em: http://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/301/295.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2006, p.51/65.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, Mai./Jun. 1995. p.2, v.35, nº 3.

JR, D.C; NOVELINO, M. **Constituição Federal para Concursos.** 5ª edição. Salvador: JusPodivm, 2014, p.268.

MADEIRA, Jose Maria Pinheiro. **Servidor Público na Atualidade.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p.91-92.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.62.

MARINELLI, Rosana. **O Alinhamento entre a Proposta Nacional elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade e o Conteúdo exigido em provas para Cargos Públicos.** Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

MARION, J. C; GARCIA, E; CORDEIRO, M. **Discussão sobre Metodologias de Ensino aplicáveis à Contabilidade.** Contabilidade Vista e Revista. Belo Horizonte, v. 10, 1999.

MOTTA, Fabrício. **Concurso Público: Direito a nomeação e a existência de "cadastro de reserva".** Rere – Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado. Salvador, Nº 24, 2011.

NOBREGA, T. C. da et al. **O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público.** 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2011.

RÊGO, T. de F.; ANDRADE, E. dos R. G. **Perfil e Campo de Atuação Profissional dos Egressos do Curso de Ciências Contábeis da UFRN.** Revista Ambiente Contábil. Natal – RN, v.2, n.2, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho científico.** 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.122.

SILVA, H. M. S. DA et al. **Boletim Estatístico de Pessoal/novembro de 2012.** Brasília, 2012.

SILVA, M. C. P. da. **Estudo das Exigências Programáticas nos Exames de Suficiência e Provas do ENADE para o Curso de Ciências Contábeis.** Goiânia, 2015.

SOUZA, Bruno. **Crise econômica aumenta interesse pelos concursos.** Disponível em: http://www.folhadirigida.com.br/fd/Satellite/concursos/noticias-ANS-2015 2000084673145/Crise-e-baixa-geracao-de-empregos-aumentam-interesse-pelos-concursos-2000114209944-1400002102880/. Acesso em 01 de maio de 2016.

COD 61. DESAFIOS PARA OS FUTUROS CONTADORES EM RELAÇÃO À ÁREA TRABALHISTA

Kaliana da Silva Borges
União de Ensino Superior de Campina Grande- UNESC
E-mail: kali.borges@hotmail.com

Maria Dalva Borges da Silva
União de Ensino Superior de Campina Grande- UNESC
E-mail: dalvareia@hotmail.com

Sonaly Duarte de Oliveira
União de Ensino Superior de Campina Grande- UNESC
E-mail: nalydu@hotmail.com

Hugo da Silva Farias
União de Ensino Superior de Campina Grande- UNESC
E-mail: hugosfarias@gmail.com

RESUMO

O novo modelo de profissional contábil vem para mostrar que esta área não é mais a mesma, que o profissional tem que trabalhar de maneira diferente, tem que buscar transparência, principalmente com relação ao empregado e empregador. Este trabalho busca demonstrar à sociedade, por meio de pesquisa feita nas instituições de ensino superior - União de Ensino Superior de Campina Grande – UNESC e Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, se os discentes aprovados nas disciplinas de contabilidade e legislação trabalhista, e que pretendem trabalhar na área contábil, estão aptos o suficientes para o entendimento das leis e cálculos trabalhistas e se têm noção da importância de tal assunto. Resta saber se os alunos, prestes a terminarem o curso de Ciências Contábeis, estão ou não preparados para determinadas questões trabalhistas. O contador tem sua total importância com essas questões trabalhistas, pois faz cálculos rescisórios, gera tributos e encargos trabalhistas tais como: FGTS, INSS, Folha de Pagamento, Férias, entre outros. Sabendo disso houve uma preocupação com relação às instituições em algumas disciplinas que deixam passar a importância deste profissional, e este trabalho vem justamente mostrar à sociedade e às instituições de ensino que elas podem melhorar e ajudar aos discentes a terem mais firmeza para com essas questões. A pesquisa demonstrou como resultado, o "baixo " nível de conhecimento dos discentes alvos da pesquisa em ambas as instituições de ensino. 55% dos discentes se sentem "prontos" para enfrentar as questões trabalhistas como FGTS, INSS. 30 % da UNESC, 25 % da UEPB, esses percentuais representando a parcela de cada instituição sobre o total do que foi pesquisado. Com isso podemos ver a necessidade de se implementar ainda mais as disciplinas de legislação trabalhista e

o aumento da carga horária para melhor entendimento e prática de cálculos trabalhistas para que o discente possa ingressar no mercado de trabalho mais confiante e pronto profissionalmente, sem levar consigo um temor desarrazoado. A pesquisa foi feita através de uma metodologia quantitativa e qualitativa, buscando tantos resultados que possam ser quantificados, pelo meio da coleta de dados sem instrumentos formais e estruturados de uma maneira mais organizada e intuitiva, aprofundando-se e explorando o âmbito acadêmico a fim de identificar a necessidade dos discentes com relação ao aprendizado da legislação trabalhista. Foi utilizado o método de pesquisa de campo e acadêmica, proporcionando assim um resultado mais efetivo e exato no âmbito em que a pesquisa se realizou.

Palavras-chaves: Novo modelo Profissional Contábil, cálculos trabalhistas, ensino superior.

1. INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre a postura do profissional da área de contabilidade na atualidade. Fato que se fez necessário repensar a atuação deste profissional, no sentido de inseri-lo em um contexto no qual se delineiam novas nuances da atividade empresarial, novos paradigmas no tocante à relação empregador/empregado, a implantação de novas formas de controle e fiscalização por parte do Estado às atividades empresarias e ainda a introdução do aparato tecnológico em sua atividade. Desta forma percebe-se que o contador está deixando aquele papel de "guarda-livros", de que só trabalha calculando impostos, ou de uma figura que só fatura tributos e gera despesas extras para os empresários. Mas como em todos os processos de mudanças, algumas "resistências" são identificadas, tais como o comodismo por parte do profissional contábil, a ideia de que esse trabalhador seria um profissional dispendioso e, muitas vezes, considerado "chato" no linguajar popular daqueles que necessitam dos seus serviços.

Na contemporaneidade se objetiva o aprendizado de um novo perfil, um novo comportamento fazendo com que o contabilista extrapole os limites dos seus escritórios e procure trabalhar conjuntamente com as empresas para, enfim, poder compreender sua dinâmica e poder tomar decisões coerentes no sentido de orientar aqueles que dirigem essas atividades empresariais, a fim de que trabalhem de maneira correta, para conhecer seus limites e possibilidades.

O contador tem total importância nas decisões que a empresa irá tomar. Tendo-se em vista esta responsabilidade surge então uma problemática: Será que os discentes da área de Contabilidade da UNESC - (UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE) e UEPB – (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA), os quais se preparam para atuarem como os futuros profissionais da área, estão de fato aptos a opinarem e orientarem as decisões de uma empresa em questões simples como admitir ou não um funcionário? E quais as condições em que ele deve fazê-lo? Um aspecto que deve ser destacado é quanto à interdisciplinaridade da contabilidade com o Direito, mais precisamente quanto ao Direito Trabalhista, que sofre constantemente mudanças, exigindo que o profissional contábil se mantenha sempre atualizado. O que se percebe é uma dificuldade em compreender que a estes profissionais é exigido que conheçam os direitos aos quais os empregados possuem tais como: férias, salário base, salário família, aviso-prévio, entre outros. Sabe-se que o Direito do Trabalho é conhecido por ser muito protecionista com relação ao empregado, e, tendo em vista esse princípio protecionista, fica latente e visível que nos últimos anos os empregados adquiriram muitos direitos e proteção graças às reivindicações trabalhistas, greves, discussões jurídico-trabalhistas nos tribunais do trabalho, pois são considerados, pela justiça trabalhista, a parte hipossuficiente da relação empregatícia.

É, portanto, obrigação do profissional contábil informar às empresas os encargos que os funcionários terão na folha de pagamento, e aos funcionários seus direitos e suas obrigações para que no futuro saibam o que de fato é de cada um por direito.

Nos últimos anos os Tribunais Regionais do Trabalho têm se deparado com uma demanda enorme de reclamações trabalhistas. A presença de um contador em uma empresa é fundamental, visto que pode auxiliar e orientar tanto o empregado como o empregador para que se evitem processos no caso de demissões, geralmente involuntárias. O objetivo geral deste trabalho é identificar se os discentes do Curso de Ciências Contábeis da UNESC e da UEPB estão de fato sendo preparados para atuar na esfera contábil dialogando facilmente com o direito do trabalho. E como objetivos específicos: saber se estão capacitados para enfrentar os desafios da profissão, se

tem conhecimento técnico e doutrinário sobre as relações trabalhistas ou se acreditam que a Instituição os preparou com as disciplinas para o entendimento das leis e os cálculos trabalhistas.*

2.REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Sérgio Pinto (2010) o Direito do Trabalho é o conjunto de normas jurídicas que conduz as relações entre empregados e empregadores, são as consequências resultantes da condição jurídica dos trabalhadores. O Direito do Trabalho tem como objetivo estudar o trabalho subordinado, de cuidar do "lado mais fraco", que é o trabalhador, de modo geral.

Segundo Gusmão (2014)

> O contabilista além de desenvolver suas atividades relacionadas ao auxílio de gestores no processo e na execução de funções ligadas à auditoria, perícia, controladoria, análises financeiras e custos, também pode realizar cálculos trabalhistas, auxiliando na melhoria das relações de emprego das instituições em que venha a atuar e contribuindo sobremaneira para o alívio de eventuais tensões entre empregadores e empregados, especialmente aquelas relacionadas aos proveitos financeiros a serem obtidos pelas partes durante a vigência dos vínculos trabalhistas.

Assim sendo o direito do trabalhador é resguardado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e o Contador por saber elaborar os cálculos trabalhistas como os Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho tem por obrigação proteger esses direitos adquiridos.

De acordo com Neto e Silva (2014), apesar de saber a importância do contrato de trabalho as empresas ainda trabalham de forma incorreta, sem se quer registrar os funcionários de forma legal, como disposto no art. 422 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), legislação essa que citada acima, assegura o contrato entre empregador e empregado. Eles afiram que é responsabilidade do Contador informar as empresas suas obrigações com relação aos seus trabalhadores, para que no futuro não haja conflitos entre as partes.

* <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2016/02/com-desemprego-alto-processos-da-justica-do-trabalho-disparam-em-2015.html>

Desta forma percebe-se a importância que o profissional contábil tem, de informar ao empresário suas obrigações, e aos empregados seus direitos, mais para que isso ocorra ele tem que ter conhecimento das Leis Trabalhistas, para que ambas as partes não saiam prejudicadas, pois o intuito de tais cálculos não é beneficiar. O profissional tem que ser imparcial em todos os momentos, mostra-se a cada dia que ele tem que ter um comportamento diferente daquele profissional de anos atrás. Como disse Cordeiro e Duarte (2006), que o profissional contábil tem que se qualificar, se aperfeiçoar, procurar uma boa capacitação para que o mercado de trabalho o aceite.

Segundo Fagundes et al., (2008), mostram qual a documentação necessária que os empregados tem por obrigação ceder, como exame médico admissional, a Carteira de Trabalho, para que possa ser feito o Registro, da obrigação do empregador: salário, das Férias, Décimo-Terceiro, Fundo de garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros direitos e deveres que o empregado tem. Com tantos direitos adquiridos pelos empregados o contador tem que está atento, para cada um deles, neste trabalho eles mostram que a falta de perícia nos casos trazem muitas reclamações ao Tribunal do Trabalho, onde poderia ser evitado, pois se exige que o profissional tenha conhecimento sobre todas as áreas afins à sua especialidade.

3. METODOLOGIA

Os dados analisados nesse estudo foram constituídos através de um questionário elaborado e aplicado a 38 alunos da Instituição UNESC e 32 alunos da Instituição UEPB, com alunos do 7º e 8º períodos, que estão próximos de concluir o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, objetivando saber se a instituição ofereceu, no período em que cursaram, bons recursos para área trabalhista.

Foi utilizado um questionário com 6 (seis) perguntas, que procurou saber deles:

1- Quais os motivos para ingressarem no Curso;
2- Qual a pretensão de atuar na área Contábil;
3- A capacidade técnica para enfrentar os desafios da profissão;

4- Se os discentes têm conhecimento técnico e doutrinário sobre as relações trabalhistas;
5- Como discentes se sabem qual a importância da aplicabilidade dos cálculos trabalhistas na atividade profissional contábil;
6- Se os conteúdos que estudaram nas disciplinas da área de Direito, foram suficientes para o entendimento das leis e cálculos trabalhistas.

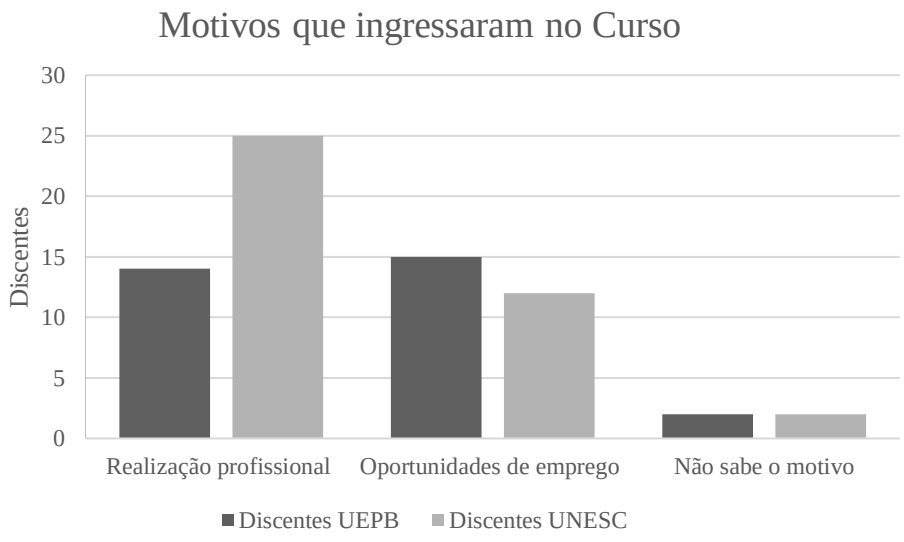
Para um melhor resultado dos dados coletados, a escolha dos horários para a aplicabilidade do questionário foi fundamental, visto que pode-se observar um grau de satisfação pelos alunos em repassar quais seriam suas dificuldades e seus êxitos.

A análise teve seus resultados interpretados de forma descritiva.

4.ANÁLISES E RESULTADOS

Após a coleta, os dados da pesquisa estão exibidos em gráficos. O Gráfico 1 apresenta quais os motivos para ingressarem no curso. Utilizou-se a técnica de análise de dados quantitativos, pois faz-se uso de ferramentas estatísticas para interpretação dos resultados.

Gráfico 19. Quais os motivos para ingressarem no Curso



Dos 39 alunos entrevistados da UNESC, o gráfico mostra que 25 alunos, ingressaram na universidade por uma realização profissional, 12 alunos ingressaram por acharem que terão oportunidades maiores de emprego e 2 alunos não sabem o motivo por ingressarem no curso, já na UEPB dos 31 alunos entrevistados, 14 alunos ingressaram por realização profissional, 15 alunos por oportunidades de emprego e 2 alunos não sabem o motivo.

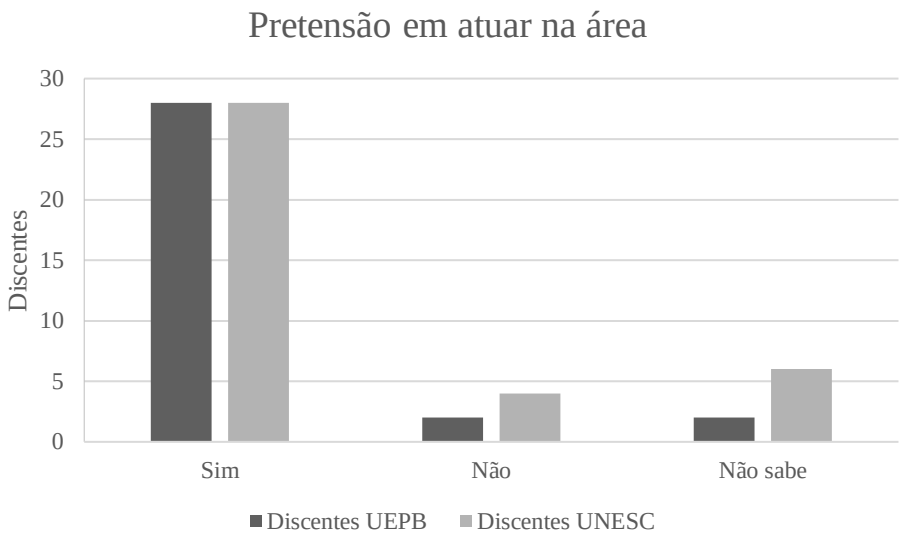
De acordo com o Código de Ética do Contador CEPC:

> "Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais; guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade; zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo"[...].

Nota-se que os discentes tanto da UNESC como da UEPB, tiveram um grande interesse pessoal e profissional pelo Curso, discentes mais interessados irão exercer sua profissão de maneira honesta, dentro das Leis, com uma grande capacidade de honrar com seus compromissos.

O gráfico 2 representa a pretensão que os discentes tem em atuar na área Contábil, dos discentes da UNESC 28 alunos, pretendem atuar na área Contábil, 4 alunos não tem essa intenção e 6 alunos ainda não sabem se atuam na área, na UEPB 28 alunos também tem pretensão de atuar na área, 2 alunos não tem intenção e 2 alunos ainda não sabem. Um resultado bom para o curso, pois mostra que nas duas instituições a maioria dos alunos pretendem sim atuar na esfera Contábil,

Gráfico 20. Pretensão de atuar na área Contábil



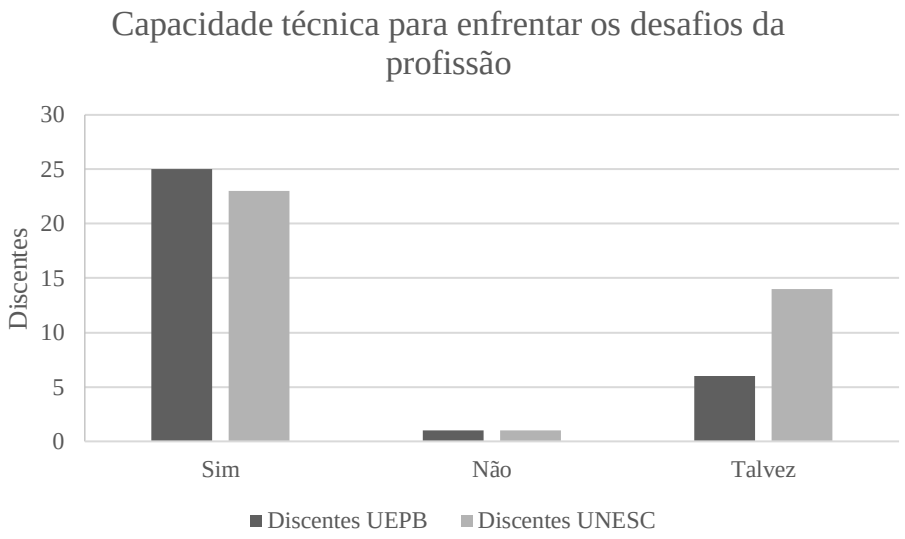
No 3º gráfico foi avaliada a capacidade dos discentes de enfrentarem os desafios da profissão, na UNESC do total dos entrevistados 23 alunos disseram ter capacidade para tais desafios, 1 aluno disse não e 14 alunos disseram que tem dúvidas se conseguiriam sobressair nesses desafios, na UEPB 25 alunos disseram ter capacidade sobre os desafios, 1 aluno disse que não e 6 alunos disseram ter dúvidas. Preocupante esse resultado para as duas instituições, pois são discentes do 7º e 8º períodos, nos dias de hoje com o mercado competitivo não se aceitam indecisões.

Segundo Silva (2003, p. 03),

> "O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial".

Assim sendo, os cálculos trabalhistas mostram-se como peça fundamental para atuação desse novo modelo de contabilidade, que pode atuar junto ao direito do trabalho e tornar mais fácil e ágil o trabalho do contador, sem transtornos e sim com melhorias.

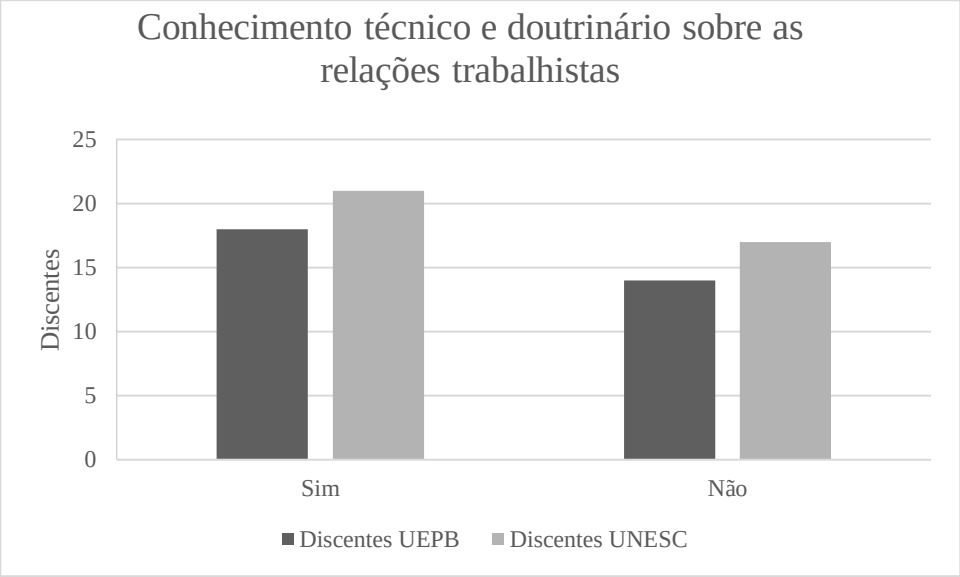
Gráfico 3. Capacidade dos discentes para enfrentar os desafios da profissão



O Gráfico 4 exibe os resultados a respeito do conhecimento técnico e doutrinário dos discentes sobre as relações trabalhistas, verificou-se que na UNESC 21 alunos tem conhecimento técnico e doutrinário sobre as relações trabalhistas, e 17 não tem conhecimento, na UEPB 18 alunos tem tais conhecimentos e 14 não, o gráfico mostra que mais de 40% dos discentes não possuem tal conhecimento. Este resultado é preocupante, para as duas Universidades, pois demonstra que aproximadamente 60% dos discentes entrevistados possuem este conhecimento, onde na realidade todos deveriam tê-lo já que estão em fase de conclusão do curso.

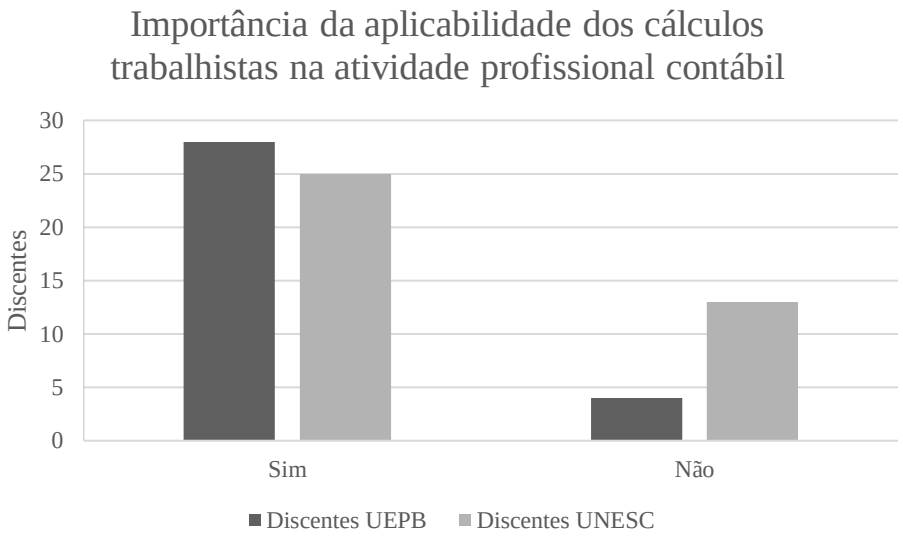
"É importante que o ensino das Ciências Contábeis evolua de forma intensa vistas à formação de profissionais, competentes e qualificados acompanhando o desenvolvimento dessa ciência." (COTRIN; SANTOS; JUNIOR, 2012, p. 55).

Gráfico 4: Conhecimento técnico e doutrinário dos discentes sobre as relações trabalhistas



O gráfico 5 mostra se os discentes sabem da importância da aplicabilidade dos cálculos trabalhistas na atividade Profissional Contábil, na UNESC 25 alunos sabem de tal importância e 13 alunos ainda não sabem, na UEPB 28 alunos sabem da importância dos cálculos trabalhistas e 4 alunos não. Para as duas Universidades, mostra uma falha pois ainda tem alunos desses períodos que não sabem a importância que os cálculos trabalhistas tem, ainda mais para a UNESC pois ela tem uma porcentagem maior de alunos que ainda não sabem dessa importância. Como contadores, para poderem opinar se uma determinada empresa pode contratar um funcionário ou não ele tem por obrigação saber calcular as obrigações que a empresa tem para com o empregado, e se perto do término do curso ainda não sabem de tal importância, mostra que existe falhas para com as disciplinas que lidam com os cálculos.

Gráfico 5: Importância da aplicabilidade dos cálculos trabalhistas na atividade profissional Contábil.

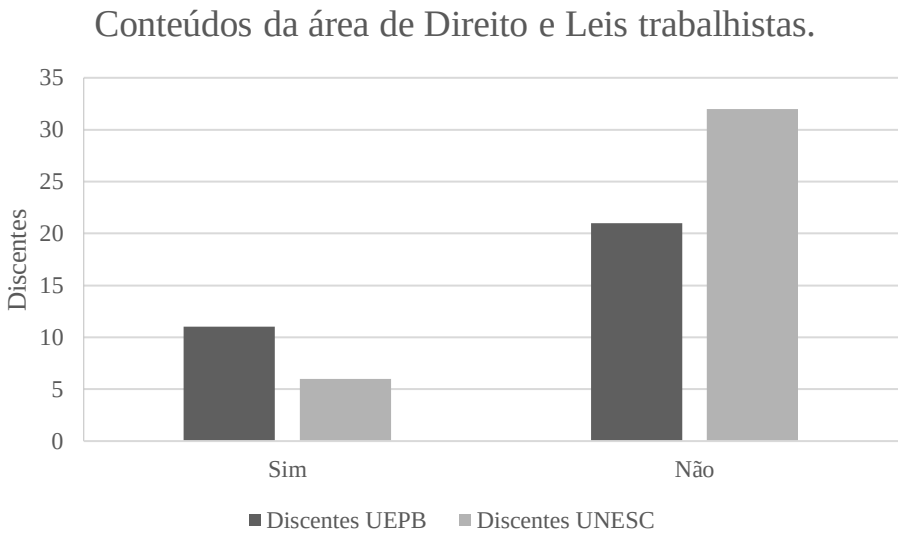


E por fim o Gráfico 6 apresenta o resultado sobre o questionamento aos discentes em relação aos conteúdos que estudaram nas disciplinas da área de Direito Trabalhista se foram suficientes para o entendimento das leis e cálculos trabalhistas. Neste questionamento percebeu-se que nas Instituições tem falhas, na UNESC só 6 alunos disseram que foi suficiente o que viram na disciplina e 32 alunos disseram que não, na UEPB 11 alunos disseram que foi suficiente o que viram e 21 alunos não. Do total dos alunos questionados 53 (85%) deles disseram que não tem entendimento suficiente para as leis e cálculos trabalhistas, e 17 (15%) disseram que sim, tanto a UNESC como a UEPB a maioria dos discentes, perto de concluir o curso, prestes a saírem para o mercado de trabalho, ainda não sabem como fazer um cálculo trabalhista. Isso se torna preocupante, pois, mostra que não estão sendo preparados para atuar no mercado e dúvidas e incertezas como essas, perto do término de um curso, não eram mais para existir.

De acordo com Rômulo (2014, p. 57), na Instituição onde ele estudava e fez seu trabalho de Conclusão de Curso, também percebeu essa mesma falha. Na sua pesquisa notou-se que os discentes sentiram essa falta de mais tempo para o entendimento das leis e cálculos trabalhistas, por vários aspectos. Nas disciplinas que ele faz a pesquisa os alunos consideraram que a

disciplina atende ao aprendizado dos cálculos trabalhistas superficialmente, dos entrevistados 70% (setenta por cento) disseram que aprenderam cálculos referentes à folha de pagamento e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, considerou-se fatores externos que influenciaram as respostas. A partir das conclusões referentes ao objetivo específico e as questões secundárias, ele percebeu que os cálculos trabalhistas são vistos como excelente alternativa de trabalho para os alunos, os discentes destacaram a importância da disciplina e ao mesmo tempo o interesse por uma disciplina que aprofundasse um pouco mais nessa área, vendo também que cálculos trabalhistas pode ser uma área muito boa para o Contador ingressar.

Gráfico 6. Se os conteúdos que estudaram nas disciplinas da área de Direito, foram suficientes para o entendimento das leis e cálculos trabalhistas



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou que os discentes das duas instituições tem um interesse profissional muito grande pela área contábil, sabendo que a área para trabalho depois da conclusão do curso é muito ampla, mais, alguns não se sentem aptos para enfrentarem os desafios da profissão, que a cada dia se renova, mostra um profissional mais determinado a não cometer erros.

Diante dos resultados encontrados nesta pesquisa verifica-se que 94% dos alunos entrevistados disseram não ter entendimento dos cálculos e das leis trabalhistas e 6% dos alunos disseram saber sim calcular e sabem as leis trabalhistas.

Sendo assim existe uma necessidade de orientação ou treinamentos para estes alunos tanto da UNESC como da UEPB, para que possam melhorar sua capacidade e domínio em relação a área trabalhista. Dadas às limitações desta pesquisa, devido ao tamanho da amostra, não se permite a generalização desses resultados.

Uma sugestão seria buscar conhecimento nas instituições que em determinados períodos fosse utilizada a prática em escritórios modelo, ou que os alunos tivessem mais disciplinas que tratassem mais do tema, pois nos dias de hoje, onde o contador tem que lidar com diversas situações e atualizações trabalhistas, é preciso mais prática.

Conclui-se que é fundamental o conhecimento e melhor ainda é praticar o que foi apreendido para que se possa progredir e alcançar o que se deseja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTRIN, Anderson Meira; SANTOS, Aroldo Luiz dos; JUNIOR, Laerte Zotte. **A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista**. Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012 – ISSN 1807-9539.

GUSMÃO, Rômulo Carneiro: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSR) Curso de Ciências Contábeis – 2014.

MARTINS, Sergio Pinto, Comentários à CLT, 14º Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A.- 2010.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade:** Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, Gabriel Carlos Vieira Costa; SILVA, Tânia Carla de Oliveira Silva. **Relações Trabalhistas Em Empresas Privadas no Brasil**. Revista Saber Eletrônico On-Line, Jussara, n. 02, p. 88-107, ago./dez, 2014 - ISSN: 2176-5588.

AMÉRICO, Renato Magustero; SILVA, Vilmar Antônio da. **O Papel do Contador na Prevenção dos Conflitos Trabalhistas**. Caderno de Ciências Humanas e Sociais Aplicad, v. 01, n. 1, jun. 2013. Disponível em:< http://www.cathedral.edu.br>, Acesso em: 27.06.2016.

FAGUNDES, Jair Antonio et al. **Perícia Contábil Trabalhista: UM Estudo Multi-Caso em Processos Lotados no Tribunal de Justiça do Trabalho da Comarca de Sorriso (MT)**. ConTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 14, 2º semestre 2008. ISSN (Impresso): 1676-6016 ISSN (Online): 2175-8751.

Código de Ética Profissional do Contabilista; Disponível em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/mesicic3_bra_codigo_etica.pdf, Acesso em: 08/07/2016.

Com desemprego alto, processos da Justiça do Trabalho disparam em 2015; Disponível em: http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2016/02/com-desemprego-alto-processos-da-justica-do-trabalho-disparam-em-2015.html, Acesso em 08/07/2016.

COD 67. A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS CONCEITOS DE ATIVO, PASSIVO, RECEITAS, GANHOS E PERDAS

Helen Alves Menezes
UFRPE
E-mail: helenmenezes1105@gmail.com

Carla Renata Silva Leitão
UFRPE
E-mail: carlaleitao_ufrpe@yahoo.com.br

Rafaela Maria José Bertino
UFRPE
E-mail: bertino.rafaela@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo observar a percepção dos conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas, considerados essenciais no estudo da Teoria da Contabilidade. Para isso, foi utilizado questionário estruturado aplicado diretamente aos discentes regularmente matriculados no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis de duas Universidades (pública e privada) localizadas no Estado de Pernambuco. A amostra constituiu-se de 140 respondentes. Os resultados demonstraram que os discentes concordaram que a disciplina Teoria da Contabilidade é importante e necessária, mas identificou-se uma menor concordância sobre a disciplina ser importante para o entendimento de outras disciplinas. Constatou-se ainda que os discentes respondentes que ainda não cursaram a disciplina demonstraram conhecimento mais apurado sobre os conceitos de ativo, passivo, despesa e perda. Os discentes que já cursaram a disciplina tiveram conhecimento superior em apenas dois conceitos, o de receita e ganho. Dessa forma, observou-se que a disciplina Teoria da Contabilidade exerceu pequena influência na melhoria de percepção dos conceitos investigados, apesar dos discentes acreditarem na sua importância e necessidade.

Palavras-chave: Teoria da Contabilidade. Conceitos Contábeis. Ensino da contabilidade.

1. INTRODUÇÃO

No ensino da contabilidade, a teoria da contabilidade pode ser considerada essencial para o entendimento da contabilidade enquanto ciência, sendo por isso essencial para a formação dos futuros profissionais.

Foi em 1992, que o Conselho Federal de Educação emitiu a resolução nº 003/92, a qual fixou o conteúdo mínimo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis e tornou a disciplina Teoria da Contabilidade obrigatória nos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil. A inclusão dessa disciplina no currículo do curso superior em Ciências Contábeis, segundo a referida resolução, objetivava estimular a aquisição integrada de conhecimentos básicos, teóricos e práticos que permitissem ao graduado o competente exercício de sua profissão.

A Teoria da Contabilidade é importante na formação do futuro profissional contábil, pois oferece uma oportunidade privilegiada ao desenvolvimento do pensamento critico do aluno, ao incentivá-lo a expor e confrontar suas ideias com outras opiniões (THEÓPHILO et al, 2000). Essa importância consiste no fato de que o arcabouço de sustentação das práticas contábeis encontra-se justamente na Teoria da Contabilidade (LIMA FILHO; BRUNI, 2012). Neste contexto, o domínio adequado dos conceitos básicos de Contabilidade torna-se fundamental para o entendimento da Teoria Contábil (LIMA FILHO; BRUNI, 2012).

O presente artigo objetiva observar a percepção dos conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas, considerados essenciais no estudo da Teoria da Contabilidade. Adicionalmente, compara a percepção dos discentes que cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade com a daqueles que ainda não a cursaram.

A relevância da pesquisa decorre da importância da Teoria da Contabilidade para os graduandos em Ciências Contábeis, em razão da real necessidade de uma base teórica em sua formação.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta uma breve revisão teórica sobre a Teoria da Contabilidade, seu ensino e os conceitos de ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas. Na segunda seção, apresenta os procedimentos

metodológicos aplicados no estudo. Na terceira, apresenta análise dos resultados. Por fim, na última seção, são expostas as considerações finais.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. A Teoria da Contabilidade

Em qualquer ciência, a teoria compõe a base do conhecimento formal. De acordo com Ferrero, citado por Hendriksen e Van Breda (2010), a teoria é indispensável ao entendimento do mundo; é ela que dá sentido e valor aos fatos.

Para Marion (1997), a teoria da contabilidade é uma disciplina de extraordinária importância para ajudar a formar profissionais que irão saber não apenas o "como fazer" da profissão, mas também o "porquê'.

Theóphilo *et al*. (2000) afirma que é relevante observar que a teoria da contabilidade propicia uma oportunidade única de desenvolver o pensar criticamente do estudante e de incitá-lo a expor e confrontar com outra ótica.

Ainda sobre o seu ensino, Miranda, Moraes e Nakao (2008) consideram que a disciplina teoria da contabilidade possui entre seus fundamentais propósitos a estruturação dos conhecimentos acerca da contabilidade, com o objetivo de desenvolver teorias que estabeleçam relação entre os acontecimentos econômicos e as diversas formas de compreensão, de comunicação e de esclarecimento dos eventos.

Sobre a inserção da disciplina Teoria da Contabilidade na formação do contador, Madeira, Mendonça e Abreu (2003) acreditam que esta foi de grande contribuição para desenvolvimento do profissional da área contábil. Os autores afirmam que entre as matérias que compõem a grade curricular dos bacharelados em ciências contábeis, a disciplina de teoria da contabilidade é a que trata o pensamento contábil e fornece situações. Com isso, além de ensinar a história da contabilidade, proporciona ao discente a compreensão de conceitos, objetivos, normas e princípios essenciais da ciência contábil, desenvolvendo um entendimento das bases teóricas que alicerçam o pensamento contábil.

Segundo Madeira, Mendonça e Abreu (2003), existe um comprometimento enorme das instituições de ensino com o desenvolvimento de discentes com um bom conhecimento conceitual, de forma que os alunos se tornem profissionais habilitados para atuar de maneira consciente e atendendo às demandas do mercado. Os autores creem é possível atingir este propósito através do sucesso na oferta da disciplina "teoria da contabilidade".

Para que a teoria da contabilidade proporcione as diretrizes necessárias que vislumbrem o desenvolvimento do pensamento contábil, promove a discussão acerca de conceitos relevantes da Contabilidade, tais como: ativo, passivo, receita, despesa, ganho e perda.

2.2. Ativo, Passivo, Receita, Despesa, Ganho e Perda

De forma geral, o conceito de ativo é apresentado como sendo o conjunto composto por e bens e de direitos à disposição de uma entidade. Mas para Santos *et al* (2007), os bens e direito não são a definição de ativo, mas seus componentes. Desta forma, o conceito não contempla as principais características relativas ao termo, ou seja, a definição de recursos e a sua relação com as expectativas de beneficio econômico futuro.

O conceito de ativo também está ligado à habilidade da entidade controlar os seus recursos e à capacidade deste de gerar fluxos de caixas futuros ou benefícios econômicos futuros, oriundos de eventos passados. Esses aspectos conceituais encontram-se refletidos na afirmação de Iudícibus, Marion, Faria (2009), os quais estabelecem que o ativo pode ser conceituado como algo que possui um potencial de serviços para a entidade, capaz de gerar fluxos de caixa, direta ou indiretamente, de forma imediata ou no futuro.

Os aspectos conceituais do ativo também encontram-se evidenciados porHendriksen e Van Breda (2010), os quais relatam que a FASB definiu o ativo como benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade, como consequência de transações ou eventos passados.

O conceito de ativo utilizado do Brasil é o normatizado pelo Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00), que define ativo como sendo um recurso controlado pela entidade

como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

Quando se trata de passivo, Hendriksen e Van Breda (2010) relatam que a FASB definiu o termo como sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos decorrentes de obrigações presentes de uma entidade, em consequência de transações ou eventos passados. Essa definição é similar à apresentada pelo *International Accounting Standards Board*- IASB, a qual, segundo Schmidt, Fernandes e Machado (2007), definiu o passivo como sacrifícios futuros prováveis dos benefícios econômicos originam das obrigações atuais de uma entidade particular para transferir os ativos ou fornecer serviços a outras entidades no futuro, como consequência das transações ou dos eventos passados.

O conceito de passivo utilizado do Brasil é o normatizado pelo Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00), que define o passivo como a obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação irá resultar na saída de recursos, capaz de gerar benefícios econômicos.

Segundo Iudícibus (2010), o Comitê de Conceitos e Padrões da *American Association of Accountants*, afirmava em 1957 que a Receita era a expressão monetária do agregado de produtos ou serviços transferidos por uma entidade para os seus clientes, em um determinado período. Para o autor completa afirmando que a receita tem a característica de provocar um acréscimo concomitante no ativo e no Patrimônio Líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou acréscimo do passivo) e do Patrimônio Líquido, provocados pelos esforços em produzir tal receita.

Já a FASB definiu receita como as entradas ou outros aumentos de ativos de uma entidade, liquidações de seus passivos, ou ambos, decorrentes da entrega ou produção de bens, prestações de serviços, ou outras atividades que correspondem às operações normais ou principais de uma entidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2010)

O conceito de receita utilizado no Brasil é normatizado pelo Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00) que define receita como o aumento dos benefícios econômicos, pela

entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido.

O ganho é conceituado como um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento (IUDÍCIBUS, 2010).

Segundo Hendriksen e Van Breda (2010), a FASB definiu ganho como sendo os aumentos do patrimônio líquido, que decorrem de operações periféricas ou incidentais, como lucros em atividades como a venda ocasional de terrenos e outros imóveis, bem como os aumentos de patrimônio resultantes de doações e outros lucros imprevistos.

O IASB, segundo Schmidt, Fernandes, Machado (2007), ressalta que os ganhos não são de natureza diferente das receitas.

O conceito de ganho estabelecido pelo Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00), é o de que este representa outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas.

Para Schmidt, Fernandes e Machado (2007) os ganhos são os aumentos de patrimônio líquido, provenientes de transações e eventos econômicos, com exceção daqueles que geraram receitas ou investimentos dos proprietários.

Sobre as despesas, o IASB, afirma que estas representam as reduções nos beneficios econômicos, durante um periodo contábil, na forma de saída de caixa ou cosumo de ativos ou incorrências em obrigações, exceto as relacionadas com a distribuição de dividendos aos proprietarios (SCHMIDT; FERNANDES; MACHADO, 2007).

Iudícibus (2010) ao abordar o termo despesa, destaca que o mesmo está atrelado a gastos efetuados no passado, no presente ou que irão se realizar no futuro, pois o fato gerador de despesa é o esforço para obter-se receita. Logo, a despesa representa a uilização ou consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas.

Hendriksen e Van Breda (2010) afirmam que a FASB define a despesa como as saídas ou outros usos de ativos, ou ocorrências de passivos, ou ambos, voltados para a entrega ou produção

de bens, a prestação de serviços, ou a execução de outras atividades que representam as operações principais da entidade.

Já no Brasil, o Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00) define despesa como os decréscimos nos benefícios econômicos, sob a forma de saída ou redução de ativos ou incrementos de passivos, os quais resultam na diminuição do Patrimônio Líquido.

A perda representa um resultado líquido desfavorável, resultante de transações ou eventos não relacionados com as operações normais do empreendimento (IUDÍCIBUS, 2010).

O AICPA considera a perda o excesso de toda ou de uma parte do custo dos ativos sobre as receitas respectivas, se existir, quando os itens forem vendidos, abandonados ou parcial ou totalmente destruídos ou de alguma forma baixados (IUDÍCIBUS, 2010).

Já o IASB, segundo Schmidt, Fernandes e Machado (2007), consideram que as perdas representam as deduções nos benefícios econômicos resultantes de atividades periféricas da entidade, que não são de natureza diferente das despesas, e por isso não devem ser consideradas como elementos separados das despesas.

O conceito de perda normatizado no Brasil, através do Pronunciamento Contábil Conceitual Básico (CPC 00) é de que esta corresponde a outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e que não diferem, em natureza, das despesas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada envolveu pesquisa descritiva, além do método de procedimento estatístico. A técnica de pesquisa adotada foi a documentação direta, através de pesquisa de campo realizada através de aplicação de questionários com os discentes integrantes da amostra de pesquisa.

A pesquisa foi realizada na Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP e na Universidade Federal de Pernambuco- UFPE.

Foi realizada visita às instituições de ensino, para uma apresentação formal ao coordenador do curso. E, a partir do contato, solicitou-se a grade curricular do curso de Ciências

Contábeis, a ementa da disciplina de Teoria da Contabilidade, e o quantitativo de discentes matriculados nas disciplinas precedentes e subsequentes à disciplina Teoria da Contabilidade.

A partir dessas informações, deu-se inicio a coleta de dados através de questionário estruturado, replicado do trabalho de Piccoli, Chiarello e Klann (2015), disponibilizados na ferramenta Google docs e aplicados diretamente aos entrevistados, com auxilio de dispositivo portátil, com função ativa de *Internet.*

O universo correspondeu aos discentes matriculados no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, que estavam cursando o período anterior e posterior ao período no qual a disciplina estava alocada na grade curricular. Adotado o critério, o universo compreendeu 215 discentes, sendo 46 discentes da UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco e 169 discentes da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. Destes, 140 aceitaram participar da pesquisa, formando assim a amostra do estudo. Na Tabela 1, são apresentados o universo e a amostra da pesquisa.

Tabela 1- Respondentes por Instituição de Ensino

IES	População	%	Amostra	%
UFPE	169	78,60 %	114	81,43%
UNICAP	46	21,40 %	26	18,57%
Total	215	100%	140	100

Fonte: Dados da pesquisa

Após a coleta dos dados, procedeu-se à tabulação dos mesmos, com o auxílio do *software Microsoft Excel*.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da aplicação do questionário elaborado por Piccoli, Chiarello, klann (2015), coletou-se os dados, com as questões divididas em três blocos. O primeiro, tratou do perfil dos respondentes.

Tabela 2 - Faixa Etária e Gênero

Faixa Etária	Freq	%	Feminino	%	Masculino	%
17 a 21 anos	38	27,14%	16	11,43%	22	15,71%
22 a 26 anos	75	53,57%	35	25,00%	40	28,57%
27 a 31 anos	12	8,57%	2	1,43%	10	7,14%
32 a 36 anos	11	7,86%	7	5,00%	4	2,86%
Acima de 36 anos	4	2,86%	4	2,86%	0	0,00%
Total	140	100,00%	64	45,71%	76	54,29%

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à faixa etária, observa-se na Tabela 2 a existência de duas faixas etárias predominantes, que corresponde a mais de 81% do total dos discentes respondentes, sendo a faixa etária entre 22 e 26 anos a maior delas, com 53,57%, seguida da faixa etária entre 17 e 21 anos, que corresponde a 27,14% dos discentes respondentes.

Em relação ao gênero, observa-se a predominância de respondentes do gênero masculino, que correspondeu a 54,29% dos respondentes, em detrimento ao gênero feminino, que correspondeu com 45,71% dos respondentes.

Ao analisar a relação faixa etária e gênero, pode-se observar uma predominância do gênero masculino nas faixas etárias com quantidade de respondentes mais expressivas, contudo percebe-se que nas faixas etárias com maior idade há uma predominância do gênero feminino.

Tabela 3- período o discente estava cursando

Semestre	Freq	%	UFPE	%	UNICAP	%
1ª Semestre	0	0,00	0	0,00%	0	0,00%
2ª Semestre	0	0,00	0	0,00%	0	0,00%
3ª Semestre	0	0,00	0	0,00%	0	0,00%
4ª Semestre	0	0,00	0	0,00%	0	0,00%
5ª Semestre	44	31,43	44	38,60%	0	0,00%

6ª Semestre	16	11,43	16	14,04%	0	0,00%
7ª Semestre	45	32,14	32	28,07%	13	50,00%
8ª Semestre	14	10,00	14	12,28%	0	0,00%
9ª Semestre	21	15,00	8	7,02%	13	50,00%
Total	**140**	**100**	**114**	**100,00%**	**26**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao analisar o período que os respondentes estão cursando, observa-se na Tabela 3 que na UNICAP os discentes respondentes estão cursando o 7º e o 9º período. Já na UFPE observa-se uma maior pulverização dos discentes do 5º ao 9º período. Credita-se este fenômeno à disciplina de Teoria da Contabilidade ter como pré-requisito a disciplina de Contabilidade Societária II, que por sua vez é pré-requisito de outras disciplinas.

Tabela 4 - Período no qual cursou a disciplina de teoria da contabilidade

Semestre	Freq	%	UFPE	%	UNICAP	%
1ª Semestre	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
2ª Semestre	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
3ª Semestre	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
4ª Semestre	4	2,86%	0	0,00%	4	15,38%
5ª Semestre	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
6ª Semestre	34	24,29%	30	26,32%	4	15,38%
7ª Semestre	6	4,29%	6	5,26%	0	0,00%
8ª Semestre	10	7,14%	4	3,51%	6	23,08%
Ainda não Cursou	86	61,43%	74	64,91%	12	46,15%
Total	**140**	**100%**	**114**	**100,00%**	**26**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao período em que os discentes respondentes cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade, conforme Tabela 4, observa-se na UNICAP uma concentração maior no 8º período, que corresponde ao período que a disciplina está alocada na grade curricular do curso. A

disciplina de Teoria da Contabilidade não possui pré-requisito na grade curricular da UNICAP, o que justifica a existência de alguns discentes terem cursado a disciplina no 4º e 6º período.

Ao analisar UFPE, observa-se que apenas 26,32% dos discentes respondentes cursaram a disciplina no período o qual a disciplina está alocada na grade curricular, enquanto 5,26% cursaram no 7º período e 3,51% cursaram no 8º período. Observa-se um alto índice de discentes que cursam disciplinas de dois ou mais períodos, anteriores ao período originário.

Levando-se em consideração a proporção entre discentes respondentes que cursaram e não cursaram a disciplina de Teoria da Contabilidade, observa-se que 61,43% não cursaram a disciplina.

O segundo bloco de questões, utilizou uma escala do tipo Likert, apresentada por Malhotra (2001), com o objetivo de investigar a percepção dos discentes em relação à importância, necessidade da disciplina de Teoria da Contabilidade, bem como a importância da disciplina no entendimento de outras disciplinas. Para isso, utilizou-se o calculo do RM - Ranking Médio, para estabelecer o grau de concordância dos respondentes.

A interpretação do RM refere-se a média ponderada da pontuação atribuída às respostas, onde "Discordo totalmente" equivale a 1 ponto, "Discordo parcialmente" equivale a 2 pontos, "Sem opinião" equivale a 3 pontos (casos onde os respondentes deixaram em branco), "Concordo parcialmente" equivale a 4 pontos e por fim, "Concordo totalmente" equivale a 5 pontos.

Tabela 5- Percepção sobre a importância da disciplina

QUESTÕES	FREQUÊNCIA					
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**RM**
A disciplina de teoria da contabilidade é importante para formação o contabilista.	0	2	34	38	66	**4,2**
A disciplina de teoria da contabilidade é necessária para o curso.	0	2	28	40	70	**4,3**
Os conceitos abordados na disciplina de teoria da contabilidade são importantes para o entendimento das demais disciplinas do curso.	0	11	42	45	42	**3,8**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Conforme pode ser observado na Tabela 5, levando-se em consideração a percepção dos discentes sobre a importância e necessidade da disciplina de Teoria da Contabilidade, esta apresentou índice de concordância entre 4 e 5 ("Concordo parcialmente e Concordo totalmente"). Isto revela que a maioria dos respondentes admite que a disciplina é importante e necessária para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis. Já sobre a disciplina de Teoria da Contabilidade ser importante no entendimento das outras disciplinas, os discentes mostraram-se menos favoráveis a essa afirmação, tendo como índice de concordância inferior a 4 ("Concordo parcialmente").

As questões do terceiro bloco referiam-se à percepção dos discentes sobre os conceitos relevantes da Teoria da Contabilidade.

Tabela 6- Percepção dos discentes sobre o conceito de ativo

Conceito de Ativo	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. Recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados, do qual se espera futuros benefícios econômicos.	92	65,71%	60	69,77%	32	59,26%
2. É o conjunto de bens e direitos de uma empresa	36	25,71%	26	30,23%	18	33,33%
3. É o conjunto de aplicação de recursos, representado por bens e direitos.	12	8,57%	0	0,00%	4	7,41%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**54**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme Tabela 6, os resultados mostram que para 65,71% dos respondentes, o conceito de ativo refere-se ao recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados, do qual se espera futuros benefícios econômicos. Conceito este retirado do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC. Isso demonstra que o conceito de ativo apontado pela norma é um conceito consolidado entre a maioria dos discentes respondentes.

Tabela 7- Percepção dos discentes sobre o conceito de passivo

Conceito de Passivo	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. São as obrigações ou compromissos para com terceiros.	33	23,57%	18	20,93%	15	27,78%
2. Compreende as origens de recursos, a partir de eventos passados.	6	4,29%	4	4,65%	2	3,70%
3. Obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação resulta em saída de recursos, capaz de gerar benefícios econômicos.	101	72,14%	64	74,42%	37	68,52%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**54**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 7, identifica-se que dos discentes respondentes 72,14% escolheram o conceito de passivo retirado do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, que o estabelece como sendo a obrigação presente, derivada de eventos passados, cuja liquidação resulta em saída de recursos, capaz de gerar benefícios econômicos.

Ao associar os conceitos de ativo e passivo escolhidos, ambos retirado do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, com o fato dos discentes terem cursado ou não a disciplina de Teoria da Contabilidade, observou-se uma menor proporção entre os discentes que já cursaram a disciplina, em detrimento a uma maior proporção de discentes que não cursaram a disciplina. Comprovando-se que a disciplina de Teoria da Contabilidade sinaliza não ter influenciado o entendimento dos conceitos de ativo e passivo.

Tabela 8- Percepção dos discentes sobre o conceito de receita

Conceito de Receita	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. Venda de mercadorias e serviços relativos às atividades operacionais da entidade.	33	23,57%	23	26,74%	10	18,52%
2. Aumento de benefícios econômicos pela entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido.	66	47,14%	39	45,35%	27	50,00%
3. É a entrada de elementos para o ativo da entidade, que ocorre sob a forma de dinheiro ou créditos de direitos correspondentes, provocando um aumento na situação líquida da empresa.	41	29,29%	24	27,91%	17	31,48%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**54**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016

Na Tabela 8, observa-se que o conceito de receita com maior expressividade foi o explanado no item 2 com 47,14%, o qual afirma que receita é o aumento de benefícios econômicos pela entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumento do patrimônio líquido.

Ao associar o conceito de receita com o fato dos discentes terem cursado, ou não, a disciplina de Teoria da Contabilidade, observa-se que os discentes que já cursaram a disciplina tiveram uma maior proporção de acertos. Isto pode denotar uma consolidação do conceito de receita entre os que cursaram a disciplina.

Tabela 9- Percepção dos discentes sobre o conceito de despesa

Conceito de Despesa	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. Decréscimos nos benefícios econômicos sob a forma de saída ou redução de ativos ou incrementos de passivos, os quais resultam em diminuição do Patrimônio Líquido.	73	52,14%	45	52,33%	28	51,85%
2. Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para obtenção de receitas, a partir da venda de mercadorias ou prestação de serviços.	34	24,29%	19	22,09%	17	31,48%
3. Sacrifício financeiro utilizado na obtenção de receitas, os quais resultam em decréscimos no Patrimônio Líquido.	33	23,57%	22	25,58%	11	20,37%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**54**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre a percepção dos discentes sobre o conceito de despesa, exposta na Tabela 9, observou-se que 52,14% dos respondentes escolheram o conceito de que a despesa corresponde aos decréscimos nos benefícios econômicos sob a forma de saída ou redução de ativos ou incrementos de passivos, os quais resultam em diminuição do Patrimônio Líquido. Ao comparar o conceito de despesa com o fato dos discentes terem cursado ou não, a disciplina de Teoria da Contabilidade, observa-se que quase não houve diferença significativa na proporção de acertos, ficando os que já cursaram a disciplina com 51,85% e os que não cursaram a disciplina com 52,33%.

Tabela 10- Percepção dos discentes sobre o conceito de ganho

Conceito de Ganho	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. São aumentos no patrimônio líquido originados de eventos e transações econômicas, não relacionadas às operações normais da entidade, julgados imprevisíveis.	61	43,57%	39	45,35%	22	40,74%
2. Representam itens que se enquadram na definição de receita, podendo ou não surgir das atividades usuais da entidade, representando aumento nos benefícios econômicos, e, como tal, não diferem em natureza das receitas.	24	17,14%	17	19,77%	25	46,30%
3. Representam eventos favoráveis não diretamente relacionados com as atividades normais da entidade e ao processo de geração de receitas.	55	39,29%	30	34,88%	7	12,96%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**56**	**103,70%**

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 10, é possível observar que 43,57% dos respondentes escolheram o conceito de ganho, estabelecido como aumentos no patrimônio líquido originados de eventos e transações econômicas, não relacionadas às operações normais da entidade, julgados imprevisíveis.

Tabela 11- Percepção dos discentes sobre o conceito de perda

Conceito de Perda	Respondentes		Já Cursou: Não		Já Cursou: Sim	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. São os decréscimos do patrimônio líquido originados de eventos e transações econômicas, não relacionadas às operações normais da entidade, julgados imprevisíveis.	48	34,29%	30	34,88%	18	33,33%
2. Representam eventos desfavoráveis não diretamente relacionados com as atividades normais da entidade e ao processo de geração de receitas.	63	45,00%	37	43,02%	26	48,15%
3. Representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tal, não diferem em natureza das despesas.	29	20,71%	19	22,09%	10	18,52%
Total	**140**	**100,00%**	**86**	**100,00%**	**54**	**100,00%**

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 11 revelou que 45% dos respondentes acreditam que perda representa eventos desfavoráveis, não diretamente relacionados com as atividades normais da entidade e ao processo de geração de receitas.

Ao analisar o conceito de ganho e perda retirados do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, observa-se que dos discentes respondentes poucos os identificaram. O conceito de ganho (descrito no item 2 da Tabela 10) contou com apenas 17,14% e o conceito de perda (descrito no item 3 da Tabela 11) obteve o percentual de 20,71%. Credita-se esta baixa expressividade na identificação dos conceitos pelos discentes respondentes, ao fato da definição do pronunciamento

não estarem necessariamente replicadas nas obras dos autores dos livros indicados na ementa da disciplina, como bibliografia a ser adotada pelos os docentes das universidades pesquisadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordando o tema Teoria da Contabilidade na perspectiva do sujeito da aprendizagem, o discente, a pesquisa analisou a percepção dos discentes do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis de duas Universidades pernambucanas, pública e privada, em relação aos conceitos de ativo, passivo, receita, despesa, ganho e perda.

Observou-se que a disciplina de Teoria da Contabilidade exerceu pequena influência na melhoria da percepção dos conceitos investigados, apesar de os discentes reconhecerem a importância e necessidade da mesma. Isso pode demonstrar que os conceitos de ativo, passivo, receita, despesa, ganho e perda, quando abordados em outras disciplinas deixam de lado conceitos práticos e usuais, como identificado nas pesquisas Piccoli, Chiarello e Klann (2015) e Lima Filho, Bruni (2012), demonstrando uma abordagem que desperta no aluno uma percepção mais reflexiva e atualizada.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a análise, no que refere à associação entre o semestre que o aluno cursou a disciplina ou que estava cursando, e a percepção destes em relação aos conceitos, pois sabe-se que essa percepção pode ser alterada em função de vários fatores.

REFERÊNCIAS

BORBA, J. A.; POETA, F. Z.; VICENTE, E. F.R.. Teoria da contabilidade: uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros. Sociedade. **Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, 2011.

Campos, L. C.; Machado, T. R. B.; RECH, I. J. O ensino da teoria da contabilidade em cursos de graduação e em cursos de pós-graduação stricto sensu no brasil. In: CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE, 1, Uberlandia. In:**Anais...**Uberlândia, 2015.

FERREIRA, A. F.; SPLITTER, K.; BORBA, J. A. Teoria da contabilidade: uma disciplina específica ou conhecimentos que deveriam estar integrados em outras disciplinas. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 9. ,São Paulo. In: **Anais...**São Paulo: USP, 2012.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA FILHO, R. N.; BRUNI, A. L.. Percepção dos graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) sobre os conceitos relevantes da Teoria da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 2, 2012.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão. **Contabilidade Vista & Revista**, Ed. Especial, p. 103-122, 2003.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MIRANDA, C. de S.; MORAES, M. B. da C.; NAKAO, S. H. O Ensino da Teoria da Contabilidade: uma avaliação em instituições no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, Rio de Janeiro. In: **Anais...**Rio de Janeiro, 2008.

PICCOLI, M. R.; CHIARELLO, T. C.; KLANN, R. C.. A percepção dos acadêmicos sobre conceitos abordados na disciplina de teoria da contabilidade. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 40, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A.; MACHADO, N. P. **Teoria da contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SOARES, S. V.; SILVA, G. R. da; PFITSCHER, E. D. Teoria da Contabilidade: O que se ensina nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras? **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 5, n. 3, p. 45-57, 2012.

THEÓPHILO, C. R.; SACRAMENTO, C. O. J.; NEVES, I. F.; SOUZA, P. L. de O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. **Contabilidade vista & revista**, v. 11, n. 3, p. 03-10, 2000.